

ISSN: 2447-6374

Navegar
Revista de Estudos de E/Imigração

Vol. 2 - nº 3, Jul.-Dez. 2016



LABIMI
Laboratório de Estudos
de Imigração

ISSN: 2447-6374

Navegar

Revista de Estudos de E/Imigração

Dossiê:

Hospedarias de imigrantes nas Américas

2016

Navegar, v. 2, n^o 3, Jul.–Dez. 2016

Editora

Lená Medeiros de Menezes

Responsável pelo número

Luiz Reznik

Conselho Editorial Interno

André Nunes de Azevedo; Angela Roberti Martins; Érica Sarmiento da Silva; Lená Medeiros de Menezes; Luiz Reznik; Maria Teresa Toribio Lemos; Mônica Leite Lessa; Syrlêa Marques Pereira

Conselho Editorial Externo (External Editorial Board)

Angelo Trento (Università degli Studi di Napoli)
Chiara Vangelista (Università di Genova, AREIA)
Daniel Campi (Universidad Nacional de Tucumán)
Fernando de Sousa (Universidade do Porto, CEPESE)
Ismênia de Lima Martins (Universidade Federal Fluminense)
Laurent Vidal (Université de La Rochelle)
Luiz Fernando Beneduzi (Università Ca'Foscari di Venezia)
Maria Beatriz Rocha-Trindade (Universidade Aberta de Lisboa)
Maria de Nazaré Sarges (Universidade Federal do Pará)
Maria Izilda Santos de Matos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Maria Luísa Tucci Carneiro (Universidade de São Paulo)
Nadia De Christóforis (Universidad de Buenos Aires)
Óscar Álvarez Gila (Euskal Herriko Unibertsitatea)
Oswaldo Trunzi (Universidade Federal de São Carlos)
Paulo Cesar Gonçalves (Universidade Estadual Paulista)
Pilar Cagiao (Universidade de Santiago de Compostela)
Renata Sinda-Ambrozjak (Uniwersytet Warszawski)
Ruy Farias (Universidad Nacional de General Sarmiento)
Susana Serpa Silva (Universidade dos Açores)
Roseli Terezinha Boschilia (Universidade Federal do Paraná)
Vittorio Cappelli (Università della Calabria)
Xosé Manuel Núñez-Seixas (Ludwig-Maximilians-Universität München)

Conselho Consultivo

Adriano de Freixo (Universidade Federal Fluminense); *Alexandre Belmonte* (Universidade do Estado do Rio de Janeiro); *Baldomero Estrada Turra* (Universidad Católica de Valparaíso); *Chiara Pagnotta* (Università di Genova, AREIA); *Isilda Braga da Costa Monteiro* (Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti/CEPESE); *Leticia Calderón* (Instituto Mora); *Maria Cristina Dadalto* (Universidade Federal do Espírito Santo); *Maria Luísa Ugarte Pinheiro* (Universidade Federal do Amazonas); *Oswaldo Munteal Filho* (Universidade do Estado do Rio de Janeiro); *Rosana Barbosa* (Saint Mary's University); *Yvonne Dias Avelino* (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo); *Zeila Demartini* (Universidade Metodista de São Paulo)

Projeto gráfico e Apoio Técnico Operacional

Carlos Marcelo M. Paes (Bolsista Qualitec)

Correspondência: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 9002 – A, Maracanã, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20550-013. Tel: (21) 2334-0988 E-mail: labimi.uerj@gmail.com

Sumário

Apresentação	6
Dossiê: <i>Hospedarias de imigrantes nas Américas</i>	
“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21 <i>Steven Paul Schwinghamer</i> (Canadian Museum of Immigration at Pier 21)	9
Atracción, recepción y hospitalidade. Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina (1812-1953) <i>Marcelo Huernos</i> (Univ. Nacional de Tres de Febrero/Museo de la Inmigración)	37
Hospedaria de Imigrantes de São Paulo <i>Odair da Cruz Paiva</i> (Univ. Federal de São Paulo)	59
Política imigratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores <i>Luís Reznik / Rui Aniceto Nascimento Fernandes</i> (Univ. do Estado do Rio de Janeiro)	77
“Sonhos, angústias e expectativas”: A hospedagem de imigrantes na Porto Alegre de 1890 <i>Luíza Horn Iotti / Gabriela Ucoski da Silva</i> (Univ. de Caxias do Sul / Univ. do Rio Grande do Sul)	108
Artigos	
Artistas portugueses do humor gráfico na imprensa carioca. Finais do século XIX e início do XX <i>Ana Maria Rebello</i> (Pesquisadora Associada do LABIMI/UERJ)	120
Los exiliados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-15) <i>M^a Jara Rodríguez-Fariñas / Juan M. Romero-Valiente / Antonio L. Hidalgo-Capitán</i> (Univ. de Huelva - Centro de Investigación en Migraciones - CIM)	140
Os Mercenários do Império (1851): Os <i>Brummer</i> <i>Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Piassini</i> (Univ. Federal de Santa Maria)	166
Profundizando la feminización del trabajo en la agroindustria leridana. La contratación en origen y los alojamientos para mujeres <i>Olga Achón Rodríguez</i> (Univ. de Barcelona)	190

Depoimento

- Ellis Island and the Story of Immigration to the United States 214
Diana Pardue (Chief of the museum programs at the Statue of Liberty
National Monument and Ellis Island, National Park Service)

Entrevista

- Krystina Harasym: uma experiência de refúgio no Brasil 222
Guilherme dos S. Cavotti Marques/Julianna C. Oliveira Costa (ed.)
(Pesquisadores do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores)

Resenha de livro

- ANGELO, Elis Regina Barbosa. *Trajetórias dos Imigrantes Açorianos em São Paulo: Processos de formação, transformação e Ressignificações* 232
Jundiaí: Paco Editorial, 2015
Luiz Nilton Corrêa (Univ. de Salamanca)

- Sobre os autores** 233

Apresentação

O tema dos deslocamentos migratórios internacionais ganhou força, tendo intensa repercussão midiática, com o recente drama de refugiados de países em conflitos políticos e étnicos. A imagem cotidiana de milhões de famílias deslocadas, agrupadas e abrigadas em campos precários, ou vagando desesperadamente, à deriva, por estradas e mares, e/ou ainda enfrentando barreiras e controles policiais e alfandegários, levantam questões, não somente políticas, mas éticas, morais e, por que não dizer, existenciais. Até quando será necessário repetir o manifesto expresso na obra de Primo Levi, “Se isto é um homem”?

Considerado pelos meios acadêmicos como a maior crise humanitária desde o fim da Segunda Guerra Mundial, coloca-se em xeque a vontade política das sociedades e dos dirigentes mundiais e dos estados nacionais em reconhecer e abraçar a pertinência do problema. A questão transborda para a capacidade, os meios e os procedimentos para o acolhimento e recepção aos refugiados contemporâneos.

O terceiro número da revista *Navegar* decidiu enveredar por esse tema, em uma perspectiva histórica. Entre o final do século XIX e o início do século XX, milhões de europeus se deslocaram para as Américas. Naquele contexto, distinto do atual, os estados nacionais, desejosos de atrair mão de obra, criaram dispositivos de recepção, controle, triagem e orientação para essa massa humana. Em todo o litoral americano foram criadas hospedarias de imigrantes. As maiores se localizavam, não por mera coincidência, nos principais países receptores: Ellis Island, nos Estados Unidos; Pier 2, posteriormente Pier 21, no Canadá; Hotel de la Rotonda, posteriormente, Hotel de Inmigrantes, na Argentina; Hospedaria do Brás, em São Paulo, e Hospedaria da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, ambas no Brasil. AS cinco localidades foram musealizadas, um século depois, entre fins do século XX e início do século XXI. Convidamos pesquisadores estudiosos dessas experiências para apresentarem artigos neste dossiê. Acrescentamos, ainda, a experiência, de curta duração, da Hospedaria de Imigrantes do Cristal, no Rio Grande do Sul.

O dossiê Hospedarias de Imigrantes nas Américas se inicia com o artigo do historiador e pesquisador do Museu da Imigração do Canadá, no Pier 21, Steven Paul Schwinghamer, que, a partir da história da construção dessa hospedaria, discute as tensões entre os interesses públicos e privados nas políticas imigratórias canadenses na primeira metade do século XX. Marcelo Huernos, professor da Universidad de Buenos Aires, é pesquisador do Museu de la Inmigracion, hoje sob a gestão da Universidad Nacional de Tres de Febrero. Em seu artigo destaca-se o debate entre os diversos projetos relacionados às políticas de acolhimento a imigrantes, assim como uma descrição minuciosa dos fluxos migratórios entre

meados do século XIX a meados do século XX. Odair Paiva, professor da Universidade Federal de São Paulo, já há muito tempo pesquisa e reflete sobre a experiência passada na hospedaria do Brás, com obras publicadas sobre o tema. No seu artigo, além de apresentar uma história da hospedaria, reflete sobre o processo de musealização daquele espaço a partir dos anos 1980. Luís Reznik e Rui Aniceto Nascimento Fernandes são professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisadores do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, com responsabilidade técnica e acadêmica sobre o Museu da Imigração da Ilha das Flores. As experiências, de quase um século, vivenciadas nesse dispositivo de recepção são pensadas como uma janela para a análise das políticas migratórias brasileiras. Como uma breve amostra de um vasto conjunto de pequenas e tantas outras hospedarias criadas no continente americano, contamos com um artigo escrito pela professora Luiza Iotti, da Universidade de Caxias do Sul, e por Gabriela Ucoski da Silva, mestra pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O artigo tem como foco analisar a criação, a organização, o funcionamento e o cotidiano da Hospedaria de Imigrantes do Cristal, espaço criado para recepção dos imigrantes recém-chegados a Porto Alegre na última década do século XIX.

A rigor, o dossiê é complementado pelas sessões Depoimento e Entrevista. Depoimento traz uma relevante contribuição sobre a mais importante porta de entrada nas Américas: a hospedaria/estação de imigrantes de Ellis Island, em Nova York. Diana Pardue, diretora técnica do complexo museológico Estátua da Liberdade e Ellis Island, nos apresenta, brevemente, uma história da imigração, da recepção norteamericana e da musealização do espaço. Aproveitamos a ocasião para publicar a entrevista de Krystina Harasym dos Santos, concedida aos pesquisadores do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores e editada por Guilherme Marques e Juliana Costa. Krystina Harasym, imigrante ucraniana, chegou com seus pais e irmãos, diretamente dos campos de refugiados na Alemanha, ao Brasil, em 1949, passando seus primeiros dias na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores.

A sessão de artigos está composta por quatro trabalhos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. O primeiro, escrito por Ana Maria Rebello, pesquisadora do Laboratório de Estudos de Imigração da UERJ, discute as obras de dois artistas, os imigrantes portugueses Bordallo Pinheiro e Julião Machado, e a sua ativa participação na imprensa ilustrada do Rio de Janeiro, na passagem do século XIX para o XX. O trabalho seguinte é obra de pesquisadores do Centro de Investigações em Migrações, da Universidade de Huelva, Espanha. M^a Jara Rodriguez-Farinas, Juan Manuel Romero-Valente e Antonio Luis Hidalgo-Capitán discutem as características da recente leva de emigração espanhola para o Brasil. O terceiro artigo, da professora Maria Medianeira Padoin e de Carlos Eduardo

Apresentação

Piassini, da Universidade Federal de Santa Maria, apresenta tema pouco explorado na historiografia brasileira: trata-se de pensar sobre a contratação de mercenários estrangeiros pelo Império do Brasil e sua interface em relação ao processo de imigração e colonização germânica ocorrido no Rio Grande do Sul, ao longo do século XIX. Para finalizar, Olga Archón Rodriguez, antropóloga e professora da Universidade de Barcelona, cruza os temas de gênero com migrações, discutindo o processo de feminização da mão obra na agroindústria da região de Lerida, na Espanha.

Esta edição apresenta, ao final, uma resenha elaborada por Luiz Nilton Corrêa, da Universidade de Salamanca, sobre o livro de Elis Regina Barbosa Ângelo, que aborda um dos mais recorrentes fluxos migratórios para o Brasil, o dos imigrantes açorianos, com foco particular no estado de São Paulo.

Este terceiro número da revista Navegar vem consolidar a semente plantada há dois anos, ideia desenvolvida com profissionalismo, competência e dedicação pela nossa editora, professora Lená Medeiros de Menezes, no sentido de tornar esse periódico um veículo para apresentação e discussão de estudos sobre os deslocamentos migratórios, no presente e no passado, conectando pesquisadores pelo mundo afora. Nesse sentido, é com prazer e alegria que convido a todos à leitura dos artigos aqui presentes.

Luís Reznik
Responsável pelo número

"A freight shed which has been constructed for freight purposes": Placing the Canadian Immigration Department at Halifax's Pier 21*

Steven Paul Schwinghamer

Canadian Museum of Immigration at Pier 21

Abstract: The built heritage of the immigration facility at Pier 21 in Halifax, Canada illuminates significant aspects of the history of both Pier 21 as a National Historic Site of Canada and broader Canadian immigration policy and procedure. In the early twentieth-century construction of Halifax's Ocean Terminals and Pier 21, transport and commercial agents held greater sway than did the officials of the immigration department. Other private and government officers, most notably from railways, dictated the relocation of the point of entry in Halifax, designed the piers and sheds of the terminals, and even directed significant aspects of the interior layout of shed 21. During construction and throughout its period of operations for immigration, the buildings at Pier 21 were useful indicators of the power dynamics between private and public interests around immigration to Canada.

KEYWORDS: Immigration – Canada - Built heritage.

Resumo: O patrimônio construído sobre o equipamento de imigração no Pier 21 em Halifax, Canadá, ilumina aspectos significativos tanto da história do Pier 21, como Patrimônio Nacional e Histórico do Canadá, quanto das políticas mais amplas de imigração e assentamento do Canadá. Na construção do Halifax's Ocean Terminals e Pier 21 em inícios do século XX, questões relativas aos transportes e aos agentes comerciais mantinham maior influência do que aquelas dirigidas aos funcionários do ramo da imigração. Outros agentes particulares e governamentais, principalmente das ferrovias, determinaram a realocação do ponto de entrada em Halifax, projetaram os cais e os galpões dos terminais e até dirigiram aspectos significativos do *layout* interior do galpão 21. Durante a construção e em todo o período das operações de imigração, os edifícios do Pier 21 foram indicadores úteis da dinâmica de poder entre os interesses privados e públicos em torno da imigração para o Canadá.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração – Canadá - Patrimônio predial.

One of the key promises of state formation in Canada was the construction of a transcontinental rail system. That railroad would be a means of communication and transportation linking the East and West, promoting settlement and commerce. This significant construction project was completed in 1885, making it possible to reach most major destinations in Canada after entering an ocean port on either the East or West coast. Within about a decade, a combination of favourable commodity prices, aggressive advertising, and relatively open immigration policies led to the most active years in Canadian immigration history. From 1896 until 1914, millions of immigrants came into Canada. 1913 is to this day the banner year for entry into Canada, counting some four hundred thousand arrivals.¹

Dossier

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

This boom provoked a range of responses. First, as was the case during many periods of surging immigration in Canada, nativist concerns prompted the creation of an increasingly exclusionary regulatory framework. Even Canada’s border with the United States, which was long described as “undefended”, was hardened and formalized to prevent the movement of unwanted migrants from one country to the other.² Marginalized and racialized immigrant workers, such as Japanese or Sikh Canadians, pursued seasonal work on the West Coast, including fishing, canning, lumbering, and so on; this period at the turn of the twentieth century saw the American and Canadian authorities strive to regulate and deter their free movement into each country. At the ocean ports and at the land boundary, Canadian immigration authorities used thin pretexts of “climatic unsuitability” and technical requirements for continuous journey or language learning as barriers to immigrants deemed undesirable. Usually, these unwanted immigrants were poor, ill, or racialized.

The second major response of both public and private interests in immigration and passenger transportation was to begin expanding infrastructure. In British Columbia (BC), the federal government had been so ambivalent about providing support for entry - particularly as many immigrants arriving via the Pacific were Asian and therefore construed as undesirable—that they all but ceased their immigration operations for a short period late in the 1800s, even to the extent of withdrawing from their building in Victoria, BC. With the steady increase in arrivals on both coasts, however, a new immigration building was put in place in Victoria in 1907.³ Shortly thereafter, the federal Department of Railways and Canals began design of a new passenger service quay as part of the South End Ocean Terminals in Halifax, Nova Scotia.

The two buildings were quite different. In Victoria, the department sought a “detention hospital”, the name reflecting the civil and medical controls on undesirable entry that the immigration department was expected to execute from the new space. It was a project of the federal departments of immigration and health. In Halifax, the project to expand the arrival infrastructure took a great deal longer to reach fruition. Although construction began in 1915, it was another decade before the Department of Immigration and Colonization and the Canadian National Railway (CN) began to plan fitting up the shed for use as an immigration facility.⁴ This process was celebrated by the railway in the press, where officials called the new terminal the “finest on the continent” and described the project as “splendid facilities.”⁵

The difference in tone could not be more striking. In Halifax, the project had begun under the auspices of the railways and had strong commercial support. By comparison, the West Coast office was a bulwark against problematic entries. A newspaper article on the opening of the facility in Victoria began the description of

Dossier

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

the building proper with the assurance that “[t]he exceptional care displayed by the government to prevent the entry of any diseased or undesirable persons is not generally understood” and after embarking on a detailed discussion of requirements, notes that “even two years after the arrival of the immigrant, if he proves undesirable, he may be deported.”⁶ The East Coast facility was intended to be a gateway for those thought to be the best class of settlers, and was praised in the press for seeing to “every last little detail which leads to convenience and comfort.” Not until later in the piece does the author mention unspecified “natural susceptibilities” of immigrants which lead to the “segregation of the British-born immigrants from those of other countries.”⁷

Halifax’s new passenger terminal of the 1920s is now the last surviving ocean immigration shed in Canada, the Champlain Maritime Station in Quebec having been destroyed in 2011. It is an iconic *lieu de mémoire* for Canadians with personal connections to the immigration and military history of the site. As such, Pier 21 has appeared on stamps, in the pages of recent Canadian passports, and as part of a competition to find the “seven wonders of Canada.” It even served as the namesake for a tavern in the national capital and for a college rock band. Besides these acknowledgements in popular culture, it is also the location for commemorative plaques marking two major immigration waves recognized as National Historic Events: post-war immigration to Canada, and the arrival of War Brides to Canada. Pier 21 is now a designated National Historic Site of Canada in its own right, and it houses one of only two national museums of Canada outside the capitol of Ottawa, Ontario. Again, by contrast, the location of Victoria’s detention hospital is unmarked, the building having been destroyed decades ago.

Although modern public memory emphasizes the role of Pier 21, Halifax’s South End Ocean Terminals were not built solely or even principally for immigration. The terminals included facilities for passenger traffic, baggage and cargo, the mail, coaling ships, and railway service inland. Related railway developments included a hotel, train station, and railway maintenance shed, along with a massive new railway cut that circled the city’s peninsula to reach the terminals. Pier 21 is the name given to what was shed 21 in the initial project, one of four cargo sheds that ran continuously along the seawall of the new quay. The new terminals also included a special building attached to shed 21. That smaller building incorporated spaces for customs examination for new arrivals and a place for passengers to wait before joining their trains.⁸ As a project of the railway and as a link in the Atlantic shipping network, the Ocean Terminals also included a nation-building, British imperial context which has returned to public debate thanks to the project’s placement of a now-controversial statue of colonial agent Edward Cornwallis.⁹ That imperial imagination of the space touched the design of the initial immigration quarters as well, where “British” people were separated from

Dossier

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

“foreigners.” Given the significance of the site in these political contexts, as well as the tremendous expense of the construction, it is unsurprising that the Prime Minister and Governor-General of the day were on hand for a ceremonial opening of the works.¹⁰

Pier 21 was intended to be a facility that encompassed all the services passengers and immigrants might require upon arrival in Canada. One of the site’s heritage values described by the Historic Sites and Monuments Board of Canada is the significance of the site’s built heritage as a “highly specialized building type” that embodies “policies, procedures and attitudes of early 20th-century Canadian immigration processes.”¹¹ However, at the time Pier 21 opened, the Canadian Department of Immigration and Colonization had existed for just eleven years. The process of building and operating Pier 21 shows that the fledgling department did not exert control over immigration facilities, but rather was forced to follow the lead of more influential and powerful partners. The resulting conflict and tension was expressed and can still be explored in Pier 21’s built environment and heritage.

Construction of Pier 21

The politics and process of Pier 21’s construction was dominated, and in fact directed, by interests outside of the Canadian immigration department.¹² Most particularly, railway interests had a continuing and profound influence on Halifax’s immigration facilities, with the Intercolonial Railway and then CN being the companies most interested in passenger carriage inland from the port of Halifax in the early twentieth century. When the project of construction was taken up in earnest by CN in 1925, the railway sought publicity for its work, including offering interviews in Halifax’s press concerning the improvement of the new port facilities, which were explicitly described by CN’s vice-president, J.E. Dalrymple, as including immigration quarters for Halifax.¹³ However fine the accommodations were described to be - and the press was glowing - this understanding of the immigration role of the new Ocean Terminals does not seem to have been shared by the immigration department, or by other government officials. Given the mention of the department in the press, an inspector from the immigration department reviewed the structure at Pier 21 two days later and concluded that it was “altogether unsatisfactory and that accommodation could never be provided in such sheds suitable for the examination of passengers and immigrants and for civil detentions.”¹⁴

Immigration officials, particularly those local to Halifax, maintained this view for some time. Since they found their existing arrangement at Pier 2 adequate, the tremendous cost and inconvenience of the move seemed unreasonable, especially to an unsuitable building.¹⁵ The Department of Immigration and Colonization was

Dossier

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

also understandably confused by the railway publicly championing a move for immigration from Pier 2 - which building was also owned by the railway - to the new terminals. The railway and the immigration department had renewed the lease for immigration quarters at Pier 2 only a few weeks prior to the railway beginning to promote the new immigration location at the ocean terminals.¹⁶ With a five-year lease in hand signed by the very organization that was publicly pressing for them to move, immigration officials felt protected in their resistance. The situation was further complicated by the railway’s instructions to the immigration department urging economy in their move as the new shed at Pier 21 would “be temporary quarters in any event” with a new permanent building to follow, built elsewhere in the ocean terminal area.¹⁷ This confusion apparently extended within the railway company as well, as about one month before the new quarters opened, the immigration department received a request for information about the move and future accommodation for agents from the Director of Colonization at CN, W.J. Black.¹⁸ At the other extreme from this lack of awareness, CN’s detachment in Moncton, New Brunswick, seems to have believed they had jurisdiction over office allotments in the annex building.¹⁹

Despite the reluctance from immigration officials, the department wound up pressed into moving from Pier 2 to Pier 21. The decision was reached during a meeting on 18 December 1925 in Ottawa which the immigration department’s representative, Assistant Deputy Minister Frederick C. Blair failed to attend, although he records in a memo that he “sent over a message by telephone that we, having a five year lease of our present quarters and finding them satisfactory for our purpose, are not directly interested in moving to any other quarters.” The meeting did not resolve details related to passenger traffic, as although the CN had “orders from the government” to effect the move of transatlantic business to the new ocean terminals, the railway did not have any concrete information about how passengers, cargo, baggage and the like might actually move through the buildings.²⁰ The intransigence of immigration officials meant they missed several opportunities to submit design suggestions early in the building of the site, and as a result key initial proposals for the interior design structure (and thus the function) of Pier 21 came from the railway architect and not from immigration authorities.²¹ In fact, after about a year and half of correspondence with the immigration department to request their participation in planning the interior of Pier 21, the CN Building Engineer, Mr H.J. Crudge, wrote the area superintendent for immigration in May of 1927 that the railway “interviewed the local officers of your Department at Halifax, but did not seem to be able to get very much information as to what should be done, and we therefore decided that it would be best to make up a layout of what seemed necessary and submit it to you for approval.”²² This should be set alongside the modern argument about Pier 21’s significance, noted above, as a “highly specialized building type” that embodied its contemporary

Dossier

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

immigration process. Pier 21, even to its interior layout, was and is a product of the plans and projects of the railway. As the senior Canadian immigration agent for the Atlantic region commented in 1926, “[a]t best we will simply be occupying a freight shed which has been constructed for freight purposes and not with any thought of its being used as an Immigration building.”²³ Where the involvement of immigration agents emerges in the record, it is often to make minor adjustments to plans that are the handiwork of the railway’s building engineering team, rather than to make material counter-proposals that shaped the design and function of the site.²⁴

The influence of the railway extended through many aspects of the construction.²⁵ However, moving the immigration quarters in Halifax and all the attendant ship traffic involved many agencies. Some of these other partners, like the railway, had a great deal more influence than the Department of Immigration and Colonization of the 1920s. Steamship lines, for instance, were instrumental in the re-arrangement of ocean passenger traffic in the port of Halifax, and their input also directly shaped the design and layout of historic Pier 21 as an immigration facility. The immigration authorities had requested the use of both floors of shed 21 and the upper floor of shed 22 in discussion, but were overruled by steamship companies. The final configuration of the immigration facility, built only on the second floor of shed 21 and with an adjoining annex building, was a compromise reached after the immigration department’s desired configuration was rejected. Immigration officials had argued that having “all our accommodation on one floor is altogether unsuitable” and that it would cause “considerable confusion and [prevent] the handling of passengers in a methodical and satisfactory manner.”²⁶ The priority given to the commercial interests attached to the site extended to the Halifax city Board of Trade, whose members asserted their influence in determining the place and process of immigration at the site. The Halifax Board of Trade, a private municipal body, even obtained the right to review and approve the design modifications proposed by the federal government’s immigration authorities.²⁷ Together, the Board of Trade and the steamship lines were instrumental both in preventing the immigration officials from claiming the ground floor of the sheds and in advancing the use of an additional building, rather than integrating facilities within the single structure of the waterfront shed at Pier 21.²⁸

Dossier

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer



Figure 1. Immigration Quarters as constructed at shed 21, 1928. On the left, note the large assembly area. To the right are offices and the accommodation, detention, and hospital facilities.

Halifax Port Authority #10882

One of the most important aspects of the construction and operation of Pier 21 is obscured in the public memory and designation of the modern site: the facility was not just based in the waterside shed, but also in an annex building attached to the shed by overhead walkways. That annex building was the only part of the site to be significantly expanded during its operation—but it was not for immigration. It was billed the “Customs Examination and Waiting Room Building” in the 1928 CN blueprints, as well as in the original lease for the properties.²⁹ The addition of another building outside the sheds, however, was a critical part of the immigration department accepting the move to the Ocean Terminals, even if that annex building was mainly for customs processes and railway ticketing. The CN Building Engineer, H.J. Crudge, had apparently informed immigration officers early in the process of relocating that a separate building would be set up close to the sheds “for Immigration requirements.”³⁰ The construction of this annex building was negotiated late in the overall project, and did not feature in the original plans, but by late 1926, authorities from the customs department and from the railway were proposing layouts for this “new passenger building.”³¹ The annex building was devised as a compromise by the railway to promote and facilitate the changes in passenger traffic but also to accommodate the wishes of the steamship companies, which argued that they required use of the complete bottom floor of shed 21. The annex building accordingly was envisioned, according to immigration officials, as a kind of surrogate space for many of the functions the immigration officials had imagined were appropriate to the ground floor of shed 21, including customs examination and particularly for checking of heavy luggage.³² The annex was rushed to completion over the winter of 1927-1928, and the site, comprising both buildings, was opened on 8 March 1928. The construction process of the Ocean Terminals and the passenger and immigration facilities illustrates that the Canadian Department of Immigration and Colonization was in a secondary role in the creation of what is now celebrated as a historic, purpose-built immigration facility. Principal interest in the project fell with the hybrid public and private interests around transportation: the private railway companies and the associated federal Department of Railways and Canals, as well as with the steamship lines and their commercial partners. Over the longer term, the immigration department did not

Dossier

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

own the site, and neither did the Department of Public Works: rather, it came to be a property of the Halifax Harbour Commissioners (now the Halifax Port Authority), with all the departments and agencies related to immigration simply using the space as rental tenants. The complex relationship of the immigration authorities with the site, and the layered power within it, are further revealed by considering each of the steps in the progress of passengers through the site.

Passenger Processes

The first steps most passengers took to enter Pier 21 were on a lightweight gangway leading directly from the deck of the passenger ship into the interior of the second floor of the waterfront shed. Upon entering the immigration quarters at Pier 21, passengers gathered to wait for interviews and inspections in a large assembly area. This was an airy gallery, split in the middle by a set of centrally located washrooms and a counter. If issues emerged during examination, a prospective immigrant could be held back. Depending on the problem, an immigrant might be offered accommodation (if, for example, they had to wait for a sick family member) or be placed in detention (if the issue was a serious breach of immigration regulations or if inspectors perceived a security threat).³³ The difference in the function and intent of the spaces is illustrated by the immigration department’s use of hotels if accommodation was not available, and local jails if detention in the strong rooms was not possible. When Pier 21 opened, there were five accommodation rooms: one each for “British” men and women, another two for “foreign” men and women, and a fifth for mariners.³⁴ The accommodation rooms did have secured windows and doors, although people were usually free to come and go during daylight hours.³⁵ Accommodation areas also included a recreation room, dining room and airing galleries on the water side of the building.³⁶ On the other hand, the strong rooms were a secure cell.³⁷

Most passengers did not enter either the accommodation or detention area, and instead proceeded from the second floor of shed 21 to the annex building by way of the overhead walkway called the Ramp. The hand baggage immigrants had with them would be checked in the ramp, which had a continuous counter on one side staffed by six to eight customs officers.³⁸ In 1928, passengers proceeded directly down from the passageway to the ground floor of the annex to reclaim their large baggage and have it checked by a customs officer. After it was inspected, it would be marked with chalk, and ticketed by the railway for loading on the train.³⁹ As with the civil examinations, the customs check was quick: only a few minutes per individual.⁴⁰ Once a passenger cleared medical, immigration and customs examinations, there remained only the wait for a train: examining the passengers and baggage on an average ship took about eight hours.⁴¹ Some passengers had to make arrangements with regard to their train travel inland, and so both CN and CP had ticketing offices in the annex building. A canteen and dining area offered

Dossier

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

meals and take-away food for passengers awaiting their train. Further, various aid agencies cooperated with the immigration authorities to offer comfort and support to immigrants during their arrival, and they played a particular role during the wait. When Pier 21 opened, these social service groups had an office area on the ground level of the Annex Building, near the customs examination and waiting areas. After the addition to the annex building, new space was built for the agencies upstairs, near the entrance into the annex from the Ramp.⁴² One of the best-known features of this area was the Red Cross Seaport Nursery. The nursery included a rest area, a kitchenette and a large lavatory, as well as a storage area.⁴³ The staff and volunteers were focused on the welfare of mothers and children, giving away coffee, tea, milk, biscuits and articles of clothing.⁴⁴ There were also playpens for toddlers, and sometimes colouring materials or other activities for older children.⁴⁵ Once the passengers had all cleared their examinations, they could join a train between the two buildings, and leave Pier 21 and Halifax for their destination elsewhere in Canada.

The movement through the site for most passengers was a fairly simple circulation: interviews on the second storey of shed 21, hand baggage checked in an overhead walkway between the shed and the annex, and then baggage inspection and train ticketing in the annex before leaving. Each step, however, can be marked by conflicts and compromises between authorities operating at Pier 21. For instance, the gangway that most passengers used to enter the Pier (and therefore Canada) had been a source of friction between the immigration department and commercial interests including the shipping companies. The gangway was needed to allow passengers to cross directly from their ship into the immigration quarters on the second floor while the open space on the pier and the lower floor of the shed were used to handle cargo and baggage. However, the gangway itself was experimental when the facility opened and some shipping agents were not confident of its functionality. About a week before the facility opened, steamship companies drew the attention of the immigration department’s travelling inspector, T.B. Willans, who noted that the companies protested “strongly against present plan for working gangway” in a telegram to his superior, J.S. Fraser, the Atlantic Division Commissioner.⁴⁶ Those concerns were misplaced: after two weeks’ of operation, the senior immigration agent at Halifax, W.L. Barnstead, is careful to note amid his other observations on the site that “twelve transatlantic steamers have docked to date with over 3700 passengers, and so far none have had to land downstairs” on the ground level of the pier.⁴⁷ Even the space required for landing via gangway on the second floor had provoked ongoing concern during construction. At one point, once the immigration department had all but lost the argument about using both floors of shed 21, the commercial agents involved further proposed that a passage of twenty-five feet in width all along the ocean side of the upper floor of sheds 21 and 22 would be needed for landings via gangway. In a building just

Dossier

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

under one hundred feet wide, that was a significant loss of space, and in the 1920s, the loss of that exterior wall meant, as the Superintendent of Immigration complained, “accommodation with light and ventilation only on one side.”⁴⁸ (This proposal was corrected only after interventions by the most senior immigration officials.)

Landing arrangements had been a sore point between the immigration department and its partners in Halifax during operations at Pier 2. In the mid-1920s, while resisting the move to the Ocean Terminals, the immigration department had called for their quarters to be situated elsewhere than Pier 21 precisely to accommodate more than one ship directly alongside the immigration pier. This would have required using a pier that jutted out into the harbour, and the immigration authorities recommended using pier A (in the vicinity of the grain elevator, south of Pier 21) for this reason, but this was rejected.⁴⁹ The Board of Trade of Halifax had recommended using the top floors of both Pier 21 and 22 for immigration processing, but the project for the immigration department was already very expensive and they could not justify the increase in construction costs as well as in ongoing operations and payroll to maintain staff across two reception piers. None of these proposals were pursued, and the accommodation at Pier 21 was built using the single gangway. Nevertheless, the department learned to deal with days in which far more than a single ship called: for example, on April 6, 1930, six ships called at once. If more than two ships were in, officers might board a ship and conduct processing on board rather than disembarking passengers first. Passengers were also occasionally disembarked onto the brow of the pier when the gangway and assembly areas were occupied.⁵⁰

Once physically in the immigration quarters, passengers had to pass a set of inspections to verify or obtain status as immigrants, visitors, or returning Canadians. They left the gangway area and waited for these inspections in the assembly area. In 1928, the space was more than 200 feet long and more than 80 feet wide, capable of accommodating almost one thousand passengers in total.⁵¹ The assembly areas and the associated examination space of Pier 21 were a noteworthy feature of the facility in their own right: instead of assuming that immigrants would be interviewed aboard ship before disembarkation (a normal practice in Canadian immigration), Pier 21 incorporated space and infrastructure designed for inspection on land.⁵² The assembly space was substantially diminished in the 1950s by the expansion of Pier 21’s office spaces to incorporate regional headquarters and the addition of more washrooms. Even the waiting space could be a point of conflict, as a reduction in space for disembarking affected how quickly a ship could depart from the pier, and so impacted the shipping lines and their schedules.

Dossier

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

Although passengers were at an immigration site, the first examining authority over newcomers to Canada was the federal health department. A ship would clear an initial quarantine check before being allowed to dock, and then individuals also had to clear their own medical screening. At the time Pier 21 opened, medical examination at the site was usually a quick formality that followed up on stringent overseas pre-screening.⁵³ If there were any minor medical issues, the site had a well-equipped clinic and a hospital.⁵⁴ A more serious problem, such as a chronic illness or a disability, might have been cause for refusal and deportation.

In Canada, medical inspection took precedence over the civil examination of immigrants, and this was reflected in the process and practice of staff at Pier 21. Notably, the medical staff stationed at Pier 21 were not employees of the Department of Immigration, nor of the provinces (whose jurisdiction included health matters), but rather of Canada’s federal health department. That department had a Quarantine, Immigration Medical and Sick Mariner’s Service, generally known in this context as Immigration Medical Service (IMS).⁵⁵ That office was responsible for medical inspection and examination, for advice and support to immigration authorities, for treatment of sick people in the care of the immigration department, and the payment of costs for treatment of indigent immigrants. IMS resolved some of these issues by using a set of services maintained by their own department to minimize medical burdens. The Immigration Medical Service organized overseas medical examinations, on-site examinations at ports of entry, and in-house medical facilities at immigration quarters. This network left only emergency care to be co-ordinated with outside institutions. This overlapping network responded to policy, to public health needs and to advances in medical care. However, acting on these factors required collaboration between officials of the health and immigration departments as well as various levels of government. This led to a constant tension around medical services for arriving immigrants, as the various government entities had unique concerns and interests.

Pier 21’s medical officers were responsible for ensuring that arriving immigrants were in compliance with the regulations and requirements of the *Immigration Act*, and more broadly, to protect public health. However, it would not have been possible to conduct a full medical examination of every passenger arriving at the port: the sheer volume would have been overwhelming.⁵⁶ This problem pre-dated Pier 21’s operation, and so did the solution: having immigrants obtain a medical check before crossing the ocean. The logic of overseas screening was laid out in the Canadian context as early as 1912. Dr. Charles Bailey, an employee of the US Public Health and Marine Hospital Service at Quebec and Saint John, stated, “[f]rom a humane standpoint every effort should be made to detect excludable cases at the port of departure...in order that hundreds yearly of such immigrants

Dossiè

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

may not have to suffer the hardships” of deportation upon or after arrival related to known medical conditions.⁵⁷ According to Dr Lloyd Hirtle, a medical officer at Pier 21 through the 1950s, the process of overseas medical clearance “made it much easier for us, here, because it was just a matter of checking documents in most cases.”⁵⁸ Although overseas advanced screening had the most significant impact on the daily practice of medical inspection at Pier 21, there were other important safeguards used before a ship could dock and disembark passengers. By the 1950s, the process of boarding a ship for medical inspection was uncommon at Halifax. Ships were generally cleared by radio pratique: the ship would wire in advance, usually a full day ahead of arrival, with an indication of the health of the passengers. If there was no indication of a need for quarantine, the ship would be granted pratique and so could come directly to dock.⁵⁹ If the ship came from an area with known health risks, it would anchor in the harbour until inspected.⁶⁰ After quarantine clearance was complete, the ship could dock and proceed with customs and immigration inspections, as well as the individual medical checks for passengers as required.⁶¹ Whether obtained abroad, at the port of entry or inland after arrival, all immigrants were subject to individual medical examination before presenting themselves to an immigration officer for admission to Canada.⁶² However, this did not mean that all passengers entering Pier 21 were subject to inspection. Many groups were not normally examined, including tourists, business travellers, and people visiting Canada for less than a year.⁶³ The only people completely exempted from medical examination were returning Canadians, and foreign diplomats or officials, although both these groups were still subject to quarantine provisions if appropriate.⁶⁴

A person who was not admitted for medical reasons had several possible outcomes. The most severe possible outcome for failing a medical examination was deportation. Theoretically, medical officers could not turn immigrants away on their own authority, but they could certify them for a condition that could prohibit entry. Immigration officers would interview them after the certification and could turn them away. Sometimes a person was rejected and deported on the same day as they arrived.⁶⁵ Of course, in many Canadian ports, the bureaucracy around immigration and medical services for immigrants was heavily intertwined based on complementary development. At the turn of the twentieth century, medical officers at several Canadian ports of entry were also immigration officers, a concentration of authority strongly supported by Canada’s Chief Medical Officer of Health, Peter Bryce, who argued that “it would seem desirable that the same officer be clothed with the double powers of Immigration Agent and of Medical Inspector in order to make his authority under the several clauses of the Act unquestionable.”⁶⁶

Dossier

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

The priority of medical interests in Pier 21’s operations is a good reflection of broader Canadian policy, and it was intentional even within the *Immigration Act* that this priority should be in place. Nevertheless, the public memorialization of the site that focuses on the waterfront shed and tends to overlook the annex building, has also largely overwritten the supporting sites for medical care of immigrants in Halifax. Pier 21 did integrate medical treatment and accommodations in its second storey immigration quarters—one of only a few sites in Canada that did so.⁶⁷ However, medical staff relied on relationships with other nearby facilities for some needs. For example, while there was quarantine administration office at Pier 21, arriving cases of serious infectious disease were treated at Lawlor’s Island Quarantine Station or Rockhead Infectious Disease Hospital.⁶⁸ Lawlor’s Island, an island quarantine station, operated from 1866 until 1936. During its heyday, it was an important site for the protection of public health in Canada. In 1903, for instance, almost 70 000 passengers were checked at the site and about 800 were detained or treated.⁶⁹ However, the improvements in medical science and screening practice that shaped immigration policies also altered traffic at Lawlor’s Island. In 1928, when Pier 21 opened, just one patient was admitted to Lawlor’s Island, and in 1929, there were no admissions at all.⁷⁰ The medical changes that led to the closure of Lawlor’s Island - and indeed most of the island quarantine service in Canada in the 1930s - meant that Rockhead was not often needed as a quarantine station. However, during larger movements with more medical demands, health and immigration authorities at Pier 21 would use the facility at Rockhead to expand their regular accommodation, as was done for the refugees who arrived aboard *Walnut* in 1948-1949, and again during 1956-57 for refugees from Hungary arriving in Halifax.⁷¹

Changes in medical practice had an impact within the site as well: the medical facilities housed at Pier 21 grew substantially over time. The medical clinic was a minor part of the structure as it opened in 1928: the medical examination line ended at two doctors’ offices and associated small examination rooms.⁷² By 1971, the medical clinic expanded north into the office space with a minor operating room and comprised a complex of more than twenty rooms running about one hundred feet in length and about thirty feet in width.⁷³ In 1928, the immigration hospital spanned the width of the building at the north end, with wards touching the east and west walls, and washrooms, a surgery and storage rooms in between. The nurse’s apartment was in the northwest corner of the building. In 1971, the hospital had a slightly smaller footprint, with all four wards clustered adjoining the west wall of the pier.⁷⁴ For Pier 21 as a facility, the combination of competing authority from the health department over the space, and regular change in medical science and policy, resulted in the medical clinic being the only part of Pier 21’s physical plant that was regularly altered during the years of operation.⁷⁵

Dossier

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

Together, the priority of the medical inspection and the overseas and local support for the federal Immigration Medical Services complicate Pier 21 as a gateway, placing the immediate immigration establishment in a much more extensive network that ranged from a set of local health support institutions to a well-established and credentialed system of overseas medical screening. Substantial medical approval for entry to Canada occurred nominally at Pier 21- and immigration and health authorities were careful to reserve the right of refusal for staff at the borders - but functionally, the power and practice of medical screening and exclusion generally rested with accredited doctors abroad.

This pattern was also expressed in the civil inspection, which followed the medical. Passengers had to clear the civil examination to determine their entry into the country. This was once more a verification of overseas preliminaries, and so was generally quite rapid – often just a few minutes for a single immigrant.⁷⁶ The imagined function of Pier 21 as a gateway institution, and the centrality of the process located at the physical site, is again troubled by the much larger space of the Canadian immigration admission network that existed during Pier 21’s years of operation. By the time an immigrant presented themselves for a ticket to Canada with a ship from Europe, they usually had to demonstrate admissibility. The shipping lines had an interest in this because Canada held the carrier accountable for passengers deemed inadmissible or deportations. Authorities abroad, including security or police agents, shipping line officials, visa officers, as well as the doctors mentioned abroad, shaped, limited and ultimately often granted or denied a person’s ability to even appear at Pier 21- and the outcome of those processes was an overwhelming predictor of a person’s success in entering the country. It would be unfair to reduce the diligent work of officers at Pier 21 to rubber-stamping the preparatory work of others - but they did have the benefit of relying on several other layers of screening, and the immigrants that arrived at Pier 21 were only those who succeeded and persevered through the farther reaches of Canadian border processes.

This situation has an interesting implication for the history and imagination of the Canadian border, and specifically Pier 21. A very high percentage of people visibly present at Pier 21 (and other border sites) would be admissible, even during the Great Depression when immigration regulations were tremendously restrictive. A significant part of Canada’s historical record of individual immigration deals with the returns presented at this point in the process, after the overseas screening was complete. The primary evidence of processes at border sites including Pier 21, therefore, reinforces the broader national construction of a culture and practice of admission, of “open doors”, of immigrant reception. There is little opportunity - even after careful consideration of the historical record of the ports - for a considered reflection of the actual scale of denial experienced by potential

Dossier

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

immigrants to Canada. What denial, detention, and deportation we can identify in the historical record is usually only that fraction of immigrants who had passed all other authorities before being refused at Pier 21 or another port of entry. Overseas refusal was literally invisible to Canadians at the time, whereas cases of detention and deportation in Canada could attract public view - and sometimes associated political pressure.

Passengers who cleared inspection carried on out of the second storey of shed 21 via an overhead walkway, called the Ramp, that ran between the civil inspection area of shed 21 and the south end of the annex building. That Ramp also had connections to conflicts in port operations between commercial and public interests. At Pier 2, the immigration department had some difficulty reining in steamship lines that allowed passengers to disembark in neighbouring Pier 3 if their ships were also offloading a substantial amount of cargo. With cargo on the ground floor of the shed at Pier 3, trains and other transportation nearby, and no clear authority in the space to direct immigrants, the Halifax agents worried about losing track of newcomers in the confusion. Early in 1910, the Superintendent of Immigration W.D. Scott observed that “such arrangements as exist for the passage of persons from one building to the other were constructed without the knowledge or consent of the Immigration Department and altogether outside of our business” pointing to the recurring problem of adequate control and inspection in that situation.⁷⁷ By contrast, the Ramp at Pier 21 kept processes for people and cargo at the pier better separated. The space of the Ramp was used by officers of the customs department to inspect hand baggage - a suitable transition in a space that led out from the immigration quarters to the Customs Examination and Waiting Room Building. The annex was, as mentioned earlier, an addition to the site plan granted as a compromise to resolve the requirements of many interests. This fact gives the building a curious relationship to the modern designated historic site, which includes only the shed structure. However, the annex rather than the waterfront cargo shed was the purpose-built structure for assisting passenger entry.

Despite the building being called the “immigration annex” in later years - which name still appears on the building at present - the business of that space was really everything but immigration proper. Customs examination, railway ticketing, catering, and service organizations dominated the annex. To accommodate the functions of these other agencies, a significant addition to the annex was built in the early 1950s, adding roughly twenty thousand square feet of space to a building that had been about thirty thousand square feet. When the addition was completed, the annex building was actually slightly larger than the immigration quarters on the second floor of shed 21, meaning that the immigration department quarters occupied a minority of space in the historical facility.⁷⁸

Dossier

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

The social services in the annex were an important aspect of passenger and immigrant experiences of the site, especially for those who shared either faith or language with the volunteers and clergy who offered guidance and assistance. Various chaplains, provincial representatives, volunteer and charitable organizations were engaged with the relocation of immigration services quite actively from 1925 through to the opening of the new site. A number reached out directly to politely indicate their needs to the immigration department - but they did not hesitate to escalate through Members of Parliament and other channels when they were unsatisfied, and even banded together to protest the open style of accommodation provided for them in the annex. In their letter protesting the planned accommodation and requesting eight offices for a variety of agencies, the representatives state of their new space that “whoever designed it had evidently no knowledge of our work.”⁷⁹ The authorities around the social service agencies were sometimes further complicated: for instance, Abbé Philippe Casgraine, who petitioned for a private office, was both a Roman Catholic port chaplain and the representative of the Quebec government for settlement and colonization. The immigration department had to write him directly to clarify which of his roles required office space.⁸⁰ In another case, the Canadian Bible Society went to the Minister of National Defence for his advocacy on their behalf.⁸¹ In one of the few examples of the immigration department successfully fending off the interventions of outside interests on the construction of Pier 21, the department was able to resist these pressures and maintain an open-concept area for the voluntary and charitable organizations. A formulaic response used in a few instances of correspondence indicated that “the Department gave careful consideration to the matter...and is of the opinion that the accommodation provided is all that is required for the performance of their duties.”⁸²

The annex building also featured the Canadian Red Cross’ Seaport Nursery. This institution was already established in the footprint of Halifax’s immigration facilities with their nursery in Pier 2, so when the move was planned, the immigration department functioned as a intercessor with the CN and their building engineer to obtain space and modifications desired for the new nursery.⁸³ The relationship may have been a bit too comfortable, as the Red Cross threw a private fundraiser in the government space of the nursery in 1929, requiring a remonstration from JS Fraser, the Division Commissioner for Immigration, to the senior immigration agent in Halifax, WL Barnstead. Fraser stated that “the Immigration Buildings are solely for the purpose of receiving and handling passengers arriving at our ocean ports and you have no authority to allow any portion of the building to be used for any other purpose.”⁸⁴

From the annex building, immigrants usually departed by train for destinations across the country. Of note, departures for those bound within Nova Scotia were

the occasion for CN to demand the immigration department provide sleeping quarters so as not to delay ships or trains.⁸⁵ The Canadian Pacific (CP) and CN railways also had a bitter argument about the provision of ticketing facilities in Pier 21 and at other ports of entry - in the case of Halifax, it is unsurprising that CN resisted providing its competitor with an office, even to the extent of refusing them signage once their space was allotted.⁸⁶ From first to last steps at Pier 21, then, a person passing through Pier 21 was constantly in contact with spaces reflecting the complex partnerships between the immigration department and the many other agencies active at the site.

Missing from this passage through the site, it may be noted, is the central office bay between sheds 21 and 22. That area, which includes the iconic brick façade often used to represent the contemporary historic site and museum, was not part of the historical immigration facility. The central office bay housed a number of other related tenants of the site, including port police, United States Immigration offices, and shipping agents - but not Canadian immigration officials.⁸⁷

Pier 21 in Operation

Just as the process of moving through the site reveals points of conflict and the intersections of power, so too does a brief survey of key points in the history of the use of the site. CN and its predecessors had played key roles in the design and construction of Pier 21, but the railways were also critical agents in broader immigration policy at the time.⁸⁸ The first few years of Pier 21’s operations fell during the Railway Agreement, by which the federal government allowed the two major transportation companies, Canadian Pacific and Canadian National, to function as settlement promoters and agents abroad as well as drawing transportation business directly to their own ships and rail services.⁸⁹ The railways brought in many settlers from central and eastern Europe under this program, but shortly after Pier 21 opened, economic and social events of the Great Depression led to a series of changes in Canadian immigration policy. The interwar years, 1919-1939, are marked by a negotiation of inclusions and exclusions in Canadian immigration policy. After the First World War, the Canadian government assayed various regulations restricting the entry of those deemed undesirable for cultural or ideological reasons, increasing the amount of money each immigrant needed to enter, and limiting entry for contract labourers. These regulations were sporadic efforts, and indeed the Railway Agreement marked a step by the government away from restriction. However, the explosion of unemployment attending the economic collapse of the Great Depression was coupled with the natural disaster of severe drought in the Canadian West in the early 1930s. In 1931, the government passed an Order-in-Council which limited immigration generally to white American or British subjects with some wealth, immediate family of legal residents able to sponsor them, and farmers with “sufficient means to farm in

Canada.”⁹⁰ These rules throttled immigration to Canada in the 1930s, leaving the flow of entries at about one-fifth or less of the level of the previous decade.⁹¹ These major political and economic events shaped the operation of Pier 21. Fenton Crosman, reporting for work for the first time as an immigration inspector in Halifax in the winter of 1936 after a pressing request for help, noted that “they say it is very quiet here just now...Urgently needed! My hat!”⁹² Halifax’s new facility for ocean traffic, constructed and opened with such public fanfare, was brought nearly to an idle within three years of opening, and remained quiet throughout the decade leading up to the Second World War.

A significant break in authorities over the space at Pier 21 occurred during the Second World War. Just as during the First World War, when the immigration building at Halifax’s Pier 2 was used extensively by the military for coordinating the movement of personnel onto troopships, Halifax’s immigration infrastructure again was subordinated to military needs in 1939.⁹³ Canada’s pre-war immigration regulations had been so restrictive that even the onset of global hostilities did not depress the annual immigration rate much further. From an average of about sixteen thousand per year during the 1930s, immigration in wartime fell only slightly, to just below thirteen thousand per year.⁹⁴ This was somewhat deceptive, though, as the conflict brought a large number of merchant mariners into Halifax, many of whom were foreign nationals needing some form of immigration processing. If they had problems with admission, they needed to be detained at the pier, and so the immigration staff and space of the pier were all but entirely devoted in one fashion or another to the war effort. One staff member attested that the immigration workload increased enormously during the war.⁹⁵ The redirection of the site’s resources extended to Pier 21’s role as an accommodation space as well. During wartime, the assembly area was briefly used as a temporary barracks, and the dormitory spaces in the immigration quarters were sometimes used as a rest camp for port workers.⁹⁶ The scope of the war effort at Pier 21 is significant. Slightly less than one million immigrants entered Canada via the site; approximately four hundred thousand military personnel left Canada to serve overseas from Pier 21 during the Second World War. For over six years Pier 21 was transformed into a military embarkation facility, and many Canadians trace connections to Pier 21 through that wartime activity rather than through immigration entry.

However, the military period in Pier 21’s history is also notable as an opportunity to reveal the intentions and agency of the immigration authorities in their rented accommodations. In March of 1944, the Canadian Department of National Defence’s Embarkation Unit started a major fire that destroyed the immigration quarters on the second storey of shed 21.⁹⁷ The immigration department had initially presumed that there was little risk of fire in the largely steel and concrete

shed, but the interior furnishings and grain gallery provided adequate fuel for a truly devastating blaze.⁹⁸ Almost all of the second storey of shed 21 was consumed by fire, with only a few structures near the landing area and the mobile gangway surviving. Even the steelwork largely had to be replaced. Fortunately, there were no casualties.⁹⁹ The fire marks a significant point in our understanding of the relationship of the immigration department to this site, as the rebuilding process reflects that department having much more influence and control over the process - no longer a junior partner for the operation of their own space, even though it was subordinate to the Department of Mines and Resources at this time.

Without the waterfront shed, the department was forced to make more use of the immediate terminal area, including operating in the annex building and in temporary structures while repairs took place. Despite a fairly rapid demolition, it took more than a year to grant tenders for rebuilding, and the shed did not reopen until December of 1946.¹⁰⁰ Over this time, immigration officials revisited the design of the shed, although the work was overseen and contracted by the property owners, the National Harbours Board.¹⁰¹ Comprehensive collections of drawings for both the original construction and the post-fire rebuild of the pier reveal that the immigration department did not shift their use of the busiest spaces of the pier very much in response to the fire. The rebuild was an opportunity for the department to finally assert control over the space at Pier 21, to reshape the place away from the influences of transportation and commercial interests. With this restoration of the site after the fire, the process of entry at the site as described earlier - medical and civil examinations based out of a large assembly hall, followed by crossing over into the annex building - remained the same.¹⁰² The continuity for the major traffic through the site can be set against an interesting set of changes for the immigration offices, detention area, and hospital. There, the segregation of “British” and “Foreign” people was removed, and a few smaller detention rooms were added for use where appropriate, such as with families waiting for the release of a sick relative. Spaces were also added to accommodate meetings and boards of inquiry for passengers whose entry was denied.¹⁰³ All of these changes reflected shifting practices, policies and interests within the immigration department. As the post-war boom continued, the immigration department cemented its primary interest in the place of the immigration quarters by moving the district headquarters for the Atlantic region into the office area of shed 21. This is also when the immigration department had the previously-discussed addition to the annex building put in place, to the benefit of social services, transportation companies, and the customs department.¹⁰⁴ It is important to note that although the immigration branch did use the opportunity of the fire to take better command of the facility at Pier 21, the space stagnated after this period. The years immediately after the Second World War were marked at Pier 21 by a series of major waves of entries: first, soldier dependents, and then refugees and

Dossier

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

economic immigrants leaving Europe in the wake of the war. The construction and changes at Pier 21 came just as ocean traffic shifted back from Halifax to Quebec (Canada’s busiest ocean port of entry). Then the passenger liner business fell away through the 1950s and 1960s, supplanted by air travel. The immigration department updated the site just as it began its slow decline towards disuse. The slowing traffic meant there was little reason to effect change for immigration processing at Pier 21. Instead, as noted above, facilities for the federal health department, and for customs and others in the annex, were the principal points of change at the site.¹⁰⁵

Conclusion

The histories of power dynamics around Canadian immigration are inscribed on the site of Pier 21, visible in the built heritage. Private interests, and particularly transportation companies, dominated the concept and construction of Halifax’s Ocean Terminals. Everything from the location of the passenger landing terminal to its interior layout lay beyond the influence of the immigration department, although the site is now associated with that single purpose. During construction and throughout its period of operations for immigration, the buildings at Pier 21 were useful indicators of the power dynamics between private and public interests around immigration to Canada, and of the relative influence of the immigration department.

Notes and references

* This paper builds on work previously published or shared through the Journal of the Royal Nova Scotia Historical Society and the Canadian Museum of Immigration at Pier 21; the author is grateful for permission to expand those earlier pieces here.

¹ STATISTICS CANADA. Historical Statistics of Canada, Immigration: Immigrant Arrivals in Canada, 1852 to 1977 (Table A350). <http://www.statcan.gc.ca/pub/11-516-x/sectiona/A350-eng.csv>.

² Kornel CHANG. “Enforcing Transnational White Solidarity: Asian Migration and the Formation of the US-Canadian Boundary”. *American Quarterly* 60:3 (September 2008), 693

³ Steven SCHWINGHAMER. “Canadian Immigration Facilities at Victoria, BC”. Blog post for the Canadian Museum of Immigration at Pier 21 accessed at <http://www.pier21.ca/research/immigration-history/canadian-immigration-facilities-at-victoria-bc>.

⁴ A. F. STEWART - Chief Engineer, Canadian National Railways Atlantic Region, to W.J. Egan, Deputy Minister, Department of Immigration and Colonization, Moncton, 31 October 1925, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)”, part 1.

⁵ Unknown author. “New Immigration Building at Halifax is Rated as Finest on Continent”. *Halifax Chronicle*, March 1928; and unknown author, “Splendid Facilities for

Dossier

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

-
- Development of Halifax as a Passenger Port”. *Halifax Chronicle*, 3 March 1928, both clipped and filed in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)”, part 1.
- ⁶ Unknown author, “New Immigration Building For Here”. *Victoria Daily Times*, Victoria BC, 5 February 1907, clipping in Library and Archives Canada, RG 76, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 352 File 381766 “Detention Hospital, Victoria, British Columbia”, part 1.
- ⁷ Unknown author, “New Immigration Building at Halifax is Rated as Finest on Continent”. *Halifax Chronicle*, March 1928.
- ⁸ “Port Facilities to be Improved”, *Halifax Herald*, 18 November 1925. Reproduced in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 1. See also in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)”, page four of an eight-page memorandum on the history of immigration accommodations in Halifax, prepared by F.C. Blair in April of 1929.
- ⁹ John REID. “The Three Lives of Edward Cornwallis”. *Journal of the Royal Nova Scotia Historical Society*, 16 (2013), 29-31.
- ¹⁰ Foley BROS et al., photograph “Ceremony of dedicating work by Sir Robert Borden”, 20 Oct 1915 in Nova Scotia Archives 1986-490, F44.
- ¹¹ Parks Canada, “Directory of Federal Heritage Designations: Pier 21 National Historic Site of Canada”, accessed at http://www.pc.gc.ca/apps/dfhd/page_nhs_eng.aspx?id=1794.
- ¹² Steven SCHWINGHAMER. “Altogether Unsatisfactory: Revisiting the Opening of the Immigration Facility at Halifax’s Pier 21”. *Journal of the Royal Nova Scotia Historical Society*, 15 (2012), 61-74.
- ¹³ Unknown author, “Port Facilities to Be Improved.” *Herald* (Halifax), 18 November 1925.
- ¹⁴ Willans to Fraser, Halifax, 20 November 1925 in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 2.
- ¹⁵ Fraser to Jolliffe, Ottawa, 19 February 1926, Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 1.
- ¹⁶ Wright to Jolliffe, Ottawa, 24 October 1925, Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 1.
- ¹⁷ A.F. Stewart to W.J Egan, Moncton, 31 October 1925, Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 1.

Dossiè

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

-
- ¹⁸ Black to Egan, Montreal QC, 31 January 1928, Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 1.
- ¹⁹ Willans to Fraser, Halifax NS, 2 March 1928, Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 1.
- ²⁰ F.C. Blair, Memorandum, Ottawa ON, 18 December 1925, Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 1.
- ²¹ See, for instance, the letter of A.F. Stewart, CNR Chief Engineer, to T.B. Willans, Moncton NB, 18 November 1925, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 1, in which he encloses CN plans from five years earlier (1920) proposing immigration accommodation at Pier 21.
- ²² H.J. Crudge, Building Engineer, CNR, to Fraser, Moncton, 20 May 1927, Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 1.
- ²³ Fraser to Jolliffe, Ottawa ON, 19 February 1926, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 1.
- ²⁴ See for instance Fraser to Crudge, Ottawa ON, 12 July 1927, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 1, wherein Fraser indicates that the gap between a guard fence and a post should only be six inches rather than the one-foot gap in Crudge’s plans.
- ²⁵ For example, a note between the Deputy Ministers of Immigration and Public Works dated 20 March 1929 in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)”, part 2, specifies that the construction and planning of Pier 21, as well as relations between departments around the project, flowed through the offices of CN.
- ²⁶ Blair to Stewart, Ottawa ON, 23 February 1926, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 1.
- ²⁷ Barnstead to Fraser, Halifax NS, 21 February 1926, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 1.

Dossiè

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

-
- ²⁸ Willans to Fraser, Ottawa ON, 15 February 1926, Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 1.
- ²⁹ H.J. Crudge, “Halifax Ocean Terminals Customs Examination and Waiting Room Building”, Drawing 16436-3, 28 March 1927, CN Halifax Division, consulted from Halifax Port Authority digitized document #10912; Lease from CN to HM the King, 8 March 1928, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 2.
- ³⁰ Willans to Fraser, Ottawa ON, 20 November 1925, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 1
- ³¹ Crudge to Fraser, Moncton NB, 27 November 1926, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 1.
- ³² Blair to Hunter, Ottawa ON, 20 March 1929, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)”.
- ³³ Charles DWYER. Interviewed by James Morrison, 24 March 1998, Canadian Museum of Immigration Oral History Collection, 98.03.24CD, 00:12:59ff.
- ³⁴ “Splendid Facilities”. *Chronicle* (Halifax), 3 March 1928.
- ³⁵ Barnstead to Fraser, Halifax, 23 November 1926, Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)”, pt 1; Crudge, “CNR Halifax Ocean Terminals Proposed Immigration Facilities Shed No. 21 Gratings for Types “A”, “B1” & “B2” Windows”, 25 November 1926, Drawing 51103-503, consulted from Halifax Port Authority digitized document #8647.
- ³⁶ Public Works Canada, “Dept of Immigration Pier 21 Halifax, NS, 2nd Floor Plan”, March 1956, Drawing 51103-412, consulted from Halifax Port Authority digitized document #11000.
- ³⁷ Bill MARKS, interviewed by James Morrison, 24 April 1998, Canadian Museum of Immigration at Pier 21 Oral History Collection, 98.04.24BM, 00:59:55.
- ³⁸ Ken ELLIOT photographs, Canadian Museum of Immigration at Pier 21, Permanent Image Collection, DI2013.1362.4; DI2013.1362.5; DI2013.1362.6a-d; William MARTIN and Frank POWER, interviewed by James Morrison, 2 April 1998, Canadian Museum of Immigration Oral History Collection, 98.04.02WMFP, 00:02:33ff.
- ³⁹ Jim DAUPHINEE, Marguerite DAY and George LARUE, interviewed by James Morrison, 16 April 1998, Canadian Museum of Immigration at Pier 21 Oral History Collection, 98.04.16JDMDGL, 00:04:37ff.

Dossiè

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

-
- ⁴⁰ Bill MARKS, interviewed by James Morrison, 24 April 1998, Canadian Museum of Immigration at Pier 21 Oral History Collection, 98.04.24BM, 00:38:05ff.
- ⁴¹ William MARTIN and Frank POWER, interviewed by James Morrison, 2 April 1998, Canadian Museum of Immigration Oral History Collection, 98.04.02WMFP: 01:28:39ff.
- ⁴² Crudge, “Customs Examination & Waiting Room Building: General Plan, Elevations and Sections”, 31 October 1928, Drawing 16436-3, as consulted from Halifax Port Authority digitized document #10912; National Harbours Board, “Ocean Terminals Facilities Leased By Canadian Immigration”, 15 November 1954, Drawing 51103-110, as consulted from Halifax Port Authority digitized document #18196.
- ⁴³ Crudge, “Customs Examination & Waiting Room Building: General Plan, Elevations and Sections”, 31 October 1928, Drawing 16436-3, as consulted from Halifax Port Authority digitized document #10912.
- ⁴⁴ Bill MARKS. Interviewed by James Morrison, 24 April 1998, Canadian Museum of Immigration at Pier 21 Oral History Collection, 98.04.24BM, 00:24:08ff; Heather WINEBERG, interviewed by Steven Schwinghamer, 10 August 2005, Canadian Museum of Immigration at Pier 21 Oral History Collection, 05.08.10HW, 00:04:16ff.
- ⁴⁵ Heather WINEBERG, interviewed by Steven Schwinghamer, 10 August 2005, Canadian Museum of Immigration at Pier 21 Oral History Collection, 05.08.10HW, 00:17:07ff.
- ⁴⁶ Willans to Fraser, telegram, Halifax, 2 March 1928, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 2.
- ⁴⁷ Barnstead to Fraser, Halifax, 21 March 1928, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 2.
- ⁴⁸ Scott to S.J. Hungerford, VP CNR Operations and Construction Depts, Ottawa ON, 17 March 1926, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” pt 1
- ⁴⁹ Fraser to Jolliffe, Ottawa, 14 December 1925, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 2; Jolliffe to Egan, Ottawa, 4 May 1926 in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)”, part 2.
- ⁵⁰ Charles DWYER. Interviewed by James Morrison, 24 March 1998, Canadian Museum of Immigration Oral History Collection, 98.03.24CD, 00:37:27ff.
- ⁵¹ Barnstead to Fraser, telegram, Halifax, 8 February 1929, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 2.

Dossiè

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

-
- ⁵² Fenton CROSMAN. *Recollections of An Immigration Officer: The Memoirs of Fenton Crosman, 1930-1968*, No. 2 in *Perspectives on Canadian Immigration* (Ottawa: CIHS, 1989), 34.
- ⁵³ Bill MARKS. Interviewed by James Morrison, 24 April 1998, Canadian Museum of Immigration at Pier 21 Oral History Collection, 98.04.24BM, 00:05:59ff.
- ⁵⁴ Unknown author, “Best Immigration Facilities on the Continent Here”, *Halifax Chronicle*, 10 November 1927. Reproduced in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” pt 2. Also see Public Works Canada, “Dept of Immigration Pier 21 Halifax, NS, 2nd Floor Plan”, March 1956, Drawing 51103-412, consulted from Halifax Port Authority digitized document #11000.
- ⁵⁵ Florence WALDRON. Interviewed by James Morrison, 21 April 1998, 98.04.21FW, A, 00:08:45ff; Lloyd HIRTLE, interviewed by James Morrison, 17 April 1998, Canadian Museum of Immigration at Pier 21 Oral History Collection, 98.04.17LH, 00:01:17ff.
- ⁵⁶ Lloyd HIRTLE, interviewed by James Morrison, 17 April 1998, Canadian Museum of Immigration at Pier 21 Oral History Collection, 98.04.17LH, 00:22:15ff.
- ⁵⁷ Charles BAILEY. “The Medical Inspection of Immigrants”. *The Public Health Journal*, 3:8 (August 1912), 434.
- ⁵⁸ Lloyd HIRTLE, interviewed by James Morrison, 17 April 1998, Canadian Museum of Immigration at Pier 21 Oral History Collection, 98.04.17LH, 00:13:10ff.
- ⁵⁹ Lloyd HIRTLE, interviewed by James Morrison, 17 April 1998, Canadian Museum of Immigration at Pier 21 Oral History Collection, 98.04.17LH, 00:21:00ff.
- ⁶⁰ Lloyd HIRTLE, interviewed by James Morrison, 17 April 1998, Canadian Museum of Immigration at Pier 21 Oral History Collection, 98.04.17LH, 00:25:30ff.
- ⁶¹ Lloyd HIRTLE, interviewed by James Morrison, 17 April 1998, Canadian Museum of Immigration at Pier 21 Oral History Collection, 98.04.17LH, 00:19:35ff.
- ⁶² Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program Series, volume 934, “First Immigration Manual”, Binder 8, “Medical Procedure”, section 8.11.
- ⁶³ Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program Series, volume 934, “First Immigration Manual”, Binder 8, “Medical Procedure”, section 8.13.
- ⁶⁴ Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program Series, volume 934, “First Immigration Manual”, Binder 8, “Medical Procedure”, section 8.15.
- ⁶⁵ Lloyd HIRTLE, interviewed by James Morrison, 17 April 1998, Canadian Museum of Immigration at Pier 21 Oral History Collection, 98.04.17LH, 00:18:00ff.
- ⁶⁶ Bryce to C. Sifton, Minister of the Interior, Ottawa ON, 13 September 1904, in “Medical Examination of immigrants at the ports of Vancouver and Victoria, British Columbia”, Library and Archives Canada, RG 76 Volume 331 File 330483 part 1.
- ⁶⁷ Unknown author, “Best Immigration Facilities on the Continent Here”. *Halifax Chronicle*, 10 November 1927. Reproduced in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 2. Also see

Dossier

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

Public Works Canada, “Dept of Immigration Pier 21 Halifax, NS, 2nd Floor Plan”, March 1956, Drawing 51103-412, consulted from Halifax Port Authority digitized document #11000.

⁶⁸ Ian CAMERON, *Quarantine: What is Old is New: Halifax and the Lawlor’s Island Quarantine Station, 1866-1938*, (Halifax: New World Publishing, 2007), 149.

⁶⁹ CAMERON, *Quarantine*, 114-115.

⁷⁰ CAMERON, *Quarantine*, 100-102; 143-144.

⁷¹ See Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 668, file C19279 “Admission to Canada of the Corvette Walnut”; Lloyd HIRTLE, interviewed by James Morrison, 17 April 1998, Canadian Museum of Immigration at Pier 21 Oral History Collection, 98.04.17LH, 00:09:30ff.

⁷² Canadian National Railways, “Halifax Ocean Terminals Proposed Immigration Facilities Sheds No. 21 & 22 – General Layout”, 31 Oct 1928, consulted from Halifax Port Authority digitized document (hereafter HPA) #10882.

⁷³ Public Works, “Alterations to the Port Medical Clinic”, 1967, HPA #8470.

⁷⁴ Public Works, “Dept of Immigration – Pier 21, Halifax, NS”, 29 March 1958, HPA #11000; Public Works, “Immigration, Pier 21 - Halifax, NS”, 14 February 1969, HPA #10904.

⁷⁵ See for example, Canada, Department of Public Works, “Alterations to Port Medical Clinic”, architectural drawing A1, May 1967, consulted from HPA #8470.

⁷⁶ Charles DWYER, interviewed by James Morrison, 24 March 1998. Canadian Museum of Immigration Oral History Collection, 98.03.24CD, 00:15:48ff.

⁷⁷ From 1910 to 1914 this topic surfaces regularly in correspondence between Halifax’s agents and Ottawa, notably as various improvements to the building at Pier 2 are proposed. The quote is from Scott to Allan Lines, Ottawa ON, 19 January 1910, in RG 76 Vol 16 File 142 part 5.

⁷⁸ National Harbours Board, drawing 51103-110, “Ocean Terminals Facilities Leased by Canadian Immigration”, 15 November 1954, consulted from Halifax Port Authority digitized document #18196.

⁷⁹ Memorandum of the clergy and social workers at Halifax presented to and forwarded by Willans to Fraser, Ottawa ON, 17 January 1928, Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 2.

⁸⁰ Fraser to Casgraine, Ottawa ON, 27 February 1928, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)”.

⁸¹ Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 2 includes many letters on this theme. Notable among them are exchanges between Col J.L. Ralston, and W.J. Egan, Ottawa ON, March 1928.

-
- ⁸² Memorandum by Barnstead quoting Fraser, Halifax NS, 3 February 1928, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” pt 2; quote used also in correspondence such as Barnstead to Casgraine, Halifax NS. 3 February 1928, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 2.
- ⁸³ Fraser to Crudge, Halifax NS, 16 February 1928, Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 2.
- ⁸⁴ Fraser to Barnstead, Ottawa ON, 12 February 1929, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 2.
- ⁸⁵ Black to Egan, Montreal QC, 19 February 1929, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 2.
- ⁸⁶ J.C. Apps to Fraser, Montreal QC, 7 April 1928, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 2.
- ⁸⁷ Canadian Museum of Immigration at Pier 21, “About” page accessible at <http://www.pier21.ca/about>; 2015-16 to 2019-20 Canadian Museum of Immigration at Pier 21 Corporate Plan accessible at: http://www.pier21.ca/sites/default/files/uploads/files/corporate-reports/CorporatePlanSummaryEng15-16_19-20.pdf.
- ⁸⁸ Reg WHITAKER. *Canadian Immigration Policy since Confederation*. Ottawa: Canadian Historical Association, 1991, 12.
- ⁸⁹ Lindsay VAN DYK. “Railway Agreement, 1925”, accessible at <http://www.pier21.ca/research/immigration-history/railway-agreement-1925>.
- ⁹⁰ LIBRARY AND ARCHIVES CANADA. “Orders in Council – Décrets-du-Conseil.” RG2-A-1-a, volume 1479, PC 1931-695, 21 March 1931.
- ⁹¹ STATISTICS CANADA. Historical Statistics of Canada, Immigration: Immigrant Arrivals in Canada, 1852 to 1977 (Table A350). <http://www.statcan.gc.ca/pub/11-516-x/sectiona/A350-eng.csv>.
- ⁹² CROSMAN, Recollections, 34.
- ⁹³ The First World War context is discussed in Blair to Egan, Ottawa ON, 2 April 1929, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 2.

Dossiê

“A freight shed which has been constructed for freight purposes”: Placing the Canadian Immigration Department at Halifax’s Pier 21

Steven Paul Schwinghamer

-
- ⁹⁴ STATISTICS CANADA. Historical Statistics of Canada, Immigration: Immigrant Arrivals in Canada, 1852 to 1977 (Table A350). (<http://www.statcan.gc.ca/pub/11-516-x/sectiona/A350-eng.csv>).
- ⁹⁵ CROSMAN, *Recollections*, 128.
- ⁹⁶ CANADA EMPLOYMENT AND IMMIGRATION COMMISSION, “The Pier 21 Story, Halifax: 1924-1971” (Halifax: Employment and Immigration Canada, 1978), 17; Unknown author, “Fire-Gutted Pier Had Colorful History”, *Halifax Mail*, 6 March 1944, 1, 3, 13.
- ⁹⁷ Unknown author, “Fire-Gutted Pier Had Colorful History”. *Halifax Mail*, 6 March 1944, 1, 3, 13; National Harbours Board, Minutes of Meeting Held at Ottawa, 1 May 1944. In: “National Harbours Board Minutes of Meetings 1936-1945”. Library and Archives Canada RG 66 Box 23 No 83-84/130.
- ⁹⁸ Barnstead to Fraser, Halifax, 23 November 1926, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)”, pt 1. There had been an earlier very minor fire in the quarters: a 1942 Order-in-Council approved paying “...an expenditure not exceeding \$10.00... for the purpose of replacing one pair of uniform trousers damaged by Guard Yeates in his efforts to quell a fire on December 22, 1941, in the recreation room of the Immigration Building at Halifax, Nova Scotia.” Order-in-Council P.C. 29/2757, 11 April 1942, in “Department of Mines and Resources – Orders in Council – Immigration Branch 1942”, Library and Archives Canada RG 26 Vol 87.
- ⁹⁹ Barnstead to Fraser, Halifax, 23 November 1926, in Library and Archives Canada, Department of Employment and Immigration Fonds, RG 76, Immigration Program series, volume 666, file C1594 “Immigration Building at Halifax. Nova Scotia (map) (plans)” part 1.
- ¹⁰⁰ Trudy MITIC and J.P. LeBLANC, *Pier 21: The Gateway that Changed Canada* (Hantsport, NS: Lancelot Press, 1988), 73.
- ¹⁰¹ Good examples of the contractual authority and decision-making around the rebuild can be found in Library and Archives Canada, National Harbours Board Fonds, RG 66, Central Registry series (1886-1958), Box 23, Number 83-84-120, “Harbour Board Minutes of Meetings, 1936-1945”, Minutes of Meetings, Ottawa, Ontario, 1 May 1944, 10 May 1944, 2 April 1945, and 21 May 1945.
- ¹⁰² Plans prepared by the Canadian National Railways (1928), Halifax Harbour Commissioners (1934) and the National Harbours Board (1945), HPA #8489, 10882, 15646 and 15647.
- ¹⁰³ HPA #10882 and 15646.
- ¹⁰⁴ HPA #10882 and 15646.
- ¹⁰⁵ Canada, Department of Public Works, “Immigration, Pier 21 – Halifax, NS”, 14 February 1969, Drawing 1, as consulted from HPA #10899.

Texto recebido em 17 de junho de 2016/
Aprovado em 23 de setembro de 2016

Atracción, recepción y hospitalidad Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina (1812-1953)

Marcelo Huernos

Universidad Nacional de Tres de Febrero
Muntref-Museo de la Inmigración

Resumen: La baja densidad de población del territorio que conformaría la República Argentina fue una preocupación clave de los distintos gobiernos que se sucedieron a lo largo del siglo XIX e inicios del XX. La escasez de mano de obra fue encarada con el llamado a la inmigración europea. Ésta debía cumplir la doble función de proveer los brazos para el trabajo y mejorar la “raza argentina” gracias a la llegada de personas del norte de Europa. El aumento de los flujos migratorios, sobre todo a partir de mediados del siglo XIX, puso al descubierto las deficiencias del Estado para gestionar la recepción y encauzamiento de los mismos. Comienzan a sucederse una serie de proyectos para alojar a los inmigrantes que cristalizarán, ya iniciado el siglo XX, con la construcción del Hotel de Inmigrantes finalizado en 1912. En este trabajo se reconstruyen las políticas migratorias encaradas por el Estado argentino, los diferentes proyectos para alojarlos y las cifras de entrada, salida, saldos y los migrantes alojados en los diferentes predios que ocupó a lo largo del período estudiado el Hotel de Inmigrantes.

PALABRAS CLAVE: Hotel de inmigrantes - Ley de inmigración - Cadena migratoria - Raza argentina - Nacionalización.

Resumo: A baixa densidade populacional do território que formaria a República Argentina foi uma preocupação chave dos diversos governos que se sucederam ao longo do século XIX e inícios do XX. A escassez da mão de obra foi enfrentada com a atração da imigração europeia. Estabelecia cumprir a dupla função de prover os braços para o trabalho e melhorar a “raça argentina”, graças à chegada de pessoas do norte da Europa. O aumento dos fluxos migratórios, sobretudo a partir de meados do século XIX, colocou a descoberta as

deficiências do Estado para gerir a recepção e a colocação dos mesmos. Sucede-se uma série de projetos para alojar aos imigrantes que se sedimentará, já iniciado o século XX, com a construção do Hotel de Imigrantes, finalizado em 1912. Neste trabalho reconstróem-se as políticas migratórias desenvolvidas pelo Estado argentino, os diferentes projetos para alojá-los e os números de entrada, saída, saldos e migrantes alojados nos diferentes prédios que, ao longo do período estudado, ocupou o Hotel de Imigrantes.

PALAVRAS-CHAVE: Hotel de Imigrantes - Lei de Imigração - Cadeia migratória - Raça argentina - Nacionalização.

Abstract: The low population density of the Argentine Republic was a major concern for various administrations throughout the 19th century and at the beginning of the 20th century. The shortage of labor was addressed by encouraging the arrival of European immigrants. This immigration had to serve two purposes: to provide manpower and to improve the “Argentine race” through north European settlers. Particularly in the mid-19th century, the increase of migration flows revealed the difficulties of the State to manage their reception and relocation. At the beginning of the 20th century, a number of projects to provide accommodation to immigrants materialized in the construction of the Immigrants’ Hotel, which was concluded in 1912. This paper reconstructs the migration policies of the Argentine State, the various projects to accommodate immigrants and the entry and exit figures as well as the number of immigrants lodged in the different locations of the Hotel during the period under study.

KEYWORDS: Immigrant Hotel - Immigration law - Chain migration - Argentina race - Nationalization.

El primer censo nacional argentino que se realizó en 1869 arrojó un total de 1.877.490 habitantes, el segundo realizado en 1895 dio 4.044.911 habitantes. ¿Cómo fue posible que en el lapso de apenas veintiséis años la población del país

Dossiè

Atracción, recepción y hospitalidad Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina (1812-1953)

Marcelo Huernos

se hubiera duplicado? ¿Qué cambios se produjeron en la sociedad, la economía, las costumbres, las comidas, el habla cotidiana a partir del ingreso masivo de millones de personas que traían todo su bagaje cultural?

Mediaron entre ambos censos una enorme cantidad de cambios tanto en lo político como en la economía y en la sociedad. La constitución aprobada en 1853 significó el triunfo del republicanismo y del credo liberal. A partir de ese momento se sentaron las bases para la modernización del país. Era la hora de atraer capitales y mano de obra, poblar el territorio, ganar tierras al indio, iniciar una “tarea civilizatoria”. La misma sería obra de los inmigrantes europeos a los que la Constitución invitaba. A lo largo de los siguientes años, hasta la década de 1880, los gobiernos nacionales se ocuparon de sancionar leyes que fueron sentando las bases de la organización burocrática del Estado y permitiendo el despliegue de la economía capitalista.¹ Los cambios económicos y sociales significaron la transformación del país, ferrocarriles, obras de infraestructura, modernización de la burocracia, son algunos de los aspectos sobresalientes del cambio. El crecimiento del PBI para el periodo 1870-1913 fue del 3,8%, el doble del europeo.

La tarea legislativa que apoyó este camino se basó en leyes como la ley de ciudadanía (ley 346 de 1869) que establecía el *jus soli* o el *jus sanguinis* para ser argentino, la de Inmigración y colonización (Ley 817 de 1876), la ley de federalización de la ciudad de Buenos Aires (ley 1029 de 1880) que terminó con el conflicto entre la provincia de Buenos Aires y las del interior por la capital de la nación, la de educación común (ley 1420 de 1884) que la transformaba en gratuita, obligatoria, laica y gradual, la de registro civil (ley 1565 de 1884) y matrimonio civil (ley 2393 de 1888). La mal llamada “Campaña del desierto” aniquiló a la población indígena, incorporó treinta y cinco millones de hectáreas al mercado de tierras y permitió su puesta en producción con mano de obra en su mayoría inmigratoria. En 1880 el presidente Julio A. Roca adoptó el lema “Paz y administración” para caracterizar a su gestión y mostrar la dirección que debían tomar los gobiernos siguientes. Para ese momento se hacía patente el peso cada vez mayor que la inmigración iba tomando. Ya desde mediados del siglo XIX se estaba verificando una creciente corriente inmigratoria (ver cuadro) que desde mediados de la década de 1860 comienza a acelerar y lo seguirá haciendo casi ininterrumpidamente hasta el estallido de la Primera Guerra Mundial, cuando se corta prácticamente el flujo para reiniciar luego de finalizada.² Este flujo creciente obligó al Estado a tomar una serie de medidas para dar protección, albergue y otras facilidades a los inmigrantes que lo solicitaran.

En 1850 la palabra “laburo”, entre tantas, no existía en el habla de los argentinos, sin embargo medio siglo más tarde era tan corriente en el lenguaje coloquial que muchas obras de teatro o letras de tango la utilizaban. La pasta o la pizza no

Dossiè

Atracción, recepción y hospitalidad Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina (1812-1953)

Marcelo Huernos

existían en el menú de un argentino en 1850 y medio siglo más tarde la pasta era la comida familiar de los domingos al mediodía.

Entre 1890 y 1910 el género chico, conocido como sainete (de origen español) tomo los rasgos característicos del ambiente popular de una Buenos Aires transformada por los cambios de la bonanza económica y la multitud de dialectos y costumbres que se cruzaban en sus calles y conventillos. Todas las palabras del habla popular se transformaron en aceptables en el mundo del teatro, contribuyendo a su aceptación social. El mundo de la inmigración que vivía y crecía en los conventillos y en los nuevos barrios de la ciudad iba dejando su marca. El tango fue el otro vehículo de difusión de ese mundo cultural a pesar de los esfuerzos escolares por erradicar su uso. El “lunfardo” se convirtió en vehículo de una cultura alternativa que iba permeando cada vez más en todas las capas de la sociedad. De la misma forma las costumbres culinarias se fueron modificando, a la restringida dieta del siglo XIX, basada en el puchero, la carne asada, y algunos pocos platos más, los italianos sumaron la enorme variedad de pastas, risottos y polenta y los españoles el arroz, los mariscos y el pescado. Los provenientes de Gran Bretaña, Francia, Alemania y Europa oriental dejaron sus guisos, los dulces y la pastelería. En 1850 las panaderías de Buenos Aires ofrecían solo tres variedades de pan, en 1880 se ofrecían ocho variedades diferentes con franca influencia italiana y francesa.³

Políticas migratorias

A poco tiempo de la ruptura colonial, en 1812, el Primer Triunvirato sancionó el primer decreto sobre inmigración y un poco más adelante, en 1824, se crea la Comisión de Inmigración, pero será a partir de la década de 1830 y a medida que el territorio de las Provincias Unidas se pacifique que empezarán a arribar al país inmigrantes europeos. A partir de la caída de Rosas, en 1852, los ideólogos liberales pusieron en primer plano la necesidad de poblar el país. El “gobernar es poblar” de Juan B. Alberdi se transformó en *leitmotiv* de los gobiernos que se sucedieron después de la batalla de Caseros⁴ pero será a partir de las décadas de 1870 y 1880 cuando el flujo se torne masivo. Sarmiento y Alberdi creían que la inmigración, sobre todo de europeos del norte, traería la civilización y mejoraría la “raza argentina”. La constitución nacional sancionada en 1853 había contemplado atraer a los inmigrantes dándoles los mismos derechos que a los nativos. El artículo 20 decía que:

Los extranjeros gozan en el territorio de la Nación de todos los derechos civiles del ciudadano, pueden ejercer su industria, comercio y profesión; poseer bienes raíces, comprarlos y enajenarlos; navegar los ríos y costas, ejercer libremente su culto; testar y casarse conforme a las leyes. No están

obligados a admitir la ciudadanía, ni a pagar contribuciones forzosas extraordinarias /.../.

Esta amplia libertad era fundamental para que los interesados encontraran atractivos para la elección. Si bien el artículo anterior era magnánimo, en el artículo 25 de la Constitución se prescribía que: “El Gobierno Federal fomentará la inmigración europea /.../”, cerrando la posibilidad a personas de otras regiones del mundo, sin embargo, a pesar de esto y de la activa propaganda en los países del norte de Europa, los mayores flujos inmigratorios iniciales provendrían de la Europa meridional ante el desconcierto de las elites locales y hacia fines del siglo se sumarían contingentes considerados “exóticos”: judíos de Rusia y Polonia, sirios y libaneses del Imperio Otomano.

Durante la presidencia de Sarmiento (1868-1874) y más activamente con Avellaneda (1874-1880) se implementa un sistema de propaganda a través de los consulados o de agentes designados para ese fin. Siguiendo este rumbo, en 1876 se sancionó la Ley 817 de Inmigración y Colonización que creaba la Departamento General de Inmigración dependiente del Ministerio del Interior y le daba potestad al Poder Ejecutivo para nombrar agentes en Europa a fin de fomentar la emigración a nuestro país. La ley obligaba al Estado a alojar y mantener a los recién llegados en un Hotel de Inmigrantes por cinco días y facilitar su desplazamiento hacia las provincias. Si bien habían existido diferentes sitios destinados a esto, se construyeron varios con destino específico, Buenos Aires, Córdoba, Paraná, Rosario, San Juan, Santa Fe, Tandil, son algunas de las ciudades que tuvieron su Hotel. En ellos además se establecieron oficinas de colocación y se dictaban diversos cursos y charlas para orientar a los inmigrantes en tareas rurales u otros oficios.

La política de puertas abiertas permitió la entrada de los inmigrantes en forma prácticamente libre y solo se necesitaban algunos permisos otorgados en origen para partir. Sin embargo, y para desconcierto de las elites criollas, los contingentes que empezaron a llegar en gran número no provenían de países del norte de Europa sino de los que ellos consideraban atrasados: Italia y España. Esto provocó un debate acerca de si el Estado debía orientar la inmigración. Será en el cambio del siglo con la llegada de contingentes del imperio otomano o de judíos de Rusia que estas mismas elites comenzarán a revalorizar a los italianos y españoles considerándolos fácilmente asimilables a la “raza argentina” por cultura y religión.

La libre entrada se mantuvo sin grandes variaciones hasta 1930 y solo se vio afectada por la crisis mundial de 1873, la de 1890 en nuestro país y por el estallido de la Primera Guerra Mundial en Europa en 1914. Finalizada ésta los contingentes volvieron a tomar fuerza hasta que el crack de 1929 descalabró a la economía

Dossiè

Atracción, recepción y hospitalidad Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina (1812-1953)

Marcelo Huernos

mundial haciendo descender el comercio internacional y provocando el cierre de las fronteras nacionales para preservar los puestos de trabajo. Sin embargo es necesario destacar que la Ley de Residencia de 1902, la Ley de Defensa social de 1910 y los sucesos de la Semana Trágica de 1919 tuvieron incidencia sobre la inmigración, obligando a los que tenían participación sindical o simplemente participaban de protestas a extremar los cuidados para no ser deportados, o disuadiendo a los que querían emigrar.

El primer gobierno de Yrigoyen (1916-1922) puso en vigencia dos decretos que obligaban a los inmigrantes a presentar una gran cantidad de certificados de salud, policiales, de no mendicidad que pretendían controlar qué tipo de personas entraban al país. En el Informe Estadístico de la Dirección de Migraciones, en ese momento dependiente del Ministerio de Agricultura, el Director Interino informaba al ministro Tomas Le Bretón:

Puede decirse en general que en virtud de la severidad de las medidas de control y su serena aplicación el conjunto de la masa inmigratoria del año 1923 supera en calidades a las de los años anteriores y no obstante ello del balance de entradas y salidas de y para ultramar resulta un saldo de 160.799 de personas a favor de aquella, cifra no superada desde 1912, año de la mayor corriente de inmigración espontanea.⁵

Esto se completó durante la presidencia de Alvear (1922-1928) con el Reglamento del 31 de diciembre de 1923 que otorgó discrecionalidad a los cónsules para denegar el visado en el caso de que no pudieran presentar un certificado de ausencia de antecedentes penales o a los funcionarios de Inmigración para evitar el desembarco si consideraban al sujeto peligroso, o por cuestiones sanitarias como enfermedades o lesiones físicas, o a personas que no pudieran demostrar sus posibilidades de autosustentarse.⁶ De todas formas en la práctica hubo bastante laxitud, sobre todo a partir de 1927, aunque las cuestiones sanitarias siguieron teniendo mucho peso.

El gobierno, surgido de un golpe militar, de José Félix Uriburu (1930-1932) impuso controles burocráticos a fin de desalentar la inmigración cuando la crisis económica mundial amenazaba los puestos de trabajo. Se aumentaron los derechos de visado consular para los certificados que debían presentar⁷ y luego bajo el gobierno de Agustín P. Justo (1932-1938) se dictó el Decreto de Defensa de los Trabajadores Argentinos que obligaba a presentar un contrato de trabajo como requisito indispensable para obtener el visado. Estas disposiciones sumadas al contexto internacional de crisis llevaron los contingentes a menos de la mitad aproximadamente. En este sentido se expresaba el Jefe de Estadística de la Dirección General de Inmigración, Vicente Borda, en el Informe Estadístico de 1933 dirigido al Director de Inmigración, Guillermo Zalazar Altamira:

Dossiè

Atracción, recepción y hospitalidad Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina (1812-1953)

Marcelo Huernos

/.../ el saldo negativo lo da la merma en las entradas, lo que viene a confirmar plenamente que las medidas selectivas y restrictivas de la inmigración, tomadas a su debido tiempo por el Superior Gobierno, con el objeto de no agravar en el País el problema de la desocupación, han dado positivos resultados, lo que también puede comprobarse en el cuadro demostrativo de la página n°.34 que de los 24.346 extranjeros pasajeros de segunda y tercera clase entrados de la Vía Ultramar, clasificados por motivos de su ingreso al país, 11.846 lo hicieron llamados por sus parientes consanguíneos radicados en la República, 11.421 antiguos residentes que han regresado haciendo valer su condición de tales, 123 colonos contratados, 222 especialistas también contratados, 864 en tránsito para otros países, y solo quedan 1.139 pasajeros turistas y comerciantes que han entrado sin intenciones de radicarse.⁸

Durante la presidencia de Roberto M.Ortiz (1938-1940) se sancionó un decreto que buscaba seleccionar a los inmigrantes prefiriendo a aquellos de “mayor asimilación” como una forma de rechazar a los que llegaban por razones políticas o religiosas (judíos, republicanos españoles o antifascistas).⁹ En la Conferencia de Evian, de julio de 1938, el representante argentino se había comprometido a recibir refugiados judíos, pero la Cancillería giró una Circular confidencial por la que solicitaba desalentar y evitar los visados. La obtención del permiso de libre desembarco se convirtió en un obstáculo difícil de sortear por lo que muchos de los que llegaban lo hacían con visas de tránsito a otros países, sobre todo al Paraguay. La tramitación de la documentación dio pie a innumerables actos de corrupción que llevaron a la intervención de la Dirección de Migraciones en 1939.¹⁰ Durante la década de 1930 y hasta la finalización de la Segunda Guerra Mundial el flujo inmigratorio fue bajísimo.

El golpe de estado de junio de 1943 no varió en mucho las líneas ya existentes a excepción de la vuelta de la Dirección de Migraciones al ámbito del Ministerio del Interior, después de un lapso bajo la autoridad del Ministerio de Agricultura, con el objeto de un mayor control sobre los recién llegados. La llegada a la presidencia de Perón en 1946 abrió un debate dentro del mismo gobierno acerca de las políticas migratorias a desarrollar. Si bien se aceptaba la necesidad de atraer inmigrantes, algunos ministros temían que la llegada de mano de obra generara conflictos por los puestos de trabajo y presión a la baja sobre los salarios.

Una de las primeras medidas fue la creación de la Delegación Argentina de Inmigración en Europa (DAIE) que sería responsable de seleccionar y encauzar el flujo aunque se apoyaba en la espontaneidad del mismo. La Comisión de Recepción y Encauzamiento de Inmigrantes (CREI), presidida por el presidente del Instituto Argentino de Promoción del Intercambio (IAPI) se ocupaba en el país de ubicar a los inmigrantes en el mercado de trabajo argentino mientras que el

Dossiè

Atracción, recepción y hospitalidad Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina (1812-1953)

Marcelo Huernos

Instituto Étnico Nacional, creado en 1946, realizaba la selección de los inmigrantes. El debate se dio entre los partidarios de la inmigración rural y los sectores que veían la posibilidad de atraer científicos, técnicos y mano de obra especializada para nutrir el proyecto industrialista del gobierno. Más allá de la maraña burocrática en que se convirtió el tema inmigratorio, los contingentes comenzaron a incrementarse en número a partir de 1945. Mezclados en ellos se encontraban trabajadores, prófugos, refugiados e incluso criminales de guerra que aprovecharon los pliegues de la burocracia para poder conseguir el permiso de desembarco. La Dirección de Migraciones llevó adelante una gestión basada en la discrecionalidad por lo que muchas veces expedientes denegados eran vueltos a presentar con la misma documentación y resultaban aprobados. Una nueva vía para controlar el ingreso de los inmigrantes fueron los acuerdos bilaterales firmados en 1947 y 1948 con Italia, en 1948 con España y en 1953 con el Comité Intergubernamental para las Migraciones Europeas. De esta forma se trataba de proteger intereses particulares de los Estados más que a los individuos, en el acuerdo con Italia los temas conflictivos fueron acerca de quién transportaría a los inmigrantes y las remesas. En 1949 se empezó a dar prioridad a la reunificación familiar como una forma de evitar la salida de divisas por el envío de remesas. En 1952 se vuelve a firmar un acuerdo con Italia pero la previsión en cuanto a la llegada, que se fijaba en quinientos mil para los siguientes cinco años, no se llegó a cumplir.¹¹

Los asilos y hoteles de inmigrantes

Desde los primeros años de gobierno propio las autoridades vieron a la inmigración como un vector de progreso para el país. Desaparecidos los obstáculos que España ponía a cualquier extranjero que quisiera establecerse en los territorios americanos durante el periodo colonial, se dieron normativas para atraer inmigrantes. El primer decreto de inmigración se dictó en 1812 y respondía al diagnóstico que los sectores ilustrados hacían acerca de la falta de población y el atraso en la agricultura como origen de los males que afectaban al país. Bernardino Rivadavia decía en 1818 que

el aumento de población no es sólo a ese Estado su primera y más urgente necesidad, después de la libertad, sino el medio más eficaz, y acaso único, de destruir las degradantes hábitos españolas y la fatal graduación de castas, y de crear una población homogénea, industriosa y moral, única base sólida de la Igualdad, de la Libertad, y consiguientemente de la Prosperidad de una nación

Estos conceptos serán retomados a lo largo del siglo XIX por las elites como base para la política inmigratoria. Si bien en los primeros años de vida independiente no

Dossiè

Atracción, recepción y hospitalidad Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina (1812-1953)

Marcelo Huernos

llegaron grandes contingentes, algunos grupos e individuos se establecieron pese a la incierta política estatal.

La preocupación por la llegada de inmigrantes hizo que las autoridades estuvieran pendientes del trato al que se los sometía. Ya en 1825 el Reglamento de la recién creada Comisión de Inmigración estipulaba la disposición de una casa cómoda para los recién llegados donde estarían alojados y alimentados por quince días mientras buscaran ocupación, una vez que hubieran conseguido una ocupación tenían la obligación de reintegrar los gastos que hubieran demandado. Un grupo de inmigrantes llegados de Gran Bretaña en febrero de 1825 fueron los primeros en utilizar estos servicios¹² para lo cual se adecuaron unas habitaciones en el convento de los Recoletos donde se alojaron. Este fue el primer “hotel de inmigrantes”. En 1833 se vuelven a utilizar estas instalaciones para alojar a un contingente de inmigrantes de Canarias. A pesar de las normativas, los inmigrantes muchas veces quedaban desamparados ante los incumplimientos tanto del Estado como de los empresarios colonizadores que los traían.

En los años siguientes continúan llegando inmigrantes en cantidades apreciables: para 1854 había en la provincia de Buenos Aires 25000 franceses, 22800 británicos incluyendo 4000 norteamericanos, 15000 italianos y 20000 españoles.¹³

Luego de la caída de Rosas se produce la secesión de la provincia de Buenos Aires de la Confederación hasta 1862, en que vuelve a reunificarse. Durante este periodo el Estado de Buenos Aires sanciona una ley sobre inmigración (1854) que instituye la Comisión de Inmigración con el objeto de dar protección a los recién llegados. Dos años después se inician gestiones para obtener una parte de la ex residencia de Rosas en Palermo, pero nunca se hace efectiva la entrega del predio. Por esta razón la Comisión envía a los inmigrantes a la Fonda de Jacotin en la calle de La Merced (hoy Reconquista) obligándose a tres días de alojamiento y manutención.¹⁴

Finalmente se gestiona el alquiler de un edificio en la calle Corrientes 8 en la esquina con la calle 25 de mayo utilizándose la denominación de Asilo de Inmigrantes. Si bien las condiciones dejaban mucho que desear se inician trabajos para adecuar el edificio que podía albergar a 200 hombres y 100 mujeres. Los inmigrantes ingleses ya establecidos recolectaban fondos entre sus compatriotas para evitar a los recién llegados tener que alojarse en el Asilo. Este siguió funcionando durante los siguientes años mientras la Comisión solicitaba al Gobierno la necesidad de tener un local propio con las condiciones debidas. Recién en 1873 se aprueba una ley que permite escriturar un terreno, ubicado en Suipacha y Artes (hoy Carlos Pellegrini) para la construcción de un Hotel de Inmigrantes. En mayo de 1874 el encargado de la Comisión, Guillermo Wilcken, reclamaba que no se dilatara más la construcción del Hotel:

Dossiè

Atracción, recepción y hospitalidad Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina (1812-1953)

Marcelo Huernos

En cuanto al edificio, debería ser monumental, y en razón de su objeto, más grandioso, si cabe, que el del Banco Provincial; no por su lujo exterior, sino por el de sus comodidades, adaptabilidad, recursos, mecanismo, organización y sistema. Medida su conveniencia por la importancia de sus resultados, él debería ser construido con los adelantos del arte, dotando sus oficinas de todo lo que contribuya a desarrollar el elevado y político pensamiento que entraña el axioma constitucional “poblar es gobernar”. Hasta el telégrafo y la fotografía debería poseer para responder a todas las necesidades de la institución, en la escala que ya tiene asegurada.¹⁵

Las cuestiones sanitarias tenían un enorme peso en la urgencia por la construcción del edificio, la necesidad de preservar la salud pública, sobre todo por las epidemias de los años anteriores, y las que aparecerían luego, habían llevado a la creación de la Comisión de Obras de Salubridad primero en el ámbito municipal y luego para el ámbito nacional a partir de la federalización de Buenos Aires.¹⁶ Finalmente una solución al problema planteado por la epidemia fue el cierre del Asilo de la calle corrientes y la instalación de uno provisorio en Palermo, el cual a su vez fue cerrado por la aparición de casos de cólera. Entonces fueron trasladados a una quinta vecina hasta que la aparición de la enfermedad en ese lugar obligó a trasladarlos al interior y a otras propiedades alquiladas en la ciudad. El concepto de “foco infeccioso” en boga entre los profesionales de la medicina en ese momento llevaba al cierre de los diferentes alojamientos en la esperanza de detener el contagio,¹⁷ una vez finalizada la epidemia se reabrió el edificio de la calle Corrientes.

Sin embargo la inadecuación del edificio y la postergación en el inicio de la construcción del nuevo Hotel hizo que el encargado Wilcken se abocara a la búsqueda de un lugar que pudiera ser reacondicionado en poco tiempo para la instalación de los inmigrantes. El lugar elegido fue la zona de la actual Plaza San Martín donde se levantaron unas construcciones de madera, se había previsto que duraría un año hasta la inauguración del edificio de la calle Cerrito pero funcionó hasta 1882.

En 1881 el Gobierno nacional decide trasladar el Asilo de Inmigrantes al local que había sido sede de la Exposición artística e industrial italiana (calle Cerrito entre Juncal y Arenales). Se realizan modificaciones para adaptarlo pero al poco tiempo las instalaciones resultan insuficientes dado el caudal inmigratorio que iba en aumento y a pesar de las ampliaciones que se le hicieron. En 1884 ya se hacía necesaria la construcción de un edificio definitivo ya que el deterioro edilicio era manifiesto. Cuando una nueva epidemia de cólera azotó a Buenos Aires, en 1884, el edificio fue abandonado derivándose a los inmigrantes a unas barracas en las cercanías de los bosques de Palermo (hoy Predio de la Sociedad Rural Argentina),

Dossiè

Atracción, recepción y hospitalidad Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina (1812-1953)

Marcelo Huernos

solo fue vuelto a utilizar una vez finalizada la epidemia y fue desactivado recién en 1888. Debido a la epidemia y al constante aumento del arribo de inmigrantes y al estado general del edificio se alquilan unas instalaciones en la localidad de San Fernando (30 km al norte de Buenos Aires) en 1884. En 1887 se abre otro en el “Caballito”, un barrio ubicado a unos cinco kilómetros del centro en la quinta de Ocantos ubicada entre las actuales Av. Rivadavia, Centenera, Cachimayo y Av. Juan B. Alberdi. Estos funcionaban sin continuidad ya que eran utilizados cuando las circunstancias lo ameritaban.

El gobierno nacional seguía teniendo en carpeta el proyecto de un “Asilo de Inmigrantes” definitivo. En 1883 se habían aprobado los planos y presupuestos para el mismo, se había elegido el lugar de emplazamiento en la manzana comprendida por las calles Paseo Colon, Balcarce, San Juan y Comercio (hoy Humberto I°) predio donde había funcionado el Hospital de Hombres. Inmediatamente se inician los trabajos, pero al año siguiente se deben realizar nuevos planos que recayeron en un ingeniero italiano contratado por el gobierno nacional, Francisco Taburini. El nuevo proyecto fue cuestionado por su emplazamiento y muchos de los consultados aconsejaron ubicarlo en una zona hacia el norte (Retiro) más lejos de las viviendas particulares, por cuestiones de salubridad.

En 1886 se produce una nueva epidemia de cólera en Buenos Aires que obliga a reabrir el Asilo de San Fernando, los vecinos protestan ante el gobierno municipal porque se producen casos de cólera tanto en el pueblo como entre los inmigrantes alojados pero de todos modos sigue funcionando. Iniciado el año 1888 todavía sigue habilitado, aunque el año anterior se había decidido la construcción de once hoteles para entre 500 y 1000 personas en el interior del país.

En 1885 se estableció un Panorama¹⁸ en la zona de Retiro, este antecedente del cinematógrafo funcionó con éxito pero a inicios de 1887 ya había sido desactivado quedando el edificio, hecho de hierro y madera, disponible para otros fines. Para ese momento el proyecto del Hotel de Inmigrantes de San Telmo había sido abandonado, el de la calle Cerrito era insuficiente y el de Caballito había finalizado su contrato de alquiler. El gobierno dio orden al Ingeniero Stavelius del Departamento de Ingenieros para las obras de refacción del edificio del Panorama a ser utilizado como Hotel de Inmigrantes. En enero de 1888 se dio posesión al Comisario General de Inmigración del edificio para el inicio de las obras que fueron terminadas a mediados de ese año, construyéndose además un edificio rectangular donde se encontraban las cocinas, comedor, servicios sanitarios y baños, oficinas de administración, los patios y tanque de agua. En las Memorias de la Dirección de Inmigración de ese año ya se deja asentada la insuficiencia de este Hotel para albergar a los inmigrantes que llegaban en cantidades cada vez mayores.

Dossiè

Atracción, recepción y hospitalidad Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina
(1812-1953)

Marcelo Huernos

Debido a esta afluencia creciente se hace necesario emprender obras de mejoramiento con bastante frecuencia. Para tratar de mejorar la utilización del edificio y optimizar las mejoras se envía al Ingeniero Stavelius a los Estados Unidos para que se interiorice de los construidos en ese país no solo desde el punto de vista arquitectónico sino también en la administración y el funcionamiento. En paralelo se vuelve a instalar el tema de la construcción de un edificio definitivo en el que pudieran instalarse hasta diez mil inmigrantes,¹⁹ debía prever Estación de Ferrocarril, Hospital, departamento de policía y bomberos, oficina de correo, administración, jardines y muchos otros servicios. Sin embargo las diferentes propuestas van siendo relegadas siendo el Hotel conocido como de la “Rotonda” el que seguirá prestando sus servicios hasta la inauguración del Hotel definitivo.



Foto 1. ARGENTINA. Archivo General de la Nación Argentina (145108). Antiguo Hotel de Inmigrantes (Rotonda), 1899.



Foto 2. ARGENTINA. Archivo General de la Nación Argentina. Antiguo Hotel de Inmigrantes (Rotonda), 1899.

Será recién en 1905 cuando en Acuerdo de Ministros se apruebe el proyecto presentado por la Dirección de Inmigración y Colonización para la construcción del nuevo Hotel, cuyos planos fueron preparados por el Ministerio de Obras Publicas de acuerdo a las directivas de la Dirección de Inmigración. Este nuevo proyecto, que sería el definitivo, preveía la construcción de un desembarcadero

Dossiè

Atracción, recepción y hospitalidad Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina (1812-1953)

Marcelo Huernos

para atender a los recién llegados. El predio elegido fue elegido fue el ubicado en la Dársena Norte, entre Puerto Madero y Retiro, que en aquella época se encontraba aislado, circundado de baldíos y próximo a las vías del ferrocarril, algunas de las cuales se encontraban sin actividad. A sus inmejorables condiciones y ubicación, aparecía como obstáculo el hallarse sobre terrenos con galpones utilizados por el Ministerio de Marina, que junto con una escuela de mecánica, eran albergue de marineros. La Marina accedió a abandonar los galpones que fueron utilizados para alojar a los inmigrantes de manera provisoria una vez puestos en condiciones. La superficie adquirida abarcaba unos 27.000 m², y su aislamiento respecto a las zonas de viviendas permitió mantener apartada a la ciudad de las posibles epidemias y enfermedades de los recién llegados. Las obras comenzaron inmediatamente con la construcción del desembarcadero que fue inaugurado a fines de 1907. La construcción fue encarada siguiendo los cánones de la arquitectura higienista. La disposición de los pabellones alrededor de una plaza central permitía la correcta aireación de todo el espacio y brindaba la posibilidad de que las personas pudieran estar en lugar soleado evitando la aglomeración.



Foto 3. ARGENTINA. Archivo General de la Nación Argentina (145108). Antiguo Hotel de Inmigrantes (Rotonda), 1899.

royecto preveía la dirección y oficinas de trabajo al frente; a continuación el hospital y los lavaderos; y cerrando el perímetro, dos edificios destinados a comedor y dormitorios. A su vez, una avenida central que atravesaba de manera perpendicular el desembarcadero, unía los distintos pabellones con los jardines.

El proyecto, que había sido programado para ser terminado en veinte meses, se prolongó por seis años. En 1911 ya estaban terminados y funcionando el

Dossiè

Atracción, recepción y hospitalidad Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina (1812-1953)

Marcelo Huernos

Desembarcadero, el hospital y los lavaderos, y los edificios de Administración. Quedaban pendientes el comedor y los dormitorios que fueron iniciados ese mismo año, de esta forma el Hotel de Inmigrantes fue finalizado un año y medio después aunque en enero de 1911 se dio por inaugurado el Hotel de Inmigrantes con una celebración a la que asistió el presidente Roque Sáenz Peña acompañado por una gran comitiva, en un festejo abierto a la comunidad.



Foto 4. ARGENTINA. Archivo General de la Nación Argentina. Inventário, documento 215783. Vista general del jardín, desembarcadero y edificios de Administración. c. 1909.

El desembarcadero era un edificio con una estructura metálica, techo de chapa y paredes de material en un estilo francés con mansarda. En la parte central estaba la administración, prefectura, sanidad y aduana, y a sus costados dos galpones utilizados como sala de espera y revisión de equipaje.

Dossiè

Atracción, recepción y hospitalidad Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina (1812-1953)

Marcelo Huernos



Foto 5. ARGENTINA. Archivo General de la Nación Argentina. Inventário, documento 215766. Desembarcadero y jardín Hotel de Inmigrantes.c.1909

Luego del Desembarcadero se terminaron las obras de la Oficina de Trabajo que se encontraba sobre el frente de la avenida interna. Allí se realizaban todas las gestiones dirigidas a encontrar trabajo a los recién llegados y trasladarlos gratuitamente al sitio al que hubieran sido solicitados. Además de estas actividades la oficina servía también de depósito para equipaje, expedición de pasajes y propaganda. Luego extendió sus funciones y desde allí se editaban folletines mensuales, que eran distribuidos por los consulados, y realizaban proyecciones fílmicas que mostraban las condiciones del país, las que después fueron proyectadas en el comedor del Hotel que podía albergar a más de mil personas. Hacia 1913 también contaba con salas destinadas a la exposición de máquinas agrícolas y la enseñanza de su funcionamiento para los hombres, una oficina de colocación de mujeres y otra de intérpretes.

En 1908 se inauguró el edificio de la Dirección. Constaba de dos plantas, en la planta baja funcionaba una sucursal del Banco de la Nación Argentina donde los inmigrantes podían cambiar divisas evitando que fueran víctimas de los estafadores. Ese mismo año se terminaron las obras de la Administración, Oficina de Pasaportes, Correos y Telégrafos, Oficina de Informaciones, y otras dependencias. Al año siguiente se iniciaron las obras del Hospital, Baños y Lavaderos. El Hospital cercano a los jardines y en paralelo al desembarcadero, había sido construido con un criterio higienista. El edificio fue realizado en tres bloques de dos pisos que se enlazan a un corredor central, equipado con los elementos más modernos de la época, contaba con salas de guardia y farmacia en planta baja, y sectores de internación, cirugía, rayos en planta alta. Aunque el

Dossiè

Atracción, recepción y hospitalidad Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina
(1812-1953)

Marcelo Huernos

hospital tuvo carácter nacional su función principal era atender a los recién llegados que sufrieran alguna enfermedad relacionada con el viaje, las penurias o la mala alimentación.

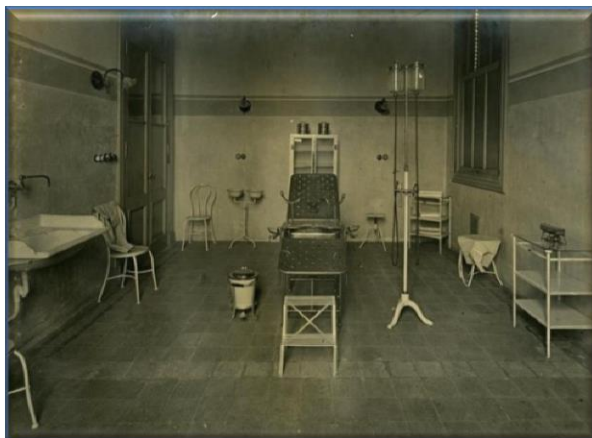


Foto 5. ARGENTINA. Archivo General de la Nación Argentina.
Inventário, documento 215766, negativo B. 81.171. Desembarcadero
y jardín Hotel de Inmigrantes.c.1909

El edificio que hoy conocemos como Hotel de Inmigrantes sobresale en el conjunto por sus características, fue el último en ser construido. Es el más grande de todo el complejo cubriendo una superficie de 90 m de largo por 26 m. de ancho, es uno de los primeros edificios de la ciudad hecho en hormigón armado, en planta baja se encuentran el comedor, la cocina y sus dependencias y en las tres plantas superiores los dormitorios. Estos son cuatro en cada piso con capacidad para 250 personas cada uno. Cada piso superior se articula a lo largo de un corredor y un crucero en el medio, una doble hilera de ventanas permite la correcta ventilación y las paredes azulejadas hasta 1,80 m. permiten una fácil limpieza de todas las instalaciones.

A partir del momento en que el complejo comenzó a funcionar fue mucho más fácil para las autoridades inmigratorias poder realizar las tareas de control y estadística. El proceso se iniciaba cuando el barco atracaba cuando una junta subía a verificar la documentación de la nave y de los pasajeros estaba en orden. A continuación se realizaba un control sobre las condiciones higiénicas del barco y sanitario sobre los pasajeros para verificar que no portaran ninguna enfermedad, una vez realizado esto se los declaraba aptos para el desembarco. La legislación argentina prohibía el ingreso a personas afectadas por enfermedades contagiosas, inválidos, dementes o sexagenarios.

Dossiè

Atracción, recepción y hospitalidad Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina (1812-1953)

Marcelo Huernos

Una vez autorizados a bajar del barco los inmigrantes se dirigían al Desembarcadero donde realizaban los trámites de migraciones y aduana. A partir de ese momento aquellos que tenían su red de relaciones ya establecida en el país salían por la calle del Desembarcadero hacia el exterior mientras que los que debían hacer uso de la cobertura de alojamiento y manutención cruzaban la calle interna y el portón que daba ingreso al predio del Hotel de Inmigrantes.

Una vez establecidos en el Hotel los huéspedes estaban sujetos a una disciplina estricta en los horarios de las actividades. Las celadoras los despertaban a las seis de la mañana para el desayuno, que se hacía por turnos de 700 personas. Una vez finalizado el desayuno las mujeres se dedicaban a los quehaceres domésticos, como cuidar de los niños y lavar la ropa, mientras los hombres tramitaban su colocación en la oficina de trabajo. También podían salir del Hotel libremente para circular por las cercanías de Retiro, para lo cual se les otorgaba un número ni bien desembarcados, para que lo hicieran cuando así quisieran. Entre las diez y las once sonaba el primer toque de campana que daba comienzo a los turnos del comedor. El menú estaba compuesto de platos que iban desde sopa hasta guisos de carne, puchero criollo, estofado o maíz criollo. A las tres de la tarde se servía la merienda para los niños, a las seis se daba comienzo a la cena y a las siete ya quedaban abiertos los dormitorios. Luego de la cena se realizaban las proyecciones y conferencias en el comedor acerca de la legislación, historia y geografía argentina, se enseñaba la utilización de la maquinaria agrícola que era diferente de aquella que conocían la mayoría de los campesinos europeos.

Si bien la Ley de Inmigración y Colonización contemplaba hasta un máximo de cinco días para permanecer en el hotel, la estadía podía extenderse, sobre todo para aquellos que no eran italianos o españoles y que podían tener problemas para poder comunicarse en español, por lo que en muchos casos podían permanecer hasta que consiguieran un trabajo.

Este esquema se mantuvo casi sin cambios hasta que el Hotel quedó desafectado para su fin específico en 1953. Las variaciones en las cantidades de huéspedes a lo largo de los años en que funcionó estuvieron vinculadas a las políticas del Gobierno argentino en algunas coyunturas específicas, como sucedió en los primeros años de la década de 1930 en que se permitió el alojamiento solo a quienes venían con contrato de colonización, como en los años 1933 y 1934. Al finalizar la Segunda Guerra mundial el estado argentino volvió a considerar a la inmigración como una de las políticas de estado necesarias para el desarrollo del país.

Durante la primera presidencia de Perón se encararon obras de mejoramiento del Hotel, el Hospital fue completamente modernizado y se hicieron refacciones en el

Dossiè

Atracción, recepción y hospitalidad Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina (1812-1953)

Marcelo Huernos

resto de los edificios. La afluencia de inmigrantes en los siguientes años no cubrió las expectativas del gobierno y dada la continua baja en los contingentes el Hotel fue desafectado de sus funciones específicas en 1953. Luego del golpe de estado que derrocó a Perón en 1955, el edificio inició un proceso de deterioro que empezó a ser revertido recién en 1990 con el Decreto 2402 que declaró el Desembarcadero y el Hotel de Inmigrantes como Patrimonio Histórico Nacional. Desde la recuperación de la democracia, en 1983, se inició un proceso de revalorización que tuvo su primer hito en 1985 cuando la Dirección de Migraciones creó el Museo, Archivo y Biblioteca de la Inmigración, luego la patrimonialización y terminó en setiembre de 2013 con un acuerdo de articulación institucional y operativa entre la Dirección Nacional de Migraciones y la Universidad Nacional de Tres de Febrero por el cual el Museo reabrió sus puertas con una nueva propuesta desarrollada en el tercer piso del Hotel, donde retoma desde una perspectiva museográfica contemporánea la temática de las migraciones tanto históricas como contemporáneas.

Movimiento migratorio

Entrada y salida de Ultramar de 2ª y 3ª Clase y alojados en el Hotel de Inmigrantes

Año	Entrada	Salida	Saldo	Alojados
1860	5.656	S/D	-	143
1861	6.301	S/D	-	599
1862	6.716	S/D	-	437
1863	10.408	S/D	-	545
1864	11.682	S/D	-	440
1865	11.767	S/D	-	1.679
1866	13.696	S/D	-	1.678
1867	13.225	S/D	-	2.832
1868	25.919	S/D	-	5.005
1869	28.958	S/D	-	5.946
1870	30.898	S/D	-	6.270
1871	14.626	S/D	-	3.996
1872	26.208	S/D	-	8.594
1873	48.382	S/D	-	11.122
1874	40.674	S/D	-	8.627
1875	18.533	S/D	-	5161
1876	14.532	S/D	-	8949
1877	14.675	S/D	-	3.847
1878	23.624	S/D	-	8.880
1879	32.717	S/D	-	13.029

Dossiè

Atracción, recepción y hospitalidade Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina
(1812-1953)

Marcelo Huernos

1880	26.643	S/D	-	10.912
1881	31.481	S/D	-	11.380
1882	41.041	S/D	-	16.010
1883	52.472	S/D	-	20.952
1884	49.623	S/D	-	19.705
1885	80.618	S/D	-	34.487
1886	65.655	S/D	-	26.695
1887	98.898	S/D	-	42.192
1888	130.271	S/D	-	68.289
1889	218.744	S/D	-	135.666
1890	77.815	S/D	-	43.265
1891	28.266	72.380	-44.114	16.842
1892	39.973	29.893	10.080	18.693
1893	52.067	26.055	26.012	20.594
1894	54.720	20.586	34.134	22.070
1895	61.226	20.398	40.828	24.287
1896	102.673	20.415	82.258	43.994
1897	72.978	31.192	41.786	27.593
1898	67.130	30.802	36.328	24.831
1899	84.442	38.397	46.045	36.150
1900	84851	38.334	46.517	43.265
1901	90.127	48.697	41.430	44.164
1902	57.992	44.558	13.434	26.636
1903	75.227	40.653	34.574	33.570
1904	125.567	38.923	86.644	60.897
1905	177.117	42.869	134.248	92.319
1906	252.536	60.124	192.412	127.372
1907	209.103	90.190	118.913	97.111
1908	255.710	85.412	170.298	129.304
1909	231.084	94.644	136.440	100.982
1910	289.640	97.854	191.786	118.999
1911	225.772	120.709	105.063	98.377
1912	323.403	120.260	203.143	143.689
1913	302.047	156.829	145.218	135.058
1914	115.321	178.684	-63.363	41.585
1915	45.290	111.459	-66.169	14.475
1916	32.990	73.348	-40.358	9.827
1917	18.064	50.995	-32.931	5.145
1918	13.701	24.075	-10.374	4.737
1919	41.299	42.279	-980	8.294
1920	87.032	57.187	29.845	17.939
1921	98086	44.638	53.448	S/D

Dossiè

Atracción, recepción y hospitalidade Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina
(1812-1953)

Marcelo Huernos

1922	129.263	46.920	82.343	43.220
1923	195.063	46.810	148.253	82.825
1924	159.939	46.105	113.834	61.511
1925	125.366	49.841	75.525	48.230
1926	135.011	55.769	79.242	60.362
1927	161.548	57.936	103.612	80.867
1928	129.047	54.262	74.785	S/D
1929	140.086	58.357	81.729	S/D
1930	124.006	59.734	64.272	S/D
1931	56.333	53.677	2.656	s/D
1932	31.267	43.386	-12.119	2.849
1933	24.345	35.066	-10.721	465
1934	27.554	27.104	450	60
1935	35.006	19.844	15.162	S/D
1936	35.560	17.328	18.232	1.783
1937	41.469	14.303	27.166	4.832
1938	37.762	12.776	24.986	5.095
1939	14.506	10.595	3.911	3
1940	6.210	3.193	3.017	S/D
1941	4.675	2.114	2.561	S/D
1942	1.849	1.048	801	S/D
1943	1.892	783	1.109	S/D
1944	756	754	2	S/D
1945	989	1341	-352	S/D
1946	4.422	4.627	-205	1.044
1947	39.114	8.942	30.172	9.792
1948	120.258	13.006	107.252	28.428
1949	150.987	17.298	133.689	14.651
1950	136.777	25.348	111.429	14.113
1951	108.540	27.626	80.914	S/D
1952	81.137	37.939	43.198	S/D
1953	53.333	34.816	18.517	4.579
1954	65.688	41.869	23.819	-----
1955	52.892	29.466	23.426	-----

Elaboración sobre Memorias de la Dirección General de Inmigración y Resumen estadístico de la Dirección General de Inmigración (mecanografiado)

Para la elaboración de este cuadro se han tomado las entradas de pasajeros en 2ª y 3ª clase de ultramar entrados por el puerto de Buenos Aires, tal como están asentados en las Memorias y Resúmenes Estadísticos producidos por la Dirección General de Inmigración, que a lo largo de los años de la muestra cambió de nombre y jurisdicción, luego de la sanción de la ley queda bajo la órbita del Ministerio del Interior, en 1886 pasa al Ministerio de Relaciones Exteriores, en

Dossiè

Atracción, recepción y hospitalidad Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina (1812-1953)

Marcelo Huernos

1894 al Ministerio de Justicia e Instrucción, en 1898 pasa al Ministerio de Agricultura y en 1940 vuelve al Ministerio del Interior. Este recorte por categorías de viaje se basa en la definición de inmigrante que da la ley, los llegados en 1ª eran considerados como turistas. De la misma manera los inmigrantes salidos están tomados de las mismas fuentes y solo considerando 2ª y 3ª clase de Ultramar. Dadas las características de las fuentes utilizadas, estos guarismos están sujetos a posteriores revisiones de acuerdo a otras fuentes que pudieran encontrarse. Como se aprecia en el cuadro las cifras de inmigración mantienen ciertas constantes al incremento desde 1860 hasta 1874. El declive a partir de 1875 está vinculado por una parte a los efectos de la crisis económica internacional de 1873 que afectó seriamente a la economía local provocando esa caída en los contingentes inmigratorios a lo que posiblemente se le sumaron las epidemias de 1874. A partir de 1877 vuelve a crecer para frenarse en 1890 debido a la crisis económica. Pasados los efectos de la crisis los contingentes se vuelven a incrementar en volúmenes cada vez mas grandes hasta 1914 en que el estallido de la Primera Guerra Mundial no solo reduce drásticamente los arribos sino que las salidas se incrementan dejando saldos negativos. Terminada la contienda vuelven a incrementarse los contingentes aunque no volverán a los del periodo anterior.

La crisis económica de 1930 marca un cambio en la tendencia, los contingentes caen drásticamente debido a las políticas de freno a la inmigración. Los saldos bajos y negativos del periodo muestran un proceso de salida importante en ese periodo vinculado a los efectos de la crisis en el empleo y las remuneraciones.

Los años de la inmediata posguerra muestran un movimiento de aumento, sobre todo a partir de 1947/48 en que los acuerdos con Italia permitieron un flujo importante hasta 1950, pero luego de esta fecha ya se observa un marcado declive en las entradas.

En cuanto a la tarea del Hotel de Inmigrantes en las distintas etapas podemos observar que los porcentajes de alojados respecto de los llegados fluctúan entre los 30/35% y 50/55% .

Las explicaciones se deben buscar en la forma que adquirió la llegada de los inmigrantes. El proceso migratorio se basaba en las “cadenas migratorias”, proceso por el cual los recién llegados encontraban una red de parentela y paisanaje que le ofrecía alojamiento, trabajo y contención, razón por la cual muchos no necesitaban hacer uso de la protección que el Estado les brindaba. Un factor fundamental fue la falta de un edificio adecuado que hizo que sobre todo en el periodo anterior al establecimiento en “la Rotonda” aquellos que pudieran buscaran otras alternativas. La relación entre arribados y alojados se mantendrá más o menos en los mismos porcentajes durante el tiempo en que la “Rotonda” y

Dossiè

Atracción, recepción y hospitalidad Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina (1812-1953)

Marcelo Huernos

el Hotel definitivo estuvieron activos, con la excepción de los primeros años de la década de 1930, sobre todo en 1932 y 1933 en que un decreto permitía el uso del mismo solo a personas que vinieran contratadas como colonos y los años de la Segunda Guerra en que el arribo fue muy bajo. La falta de fuentes alternativas no permite, por ahora, evaluar el desempeño del Hotel de Inmigrantes hasta su cierre en 1953.

Notas y referencias

- ¹ Roy HORA. *Historia económica de la Argentina en el siglo XIX*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.
- ² La ley consideraba inmigrante a todo extranjero, jornalero, artesano, industrial, agricultor o profesor, que siendo menor de sesenta años, y acreditando su moralidad y aptitudes, llegaba al país para establecerse en buques de vapor o vela, pagando pasaje de segunda o tercera clase o teniendo pago el viaje por la Nación, las provincias o empresas de colonización.
- ³ HORA, 2010, p. 132.
- ⁴ La batalla de Caseros marca el inicio del periodo de la “organización nacional” en el cual se dictó la constitución de 1853.
- ⁵ Dirección General de Inmigración - DGI. Informe Estadístico correspondiente al año 1923 (mecanografiado).
- ⁶ Fernando J. DEVOTO. “El revés de la trama: políticas migratorias y prácticas administrativas en la Argentina (1919-1949)”. *Desarrollo Económico*, 41 (162):283, 2001.
- ⁷ G. SWIDERSKI; J. FARJAT. *La inmigración*. Buenos Aires: Ed. Colección Arte y Memoria Audiovisual, 1999. pp. 166 y s.
- ⁸ Dirección General de Inmigración - DGM. Informe estadístico correspondiente al año 1933 (mecanografiado).
- ⁹ Unos días antes del decreto se había redactado la Circular 11, el 12 de julio de 1938 con carácter estrictamente confidencial, firmada por el Canciller José María Cantilo en la que se ordenaba no dar el visado, ni siquiera como pasajero en tránsito o turista, a los que hubieran abandonado su país como indeseables o expulsados.
- ¹⁰ Leonardo SENKMAN. *Argentina, la Segunda Guerra Mundial y los refugiados indeseables*. 1933-45. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1991, pp.117 y s.
- ¹¹ Norberto IVANCICH. “El Estado argentino ante la inmigración”. AAVV. *Argentina. Un país de inmigrantes*. Buenos Aires: Ministerio del Interior, 1998.
- ¹² J. OCHOA DE EGUILEOR; E. VALDES. *¿Dónde durmieron nuestros abuelos?*. Buenos Aires: Fundación Urbe, 1991, p. 49.
- ¹³ Benito DIAZ. *Datos sobre la inmigración en la provincia de Buenos Aires (1820-1854)*. Facultad de Humanidades-Universidad de La Plata, 1960. Citado en: J. OCHOA DE EGUILEOR; E. VALDES, 1991, p 65.
- ¹⁴ OCHOA DE EGUILEOR; VALDES, 1991, pp. 73 y s.
- ¹⁵ Anexo a la Memoria del Ministerio del Interior. Memoria del encargado de la repartición de inmigración. 1873, p. 15.

Dossiê

Atracción, recepción y hospitalidade Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina (1812-1953)

Marcelo Huernos

-
- ¹⁶ Andrés REGALSKY. "De Buenos Aires a la Nación: la construcción de una empresa pública de saneamiento en la Argentina, 1892-1930." Trabajo presentado en el 1º Congreso Latinoamericano de Historia Económica. Montevideo. 2007.
- ¹⁷ Ricardo González LEANDRI. "Notas acerca de la profesionalización médica en Buenos Aires durante la segunda mitad del siglo XIX", en Juan SURIANO. *La cuestión social en Argentina 1870-1943*. Buenos Aires: La Colmena, 2000.
- ¹⁸ Los Panoramas eran construcciones cilíndricas con una plataforma en el centro, en la pared circular se pintaban escenas de algún suceso importante que podía ser histórico o contemporáneo, entre la pared y la plataforma se le agregaban elementos reales o escenográficos que daban mayor sensación de veracidad. En Buenos Aires existieron varios a lo largo de varias décadas, entre los cuales cabe destacar los que se realizaron para el centenario de la Declaración de la Independencia que recreaban importantes batallas.
- ¹⁹ OCHOA DE EGUILEOR; VALDES, 1991, p. 182.

Texto recebido em 01 de agosto de 2015/
Aprovado em 25 de novembro de 2015

Hospedaria de Imigrantes de São Paulo

Odair da Cruz Paiva

Universidade Federal de São Paulo

Resumo: Este artigo apresenta considerações sobre o alojamento de imigrantes e migrantes na cidade de São Paulo e as diferentes fases dos deslocamentos populacionais para o Estado de São Paulo. Estes elementos são articulados a partir da história da Hospedaria de Imigrantes e das transformações ocorridas naquele espaço desde sua inauguração em 1888 até o início do seu processo de *musealização* a partir da década de 1980.

PALAVRAS-CHAVE: Alojamento de imigrantes - Hospedaria de Imigrantes de São Paulo - Correntes migratórias - Migração interna - Museu da Imigração.

Abstract: This article presents considerations on the accommodation of immigrants and migrants in the city of São Paulo and the different stages of the immigration process for the state of São Paulo. These elements are articulated from the history of Hospedaria de Imigrantes and transformations in this space since its opening in 1888 until the beginning of your *musealization* process from the 1980s

KEYWORDS: Accommodation of Immigrants - Hospedaria de Imigrantes de São Paulo - Migratory Flows - Internal Migration - Museu da Imigração.

Introdução

Este artigo apresenta elementos da história da recepção, triagem e encaminhamento de imigrantes e migrantes em São Paulo tendo como corte temporal as primeiras décadas do século XIX até a década de 1970.¹ A Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, inaugurada em 1888 – e sua musealização – possui centralidade nessa trajetória; aqueles que adentram à edificação atualmente vislumbram um espaço bipartido. Parte do prédio foi musealizada e nela encontramos o Museu da Imigração do Estado de São Paulo. As dependências que se encontram ao fundo da edificação ainda servem como alojamento de migrantes, imigrantes e refugiados.

Trata-se da única hospedaria de imigrantes do continente que possui essa dupla inscrição: Museu e Hospedaria. Esta especificidade tem relação com a forma com que o Estado administrou os serviços de recepção de imigrantes e migrantes desde a fundação da Hospedaria e também com as demandas dos fluxos migratórios na cidade no presente.

A história da Hospedaria é erigida a partir de quatro abordagens que ocupam espaços variáveis no texto. A primeira delas apresenta o alojamento de imigrantes em São Paulo no período de 1827 a 1887; a segunda mescla elementos do funcionamento dessa instituição com as diversas correntes imigratórias e migratórias para São Paulo entre os anos 1888 a 1978; a terceira aponta para os

impactos que o encerramento das atividades da Hospedaria em 1978 produziu para a recepção dos imigrantes entrados a partir da década de 1980. Por fim, a quarta abordagem discorre sobre os desafios da musealização da edificação. O leitor perceberá que a quarta abordagem possui espaço significativo neste artigo; creio que a referida musealização da Hospedaria representa uma leitura singular da história daquele espaço, bem como dos fluxos migratórios que estiveram ali presentes.²



Figura 1. Fachada da Hospedaria de Imigrantes. S/d.
Acervo Iconográfico do Museu da Imigração.³

O alojamento de imigrantes na São Paulo do século XIX

A criação de uma estrutura para recepção, hospedagem e encaminhamento de trabalhadores estrangeiros na cidade de São Paulo durante o século XIX, esteve condicionada à magnitude do fluxo imigratório; este, por sua vez, correspondeu aos interesses econômicos e de mão-de-obra no período.⁴ Os dados relativos à entrada de estrangeiros em São Paulo até o terceiro quartel do século XIX apresentam cifras diminutas se comparadas com aquelas das décadas finais e primeiras décadas do século XX. Entre 1827 e 1886, entraram 64.208 estrangeiros em São Paulo,⁵ perfazendo uma média anual de 1088 imigrantes. Como consequência, os serviços de hospedagem foram marcados pela precariedade, seja por conta do número pouco significativo de imigrantes, seja pela falta de interesses políticos e econômicos que viabilizassem a montagem de uma estrutura adequada.

De todo modo, a hospedagem de imigrantes em São Paulo gerou vários debates. Di Francesco (1999),⁶ e Zenha (1950) apontam que em dezembro de 1827, chega à Capital, oriundo de regiões que hoje compõem a atual Alemanha, particularmente da Baviera, um grupo de 226 pessoas destinadas à colonização de terras. Foram hospedadas no Hospital Militar, localizado na região central da cidade, próximo ao Rio Anhangabaú, nas cercanias da atual Praça do Correio.

A hospedagem desses imigrantes no Hospital Militar não só revelava a inexistência de um lugar mais apropriado para sua recepção como também era expressão das dificuldades em transpor a serra para se chegar ao planalto. Subir a Serra do Mar a pé não era tarefa fácil, ainda mais depois de uma longa viagem da Europa ao Brasil. Na chegada a São Paulo, muitos imigrantes tinham de receber tratamento médico, fosse por debilidade física provocada pelo cansaço ou mesmo por estarem acometidos por doenças comuns na época.

Entre os anos 1830 e 1860, os imigrantes que desembarcavam no porto de Santos com destino à Capital e cidades do interior foram alojados em abrigos na própria cidade de Santos; a ausência de uma estrutura adequada de recepção transformou o Arsenal da Marinha. As experiências de alojamento dos imigrantes na zona litorânea foram sempre controversas e em certa medida ineficazes. Mesmo após o término da construção da São Paulo Railway em 1867 – o que, obviamente, facilitou a transposição da Serra do Mar rumo ao planalto – era evidente que o alojamento dos imigrantes teria que ser feito no planalto, região onde partiam os caminhos rumo ao interior do Estado e futuramente as estradas de ferro.

Após a inauguração da São Paulo Railway, a Estação da Luz, no bairro paulistano de mesmo nome, foi o destino dos imigrantes embarcados em trens a partir de Santos. Havia dois locais, dentre outros provavelmente, de alojamento; um deles era o Areal, denominação provável de um rancho às margens do rio Tamanduateí, nas imediações da atual Avenida do Estado e da Rua São Caetano. Outro local era a Mançom D'ouro, talvez uma pensão ou hospedaria particular, das muitas existentes no bairro da Luz cujo nome foi inspirado em *Maison d'Or*.⁷

A primeira hospedaria criada pelo Governo Provincial foi instalada em dezembro de 1878, na casa da sede do Núcleo Colonial de Sant'Ana, fundado em 1877, em área que atualmente faz parte do bairro de Santana, zona norte da Capital. Denominada Hospedaria de Sant'Ana, foi desativada em junho de 1880 e o prédio foi demolido em 1915. Hoje há instalações do exército no local (Rua Alfredo Pujol). A hospedaria, de dimensões pequenas, era constituída de uma casa de dois pavimentos, em construção de taipa, com vários compartimentos e uma pequena cozinha.

A Hospedaria de Sant'Ana foi a primeira tentativa de racionalizar os serviços de recepção, hospedagem e encaminhamento dos imigrantes. Entretanto, sua efêmera existência demonstrou que as crescentes necessidades de mão-de-obra para a cafeicultura demandavam uma estrutura maior e melhor equipada. Em 1881, a Lei n. 36, de 21 de fevereiro, autorizava o Governo da Província a construir um novo estabelecimento para os imigrantes: a Hospedaria do Bom Retiro. Sua construção foi concluída em março de 1882 e tinha capacidade para abrigar quinhentos imigrantes. Situava-se na antiga rua dos Imigrantes, hoje rua Areal (continuação da Rua José Paulino) com a Rua Tenente Pena e Rua Mamoré. Provavelmente, ela foi

construída próxima do Areal, a que nos referimos anteriormente, como um dos lugares de alojamento dos imigrantes, por volta de 1870.

Em comunicação dirigida à Assembleia Legislativa Provincial, em 10 de janeiro de 1885, o diretor da Diretoria Geral de Obras Públicas relata que o prédio do Bom Retiro,

/.../ não comporta mais que 230 camas que estão armadas, e quando o número de imigrantes excede ao das camas, como já tem acontecido, torna-se necessário estender colchões no salão do refeitório e também agasalhar-os na olaria próxima (sic).⁸

Na Hospedaria do Bom Retiro produziram-se os primeiros livros de registro de imigrantes, importante fonte de informações sobre o perfil e destino de muitos dos que aqui chegaram. Tal qual a Hospedaria de Sant'ana, a do Bom Retiro rapidamente tornou-se obsoleta. Em julho de 1886, no Governo de Antônio de Queiroz Telles, iniciaram-se as obras de construção da Hospedaria de Imigrantes do Brás. Em julho de 1887, um surto de varíola e difteria, ocorrido na Hospedaria do Bom Retiro, fez com que as dependências do Brás, mesmo inacabadas, recebessem o primeiro grupo de imigrantes; as obras foram concluídas em 1888. A administração da Hospedaria, em seus primeiros dez anos, esteve a cargo da Sociedade Promotora de Imigração criada para defender os interesses de grandes proprietários de fazendas de café que possuíam grande influência junto ao governo provincial.

Hospedaria de imigrantes do Brás

A história da Hospedaria de Imigrantes será dividida em quatro fases, correspondentes aos diferentes momentos da imigração para São Paulo.

1ª Fase (1888-1929)

Esta fase compreende a inauguração da Hospedaria até o início da crise econômica mundial em 1929. A Hospedaria de Imigrantes da Capital - também denominada como Hospedaria do Brás ou simplesmente Hospedaria de Imigrantes - foi projetada de forma a atender às crescentes necessidades de recepção e encaminhamento das levas de imigrantes que afluíam para São Paulo. Construída para alojar, por um período de uma semana, até três mil pessoas em suas dependências, não raro esse número foi excedido, abrigando até 8.000 imigrantes de uma só vez.

Ela contava com uma Agência Oficial de Colocação, dormitórios, refeitório, depósito de bagagens, um pequeno hospital, enfermaria, agência de correios, uma pequena estação ferroviária, dentre outros equipamentos.

A edificação sofreu algumas intervenções, sendo as de 1908, 1936, a da década de 1950 e o restauro de 2010/2014 as mais significativas. Embora com algumas

Dossiê

Hospedaria de Imigrantes de São Paulo

Odair da Cruz Paiva

breves interrupções em suas atividades, os serviços de recepção, triagem e encaminhamento de imigrantes e migrantes para as atividades agrícolas (e também industriais a partir do final dos anos 1940) foram uma constante nos 90 anos de seu funcionamento. Estas atividades foram parcialmente interrompidas nos períodos em que ela funcionou como presídio político (1924 e 1932) e durante a ocupação do edifício pela Escola Técnica de Aviação (1943/51).⁹



Figura 2. Hospedaria de Imigrantes. S/d. Fonte: Acervo Iconográfico do Museu da Imigração.¹⁰

Dos 2,8 milhões de imigrantes que chegaram ao Estado de São Paulo até os anos 1970, a maior parte deles adentrou durante os anos 1885 a 1915.¹¹ Nesse período, houve a preponderância de imigrantes provenientes da Europa e em menor número, do Japão e do Oriente Médio. Até o início da Primeira Guerra Mundial, a Hospedaria recebeu imigrantes oriundos do sul da Europa, notadamente, italianos (830.936), portugueses (246.085) e espanhóis (288.515).¹²

Com o fim da Primeira Guerra Mundial em 1918, houve uma mudança no perfil das correntes imigratórias chegadas a São Paulo e alojadas na Hospedaria. A imigração do sul da Europa perde intensidade e a imigração proveniente do nordeste europeu teve proeminência. Como exemplo, apesar da imigração de imigrantes de origem germânica ter sido pioneira no Estado de São Paulo, o maior fluxo de entrada destes ocorreu entre os anos 1920 e 1930. Nesse período, o ano de 1924 registrou um pico de 22.500 imigrantes entrados.¹³ O mesmo ocorreu com os poloneses, russos e lituanos. Essa mudança foi reflexo da nova geopolítica que emergia na Europa após o conflito. Vale lembrar que, paulatinamente, migrantes provenientes do Nordeste foram cada vez mais comuns entre os alojados na Hospedaria.¹⁴ No entanto, como veremos adiante, o grande fluxo destes ocorrerá a partir dos anos 1930.

Entre 1888 e 1978 a Hospedaria abrigou 1,9 milhão de estrangeiros e 1,6 milhão de trabalhadores nacionais; entre os anos 1820 a 1914, o Brasil foi o quarto país que mais recebeu imigrantes no continente (3.354.829). O primeiro lugar é ocupado pelos Estados Unidos (35.052.123), seguido do Canadá (5.625.147) e Argentina (4.660.539).¹⁵

2ª Fase (1930-1945)

Esta fase corresponde ao período de vigência do primeiro governo do presidente Getúlio Vargas e ao contexto da II Guerra Mundial. Tanto o panorama político interno quanto a conjuntura internacional promoveram intensas mudanças na política imigratória brasileira. O governo federal impôs restrições à entrada de estrangeiros no país e incentivou a migração de brasileiros de outros Estados para São Paulo, como estratégia para a nacionalização da força de trabalho.¹⁶

O que estava subjacente à política de nacionalização da mão de obra era a necessidade de remodelar as relações de trabalho, tendo em vista a revisão da ideia do estrangeiro como o trabalhador ideal. Essa revisão esteve expressa, por exemplo, na preocupação com a existência de colônias de imigrantes no Brasil, especialmente de alemães, italianos e japoneses,¹⁷ consideradas “enquistamentos” a serem combatidos com a inserção do elemento nacional.

Pelo discurso oficial, o trabalhador brasileiro assumia todos os atributos desejáveis, não representando perigo à vida social do país. As medidas de proteção tinham como um de seus objetivos a reserva de mercado ao trabalhador nacional - fosse no campo ou nas cidades – resultando no decréscimo da população estrangeira no Estado de São Paulo.

Como resultado, da totalidade de estrangeiros e brasileiros de outros Estados entrados no Estado de São Paulo no primeiro quinquênio década de 1920, os estrangeiros representavam 79,67% e os brasileiros, 20,33%. Na segunda metade da 1930, este quadro alterou-se radicalmente. Os estrangeiros representavam 16,12%, enquanto os nacionais responderam por 83,88%.¹⁸

A Hospedaria de Imigrantes, neste contexto, recebeu e encaminhou para as atividades agrícolas do interior paulista (fazendas de café e de algodão), quantidades cada vez mais significativas de migrantes, numa reedição no plano interno da política imigratória. As regiões de maior afluência destes trabalhadores foram as dos municípios de Alta Noroeste e Sorocabana, concentrando-se, majoritariamente, nas regiões Oeste e Noroeste.

O refluxo da imigração europeia também teve relação com o ambiente externo, dado o início da Segunda Guerra Mundial. Em 1943, ano seguinte à entrada do Brasil na guerra, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) deixou, sob guarda na Hospedaria, alguns imigrantes japoneses, italianos e alemães. As

autoridades brasileiras consideravam os imigrantes dessas nacionalidades como “súditos do Eixo”; estes foram expulsos de suas propriedades no litoral, transformado em área de segurança. Os que tinham parentes na Capital puderam permanecer na cidade e aqueles que não os possuíam foram alojados em propriedades no interior do Estado.¹⁹

3ª Fase (1947-1968)

Esta fase corresponde ao período entre o término da Segunda Guerra Mundial e a transferência, em 1968, das atividades de recepção, triagem e encaminhamento de trabalhadores migrantes e imigrantes, da Secretaria da Agricultura para a Secretaria da Promoção Social. Novamente, a conjunção de fatores internos e externos, explica os rumos da política imigratória e migratória para São Paulo. Do ponto de vista interno, as atividades agrícolas agregavam grande quantidade de mão de obra migrante, bem como a construção civil na Capital. Paralelamente, há um aumento das atividades fabris em São Paulo, exigindo a vinda de mão-de-obra mais qualificada para a indústria.

As novas necessidades do mercado de trabalho foram supridas por trabalhadores vindos da Europa, dada a difícil situação econômica de muitos países daquele continente após a guerra. Neste contexto, surgem os Deslocados de Guerra – pessoas que foram alojadas em campos de refugiados. O governo brasileiro celebra em 1947 um acordo com a Organização Internacional de Refugiados (O.I.R.) para a recepção e encaminhamento destes trabalhadores no País.²⁰

Neste ano, galpões de armazenagem de grãos foram adaptados para o alojamento de imigrantes. Surgia a Hospedaria de Campo Limpo - situada na cidade de mesmo nome - próxima à Capital. Eram imigrantes provenientes do meio urbano; dentre eles havia engenheiros, arquitetos, torneiros, mecânicos, ajustadores, etc. Em 1951, um acordo entre o governo brasileiro e o Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias (CIME) manteve o fluxo para o país deste tipo de trabalhador. Assim, a partir de meados da década de 1940, e pela primeira vez na história da imigração para São Paulo, o governo estadual empenhou-se de forma mais efetiva em uma política imigratória, que selecionava um trabalhador de perfil mais adequado às atividades industriais.

A Hospedaria de Campo Limpo funcionou entre 1947 e 1951; neste ano a Escola Técnica de Aviação foi transferida das dependências da Hospedaria de Imigrantes e os serviços de recepção, triagem e encaminhamento de imigrantes e migrantes são novamente concentrados num único espaço. Durante os anos de ocupação da Hospedaria pela Escola de Aviação, pequenos hotéis surgiram nas proximidades do edifício servindo como alojamento para os trabalhadores nacionais. A história destes espaços, bem como a relação deles com a administração da Hospedaria é

bastante indiciária e merece ser tema de pesquisa para aqueles que se interessam pela questão do alojamento de migrantes na cidade.

4ª Fase (1968-1978)

Neste período, a Secretaria da Agricultura deixou de atuar nos serviços de recepção, triagem e encaminhamento de imigrantes e migrantes para o mercado de trabalho; a partir de 1968, a Secretaria da Promoção Social assumiu estes serviços. A transferência de responsabilidades de uma Secretaria para a outra expressa uma questão importante. A partir da década de 1960, o grande fluxo de migrantes nordestinos para São Paulo fez com que a migração deixasse de ser vista como uma questão de política de mão-de-obra e passasse a ser pensada como um “problema de assistência social”. O crescimento desordenado da cidade e os problemas como a favelização, a falta de moradia e de trabalho demonstraram que não cabia mais à Secretaria da Agricultura a responsabilidade da gestão desse contingente. A Secretaria da Promoção Social, por intermédio do Departamento de Amparo e Assistência Social (DAIS) passou a coordenar este serviço, que se manteve até o início dos anos 1990.²¹

Nas décadas de 1960/70 o fluxo imigratório foi bastante reduzido e direcionado exclusivamente para as atividades industriais, seguindo a tendência da fase anterior. Por meio do Serviço de Imigrantes Estrangeiros (SIE), os imigrantes vindos por acordo entre o governo brasileiro e o CIME, eram recebidos no porto de Santos - a partir da década de 1970 também no aeroporto de Congonhas - e encaminhados às companhias empregadoras. Muitos deles, mesmo empregados, ficaram alojados nas dependências da Hospedaria de Imigrantes, enquanto não encontravam residência definitiva.

Encerramentos das atividades: breves considerações sobre seu impacto

O encerramento das atividades de recepção, triagem e encaminhamento da Hospedaria, direcionadas aos imigrantes, em 1978, foi resultado de uma avaliação na qual tanto o mercado de trabalho no campo quanto para as atividades industriais urbanas, prescindia da continuidade da política imigratória. O cenário que serviu de base para esta avaliação é mais complexo e foge aos limites deste artigo uma abordagem mais aprofundada. De qualquer forma, vale a nota para dois elementos ao menos. A migração de nordestinos para São Paulo a partir dos anos 1950/60 já havia constituído redes sociais próprias; isto forçou uma reorientação dos serviços da Hospedaria direcionados à esta população (ver nota 7). No paralelo desse movimento, a imigração de estrangeiros alocados no parque industrial paulista foi paulatinamente substituída pelos trabalhadores nacionais, inseridos nas redes formadoras de mão de obra industrial como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).²²

O fim das atividades na Hospedaria produziu, no entanto, outros efeitos que alteraram a forma com que as levas de imigrantes foram recebidas a partir de então. Penso ser importante notar ao menos três mudanças. A primeira delas tem relação com a ausência do Estado na assistência aos novos imigrantes; após passarem pelos controles de entrada da Polícia Federal, estes tiveram (e ainda tem) muitas dificuldades para inserirem-se no mercado de trabalho. Estas dificuldades foram sentidas pelos imigrantes chineses, coreanos e bolivianos a partir dos anos 1980 e mais recentemente pelos haitianos, angolanos, moçambicanos, congoleses, paraguaios e outros que, cotidianamente, chegam a São Paulo.

Em 1995, o governo estadual celebra acordo com o *Servizio Missionario Giovani*, cedendo parte das dependências da Hospedaria para que estas fossem utilizadas nas atividades de suporte aos imigrantes, migrantes, população de rua e refugiados; como resultado, surge o Arsenal da Esperança em 1996. A cessão do espaço demonstra não só a retirada do Estado na prestação de serviços como a permanência dos fluxos de imigração e migração no contexto da cidade.

A segunda mudança (em grande medida decorrente da primeira) refere-se ao surgimento de várias organizações não governamentais que assumiram o espaço deixado pelo Estado nos serviços de recepção e encaminhamento. Dentre elas, temos a Casa do Migrante no bairro do Glicério e o já citado Arsenal da Esperança. Estes são exemplos de instituições que surgiram para o suporte aos novos imigrantes, especialmente no que se refere ao atendimento das necessidades básicas como alojamento, alimentação e, na medida do possível, encaminhamento para o trabalho, assistência social e jurídica.

A terceira mudança refere-se à pluralidade de situações que cercam a condição do imigrante na atualidade, especialmente com o aumento daqueles em situação de refugiados (políticos e ambientais) que, apesar dos esforços das organizações citadas e mesmo da Caritas ou das Irmãs Palotinas (que abrigam imigrantes egressas do sistema penitenciário), apresentam necessidades específicas. A ausência do Estado nesse ambiente produz o imigrante indocumentado que compulsoriamente está à margem dos direitos básicos de cidadania. Estes são apenas alguns dos impactos causados pelo encerramento das atividades da Hospedaria num contexto no qual, a imigração para o país não cessou.

A musealização da Hospedaria de Imigrantes

A musealização da Hospedaria de Imigrantes faz parte de um processo cujo início coincide com o encerramento de suas atividades em 1978. Este processo não é contínuo, linear e nem uniforme. Incidem sobre ele interesses sociais, conjunturas políticas e práticas mais ou menos profissionalizadas. Farei uma divisão do mesmo considerando duas fases distintas: a primeira delas tem como marco temporal o período compreendido entre 1982 e 2010 e a segunda tem início em 2014.

Primeira Fase: Do Centro Histórico ao Memorial da Imigração (1982 -2010)

Entre os anos de 1985 e 1986 fui estagiário do Centro Histórico do Imigrante; o Centro foi criado em 1982 e funcionava num pequeno espaço da ala térrea direita do edifício. Seu surgimento deu-se por conta do tombamento da edificação pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico, e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) em 1982 e também pela iniciativa de alguns funcionários da Secretaria da Promoção Social – instalada aqui desde 1968 – preocupados com o destino de parte do mobiliário da antiga Hospedaria e também com o acervo documental da Secretaria da Agricultura.

O Centro Histórico se assemelhava a um Gabinete renascentista na medida em que reunia e expunha, sem muito critério, mobiliário e artefatos remanescentes de outros tempos do edifício. O discurso expositivo no Centro Histórico não possuía um objetivo definido e passava bem ao largo das intencionalidades dos que ali trabalhavam: a ideia de que ele em alguma medida se assemelhava a um Museu. Os artefatos expostos representavam indícios muito tênues de como se dava o funcionamento da Hospedaria e a observação dos mesmos era marcada pela curiosidade e exotismo.

Enquanto forma, e como afirmei acima, o Centro Histórico do Imigrante assemelhava-se a um Gabinete, remetendo ao Colecionismo. Sua função era salvaguardar alguns artefatos remanescentes da antiga hospedaria criando um ambiente onde a história da mesma se apresentava de maneira difusa, indiciária – no sentido atribuído a esse termo por Ginzburg²³ - e sujeita a interpretações livres por parte dos visitantes. Ele era produto de um tempo no qual o encerramento das funções da Hospedaria era recente e não estava claro para os contemporâneos qual seria o futuro do prédio, transformado àquela época em repartição pública e albergue; além disso, a gestão do edifício, a cargo da Secretaria da Promoção Social, não se coadunava com uma percepção histórica da edificação.

O Centro Histórico do Imigrante possuía uma visibilidade pública marcada pelos pedidos de Certidões de Desembarque com vistas aos pedidos de dupla cidadania. O público que adentrava ao prédio tinha uma perspectiva pragmática do espaço, pois se tratava de uma repartição pública. O Centro era fruto de um contexto histórico no qual o Brasil passava da condição de receptor de mão de obra a fornecedor da mesma para o Japão, Estados Unidos e Europa; assim, a chamada “grande imigração” do final do século XIX e inícios do século XX era algo do passado e o que chamamos hoje de migrações contemporâneas, um fenômeno a ser compreendido.

O encerramento das atividades de recepção de estrangeiros em 1978 abria, lentamente, a possibilidade da musealização do edifício; no entanto, isso dependeria de vontade política, reconhecimento acadêmico e também visibilidade

pública. Estes elementos foram gestados durante a década de 1980 e seus primeiros sinais surgiram somente na década seguinte.

Em 1993, a passagem da administração do edifício para a Secretaria de Estado da Cultura propiciou uma alteração neste ambiente. Criou-se naquele ano o Museu da Imigração cuja proposta era a de transformar o edifício da Hospedaria num ícone do patrimônio cultural da imigração não só para a cidade de São Paulo como também para o Estado como um todo. Estava colocada a vontade política.

Não cabe aqui entrar nos detalhes do fracasso da criação do Museu da Imigração. O fato é que, em 1998, com o surgimento do Memorial do Imigrante, houve o primeiro passo para a profissionalização das atividades desenvolvidas naquele espaço. Embora com várias limitações, estruturou-se um setor de história oral; a reserva técnica foi paulatinamente profissionalizada; a documentação da Secretaria da Agricultura foi identificada e catalogada; criaram-se alguns instrumentos de pesquisa mais eficazes; produziram-se exposições; consolidaram-se as relações com várias comunidades de imigrantes; a edificação teve exposição midiática; sua visitação entrou no circuito cultural da cidade e nos programas de visitação das escolas públicas e privadas. Assim, foram criadas as condições para o reconhecimento acadêmico e também maior sensibilização pelo público.

Enquanto forma, o Memorial do Imigrante instituiu a musealização da Hospedaria de Imigrantes em outras bases. Sua função era revelar, ordenar, dar sentido ao processo migratório para São Paulo e, por decorrência, criar, de acordo com Candau²⁴ uma memória de alto nível na memória difusa que os visitantes tinham sobre o processo migratório.

O trato com seu acervo – em minha avaliação, pobre no sentido da cultura material – era compensada pela rica documentação. Discutia-se sobre qual seria a centralidade do processo de musealização; por um lado, havia a edificação e sua história e por outro, o processo migratório que, embora contido na história do edifício, transcendia suas fronteiras. Esta não foi uma questão simples de ser equacionada já que o alargamento da noção de imigração era uma demanda cada vez mais presente; a imigração contemporânea cobrava sua presença no palco da “grande imigração” europeia, asiática e do oriente médio.

O que quero salientar com isso é que o tempo de maturação sobre o novo lugar social da Hospedaria, sua relação com os processos migratórios presentes e pretéritos e, conseqüentemente, uma definição sobre o norte de sua musealização não se dá em um tempo breve. Esta reflexão foi encerrada com o fim das atividades do Memorial do Imigrante por conta do restauro do prédio. Naquele contexto, houve a retirada da documentação da Secretaria da Agricultura, que se encontra, atualmente, no Arquivo Público do Estado de São Paulo. A saída da documentação causou um abalo nas estruturas daquele espaço já que ela – por sua

riqueza – sempre foi um lastro importante das atividades que foram desenvolvidas naquele espaço.

Essa herança, recebida pelo atual Museu da Imigração, colocou e ainda coloca muitos desafios para a equipe responsável pela gestão daquele equipamento. Apartado de sua documentação, herdeiro de uma reserva técnica ainda com várias deficiências e possuidor de uma coleção de artefatos precária, a “musealização” da Hospedaria é uma questão a ser enfrentada pelos atuais gestores.

Segunda Fase: O Museu da Imigração (2010-2014)

A nova fase da musealização daquele espaço se deu a partir de 2010 com o início das obras de restauro e a inauguração do Museu da Imigração em 2014; foi também um momento importante para compreendermos alguns dos processos que estiveram em curso nestes quatro anos. Abordarei essa nova fase a partir de duas questões. A primeira delas refere-se ao ambiente de expectativas que precedeu a reabertura do espaço; a segunda tem relação com a sanha patrimonialista, vaga patrimonial, inflação patrimonial; maneira pela qual, autores como Koselleck,²⁵ Hartog,²⁶ ou Meneses²⁷ buscam caracterizar o atual “dever de memória” a que estamos submetidos.

Sobre a primeira questão, escrevi um breve artigo no qual procurei explicitar algumas das características do “ambiente de expectativas” que foi criado quando do encerramento das atividades do Memorial do Imigrante e suas decorrências – início do restauro da edificação e a proposição de criação do Museu da Imigração.²⁸ Sabemos que cada presente reelabora suas representações sobre o passado e procura inserir nele suas questões e problemas.²⁹ Neste ambiente há permanências e mudanças que fazem com que a reelaboração das representações possua uma dinâmica particular, fluída e mesmo contraditória.

Vários agentes compunham - e ainda compõem - esse “ambiente de expectativas”. As comunidades de imigrantes tradicionais, ciosas por serem representadas nesse espaço; os agentes de imigração recente (coreanos, chineses, africanos e latino-americanos de várias regiões e países); a academia e sua expectativa em que o discurso expositivo trouxesse elementos novos como utilização de documentação original ou outras referências sobre a dinâmica de funcionamento da Hospedaria e grupos ligados ao movimento negro que sempre reivindicaram a presença da escravidão como parte do contexto migratório.

Havia também expectativas com relação à abordagem da imigração contemporânea e ao uso de recursos de mídia, atualização cenográfica dos espaços de exposição, utilização de novas tecnologias mais adequadas às percepções sensoriais das atuais gerações, ambientação dos espaços, etc.

Esse ambiente de expectativas tem relação com a segunda questão: “o dever de memória”. Não cabe aqui uma discussão sobre aquilo que Koselleck³⁰ denominou como “terceiro regime de historicidade” ou Hartog³¹ como “presentismo”. O fato é que procuramos, cada vez mais, inscrever o passado no momento atual, num afã de dever de memória. Já há, pelo menos, três décadas, a noção de patrimônio alargou-se de tal forma que tudo pode ser considerado como herança a ser preservada.³² Talvez uma das gêneses dessa problemática advenha da perspectiva antropológica da cultura que alargou definitivamente o sentido do patrimônio e, no limite, considerando que tudo é ou pode vir a ser patrimônio.

Retomando a experiência francesa dos anos 1980, Miceli aponta que “o conceito de patrimônio foi se antropologizando em tal proporção que passou a se mostrar sensível a toda e qualquer experiência social/.../.”³³ Ao abranger todas as manifestações sociais, o patrimônio cultural - seu resgate, conservação e disseminação - revela as dificuldades da aceitação da multiculturalidade em nossa sociedade; como todo processo social, o patrimônio cultural adentra à dinâmica das contradições sociais e particularmente no sensível universo do reconhecimento das identidades, da preservação da memória e das garantias dos direitos culturais.

Do dever de memória, passamos ao direito à memória, ou vice-versa. O “ambiente de expectativas” é derivado deste contexto. Muitos de nós queremos ver sua ancestralidade, identidade, contribuição e história, inscritas e preservadas nos lugares de memória. Queremos manter nossas marcas e que elas sobrevivam à corrosão que o tempo provoca. No caso do patrimônio da imigração para São Paulo, estas expectativas incidem num território por excelência da imigração: o Museu da Imigração.

Por fim, vale reiterar os desafios da musealização da Hospedaria no presente. As questões que apontei anteriormente demonstram as ausências que sobre esta incidem naquele espaço e que, em certa medida, influenciam-na. Compreender a musealização da Hospedaria é considerá-la enquanto processo complexo que compreende elementos como a história do lugar e suas metamorfoses, as propostas criadas anteriormente, as expectativas acadêmicas, sociais, políticas e os objetivos da equipe gestora.

A musealização da Hospedaria de Imigrantes, será entendida, a todo momento, como processo em curso; como um ponto de chegada e um ponto de partida, composto por intencionalidades e disputas. Será sempre uma releitura do passado feita por cada presente.

Considerações Finais

A Hospedaria de Imigrantes constitui-se num território particular no ambiente das congêneres do continente. Dividida entre o Arsenal da Esperança e o Museu da Imigração, incidem sobre a edificação processos que são específicos e

complementares. O Arsenal materializa a atualidade dos deslocamentos populacionais no contexto da cidade, os desafios da recepção dos imigrantes e migrantes e os dilemas da integração destes. O Museu da Imigração, por sua vez, é resultado da patrimonialização das migrações pretéritas ou, se preferirmos, da forma como apreendemos esta história.

Embora seja um lugar privilegiado, dada a união entre o presente e o passado, a visibilidade do setor musealizado torna subalterno o espaço de acolhida que funciona na porção ao fundo do prédio. Para além dos desafios constantes, penso que a musealização da Hospedaria aponta para cada novo presente, havendo que se considerar a necessidade de inserir, na história da edificação, o vivido migrante que se mantém naquele espaço.

Diluir as fronteiras entre o presente e o passado (garantindo evidentemente suas especificidades) é um desafio importante para que tenhamos outro olhar sobre a história da Hospedaria. Trata-se, também, de uma necessidade cultural e política, que tem por objetivo a revisão das identidades cristalizadas e a negação das hierarquias entre os velhos e os novos imigrantes. A dualidade presente naquele espaço deve ser um exemplo positivo para o auto-reconhecimento de uma sociedade erigida a partir da pluralidade étnica e cultural oriunda de todos os que, no passado e no presente, buscam na cidade e no país um lugar melhor para a vida.

Apontamentos cronológicos

1886 - Início da construção do prédio.

1887 - Ainda inacabada, a Hospedaria recebe imigrantes alojados na Hospedaria do Bom Retiro devido a um surto de varíola e difteria.

1888 - Término da construção e início das atividades. A administração da Hospedaria estava a cargo da Sociedade Promotora de Imigração.

1892 - A Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas passa a administrar a Hospedaria.

1905 - Instituído o Departamento de Terras, Colonização e Imigração (DTCI), tornando-se o administrador da Hospedaria.

1908 - A edificação passa por reformas visando sua ampliação.

1911 - A administração da Hospedaria passa para o Departamento Estadual do Trabalho.

1924 - Em virtude do levante tenentista, algumas dependências da Hospedaria foram utilizadas como presídio político, sob o controle da Secretaria de Segurança Pública.

1929 - A Hospedaria aloja os desabrigados da maior enchente ocorrida na cidade.

Dossiê

Hospedaria de Imigrantes de São Paulo
Odair da Cruz Paiva

1932 – Com a Revolução Constitucionalista, a Hospedaria foi ocupada pela Força Pública e utilizada como prisão para os partidários do presidente Getúlio Vargas.

1936 – O prédio passa por uma reforma que altera algumas de suas características originais.

1939 – O DTIC (Departamento de Terras Colonização e Imigração), reinstalado em 1935, é transformado em Serviço de Imigração e Colonização (SIC). Nesse ano foi criada a Inspetoria de Trabalhadores Migrantes (ITM) com o objetivo de coordenar os trabalhos de recepção, triagem e encaminhamento de trabalhadores nacionais para as fazendas no interior do Estado.

1943 – Com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial (1942), o Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS) deixou sob guarda, na Hospedaria, imigrantes japoneses e alemães considerados como “súditos do Eixo”. Instalação da Escola Técnica de Aviação, que ali permaneceu até 1951.

1950 (Década) - Novas obras de reforma foram realizadas no edifício.

1967/68 – Com a criação da Secretaria de Estado da Promoção Social, a Hospedaria recebe o nome de Departamento de Migrantes (DM), ligado àquele órgão. Mais tarde funcionará juntamente com o Serviço de Imigrantes Estrangeiros (SIE).

1982 – O conjunto arquitetônico é tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). Criação do Centro Histórico do Imigrante, vinculado à Secretaria de Estado da Promoção Social.

1993 – Criado o Museu da Imigração que, subordinado à Secretaria de Estado da Cultura, passa a administrar o acervo do Centro Histórico do Imigrante.

1994/5 – Acordo entre o governo estadual e o Servizio Missionario Giovani para cessão de parte das dependências da Hospedaria com vistas ao apoio da população migrante e imigrante.

1995 – Início das atividades de organização captação de acervo visando a implementação do Museu da Imigração.

1996 – Instalado o Arsenal da Esperança.

1998 – Criação do Memorial do Imigrante.

2010 – Encerramento das atividades do Memorial do Imigrante e início das obras de restauro da edificação

2014 – Inauguração do Museu da Imigração.

Notas e referências

- ¹ Retomo neste artigo elementos sobre a história da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo escritos em diferentes momentos. Ver: Odaír da Cruz PAIVA. *Breve História da Hospedaria de Imigrantes e da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Memorial do Imigrante, 2007, 4ª. Ed.; Odaír da Cruz PAIVA e Soraya MOURA. *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008; e Odaír da Cruz PAIVA. “Arquivos da Imigração no Contexto da Hospedaria de Imigrantes”. *Patrimônio e Memória*, 5 (2): 1-17, dez. 2009. A publicação de 2008, em coautoria com a pesquisadora e amiga Soraya Moura, traz um conjunto de elementos mais amplo para a compreensão da história desta instituição.
- ² Esta leitura está explicitada na exposição de longa duração, aberta ao público concomitantemente à inauguração do Museu da Imigração em 2014. Para uma análise do discurso expositivo, ver: Odaír da Cruz PAIVA. *Migrar: Experiências, Memórias e Identidades*. Análise da exposição de longa duração do Museu da Imigração do Estado de São Paulo. *Anais do XVIII Simpósio Nacional de História* da Associação Nacional de História (ANPUH). Florianópolis, 2015.
- ³ Acesso em 10 jun. 2015. http://museudaimigracao.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_037_001_019_001.jpg
- ⁴ A compreensão sobre a dinâmica, funcionamento e locais de alojamento dos imigrantes na cidade de São Paulo durante o período de 1827 (data da chegada do primeiro grupo de origem germânica) a 1882 (ano de fundação da Hospedaria do Bom Retiro) foi, durante muitas décadas, bastante indiciária. O trabalho pioneiro de Di Francesco (Nelson DI FRANCESCO. *A Hospedagem dos Imigrantes na Imperial Cidade de São Paulo* (um resgate documental, cronológico dos primeiros tempos 1827-1888). São Paulo, 1999. Mimeo) dirimiu muitas dúvidas, mas também apontou para outras questões e problemas. O estudo de Udaeta (Rosa Guadalupe UDAETA. *Nem brás nem flores: hospedaria de imigrantes na cidade de São Paulo (1875-1886)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2013) é, do meu ponto de vista, o trabalho mais exaustivo e completo sobre a hospedagem de imigrantes na cidade de São Paulo para o período 1875-1886.
- ⁵ Os números relativos à entrada de imigrantes neste período são bastante controversos. Apresento aqui uma cifra baseada no cruzamento de dados oriundos de duas fontes: SÃO PAULO. Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, ano 1, nº 1, out. 1937, p. 49) e SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Agricultura, Departamento de Imigração e Colonização. Estatística dos trabalhos executados pelo Departamento de Imigração e Colonização durante o ano de 1961. São Paulo, 1962, p. 45.
- ⁶ Di Francesco reuniu um conjunto de documentos (leis, notícias publicadas em jornais, relatórios de diversos órgãos da administração pública provincial, etc.) cujo tema central está explícito no título da coletânea. Este material não foi, até o momento, publicado pelo autor embora seja o primeiro esforço de coleta e organização de fontes sobre a hospedagem de imigrantes em São Paulo no período. Fazer referência a este importante

-
- trabalho possui uma dificuldade dado que o material coletado está reunido sem paginação.
- ⁷ DI FRANCESCO, 1999.
- ⁸ SÃO PAULO. Assembleia Legislativa de São Paulo, 1885. Apud: DI FRANCESCO, 1999.
- ⁹ Há informações sobre outros períodos de interrupção dos serviços da Hospedaria como o surto de cólera que obriga, em 1893, a transferência por 20 dias dos serviços da Hospedaria do Brás para a Hospedaria de São Bernardo do Campo (PAIVA e MOURA, 2008). Vale a menção que durante o levante tenentista em São Paulo, a Hospedaria serviu como presídio político encarcerando os sublevados; em 1932, foi local de aprisionamento dos partidários de Getúlio Vargas e logo após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, alemães, japoneses e italianos com propriedades no litoral paulista (transformado em zona de segurança) foram alojados provisoriamente em suas dependências.
- ¹⁰ SÃO PAULO. Hospedaria de Imigrantes. Acervo Iconográfico do Museu da Imigração, s/d. http://museudaimigracao.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_038_001_001_001.jpg. Acesso em 10 jun. 2015.
- ¹¹ SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas, *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, ano 17, nº 69, 4º trim. 1929.
- ¹² SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Agricultura. Departamento de Imigração e Colonização, 1962, p. 44.
- ¹³ SÃO PAULO. *Boletim da Diretoria de Terras, Imigração e Colonização*, 1937, p. 49.
- ¹⁴ Odair da Cruz PAIVA. Caminhos Cruzados. Bauru: EDUSC, 2004.
- ¹⁵ SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. *Boletim do Departamento de Imigração e Colonização*, nº 5, dez. 1950, pp. 139-140.
- ¹⁶ PAIVA, 2004.
- ¹⁷ Odair da Cruz PAIVA. *Colonização e (des) povoamento*. São Paulo: Pulsar, 2002.
- ¹⁸ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura, Departamento de Imigração e Colonização. Estatística, 1962, p. 45.
- ¹⁹ PAIVA, 2000 e 2004.
- ²⁰ Odair da Cruz PAIVA; Célia SAKURAI. Migrações Internacionais, Geopolítica e Desenvolvimento Econômico (1947-1980). *Anais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais* (ANPOCS), 2004. http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4034&Itemid=319
- ²¹ O encerramento das atividades da Hospedaria em 1978 refere-se apenas à recepção de imigrantes. Até 1994 foram alojados migrantes, moradores de rua e também menores sob a guarda da antiga Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM). O DAIS possuía vários setores que davam apoio a esta população, dentre eles, destaco os serviços de apoio médico-hospitalar, psicológico, auxílio retorno para as regiões de origem, expedição de documentos, etc.
- ²² Barbara WEINSTEIN. (Re) Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964). São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN/Universidade São Francisco, 2000.
- ²³ Carlo GINZBURG. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- ²⁴ Joël CANDAU. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

-
- ²⁵ Reinhart KOSELLECK. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- ²⁶ François HARTOG. *Regimes de Historicidade*. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.
- ²⁷ Ulpiano T. Bezerra de MENESES. *O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas*. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Vol. 1. Conferência Magna. 2009.
- ²⁸ Odair da Cruz PAIVA. Museus e Memória da Imigração: embates entre o passado e o presente. In: Odair da Cruz PAIVA; Elisabete LEAL (Orgs). *História e Patrimônio*. Londrina: Unifil, 2014, pp. 157-169.
- ²⁹ CANDAU, 2012. Op. cit.; Tzvetan TODOROV. *Los Abusos de La Memoria*. Buenos Aires. Ediciones Paidós, 2000.
- ³⁰ KOSELLECK, 2006.
- ³¹ HARTOG, 2013.
- ³² Sergio MICELI. “Sphan: Refrigério da Cultura Oficial”. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, nº 22, 1987.
- ³³ MICELI, 1987, p. 46.

Texto recebido em 07 de setembro de 2015/
Aprovado em 18 de novembro de 2015.

Política imigratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores¹

Luís Reznik

Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: Este texto tem como objetivo discutir como a Hospedaria das Ilhas das Flores pode ser compreendida como um emblema e uma janela para a análise das políticas imigratórias brasileiras. Pretende-se, ao acompanhar a sua história e as políticas imigratórias do Estado brasileiro, sublinhar os projetos e tensões presentes na criação de um dispositivo oficial de recepção e atração de imigrantes em meio aos movimentos internacionais de deslocamentos demográficos entre fins do século XIX e meados do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Hospedaria de imigrantes – Imigração - Ilha das Flores - Migrações internas - Políticas imigratórias

Abstract: This text intends to discuss how the *Hospedaria da Ilha das Flores* can be understood as an emblem and a window for the analysis of Brazilian immigration policies. While following its history and the immigration policies of the Brazilian State, it is intended to highlight the projects and tensions present in the creation of an official device for the reception and attraction of immigrants among the international movements of demographic shifts between the late nineteenth and mid-twentieth century.

KEYWORDS: Immigrant's Inn; Immigration ; Ilha das Flores ; Immigration Policy ; internal migrations.

O cenário bucólico da Ilha das Flores ainda hoje nos encanta pela beleza assim como pelos vestígios materiais do passado ali presentes. O lugar que hoje abriga o Comando da Tropa de Reforço dos Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil e o Museu da Imigração da Hospedaria da Ilha das Flores, ainda mantém no nome o estatuto “ilha”, apesar de ter sido ligada ao continente por uma série de aterramentos na década de 1980. Grande parte das construções que ali estão foram erguidas, no século XIX e princípios do século XX, para atender aos serviços da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores (1883-1966).

A Hospedaria integrava a política imigratória brasileira como um dos instrumentos de atração de estrangeiros que seriam nova força de trabalho no país, como colonizadores e mão de obra nas fazendas. A oferta de abrigo temporário gratuito era uma forma de seduzir a vinda dos imigrantes, assim como, em diversos momentos, houvera outros atrativos como o pagamento do traslado entre a Europa e o Brasil, o transporte gratuito para o destino final e, mesmo, a concessão de lotes coloniais. Nesse sentido, podemos afirmar que a criação e manutenção da Hospedaria da Ilha das Flores eram mais um subsídio concedido pelo governo

imperial e, posteriormente, republicano, para atração dos imigrantes e, assim, para disputar as suas preferências perante outros países americanos receptores como os Estados Unidos, o Canadá e a Argentina. Na Hospedaria, os recém-chegados recebiam hospedagem, alimentação e as primeiras informações sobre o país antes de seguirem viagem. Isso explica porque, quando o governo brasileiro alterou suas perspectivas em relação à imigração abandonando políticas de recepção de imigrantes em massa, a Hospedaria perdeu seu sentido. Ao se tornar ociosa, foi utilizada para fins diversos e, em vários episódios, como presídio militar, até ser, finalmente, desativada.

Os dispositivos de recepção de imigrantes foram recorrentes em várias partes do continente americano, desde finais do século XIX. Os maiores e mais conhecidos centros de recepção foram *Ellis Island*, em Nova York, Estados Unidos; *Pier 2*, posteriormente *Pier 21*, em Halifax, Canadá; *Hotel de La Rotonda*, posteriormente *Hotel de los Inmigrantes*, em Buenos Aires, Argentina; e as Hospedarias da Ilha das Flores e do Brás, respectivamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, Brasil. Seus protagonismos no, entanto, não devem levar ao esquecimento das experiências antecessoras. Vale lembrar que *Castle Garden*, nos EUA, Morro da Saúde, no Rio de Janeiro, e Bom Retiro, em São Paulo, foram importantes na conformação dos serviços e estruturas das futuras grandes hospedarias, que se tornaram centrais nas políticas de imigração de seus respectivos países. Da mesma forma, a circulação das informações sobre essa experiência, similar e comum a tantos países – verificada em relatórios administrativos e na imprensa periódica – influenciou na estruturação e reestruturação desses serviços nos países citados. A experiência acumulada e, eventualmente compartilhada, gerou procedimentos similares para a recepção – estrutura administrativa, serviços prestados, alimentação, higiene dos espaços etc. – e para o tratamento das questões médico/sanitárias.

É importante, ainda, destacar a dinamicidade histórica dessa experiência. A Hospedaria de Imigrantes foi criada, em 1883, com uma estrutura de recepção para contingentes limitados de imigrantes. O afluxo crescente, nas últimas décadas do século XIX, impôs aos governos a complexificação dos serviços e a ampliação estruturas de alojamento. O crescimento exponencial do número de imigrantes ingressos, não completamente previsível, gerou crescentes demandas para a reestruturação constante dos serviços e dos espaços.

Esse texto tem como objetivo discutir como a Hospedaria das Ilhas das Flores pode ser compreendida como um emblema e uma janela para a análise das políticas migratórias brasileiras. Pretendemos, ao acompanhar a sua história e as políticas migratórias do Estado brasileiro, sublinhar os projetos e tensões presentes na criação de um dispositivo oficial de recepção e atração de imigrantes em meio aos

movimentos internacionais de deslocamentos demográficos entre fins do século XIX e meados do século XX.

Política migratória brasileira e a criação de dispositivos de recepção

A experiência da imigração europeia para o Brasil data do período joanino (1808-1820) e fixa raízes que perduram por todo o período imperial e o início da República. Logo após o estabelecimento da Corte portuguesa em território americano, o monarca, visando à formação de colônias para ocupação do território brasileiro, firmou contratos para atração de europeus.² Subsidiava-se a viagem e o estabelecimento de colonos em áreas interioranas, com a concessão de terras, ferramentas e sementes. Essa concepção colonizadora norteou as diretrizes da administração imperial até a década de 1870.³

A partir de meados do século XIX, novas perspectivas foram associadas à imigração. A extinção do tráfico de escravos (1850) e a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871) colocavam em pauta o fim da escravidão e a necessidade de braços para a grande lavoura. O senador Vergueiro, como solução para o problema, propôs as colônias de parceria com imigrantes europeus.⁴ Os precários resultados dessa experiência não animaram os proprietários. Debates acalorados foram travados sobre a questão, e chegou-se a especular a atração de asiáticos. Em 1878, o Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o Visconde de Sinimbu, convocou o Congresso Agrícola, no Rio de Janeiro. Foram arregimentados os proprietários das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo e do Município Neutro para debater as necessidades da grande lavoura em termos de mão de obra, crédito e tecnologia.

O congresso permitiu que, pela primeira vez na história do Brasil independente, os proprietários pudessem falar aberta e diretamente ao governo, em vez de fazê-lo por intermédio da representação parlamentar ou das poucas associações de classe.⁵

Não houve consenso sobre uma série de questões, mas o problema da mão de obra foi identificado como o principal do setor agrícola daquele momento. Para muitos, a imigração colocava-se como uma das possibilidades para solucioná-lo.

O governo imperial passou a dividir as ações de atração de imigrantes para o País com as administrações provinciais e com a iniciativa privada. A política colonizadora foi, em grande medida, mantida pela administração imperial, enquanto as províncias e os particulares passaram a incentivar a vinda de imigrantes para garantir braços para a grande lavoura. Neste último caso destacaram-se os presidentes da província e os cafeicultores de São Paulo que

criaram agremiações promotoras da imigração.⁶ Os serviços de recepção e encaminhamento dos imigrantes a seus destinos incorporavam-se a esses debates.

Nesse cenário, em 1876, o Ministério da Agricultura promoveu a reestruturação dos departamentos dedicados à imigração, colonização e gestão das terras públicas, sendo criada a Inspetoria Geral de Terras e Colonização que, doravante, teria um papel primordial na política imigratória imperial. Cabia-lhe “desde o transporte marítimo e por terra até a alimentação, socorros médicos, e o mais que se fazia mister ao recebimento e agasalho de milhares de imigrantes, tudo foi prevenido com boa ordem, economia e a contento dos internados”.⁷

Uma das principais preocupações da Inspetoria, imediatamente após sua criação, em 1876, era a proteção dos imigrantes em relação às doenças que assolavam a Corte Imperial. Na cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XIX, especialmente na sua segunda metade, irromperam muitas epidemias. A primeira grande epidemia de febre amarela ocorreu entre 1849 e 1850, atingindo mais da metade da população e deixando um saldo de mais de quatro mil mortos. Tal era a gravidade da situação que, nesse mesmo ano, o governo nomeou uma Junta de Higiene para acompanhar os trabalhos de controle de epidemias e dotou-o de um serviço de estatística, ao que parece, o primeiro da América do Sul. Durante toda a segunda metade do século XIX, a febre amarela assolou a cidade, deixando muitos mortos. Nos anos 1870, os dois surtos mais graves ocorreram em 1873 e 1878. *Cólera-morbus*, varíola, tuberculose, doenças intestinais e malária também foram flagelos crônicos no Rio de Janeiro.⁸ Esse quadro epidêmico promoveu campanhas anti-imigratórias para o Brasil na Europa. A Prússia, em 1859, proibiu seus cidadãos de partir para São Paulo. Em 1871, a proibição foi estendida para todo o país. Medida semelhante foi adotada pela Inglaterra e França, respectivamente em 1875 e 1876.

O isolamento dos imigrantes em sanatórios, “pontos bem reputados por suas condições de salubridade,”⁹ foi a solução encontrada à época para proteger os recém-ingressados no País, assim como para tentar mudar a imagem externa que se consolidava. Essas instituições foram concebidas para isolar os imigrantes recém-chegados da “cidade febril”¹⁰ e, consequentemente, impedir sua morte. A preocupação das autoridades era não deixar que a força de trabalho europeia, sadia e vigorosa fosse penalizada e enfraquecida pela situação insalubre da cidade.

Inicialmente tais espaços eram alugados a particulares, como, por exemplo, a hospedaria do Morro da Saúde.¹¹ Em 1876 esta hospedaria sofreu com a infestação pela febre amarela, obrigando-se a administração a fechá-la e a alugar alojamentos em Mendes, Barra do Pirahy, e na Colônia de Porto Real, no interior da província do Rio de Janeiro.¹² Passado o surto epidêmico, a casa foi reaberta no ano seguinte. Em 1881, a Hospedaria do Morro da Saúde foi novamente fechada, e os imigrantes

foram alojados em um navio do Ministério da Guerra, fundeado na Baía de Guanabara, ou transportados diretamente para São Paulo.¹³ Essa precarização levou os gestores da Inspetoria e do Ministério à proposição da criação de uma estalagem em local adequado: a Ilha das Flores.

A Grande Imigração

A Ilha das Flores, a hospedaria e auge do fluxo imigratório (1883-1896)

Desde fins da década de 1870, o incentivo à imigração era a tônica dos discursos ministeriais. Projetavam-se mudanças nas práticas de atração e fixação de imigrantes, tendo-se como parâmetros as experiências norte-americanas e argentinas. Incentivava-se a propaganda que os colonos já residentes pudessem fazer junto a suas famílias e amigos; investia-se na mudança da imagem do País no exterior; realizavam-se contratos com particulares ou agremiações para arregimentar imigrantes. Em paralelo, a política de colonização foi revista. Dentre outras ações, foram estabelecidas regras para aquisição de lotes e materiais de infraestrutura para a fixação de novos núcleos coloniais, e regularizadas atividades laborais para ocupação dos colonos até que a primeira safra fosse colhida e que estivessem consolidados.

O aumento do ingresso de imigrantes no País e a percepção da inadequação da hospedaria do Morro da Saúde ensejaram o projeto de definição de um espaço específico para atendimento dos recém-ingressados, assim como a construção de um prédio próprio e adequado para tal fim. Em 1881, o ministro, acatando sugestão do Inspetor de Terras e Colonização, estabeleceu quatro providências para preparar a administração pública para a ampliação do número de imigrantes no País:

- 1º Construção de um edifício adequado à recepção de imigrantes, em condições de comportar o movimento anual de 50.000 indivíduos; e organização de um serviço de informações, locação e venda de terras que habilite o colono recém-chegado a colocar-se convenientemente segundo a sua aptidão, e no menor prazo;
- 2º Hospedagem até 8 dias;
- 3º Transporte gratuito da Corte para as províncias e daí para as localidades onde os imigrantes houverem de ser colocados;
- 4º Aquisição de terrenos quando os não houver devolutos à margem de ferrovias, estradas de rodagem e vias navegáveis para fundação de núcleos só provisoriamente e por curto prazo subordinados à inspeção do Estado.¹⁴

Com o objetivo de construir uma hospedaria adequada, a Inspetoria Geral de Terras e Colonização definiu um local e apresentou projeto de construção e seu orçamento à Inspetoria Geral de Obras Públicas. O local não foi aceito pela Junta Central de Higiene Pública, provavelmente por ter sido considerado insalubre. O

projeto de criação da hospedaria, entretanto, não deveria ser abandonado, pois, como o inspetor interino sentenciava: "é indubitavelmente esse um grande melhoramento que virá satisfazer uma de nossas mais palpitantes necessidades da atualidade".¹⁵

Em 16 de janeiro de 1883 foi lavrada a escritura de compra da Ilha das Flores com a finalidade de ali se construir o prédio da Hospedaria. Esta ilha e outras próximas eram de propriedade do senador José Ignácio Silveira da Motta.¹⁶ O interesse do governo imperial na Ilha das Flores data de 1876, quando, ali, foi enviada uma comissão do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, para avaliar as experiências de piscicultura em curso.¹⁷ Logo após a aquisição iniciaram-se as obras de construção do prédio da Hospedaria, que teria capacidade de atendimento de 800 a 1000 imigrantes por vez. A escolha deste local se deveu a dois critérios. Em primeiro lugar, sua salubridade. O relatório da visita dos representantes ministeriais, em 1876, destacava as potencialidades produtivas e sanitárias do lugar. Em segundo lugar, reforçando o primeiro aspecto, a hospedaria ficaria em uma Ilha, separada do continente e sem contato mais imediato com as condições tidas como insalubres da Corte e de Niterói, cidade contígua, capital da província fluminense. Desde, pelo menos, meados do século, epidemias de febre amarela e cólera vinham vitimando milhares de pessoas nas duas localidades, com maior, virulência, os estrangeiros recém-chegados.¹⁸ Por último, apesar de estar em uma Ilha, o local estava muito próximo desses centros administrativos, sendo facilmente acessada por navios de pequeno porte a partir do porto do Rio de Janeiro. Estar próximo à capital fluminense representava poder contar com o uso dos hospitais locais, São João Batista e Santa Isabel, para o atendimento de casos mais graves. Estar próximo à Corte significava maior atuação da gestão imperial sobre aquela iniciativa que atraía o olhar de outras províncias.

A questão sanitária era uma constante nos relatórios. A preocupação era demonstrar que a hospedaria era um sanatório plenamente capaz de atender às demandas do abrigo dos imigrantes, antes de sua transferência para os destinos finais. Registrando o primeiro ano de funcionamento da hospedaria (1883), Affonso Penna, então ministro da Agricultura, afirmava que:

*/.../ o estado sanitário manteve-se inalterado, não tendo falecido senão seis imigrantes, dos quais um por efeito de hemorragia cerebral, dois por efeito de asfixia por submersão, um adulto e duas crianças de meses que desembarcaram para a ilha moribundos por efeito de angina.*¹⁹

Ao último ministro da Agricultura do Governo Imperial, Rodrigo Augusto da Silva, o inspetor Geral das Terras e Colonização, Francisco de Barros e Accioli de Vasconcellos afirmou que:

Dossiê

Política migratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores

Luiz Reznik / Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Durante 3 anos e 10 meses de existência tem sido alojados na Ilha das Flores 38.680 imigrantes, dos quais 12.501 no ano findo. Em tão largo período, no decurso do qual mais de uma vez tem grassado com intensidade não só no porto, como na cidade de Niterói e do Rio de Janeiro, moléstias epidêmicas, é agradável registrar, nenhum caso de moléstia se deu que revelasse sintoma epidêmico, e menos, que produzisse a morte no indivíduo acometido. Os falecimentos, que ali se tem dado em número muito limitado, são provenientes de enfermidades contraídas durante a viagem, sendo na maior parte, de crianças.²⁰

A Hospedaria iniciou seus serviços com instalações modestas em relação ao que estava por vir. Em 1883, acolheu 7402 imigrantes e tinha instalações para receber mil imigrantes por vez. Sete anos depois, em 1890, foram registrados 66.494 recepcionados naquele espaço, conforme tabela abaixo:

Tabela 1. Registro de Imigrantes na Hospedaria da Ilha das Flores	
Ano	Imigrantes
1883	7.464
1884	8.138
1885	10.597
1886	12.474
1887	18.768
1888	32.423
1889	24.003
1890	66.862
1891	68.309
1892	18.937
1893	18.312
1894	7.763
1895	26.288
1896	30.375
Fonte: Livros de Registro da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores – 1883-1896.	

O crescimento constante gerou a necessidade de ampliar e complexificar a estrutura de abrigo ali em curso. Foi a percepção do fluxo migratório crescente que obrigou os agentes administrativos a intervirem na Hospedaria, construindo novos espaços e serviços.

Ao iniciar suas atividades, a Hospedaria da Ilha das Flores era constituída de

/.../ um galpão construído de tijolo e frontal, medindo 71m de comprimento sobre 13m de largura, não compreendidas as varandas laterais, e dividido em quatro grandes salões para dormitório, três salas para enfermaria e consultório médico, e outros sete compartimentos para dependências do serviço de hospedagem de imigrantes. O refeitório e cozinha estão provisoriamente instalados em antigos telheiros, achando-se em construção um edifício para depósito de bagagens e viveres, cozinha e copa. Não existindo na ilha senão um depósito com a capacidade necessária para conservar 63.000 litros d'água, deu-se começo à construção de outro com capacidade para 40.000 litros.²¹

O ministro tinha ciência de que a estrutura criada passaria por alterações futuras em decorrência das necessidades advindas com a ampliação do fluxo de imigrantes ao País. "Outros melhoramentos irão sendo realizados à proposição das necessidades, tendo-se à vista que ao imigrante recém-chegado não falem condições de conforto".²² Em sua descrição, elenca seis temas que envolverão a gestão do Ministério da Agricultura no final do século XIX e em princípios do XX.

O primeiro deles dizia respeito aos alojamentos para abrigar os imigrantes. Em 1883, a Hospedaria era composta de um único prédio compartimentado entre os dormitórios, dependências médicas e administrativas. O aumento da capacidade de absorção dos recém-chegados levou à construção, em 1888, de novos alojamentos, estendendo-se sua capacidade total para 2000 pessoas.²³

Além dos dormitórios, foram construídas outras dependências necessárias a suas demandas. A cozinha e o refeitório originais foram alojados em antigos telheiros já construídos no engenho de Silveira da Motta. Em 1888, mais um refeitório foi construído.²⁴ Dois anos depois, 1890, novas cozinhas e refeitórios foram erguidos.²⁵ Por demanda dos imigrantes, foi construída uma lavanderia, em 1885.²⁶

O segundo alvo de preocupações eram os espaços reservados aos doentes. Ao ser construída, a Hospedaria possuía duas enfermarias e um consultório médico no prédio dos alojamentos. Essas dependências deveriam ser usadas apenas para casos de doenças simples. Ao chegar ao Porto do Rio de Janeiro, o navio era inspecionado pelo médico da Hospedaria. Os passageiros com doenças graves eram transferidos para hospitais da Corte ou de Niterói. Os navios que comportavam graves problemas eram isolados na Ilha Grande, no sul fluminense. Para aviação ágil dos medicamentos necessários aos cuidados dos doentes na Hospedaria, em 1884 foi criada uma botica.²⁷

Em 1886 foi construído um prédio específico para enfermaria. Com tal medida cumpriam-se duas prerrogativas das ações governamentais na ilha. O novo prédio isolava os doentes do contato com os imigrantes sadios e, por outro lado, ampliava

o espaço destinado aos dormitórios.²⁸ Em 1891 a Hospedaria ganhou novas enfermarias, tendo em vista o volume de imigrantes que abrigava.²⁹

A recepção e o transporte das bagagens dos imigrantes foram o terceiro universo de questões que envolveu a administração ministerial. As bagagens eram verificadas nos navios ou na própria Hospedaria. Sua recepção era um problema; muitas vezes eram extraviadas no porto ou no navio, pois, por vezes, não acompanhavam o desembarque dos imigrantes. Para minimizar os prejuízos, foi construído, em 1888, na hospedaria, um galpão próprio para o armazenamento das bagagens e também foram comprados equipamentos de desinfecção.³⁰

A estrutura administrativa e de serviços para o atendimento dos imigrantes foi sendo ampliada conforme o crescimento da demanda. No momento da criação, constava no regulamento provisório da hospedaria, o estabelecimento de um quadro funcional, que seria composto por 15 trabalhadores fixos, com a possibilidade de contratos esporádicos. Com o passar do tempo o quadro foi se ampliando gerando a necessidade de novas construções. Cinco anos depois de inaugurada (1888), foi construído um prédio para a Secretaria da Hospedaria.³¹ Em 1890, ano de auge de recepção de imigrantes, foi necessária a construção de um refeitório e uma cozinha específica para os funcionários.³² No ano seguinte, foi construída uma casa para o ajudante do diretor.³³

O abastecimento de água da ilha foi o quinto aspecto identificado. Em dois anos a administração dobrou a capacidade de captação e armazenamento de água. Desde sua criação, a estalagem era abastecida de água potável pelo Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro. Originalmente, em 1883, havia dois reservatórios com capacidade total de 103.000 litros de água.³⁴ Dois anos depois, 1885, foi construído um terceiro reservatório para 70.000 litros. No ano seguinte, foram criados uma cisterna e um sistema de captação de água da chuva.³⁵

Por fim, o sexto elemento identificado diz respeito ao transporte dos imigrantes do Porto do Rio de Janeiro para a Ilha e desta para o destino final. Para fazer o traslado entre a Corte e a Ilha, o Ministério da Marinha, em 1883, havia disponibilizado uma lancha, e o Ministério da Agricultura autorizou a compra de duas outras embarcações.³⁶ No ano seguinte, 1884, a hospedaria já contava com a lancha e 3 batelões.³⁷ Dois anos depois, 1886, havia 2 lanchas, 2 batelões e era utilizado serviço de barcos particulares nos períodos de maior afluxo.³⁸ Como resultado do ápice de recepção dos anos de 1890 e 1891, o relatório de 1892 registra que a hospedaria contava com oito embarcações: 3 vapores e 5 batelões.³⁹

Em sua primeira década de funcionamento, a Hospedaria da Ilha das Flores sofreu uma alteração radical. Toda sua estrutura física, de equipamentos, administrativa e funcional fora alterada. Sua capacidade foi mais do que duplicada; incorporaram-se

vários serviços; instituiu-se uma frota de transporte de imigrantes. Construções e equipamentos foram providenciados a partir das necessidades que os serviços da imigração geravam. A experiência prática imprimiu demandas às quais a administração teve que dar rápida solução.

Federalismo e retração nas políticas federais de imigração (1896-1907)

A instauração do regime republicano, no Brasil (1889) promoveu alterações nas políticas imigrantistas que vinham em curso durante o Império. O federalismo, instaurado com o novo regime, levou à progressiva extinção dos projetos de colonização e à transferência, para os estados e para organizações privadas, das ações imigrantistas e colonizadoras.⁴⁰ A lei Glicério, decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, pode ser considerado o marco inicial de tal ação federal. Um mês depois, 26 de julho de 1890, um novo decreto (nº 603) reorganizou a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, criando uma Repartição Central, no Rio de Janeiro, e delegacias, agências e comissões técnicas instituídas nos estados. Ambos os decretos descentralizavam os serviços de introdução de imigrantes e de povoamento do solo. O ministro Antônio Gonçalves de Faria afirmava que

ao iniciar-se no país a propaganda em favor da imigração, aos poderes públicos cabia intervir diretamente e mesmo dirigir todo o serviço relativo ao assunto, pois o espírito e rotina e a falta de iniciativa dos particulares e das províncias constituíam de fato sérios embaraços a importação do elemento estrangeiro, posteriormente tornou-se perfeitamente dispensável a manutenção do serviço oficial, e hoje, estou convencido, a ação direta e exclusiva do Governo, senão for subordinada a moldes diferentes, trará sem dúvida futura dificuldades, quer sob o ponto de vista dos nossos interesses econômicos, quer ainda com relação aos de ordem social.⁴¹

Em 1893, a União transferiu as terras devolutas para os estados e, dessa forma, a constituição de núcleos coloniais e distribuição de lotes passaram a cargo dos entes federados. Começou, então, a haver um gradativo abandono, pelo governo federal, do papel de protagonista na política imigrantista. O ano de 1896 é um marco importante no contexto de alteração do papel do governo federal na política de imigração. Em dezembro deste ano, a Inspetoria de Terras e Colonização foi extinta e, a partir de então, uma repartição central ficou responsável apenas pelo “recebimento, hospedagem e distribuição dos imigrantes que espontaneamente, isto é, por conta própria, procuram nosso país”.⁴²

Por um curto período, no início da República, e por razões não relacionadas à política de descentralização, ocorreu redução do fluxo migratório para o Brasil. Para além de impedimentos derivados de epidemias que assolavam os portos europeus, as repercussões da Revolta da Armada (1893-1894) como uma guerra civil que não se sabia a duração, assustou os emigrantes. Em 1895, no entanto,

Dossiê

Política imigratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores

Luiz Reznik / Rui Aniceto Nascimento Fernandes

com a superação de ambos os senões – as epidemias europeias controladas e a Revolta da Armada debelada em março de 1894 – o fluxo de imigrantes para o país voltou a crescer.

Aos poucos, a Hospedaria da Ilha das Flores sofreu um relativo esvaziamento já que não era grande o número de imigrantes “espontâneos”, e perdeu a importância que havia obtido no período anterior. Seu quadro funcional foi drasticamente reduzido, mantendo-se o essencial para seu funcionamento mínimo. Algumas poucas obras foram realizadas, mas não se enfrentaram os dois principais problemas identificados: a questão do abastecimento de água e a substituição do sistema de iluminação a querosene.

Tabela 2. Ingresso de Imigrantes na Hospedaria da Ilha das Flores	
Ano	Imigrantes
1896	32.567
1897	1.581
1898	1570
1899	3.576
1900	3.654
1901	3.979
1902	3.287
1903	2.719
1904	3.502
1905	3.725
1906	4.989
1907	442
Fonte: Relatórios Ministeriais. 1896-1907.	

Não por mera coincidência, o jornal governista *O País*⁴³ publicou, em 1896, uma série de reportagens sobre o estado da hospedaria. Sob o título de “Cenas Horríveis”, publicadas entre 04 e 06 de março, registraram-se aspectos da visita de seus jornalistas à Hospedaria. O tom denunciatório era expresso logo na primeira matéria, onde clamavam que as autoridades médicas ali atuassem a fim de prevenir uma “calamidade sem igual nos anais dos flagelos que tem assolado o Rio de Janeiro”. Denunciavam a falta de água potável para a lavagem de roupas e dos prédios da ilha, para consumo e para o asseio pessoal de imigrantes, o que gerava um quadro propício à proliferação de doenças.⁴⁴

Ao chamar atenção para a questão sanitária, o periódico desestabilizava o discurso sobre os principais aspectos considerados vantajosos para a criação da Hospedaria na Ilha das Flores. Na década anterior, o governo havia apresentado o lugar como

Dossiê

Política migratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores

Luiz Reznik / Rui Aniceto Nascimento Fernandes

espaço salubre e saudável e, por isso, propenso a acolher a mão de obra imigrante sadia que para ali se dirigia. Em 1896 o quadro seria bem diferente. De acordo com os jornalistas, as enfermarias não possuíam estrutura para atender os doentes. Não havia leitos suficientes para o número de doentes ali abrigados; a iluminação e a ventilação eram escassas; lençóis e camisolas não existiam ou eram imundos. Era denunciada, ainda, a ausência de uma enfermaria de isolamento, levando à coexistência de pacientes portadores de doenças contagiosas e outros acometidos por distúrbios de pequena gravidade, ocasionando um quadro propenso a epidemias.⁴⁵

Os problemas estavam em toda a parte. Os alojamentos seriam fétidos, mal iluminados e sem mobiliário suficiente para todos os imigrantes. Latrinas entupidas e sem higiene levavam os imigrantes a utilizar outros espaços da ilha para as suas necessidades, inclusive próximo às cozinhas e ao refeitório. A falta de asseio fazia-se também presente na preparação da comida, feita por cozinheiros e imigrantes ajudantes.

A descentralização dos serviços tornou a Hospedaria da Ilha das Flores ociosa. Alguns estados passaram a “alugar” esta hospedaria para recepcionar imigrantes que a eles se destinariam por contratos diretamente realizados na Europa. Esses foram os casos de Minas Gerais e Espírito Santo que, em 1896, recepcionaram ali 3176 e 62 imigrantes, respectivamente. Em 1899, São Paulo, apesar de possuir a imponente Hospedaria do Brás, alojou na ilha das Flores, 1965 imigrantes antes que fossem transferidos para o estado bandeirante.

Entre 1901 e 1904 a Hospedaria da ilha das Flores recebeu contingentes de cearenses “flagelados” da seca. As crônicas secas no Nordeste Brasileiro, desde o século XIX, promoveram o êxodo para o “sul” do país. Os migrantes alojados na Hospedaria geralmente chegavam combalidos pela fome e por doenças ocasionadas pela seca e pela longa viagem. Ali se demoravam mais tempo que os imigrantes, até que fossem destinados a outros estados onde eram alocados como trabalhadores nacionais⁴⁶.

Já em 1902, no entanto, algumas vozes governamentais criticariam a política de descentralização:

A experiência vai demonstrando que a reforma por que passaram tão importantes serviços, outrora concentrados em uma administração única e hoje subdivididos pelos estados, longe de produzir os resultados benéficos que se esperavam, revelou-se inoportuna e incompatível mesmo com a situação de alguns dos estados, que nesse sentido nada poderão fazer sem o concurso da União.⁴⁷

O ministro Antônio Augusto da Silva afirmava que o governo central passava por “situação difícil” em âmbito internacional, tendo em vista a execução de contratos firmados entre os estados e agenciadores europeus para a introdução direta de imigrantes sem sua ciência. Por outro lado, identificava que, para muitos estados, não era possível desenvolver uma política de atração e fixação planejada dos imigrantes.

A retomada do grande fluxo (1907-1930)

Em 1906, assumiu o Ministério da Indústria, Viação e Obras públicas o baiano Miguel Calmon Du Pin e Almeida. Sua gestão (1906-1909) e a de Pedro Toledo (1910-1912) foram fundamentais para a retomada do papel do governo federal na promoção da imigração para o Brasil.

Encerrando o ano de 1906, em 30 de dezembro, foi sancionada a lei nº. 1617, que “autorizou o governo a fomentar o povoamento do solo, mediante acordo com os governos estaduais, empresas de viação férrea e fluvial, companhias particulares ou simples proprietários, pelo regime que mais convenha a cada caso”.⁴⁸ Foi criada a Diretoria Geral do Serviço de Povoamento, órgão que, a partir de então, ficou responsável pela reestruturação das políticas e das ações federais voltadas para a imigração e colonização nacional.

Com a reinserção do governo federal no jogo imigratório, os serviços de recepção, compulsoriamente, tinham que ser revistos. O Ministro Miguel Calmon fez executar um intenso plano de reforma e reconstrução de alojamentos e dependências da Hospedaria da Ilha das Flores, tendo em vista os anos de abandono e o processo de arruinamento pelo qual passaram vários prédios. Os pavilhões de alojamento, em madeira, foram demolidos e reconstruídos em alvenaria “nas melhores condições de higiene e ‘conforto’”.⁴⁹ Foram adquiridos beliches, que duplicaram as capacidades originais. As residências de funcionários também sofreram reparos. Foi instalada rede de esgotos e de tratamento de dejetos em tanques assépticos, além de uma usina para produção de água eletrolisada. Os viveiros de peixes também sofreram reparação, assim como a cozinha e a lavanderia, que passaram a ser a vapor. Instalou-se a iluminação elétrica nos edifícios e na ilha, além da estufa de desinfecção das bagagens.⁵⁰

Essas ações, nas décadas seguintes, tiveram continuidade com seus sucessores. Em 1912, por exemplo, a substituição do antigo sistema de iluminação pelo elétrico foi concluída, assim como a construção de um novo pavilhão na entrada da ilha. A Hospedaria voltou a ter um papel central na política de recepção, recebendo um número significativo dos imigrantes que ingressam no porto do Rio de Janeiro nesse período.

Dossiê

Política imigratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores

Luiz Reznik / Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Tabela 3. Ingresso de Imigrantes na Hospedaria da Ilha das Flores	
Ano	Imigrantes
1907	442
1908	11.191
1909	12.973
1910	7.477
1911	30.845
1912	21.886
1913	21.090
1914	4.093
1915	334
1916	62
1917	0
1918	0
1919	0
1920	2.278
1921	Sem registro
1922	3.143
1923	2.940
1924	10.613
1925	9.553
1926	Sem registro
1927	28.304
1928	28.319
1929	40.991
Fonte: Relatórios Ministeriais. 1907-1929.	

O período compreendido pela I Guerra Mundial (1914-1918) representou um interregno no crescente fluxo imigratório para o Brasil entre 1907 e 1930. A retração do fluxo tornou a Ilha das Flores um lugar dotado de infraestrutura privilegiada, porém subutilizada e cobiçada pelo Ministério da Guerra. Datou de abril de 1917, o interesse em utilizar a Ilha das Flores como espaço de internação das tripulações alemãs dos navios retidos nos portos brasileiros em meio ao contexto conflituoso internacional. Em 02 de junho de 1917, os navios alemães foram confiscados e, no dia seguinte, as primeiras levas de alemães foram destinadas à Ilha das Flores. De acordo com a Convenção da Paz de Haia, os prisioneiros de guerra deveriam ser alocados em locais higiênicos e salubres, que formassem um perímetro de circulação não caracterizando clausura permanente. A Hospedaria de Imigrantes foi transferida do Ministério da Agricultura para a Marinha. Constituiu-se o Comando Militar da Ilha das Flores, sob a

responsabilidade do Capitão de Fragata Raul Oscar de Faria Ramos, que teve a seu serviço militares e funcionários da Hospedaria. Em 1918, um surto de Gripe Espanhola se abateu entre os internos e os infectados foram transferidos para o Sanatório Naval de Nova Friburgo. Os alemães que formaram família, no Brasil, como Ernest Graf e Henrique Schlegel, conseguiram, em pouco tempo, sua liberação. Mais de 1000 alemães, por ali passaram. Eles recebiam três refeições diárias, realizavam atividades artísticas e esportivas e eram autorizados a exercer algum trabalho na própria Ilha ou nas imediações. Todos os dias, cerca de 30 internos eram autorizados a deixar a ilha à procura de ofícios esporádicos, para tratar de assuntos pessoais, ou para tomar chopes em São Gonçalo. Ao fim do conflito, o governo disponibilizou navios para o retorno dos alemães ao seu país de origem.⁵¹

Ao tempo da Guerra, intensas secas acometiam a atual região nordestina, especialmente a de 1915, imortalizada pelo romance de Raquel de Queiroz,⁵² promovendo um significativo movimento de deslocamentos internos. A interrupção do fluxo migratório europeu e a necessidade de resolver a questão dos “flagelados” levaram a Diretoria do Serviço de Povoamento a voltar seus olhos para o migrante, enquanto trabalhador nacional alvo de políticas de colonização. Em 1917 eles passaram a ter direito aos mesmos serviços – de acolhimento, transporte ao destino final e financiamento para aquisição de um lote e da estrutura agrícola (ferramentas, insumos etc.) – que eram concedidos aos imigrantes.⁵³ Chegaram a ser organizados núcleos coloniais especialmente a eles destinados.⁵⁴ Mesmo com o fim do conflito, os migrantes e os chamados “sem trabalho” mantiveram-se como objeto de ação do ministério.⁵⁵ Os sem trabalho seriam brasileiros ou estrangeiros identificados com sem colocação fixa e destinados aos núcleos coloniais do interior do país.

Após a guerra, com a intensa movimentação populacional em ambos os lados do Atlântico, intensificaram-se as preocupações sanitárias. A disseminação da gripe espanhola entre meados de 1918 e início de 1919 assustou a todos, tocando o alerta máximo para os dirigentes em todos os países do continente. No Brasil, a morte do presidente recém-eleito Rodrigues Alves incentivou e acelerou as medidas para a criação de uma agência estatal nacional de saúde pública, com especial atenção nas áreas de fiscalização e profilaxia. A Ilha das Flores recebeu, por pouco tempo e logo após a Guerra, a instalação de um posto de observação, destinado aos passageiros de 3º classe dos navios nos quais fossem observadas más condições sanitárias após a visita da Saúde do Porto. Navios com muitos doentes e em péssimas condições sanitárias seriam levados para o Lazareto da Ilha Grande; os demais, após inspeção, teriam os passageiros doentes enviados para o Hospital. No caso dos de 3ª classe, o destino seria a Ilha das Flores, onde permaneceriam em

observação por cinco dias, enquanto os de 1ª e 2ª classes permaneceriam a bordo, em observação, pelo mesmo tempo, antes de serem liberados.

Aos poucos, ao longo da década de 1920, o fluxo imigratório foi sendo retomado. Uma nova legislação sobre estrangeiros, sua entrada e permanência no país, foi elaborada e entrou em execução em 1921 e 1924.⁵⁶ Em parte, essas medidas foram correlatas à recente legislação promulgada nos Estados Unidos. Em 1921, os EUA aprovaram o *Emergency Quota Act*, que versava sobre a imigração para o país, e estabeleceu importantes diretrizes, como a limitação do número de pessoas que entravam em suas fronteiras e o estabelecimento da política de cotas para definir essa entrada. Três anos depois, em 1924, o *Immigration Act* alterou a porcentagem das cotas de 3% para 2% e fixou, como marco regulatório, o censo de 1890 - e não o de 1910 -, tornando estas condições as reguladoras da imigração no país até o ano de 1965.⁵⁷ Na esteira dessas restrições, impôs-se fiscalização médico-sanitária mais rígida para a entrada dos imigrantes, a exemplo dos novos procedimentos para os exames prévios em Ellis Island.

O Pós Primeira Guerra Mundial também foi palco de acordos internacionais que vinculavam Europa e América. Em 1924 foi realizada a *Conferência Internacional de Emigração e Imigração de Roma*; outra reunião desse tipo seria realizada em Havana, no ano de 1928. Nessas conferências, os países presentes discutiram temáticas que variavam da possível elaboração de um Código dos Emigrantes a um projeto de coordenação internacional das estatísticas de emigração.

No Brasil, a Lei nº 4247, em 1921, criou as seguintes barreiras:

Art. 1º É lícito ao Poder Executivo impedir a entrada no território nacional:

- 1º. de todo estrangeiro nas condições do art. 2º desta lei;
- 2º. de todo estrangeiro mutilado, aleijado, cego, louco, mendigo, portador de moléstia incurável ou de moléstia contagiosa grave;
- 3º. de toda estrangeira, que procure o país para entregar-se à prostituição;
- 4º. de todo estrangeiro de mais de 60 anos.

Paragrafo único. Os estrangeiros a que se referem os ns. 2 e 4 terão livre entrada no país salvo os portadores de moléstia contagiosa grave:

- a) se provarem que terem renda para custear a própria subsistência;
- b) se tiverem parentes ou pessoas que por tal se responsabilizem, mediante termo de fiança assignado, perante a autoridade policial.

Art. 2º Poderá ser expulso do território nacional, dentro de cinco anos, a contar de sua entrada no país, o estrangeiro a respeito de quem se provar:

- 1º. que foi expulso de outro país;
- 2º. que a polícia de outro país o tem como elemento pernicioso à ordem pública;
- 3º. que, dentro do prazo acima referido, provocou atos de violência para, por meio de factos criminosos, impor qualquer seita religiosa ou política;

4º. que, pela sua conduta, se considera nocivo à ordem pública ou à segurança nacional; /.../.⁵⁸

Acompanhando práticas que passaram a ser usuais na recepção de estrangeiros, nos Estados Unidos, a nova legislação, decretada em 1921, vai insistir na inspeção dos navios e nos portos, e, conseqüentemente no impedimento de entrada no país de portadores de doenças infecto contagiosas, com especial atenção para doenças oculares como o tracoma.⁵⁹ O decreto 16.761, de 1924, regulamentando a lei de 1921, especificava as restrições por motivos de saúde para portadores de lepra, tuberculose, tracoma, elefantíase, câncer, os atingidos de qualquer afecção mental, os surdos-mudos, mutilados incapazes para o trabalho entre outras. Os doentes não incapacitados para o trabalho poderiam ser tratados na Ilha das Flores e depois serem encaminhados aos seus destinos.

A fiscalização se expandiu e, a partir de então, a entrada de imigrantes só poderia ocorrer pelos portos de Belém, Recife, São Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, São Francisco e Rio Grande. Todos os imigrantes que entrassem pelo porto do Rio de Janeiro deveriam obrigatoriamente passar pela Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, onde seriam inspecionados pelo Departamento Nacional de Saúde Pública e identificados pela Polícia do Distrito Federal. Os passageiros de 2ª classe passaram a ser considerados imigrantes, o que os levava, obrigatoriamente, à Ilha das Flores, que passou a ter um espaço reservado para esses “imigrantes”. A medida acabou sendo revogada depois de alguns entevos, com forte repercussão na imprensa.⁶⁰

A legislação do início dos anos 20 - a despeito das barreiras sanitárias e políticas - não impediu a entrada e a retomada do fluxo de imigrantes para o Brasil, que voltou a crescer em meados da década. A Hospedaria da Ilha das Flores precisou se adaptar a esse novo momento. De imediato, foram instalados, entre 1925 e 1926, um desinfectório e serviços de inspeção sanitária, dentre os quais a construção do Hospital de isolamento Miguel Calmon. No pavilhão central foi instalada seção de câmbio, restaurante e café, sala de correio e telégrafo, a alfandega, sala da intendência de imigração, seção de informações, sala dos serviços de identificação, secretaria, almoxarifado: no andar superior além, dos dormitórios dos médicos foram instalados quartos para os passageiros de 2ª classe.

A cozinha, a lavanderia e a casa do diretor passaram por obras de melhoramento. O mesmo ocorreu com os três pavilhões de dormitórios, com a substituição de camas e leitos conjugados. Consta também a aquisição de 120 novos aparelhos sanitários.

A imprensa comemorou esse novo momento, louvando a Ilha das Flores como a principal hospedaria da América do Sul.⁶¹ O governo federal, nesse sentido,

antecipando essa grande transformação, havia apresentado a Hospedaria como um dos trunfos da política migratória. Uma maquete da Ilha foi exposta pelo Ministério da Agricultura, durante a Exposição Internacional que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1922.⁶²

O fim da imigração livre

O período Entre Guerras foi marcado pela ambiguidade. De um lado, a legislação de 1921 e 1924, a despeito da ampliação da vigilância e da fiscalização, não impediu a revitalização do fluxo migratório. Muito pelo contrário, o país, e a Hospedaria da Ilha das Flores, vivenciaram uma nova onda de ingresso de estrangeiros, de forma crescente até o final da década de 1920. Por outro lado, na esteira de correntes internacionais, as restrições ao ingresso de imigrantes ganharam força, em especial na década de 1930, seja a partir das ideias eugênicas, por meio da seleção racial e/ou médico-sanitária, seja pela proteção ao trabalhador nacional. Vivamente discutida na Assembleia Constituinte (1933-1934), a lei de cotas de 1934 estabeleceu que:

A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente migratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena.⁶³

Podemos observar que, além do estabelecimento da política de cotas, há também a preocupação em tornar o imigrante assimilável. Esta preocupação só cresceria no Governo Vargas, chegando mesmo a restrições de liberdades da língua imigrante na imprensa. Além disso, havia as ideias de “fusibilidade” que, dentre outros, eram teorizadas por Oliveira Vianna.⁶⁴

O Brasil, dez anos depois, adotou uma política de cotas para a imigração muito semelhante àquela dos EUA. A política de cotas estadunidense teve um longo caminho político e institucional para ser aceita, no correr dos anos 1920. Muitos componentes eugênicos e nacionalistas estiveram presentes na gestação dessa lei. Em primeiro lugar, criou-se uma tácita “hierarquia de nacionalidades” dentro da Europa que expressava quais tipos eram desejados pela imigração e quais não o eram, isso, para além, é claro, da clara política de “raças” que poderiam ser interessantes ou não. Interessante notar que a gestação da imigração aventada pelos partidários dessa lei também visava defender e valorizar o “povo original” que havia fundado os EUA, embora a definição estrita de qual foi este povo tenha sido objeto de muito debate e controvérsia.⁶⁵

Dossiê

Política migratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores

Luiz Reznik / Rui Aniceto Nascimento Fernandes

A questão nacional também estava presente nas discussões brasileiras. O governo varguista passou a priorizar o assentamento e colonização interna por “brasileiros” de fato, e não estrangeiros. Em 1940, Vargas disse que “o Brasil terá de ser povoado, desbravado e cultivado pelos brasileiros” e, em outro momento, “as nossas estatísticas têm demonstrado que o crescimento da população do país se deve mais à natalidade do que à imigração. Precisamos cuidar das crianças, criá-las, higiênica e saudavelmente, enfim, obedecer aos preceitos da puericultura. As crianças é que povoarão o Brasil, e não os imigrantes”.⁶⁶

Segundo Fábio Koifman, “a partir dos debates e das propostas da Constituinte de 1934, o governo brasileiro encerrou o período de livre imigração”.⁶⁷ Significativo disto é o número de decretos editados nos períodos: não chegando a uma dezena na década de 1920, na década de 1930 eles se aproximaram das três dezenas, com especial foco para os anos 1938 e 1939, primeiros do Estado Novo, onde mais de vinte decretos foram editados.⁶⁸

Dos anos 1930 ao final da Segunda Guerra Mundial, a Ilha das Flores viu esvaziar as suas funções de recepção de imigrantes, que se tornaram residuais na hospedagem do local. Com capacidade ociosa, a hospedaria passou a abrigar, de forma recorrente, prisioneiros.

Em 1932, recebeu os revoltosos da Revolta Constitucionalista de São Paulo. Entre agosto e outubro, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores alojou 3.780 combatentes paulistas aprisionados no front de batalha. Inicialmente o presídio ocuparia a ala norte, mas o fluxo de prisioneiros levou a utilização de todo o espaço. O presídio ficou sob a jurisdição da Polícia Militar do Distrito Federal. Nos quase três meses de funcionamento, os prisioneiros organizaram atividades esportivas, “sessões cívico-cômico-literárias” e banhos de mar para passar o tempo de reclusão.⁶⁹ Na derrota da Revolta Comunista de 1935, ocorrida em novembro, parcela expressiva dos prisioneiros, no Rio de Janeiro, foi enviada para a Hospedaria da Ilha das Flores. Mais uma vez, o comando do Presídio foi transferido para a Polícia Militar do Distrito Federal. Somente a partir de março de 1936, a Hospedaria de Imigrantes retomou suas atividades rotineiras.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a hospedaria foi utilizada para diversos objetivos. O cônsul inglês, por exemplo, solicitou que fossem alojados “um grupo de tripulantes indianos que, em virtude da guerra, foram obrigados a desembarcar de bordo de navios alemães onde trabalhavam”.⁷⁰ Caso semelhante ocorreu com chineses, em 1940. O ingresso do Brasil no conflito imergiu a ilha no esforço de guerra tendo abrigado refugiados do conflito e destinando parte de seu espaço a um novo presídio destinado à tripulação de navios das nações do Eixo, assim como aos imigrantes naturais das nações inimigas aqui residentes e acusados de espionagem, “quintacolonismo”. A direção do presídio ficou a cargo do diretor da

Hospedaria, João Martins de Almeida. No regulamento, por ele redigido, estabelecia-se um rígido controle de informações de entrada e saídas da ilha.⁷¹ Fixavam-se os horários das refeições, o toque de recolher, a revista aos prisioneiros e a prática esportiva. Uma vez por semana os familiares dos detentos poderiam visita-los e estes tinham o direito de eleger um representante junto às autoridades para tratar de assuntos como alimentação, vestuário etc. Em 1944, foi instalado na Ilha das Flores, o Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Extração de Borracha no Mato Grosso. Essa ação fazia parte dos esforços de guerra para autonomizar o país na produção de látex e derivados.⁷²

Após a Segunda Guerra Mundial

A recepção aos refugiados

A Hospedaria de Imigrantes tomou novo fôlego com a retomada da política migratória, com o fim da Guerra e do Estado Novo, no Brasil. Já em setembro de 1945, foi publicado o decreto n. 7.967, que flexibilizava as condições para ingresso dos estrangeiros no país.

Na ocasião, o Estado brasileiro acolheu, através da Organização Internacional para os Refugiados (OIR), entre 1947 e 1955, cerca de 30 mil Deslocados de Guerra (*Displaced persons* - DP's). Pelo acordo, obrigatoriamente os refugiados, ao chegarem no Brasil, eram recepcionados na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. Somente depois de aí registrados e alojados poderiam partir para seus destinos finais.

Os DP's eram remanescentes das dezenas de milhões de pessoas deslocadas de seus locais de origem durante a Guerra.⁷³ Inicialmente foi criada, em 1943, a Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento (ANUAR), para coordenar a repatriação desses indivíduos. Entretanto, com o avançar dos processos de repatriamento, alguns grupos, principalmente do Leste Europeu, apresentaram crescentes objeções ao retorno a seus países. Com o início da Guerra Fria, a ANUAR sucumbiu e foi criada, em substituição, já com a liderança norte americana, a OIR, que deveria cuidar do reassentamento do chamado “milhão restante”⁷⁴ de refugiados que se encontravam nos campos da Europa e se recusavam a ser repatriados.

No final de 1946, o governo enviou três comissões de seleção à Europa, chefiadas por Arthur Hehl Neiva, membro permanente e conselheiro do Conselho de Imigração e Colonização (CIC). Neiva propôs um *ranking* entre as nacionalidades mais aptas a participar de tal processo, levando em conta, sobretudo, dois paradigmas: as aptidões profissionais e a facilidade de assimilação. Na análise da delegação brasileira, os bálticos seriam os melhores entre todos os DP's, pois eram “portadores de arraigadas convicções democráticas, seriam todos alfabetizados,

fortes, saudáveis, habituados a condições severas de vida e de clima e com elevado índice de religiosidade. Poderiam ainda ser empregados como artífices, operários, agricultores e *técnicos*".⁷⁵ A seguir, estariam os ucranianos que, diferentemente dos bálticos, eram majoritariamente agricultores, sendo caracterizados enquanto potenciais colonos de fazenda e pequenos proprietários rurais.

Todas as despesas com transporte seriam do Comitê Intergovernamental, que também daria a contribuição de 100 mil dólares para despesas com melhoramentos das condições de recebimentos e de estabelecimentos de centros de orientação.

O primeiro grupo de refugiados, alinhado ao acordo, chegaria ao Brasil em maio de 1947. Em junho deste ano, a Hospedaria da Ilha das Flores recebeu a visita do jornalista, médico e político, Mauricio de Medeiros, vinculado ao jornal "Diário Carioca", objetivando investigar as supostas transgressões e incorreções do sistema. Entretanto, segundo Medeiros, a primeira leva que ali chegou estava amplamente satisfatória no que se refere aos ditames eugênicos e interesses da economia nacional⁷⁶. Parcela da imprensa aplaudiu o acordo e as condições de recepção. O também repórter Ney Machado, em visita realizada à Ilha, no mesmo ano afirmou que "a nossa impressão foi, de um modo geral, favorável, sob todos os aspectos, quanto aos nossos futuros compatriotas".⁷⁷

Muitos refugiados lembram, hoje em dia, sobre a recepção que tiveram à época. Na sua grande maioria, os depoentes positavam a chegada, certamente impactados pelo tempo que passou até os dias atuais e na referência contrastante entre os campos europeus de refugiados e as condições de acolhimento na Ilha das Flores. Nesse sentido, a fala de Krystina Harasyn, que chegou com 12 anos, em 1949, é exemplar:

A gente achou bonita a ilha, dava pra tomar banho, tinha o lugar que podia entrar na água, era bem legal e durante aqueles quinze dias que a gente tava lá nós tínhamos aula de primeiros socorros. Aprendemos as primeiras palavras, "Bom dia", "boa tarde", "Onde fica", "onde vou", essas coisas assim. Aprendemos a rezar também, porque eram as freiras que tomavam conta, então aprendemos a rezar Ave Maria, isso a gente aprendeu já nos primeiros dias.⁷⁸

Para dar conta dessa revitalização, foram necessárias reformas na Hospedaria, com a utilização das verbas subsidiadas pelo governo norte americano, conforme acordo da OIR. O relatório do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de 1948 faz um balanço das obras que estavam sendo levadas a cabo na Hospedaria. Muitas das indicações feitas em anos anteriores estavam acontecendo, visando proporcionar uma boa recepção aos refugiados. Houve a construção do segundo pavimento do alojamento da Ala Sul, próximo ao Cais de Desembarque, para a recepção de casais no pós-guerra, bem como a melhoria do gabinete sanitário ali

existente. O controle dos imigrantes ali hospedados seria igualmente mais rigoroso. Agora, era fornecido um cartão de matrícula, constando o nome, nacionalidade, profissão, idade, procedência e destino. Foram realizadas reformas modernizadoras na ligação entre a rede de esgoto e os tanques biológicos, entre outras ações.

Ainda que o fluxo de refugiados tenha sido o mais expressivo no acolhimento realizado pela Hospedaria durante todo o período após a Guerra, vários outros grupos por ali aportaram.

Dentre as diversas experiências de imigração que ocorreram no período de 1953 a 1958, a dos japoneses é exemplar. Em 10 de agosto de 1953, chegaram à Ilha das Flores 235 pessoas que sofreram as consequências da guerra, desde a falta material de condições de vida, assim como duas famílias provenientes das cidades de Hiroshima e Nagasaki, cidades atingidas pelas bombas atômicas na Segunda Guerra. Ao fim e ao cabo, eram famílias de agricultores, que foram embarcadas no navio “América Maru” procedente do Porto de Kobe no Japão. No Brasil foram acolhidos na hospedaria da Ilha das Flores, enquanto aguardavam o envio para núcleos colônias, como o de Una, na Bahia para onde foram 50 famílias entre os anos de 1953 e 1957. A viagem havia sido custeada pelo governo japonês e o assentamento dessas famílias no Brasil ficou a cargo do governo federal através do departamento de imigração.

“Morte e vida Severina”: os migrantes nordestinos

Entre os anos de 1940 e 1960, o estado do Rio de Janeiro recebeu consideráveis levadas de migrantes nacionais, particularmente mineiros, capixabas e nordestinos de diversos estados. Os motivos de atração foram bastante variados, entre os quais o parque industrial na cidade do Rio de Janeiro (então Capital Federal) e suas possibilidades de empregos na construção civil e no comércio, bem como a construção e o funcionamento de importantes estabelecimentos industriais no interior, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) na cidade de Volta Redonda e a Fábrica Nacional de Motores (FNM) no município de Duque de Caxias. Além disso, com os projetos de saneamento da Baixada Fluminense e do chamado Sertão Carioca (que englobava os bairros de Campo Grande, Santa Cruz e redondezas), muitas pessoas passaram a migrar para essa região em busca de terras para plantar e reconstruir sua vida.⁷⁹

Durante a década de 1950, houve dois momentos de intensa seca na região Nordeste do Brasil, em 1951-52 e 1958. Nessas ocasiões, a movimentação de migrantes do interior para as capitais tornou-se mais frequente, gerando debates na política nacional sobre como amparar e encaminhar essas numerosas famílias de retirantes. Em um primeiro momento, durante a seca de 1951-52, a utilização da Ilha das Flores procurou ser evitada, sob o argumento de que estava lotada de

Dossiê

Política migratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores

Luiz Reznik / Rui Aniceto Nascimento Fernandes

imigrantes. No entanto, ao longo da década, surgiram diversas críticas às diferentes formas de tratamento dedicadas aos estrangeiros e nacionais. Já na seca de 1958, a Hospedaria da Ilha das Flores compôs o protocolo estabelecido pelo governo brasileiro para receber esses retirantes e encaminhá-los aos postos de trabalho. Muitos foram encaminhados para a lavoura no norte do Paraná e no oeste de São Paulo. Alguns poucos passaram a trabalhar em indústrias paulistas.

Espaço prisional

Correlatamente ao que ocorreu em 1917-19, 1932, 1935 e 1942-45, um espaço da Hospedaria foi reservado para abrigar presos em 1964. Antes do golpe civil-militar, foi um presídio para infratores da lei de economia popular; após o golpe, para presos políticos.

No primeiro caso, relacionava-se a ações do governo de João Goulart e do órgão governamental de controle do abastecimento de alimentos: a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab). Esta empreendeu uma intensa fiscalização junto aos comerciantes, combatendo os chamados “inimigos do povo”, comerciantes acusados de sonegar e/ou sobretaxar gêneros básicos da alimentação da população. Em 1963, foi criado o Comissariado de Defesa da Economia Popular, órgão de fiscalização dos preços dos gêneros alimentícios. O combate à carestia levou à organização, na Ilha das Flores, de um presídio contra os comerciantes que feriam a Lei de Economia Popular, em 1964. Alguns prisioneiros eram comerciantes portugueses que haviam, anos antes, passado na Hospedaria como imigrantes e passariam por processos de extradição. Esse presídio foi extinto 31/03/1964, e os prisioneiros libertados sem que os processos tivessem desfecho.⁸⁰

Após o Golpe, ao mesmo tempo em que esses comerciantes eram libertados, o presídio foi mantido passando a internar opositores do novo regime. Na primeira semana do novo governo foram enviados 50 presos “importantes”, dentre eles o compositor e ator Mario Lago. A hospedaria foi extinta em 1966 com a transferência da ilha para a Marinha que ali instalou o CENATRE, o Centro Nacional de Treinamento de oficiais Militares. Posteriormente, o espaço foi utilizado como presídio. A Ponta dos Oitis, onde se localizavam pequenas casas serviram como locais de guarda de equipamentos de tortura e onde eram praticadas. Os alojamentos da Ala Norte foram transformados em carceragem. Entre 1969 e 1971, para ali foram enviados prisioneiros de diversos grupos opositores ao regime e alguns deles fizeram parte do grupo que foi trocado pelo embaixador suíço sequestrado em 1970.⁸¹

Conclusão

A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores sempre apareceu, nos estudos sobre imigração brasileira, como a primeira experiência direcionada pela administração imperial e, posteriormente, republicana do país. No entanto, sua dinâmica pouco havia sido analisada, em comparação com outras experiências brasileiras, especialmente a da Hospedaria do Brás, em São Paulo. Emblema de uma política pública desenvolvida nos últimos dois séculos, a Hospedaria da Ilha das Flores também é uma janela para compreendermos a complexidade desse processo histórico. A análise de sua trajetória de mais de oitenta anos de funcionamento (1883-1966) nos apresenta as oscilações que a política imigrantista sofreu no país. As estatísticas referentes ao fluxo migratório nos apresentam um movimento de avanços e retrações que espelham os projetos e decisões governamentais desse período. Também indicam a presença constante de um outro agente, o trabalhador nacional, o migrante. A recepção dos nacionais naquele espaço seguia a mesma lógica que a dos imigrantes: acolhimento e direcionamento como força de trabalho para fazendeiros ou núcleos coloniais que se fixavam em solo brasileiro.

Cerca de 650 mil pessoas se alojaram na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, no período de seu funcionamento. Criada para abrigar os imigrantes recém-ingressos no país, por ali passaram 500 mil imigrantes entre 1883 e 1930, e outros 100 mil até 1966. Durante os seus mais de oitenta anos de funcionamento acolheu também milhares de migrantes brasileiros que saíam de suas localidades, cidades e regiões para procurar novos rumos para sua vida no Rio de Janeiro e adjacências. Em momentos ociosos, a Ilha também recebeu moradores do Distrito Federal que não tinham habitação, os chamado “sem-teto” (1930-32), sindicalistas e militantes que vinham realizar manifestações e participar de congressos na Capital, trabalhadores que se preparavam para ir para os seringais no Norte do Brasil, os “soldados da borracha” (1943-44), dentre outros. A proximidade com a Capital Federal e, ao mesmo tempo, a dificuldade de acesso por suas condições geográficas, fez da Hospedaria um local ideal, não apenas para acolher os imigrantes, mas também para o estabelecimento de espaços prisionais em vários momentos da tensa trajetória política da república brasileira (1917, 1924, 1932, 1935, 1942, 1964).

A Hospedaria fechou as portas em 1966. A bem da verdade, desde a segunda metade da década de 1950 acolheu poucos imigrantes. O acordo com a Organização Internacional dos Refugiados havia sido o último esforço sistemático de política pública do governo brasileiro para trazer mão de obra imigrante para o país. As razões para a criação deste dispositivo de recepção pareciam ter se esvaziado; a hospedaria de imigrantes não fazia mais sentido de existir, aos olhos da administração republicana. Findada a Hospedaria, o espaço passou a abrigar unidades militares até o estabelecimento do Comando da Tropa de Reforço dos Fuzileiros Navais, da Marinha do Brasil. Seu arquivo administrativo, em grande

Dossiê

Política migratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores

Luiz Reznik / Rui Aniceto Nascimento Fernandes

parte, perdeu-se. Seus equipamentos e mobiliários, com o passar dos anos, foram descartados. Transformadas em unidades militares, as construções mantiveram-se. Alojamentos, refeitórios, casas de funcionários, hospital tiveram suas instalações adaptadas para seus novos usos o que permitiu sua continuidade.

Mais de quarenta anos após o seu fechamento, o espaço se transformou em Museu. A partir de 2012, foi estabelecida uma parceria entre a UERJ e a Marinha do Brasil e as portas da antiga hospedaria se reabriram para o público. Organizaram-se circuitos de visitas, exposições, seminários, oficinas com professores sobre a História da imigração para o Brasil e a recepção e o acolhimento aos imigrantes. Palco para apresentação das experiências do passado, o Museu da Imigração da Ilha das Flores é também ponto de encontro para refletir, e atualizar, a partir da perspectiva histórica, os caminhos para a sociedade brasileira e mundial, em meio às tensões atuais sobre os deslocamentos migratórios.⁸²

Notas e referências

- ¹ Este texto é tributário das pesquisas, leituras e conversas realizadas pelos autores junto ao grupo de pesquisa do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, cujos projetos são apoiados pela FAPERJ e pelo CNPq. Agradecemos a todos os seus componentes, pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação, em especial aos pesquisadores Julianna Carolina Oliveira Costa (mestra, bolsista TCT Faperj) e Guilherme Cavotti Marques (mestrando em História) e aos bolsistas de Iniciação Científica João Pedro Martins e Natália de Lima Azevedo.
- ² Martin NICOULIN. *A gênese de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1995.
- ³ J. Fernando CARNEIRO. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.
- ⁴ Sergio Buarque de HOLANDA. As colônias de parceria. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico, v. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- ⁵ José Murilo de CARVALHO. Introdução. In: *Congresso Agrícola*. Edição fac-similar dos Anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p.V.
- ⁶ Paula BEIGUELMAN. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Paulo César GONÇALVES. *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. São Paulo: Alameda, 2012. João KLUG. Imigração no Sul do Brasil. In: Keila GRINBERG; Ricardo SALLES (orgs). *O Brasil Imperial*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 199-231; Lucia Lippi OLIVEIRA. *O Brasil dos imigrantes*. São Paulo: Jorge Zahar Ed, 2001; Teresa S. PETRÔNIO. Imigração assalariada. In: Sergio B. de HOLANDA (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. v. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- ⁷ Thomaz José Coelho de ALMEIDA. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima sexta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da*

-
- Agricultura, Commercio e Obras Publicas*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877, p. 404.
- ⁸ Jaime Larry BENCHIMOL. *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Bio-Manguinhos, 2001. Sidney CHALLOUB. *Cidade Febri! cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ⁹ ALMEIDA, 1877, p. 404.
- ¹⁰ Cf. CHALLOUB. *Op. Cit.*
- ¹¹ A Hospedaria de Imigrantes do Morro da Saúde foi criada em 26/03/1867, por consequência do arrendamento dos prédios de José Rodrigues Ferreira, feito pelo Ministério da Agricultura, e tinha capacidade para 400 pessoas. Com sua criação, a administração imperial substituiu as hospedarias particulares da Praia Formosa e a da Rua da Imperatriz, de menor capacidade. Iniciou suas atividades em 14/04/1867 recebendo 33 norte-americanos. Era tida como superior ao Castle Garden de Nova York: “O Ministério da Agricultura tem hoje pronto para a recepção de imigrantes um belo estabelecimento que corresponde em sua destinação à casa de recepção de Castle Garden em Nova York, mas, que lhe é muito superior no seu estilo geral e nas comodidades preparadas para os imigrantes.” Este texto foi publicado originalmente no *Anglo-Brazilian Times*, de 23/04/1867. Foi reproduzido no *Diário Oficial do Império*, em 02/05/1867 apud Betty Antunes de OLIVEIRA. *Alguns dados históricos da vinda de norte-americanos ao Brasil no século XIX*. [S. l.]: Mimeo, 2008. Disponível em <http://www.pibrij.org.br/historia/>. Acesso em: 15 out. 2012.
- ¹² J. C. Coelho CINTRA. Relatório da 2ª Secção da Inspetoria Geral de Terras e Colonização. 25/11/1876. In: Thomaz Jozé Coelho de ALMEIDA. *Relatório apresentado á Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima sexta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877. p. 7-9
- ¹³ Manoel Maria de CARVALHO. Relatório apresentado a S. Ex. Sr. Conselheiro Manoel Alves de Araújo pelo Inspetor Geral interino. Inspetoria Geral das Terras e Colonização. In: Manoel Alves de ARAÚJO. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na segunda sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882.
- ¹⁴ José Antônio SARAIVA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882, p. 208.
- ¹⁵ CARVALHO, 1882, p. 6.
- ¹⁶ ESCRITURA de venda da ilha denominada das Flores, dos Ananazes e da Maxingueira, situadas na Bahia do Rio de Janeiro, que fazem o Conselheiro Senador José Ignácio Silveira da Motta e sua mulher a Fazenda Nacional. 1883. Cópia transcrita pelo Instituto Nacional de Imigração de Colonização (INIC). 04/06/1957. In: *Livro do Comando da Tropa de Reforço*. Mimeo. s/d. Acervo: Ilha das Flores.
- ¹⁷ IMPERIAL Instituto Fluminense de Agricultura. *Relatório da Comissão encarregada de examinar o estabelecimento de psicultura da Ilha das Flores*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. Luís REZNIK; Rui Aniceto Nascimento FERNANDES . Imigração:

- documentação, política e história. In: Hugo CANCINO; Rogelio de la MORA; Lená Medeiros de MENEZES; Silvano Benito MOYA. (Org.). *Miradas desde la Historia social y la Historia intelectual. America Latina en sus culturas: de los procesos independentistas a la globalización*. Córdoba, Argentina: Centro de Estudios Históricos Prof. Carlos Segreti, 2012, v.1, pp. 213-224. Luís REZNIK; Rui Aniceto Nascimento FERNANDES; Henrique Mendonça da SILVA. A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores: história e memória. In: José Jobson de Andrade ARRUDA; Vera Lúcia Amaral FERLINI; Maria Izilda Santos de MATOS; Fernando de SOUZA. (Org.). *De colonos a imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil*. 1ed.São Paulo: Alameda, 2013, p. 367-382. Rui Aniceto Nascimento FERNANDES; Henrique Mendonça da SILVA. Ilha das Flores e de histórias. In: Rui Aniceto Nascimento FERNANDES; Marcelo ARAÚJO; Rogério Soares de MOURA. (Org.). *São Gonçalo em perspectiva*. Ensaios de histórias gonçalenses. São Gonçalo: UERJ-FFP, 2013, pp. 25-46. Luís REZNIK; Rui Aniceto Nascimento FERNANDES. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. In: *História* (São Paulo. Online), v. 33, pp. 234-253, 2014a. Luís REZNIK; Rui Aniceto Nascimento FERNANDES. Entre o universal e o particular: a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. In: Fernando de SOUSA; Ismênia MARTINS; Lená Medeiros de MENEZES; Izilda MATOS; Jobson ARRUDA; Nazaré SARGES; Vera FERLINI. (Org.). *Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. Porto: CEPESE, 2014b, pp. 165-184.
- ¹⁸ REZNIK & FERNANDES, 2014a. Emmanuel de Macedo SOARES. *Figura e fatos da medicina em Niterói*. Rio de Janeiro: Imprinta, 1994. Carlos WERHS. *Niterói*. Cidade Sorriso. A história de um lugar. Rio de Janeiro: Soc. Gráfica Vida Doméstica, 1984.
- ¹⁹ PENNA, Affonso Augusto Moreira. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na quarta sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1884, p. 216.
- ²⁰ Francisco de Barros e Accioli de VASCONCELLOS. Relatório da Inspetoria Geral das Terras e Colonização apresentado a S. Ex. o Sr. Conselheiro Antônio da Silva Prado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Anexo. In: Rodrigo Augusto da SILVA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na segunda sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. 9.
- ²¹ PENNA, 1884, pp. 215-216.
- ²² PENNA, 1884, pp. 216.
- ²³ Francisco de Barros e Accioli de VASCONCELLOS. Relatório da Inspetoria Geral das Terras e Colonização apresentado a S. Ex. o Sr. Conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Anexo. In: Rodrigo Augusto da SILVA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na quarta sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 10.
- ²⁴ VASCONCELLOS, 1889, p. 10

Dossiê

Política imigratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores

Luiz Reznik / Rui Aniceto Nascimento Fernandes

-
- ²⁵ Barão de LUCENA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro D'Estado dos Negócios de Agricultura, Commercio e Obras Públicas, em junho de 1891*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 104.
- ²⁶ Francisco de Barros e Accioli de VASCONCELLOS. Relatório da Inspetoria Geral das Terras e Colonização apresentado a S. Ex. o Sr. Conselheiro Antônio da Silva Prado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Anexo. In: Antônio da Silva PRADO. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. 6
- ²⁷ João Ferreira de MOURA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da décima nona legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1885, p. 361.
- ²⁸ VASCONCELLOS, 1887, p. 9
- ²⁹ Candido Ferreira de ABREU. Relatório apresentado ao Sr. Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Públicas pelo engenheiro Candido Ferreira de Abreu, Inspetor Geral Interino das Terras e Colonização. In: Antônio Gonçalves de FARIA. *Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro D'Estado dos Negócios de Agricultura, Commercio e Obras Públicas, em maio de 1892*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p. 13
- ³⁰ VASCONCELLOS, 1889, pp. 12-13.
- ³¹ VASCONCELLOS, 1889, p. 10.
- ³² LUCENA, 1891, p. 104
- ³³ ABREU, 1892, p. 14.
- ³⁴ PENNA, 1884, p. 216
- ³⁵ VASCONCELLOS, 1886, p. 6.
- ³⁶ PENNA, 1884, p. 217
- ³⁷ MOURA, 1885, p. 361
- ³⁸ VASCONCELLOS, 1887, pp. 12-13
- ³⁹ ABREU, 1892, p. 14
- ⁴⁰ Luíza IOTTI (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul / Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 452.
- ⁴¹ Antônio Gonçalves de FARIA. *Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p. 25.
- ⁴² Sebastião Eurico Gonçalves de LACERDA. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, em maio de 1898. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p. 55.
- ⁴³ O *Paiç* era um jornal diário de grande circulação entre os anos de 1884 e 1934, chegando a ter edições com tiragens de mais de 60 mil exemplares. Em seu cabeçalho ostentava o slogan: “O *Paiç* é a folha de maior tiragem e de maior circulação na América do Sul”. Pode-se considerar que o referido periódico foi um dos principais formadores de opinião

da sociedade brasileira, entre o fim do século XIX e o começo do século XX. Durante esse período, *O Paiz* se consolidou como um dos jornais de maior influência na vida política nacional, atuando como um importante órgão governista na Primeira República.

⁴⁴ “- Que imundice revoltante é esta? Perguntamos indignados ao primeiro empregado que nos apareceu. - Pois como pode ser senão isto, se só há água para beber, e pouca? - Então esta gente não se lava? - Às vezes, no mar. - Pois como pode ser senão isto, se só há água para beber, e pouca? - Então esta gente não se lava? - Às vezes, no mar. - E estas roupas? - Quanto mais lavam, mais pretas e morrinhentas ficam. É em água salgada, com sabão! - E este chão? - Lava-lo só com água salgada, fica sujo da mesma maneira, e mais fedorento. Esfrega-se com areia, que é sempre mudada, e põe-se ácido fênico. Nisto passava um pequeno com uma garrafa branca cheia de água turva, e ao mesmo tempo reparamos que algumas garrafas passavam de mão em mão entre os míseros imigrantes. - Que é isto nesta garrafa? - É água de beber. - Em garrafas? - É muito disputada. - E daquela cor? - Pois a caixa está fendida, e a maré, quando enche ou vasa, aumenta-lhe ou diminui-lhe o volume d’água. É uma porcaria. - Mas essa água doce misturada com a do mar faz mal a esta gente. - Pois faz, sim; eles têm andado atrapalhados com diarreias, mas o administrador pede concerto para a caixa, e da inspetoria não mandam ninguém concertar. - E as diarreias generalizam-se? - Ainda há muitas; tem-se combatido com quilos e quilos de bismuto”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 04/03/1896.

⁴⁵ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 05/03/1896.

⁴⁶ Alfredo Eugênio de Almeida MAIA. *Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, no ano de 1901*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901, p. 61. Antônio Augusto da SILVA. *Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, no ano de 1902*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, pp. 83-87. Lauro Severiano MÜLLER. *M Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, no ano de 1903*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903, pp. 61-62. Lauro Severiano MÜLLER. *M Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, no ano de 1905*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p. 69.

⁴⁷ SILVA, 1902, p. 80.

⁴⁸ Miguel Calmon du Pin e ALMEIDA. *Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, no ano de 1907*. Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907, p. 31.

⁴⁹ Miguel Calmon du Pin e ALMEIDA. *Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, no ano de 1908*. Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. 120.

⁵⁰ ALMEIDA, 1908. p. 120 e 12

⁵¹ Cf. Espaço prisional. Exposição permanente. Museu da Imigração da Ilha das Flores.

⁵² Rachel de QUEIROZ. *O quinze*. Fortaleza: s/ed., 1930.

- ⁵³ João Gonçalves Pereira LIMA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do Estado da Agricultura, Indústria e Commercio, no ano de 1918*. Vol. I. S/l: S/ed., 1918, pp. 263/264.
- ⁵⁴ Miguel Calmon du Pin e ALMEIDA. *Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do Estado da Agricultura, Indústria e Commercio, no ano de 1923*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926, p. 129.
- ⁵⁵ Miguel Calmon du Pin e ALMEIDA. *Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do Estado da Agricultura, Indústria e Commercio, no ano de 1924*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, p. 260.
- ⁵⁶ BRASIL. Lei nº 4.247 de 6 de janeiro de 1921; e BRASIL. Decreto nº 16.761 de 31 de dezembro de 1924
- ⁵⁷ Mae M. NGAI. The Architecture of Race in American Immigration Law: A Reexamination of the Immigration Act of 1924. *The Journal of American History*, Vol. 86, No. 1 (Jun., 1999), pp. 67-92.
- ⁵⁸ BRASIL. Lei nº 4.247 de 6 de janeiro de 1921.
- ⁵⁹ Esta doença não existia na América do Norte até final do século XIX e início do XX. A partir da imigração europeia, a doença se tornou endêmica nos Estados Unidos ao ponto de causar surtos nas proximidades do porto e obrigar as autoridades a formular leis que restringia ou até proibia a entrada de portadores do tracoma. A doença também foi disseminada no Canadá e as pessoas contaminadas tentavam entrar ilegalmente no país. Os tracomatosos costumavam ser repatriados ou poderiam requerer habeas corpus para poderem permanecer no país.
- ⁶⁰ Muitos estrangeiros que vinham a passeio, mas que viajavam de segunda classe, foram obrigados a se dirigir para a Hospedaria. Um dos casos com grande repercussão ocorreu com o cientista Carlos Tolds, diretor do Museu de Viena.
- ⁶¹ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 13/11/1926.
- ⁶² Miguel Calmon du Pin e ALMEIDA. *Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do Estado da Agricultura, Indústria e Commercio, no ano de 1922*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 72.
- ⁶³ BRASIL. *CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL*. Art. 121, §6,7. Em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>
- ⁶⁴ Giralda SEYFERTH. O Estado brasileiro e a imigração. In: M. de O. SANTOS, R. PETRUS; M. POVOA NETO e C. GOMES. (Orgs.). *Caminhos da migração: memória, integração e conflitos*. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial/ FAPERJ, 2014.
- ⁶⁵ NGAI, 1999.
- ⁶⁶ Fábio KOIFMAN. *Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012, p. 82
- ⁶⁷ KOIFMAN, 2012, p. 159.
- ⁶⁸ KOIFMAN, 2012, p. 158.
- ⁶⁹ Agenor Lopes de OLIVEIRA. *Na Ilha das Flores*. Reminiscências da Revolução Paulista de 1932. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1933.

Dossiê

Política migratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores

Luiz Reznik / Rui Aniceto Nascimento Fernandes

-
- ⁷⁰ João Martins de ALMEIDA. *Resumo das ocorrências mais importantes na Ilha das Flores desde o ano de 1939*. S/l: mimeo. 1944. Acervo Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores.
- ⁷¹ *Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*. REGULAMENTO do presídio da Polícia Civil instalado em uma Seção da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. 10/08/1942.
- ⁷² *No Front da Borracha*. S/l: nº 13. Setembro de 1944.
- ⁷³ José Fischel de ANDRADE. *Direito Internacional dos Refugiados- Evolução Histórica (1921-1952)*. Rio de Janeiro. Renovar, 1996.
- ⁷⁴ Segundo dados da época, do “*last million*” fariam parte 275 mil poloneses; 200 mil judeus; 200 mil espanhóis, 190 mil lituanos, latislavos e estonianos; 150 mil iugoslavos; 100 mil ucranianos. Os motivos que impulsionaram esses refugiados a não regressarem aos seus países de origem foram, sobretudo, de cunho político, podendo-se ainda mencionar a total perda de identidade às terras natais. Afinal, com o rearranjo geopolítico ocorrido após o conflito, países haviam sido anexados por outros ou tiveram a instalação de novos regimes políticos e sociais. Cf. CHEN, 1973, p. 164; BOLESTA-KOZIEBRODZKI, 1962, p. 156. Apud. José Fischel de ANDRADE. *O Brasil e a OIR (1946-1952)*. *Revista Brasileira de Políticas Internacionais*, 48 (I): 60-96, 2005, p. 2.
- ⁷⁵ Artur Hehl NEIVA. *Os Deslocados de Guerra. A Verdade sobre sua Seleção*. Rio de Janeiro, 1949, p. 42.
- ⁷⁶ Mauricio de MEDEIROS. Imigrantes Indesejáveis. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro. [S.P], 13/06/1947.
- ⁷⁷ Ney MACHADO. Braços para o Brasil. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, 1947, p. 55
- ⁷⁸ Entrevista concedida por Krystina Harasyn ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, em 13 de maio de 2010.
- ⁷⁹ Maurício de ABREU. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 1987.
- ⁸⁰ Espaço prisional. Exposição Permanente do Museu da Imigração da Ilha das Flores. 2016.
- ⁸¹ Maria Fernanda Magalhães SCLEZA. *Informação, identidade e memória*. O espaço prisional da Ilha das Flores pela ótica dos ex-prisioneiros da Ditadura Militar. Rio de Janeiro. Monografia (Graduação em História). UNIRIO, 2006.
- ⁸² Ver hospedariailhadasflores.com.br

Texto recebido em 10 de setembro de 2016/

Aprovado em 13 de outubro de 2016

“Sonhos, angústias e expectativas”: A hospedagem de imigrantes na Porto Alegre de 1890

Luíza Horn Iotti

Gabriela Ucoski da Silva

Universidade de Caxias do Sul
Pontifícia Univ. Católica do R. G. do Sul

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a criação, a organização, o funcionamento e o cotidiano da Hospedaria de Imigrantes do Cristal, espaço criado para recepção dos imigrantes recém-chegados a Porto Alegre na última década do século XIX. Inseridas no contexto das “Grandes Migrações”, as hospedarias eram essenciais para manter a organização do fluxo migratório, especialmente nos países receptores de imigrantes. Inúmeras políticas destinadas a tratar da imigração e da colonização foram criadas, destacando-se as voltadas aos procedimentos adotados no momento da chegada desse fluxo populacional. No Rio Grande do Sul, pouquíssimos estudos versam sobre este assunto. No entanto, um vasto *corpus documental* da Hospedaria de Imigrantes do Cristal, aliado as narrativas de viajantes e de imigrantes, e documentos oficiais do governo, possibilitou conhecer mais sobre a sua história.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração - Hospedarias de imigrantes - Políticas migratórias – Cotidiano - Literatura de viagem.

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the creation, organization, functioning and everyday life of the Immigrant's Inn of Cristal District, a place created to the reception of the new coming immigrants in Porto Alegre in the last decade of the XIX century. Within the context of the "Great Migration", the inns were essential to keep the organization of the immigration flow, especially in the countries receiving immigrants. Countless policies intended to address the immigration and the colonization were created, standing out the ones involved with the procedures adopted in the moment of the arrival of these population flow. In Rio Grande do Sul, few studies deal with this subject. However, a great “document corpus” of the Immigrant's Inn of Cristal District, allied to the narratives of travelers and immigrants, and official documents of the government, has made it possible to know more about its history.

KEYWORDS: Immigration - Immigrant's Inn - Immigration Policy - Everyday Life - Travel Literature.

O fenômeno migratório que, no final do século XIX e início do século XX, movimentou milhares de europeus em direção à América, vinculou-se às mudanças estruturais que ocorriam “no mundo ocidental, em decorrência da expansão do capitalismo, e às novas formas de produção que então serão adotadas.”¹

No caso do Brasil, a vinda de imigrantes relacionou-se ao processo de substituição da mão-de-obra escrava e à política de imigração e colonização do governo brasileiro. Núncia Santoro de Constantino ressalta que:

/.../ a inserção da economia brasileira no mercado internacional viria proporcionar, entre outras coisas, a maciça imigração durante o século XIX. Tornou-se necessário um suprimento de mão-de-obra diversificada para alimentar o crescimento verificado no setor comercial e financeiro, tanto sob o aspecto quantitativo, como sob o aspecto da qualificação. Foi preciso prover os espaços vazios que surgiram em decorrência do rápido processo de urbanização, prover a mão-de-obra para a crescente lavoura do café que se ressentia da escassez do elemento escravo. Era necessário, ainda, povoar e

colonizar diversas áreas improdutivas, especialmente na região sul do país onde se encontrava o principal eixo econômico.²

Para tal, o Estado brasileiro adotou uma série de políticas em relação aos imigrantes e à imigração, que variaram no decorrer do tempo. Entre essas políticas estavam aquelas que objetivassem a organização, o auxílio e a assistência àqueles que aportavam em um novo país. Para tanto, a solução foi a construção de grandes e complexas estruturas de recepção para os recém-chegados.

Chamadas de “hospedarias de imigrantes”, essas estruturas foram inicialmente desenvolvidas nos Estados Unidos, país que recebeu um elevado número de imigrantes. Como consequência das longas viagens e da aglomeração de pessoas, inúmeras mortes foram registradas devido a epidemias e a baixa eficiência dos conhecimentos médicos sanitários da época. Nesse sentido, além de recepcionar inicialmente os que chegavam, as primeiras hospedarias foram variações de “lazaretos, hospitais marítimos especificamente destinados ao recebimento de passageiros e cargas que inspirassem cuidados por eventualmente conduzirem moléstias contagiosas, configurando estações de quarentena em virtude da suspeita”.³

Destacaram-se, naquele momento, a Hospedaria de Castle Garden, localizada em Nova York e criada em 1855, e posteriormente, a Hospedaria de Ellis Island, de 1892.⁴

Outros países receptores de imigrantes também estabeleceram hospedarias de imigrantes, incluindo o Brasil. Desde 1867, na legislação promulgada pelo Império Brasileiro, constata-se referências ao serviço de recepção e hospedagem, quando se menciona, no decreto nº. 3784 de 19 de janeiro, a construção de edifícios, por parte do governo, para o alojamento de imigrantes que chegavam ao país. De acordo com este decreto, cada colônia deveria possuir um edifício principal para instalar provisoriamente os recém-chegados, até que estes fossem para o seu local de destino. Elas serviram como ponto de assistência inicial e espaço de espera até a definição do rumo de cada imigrante, seja para as lavouras de café ou para a colonização, tornando-se essenciais para coordenar o fluxo migratório.

Dentre as mais conhecidas destacam-se a Hospedaria da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, e a Hospedaria de Imigrantes do Brás, em São Paulo, cujos trabalhos iniciaram em 1883 e 1887, respectivamente.

O Rio Grande do Sul, por sua vez, implantou hospedarias ao longo de toda a segunda metade do século XIX, como exigiam os decretos do governo central. Através da Lei Orçamentária 367, de 03 de março de 1857, no seu artigo 37, o Presidente da Província teria a sua disposição uma verba para o estabelecimento

“na cidade de Rio Grande e capital, casas onde sejam comodamente recolhidos, e alimentados os emigrantes que chegarem à Província, até que tenham destino”.⁵

Escassos estudos, entretanto, foram realizados sobre este tema e poucas informações são encontradas sobre estes locais. A Hospedaria de Imigrantes do Cristal é uma das poucas que podem ser estudadas através de seus próprios documentos. Tentou-se, por meio das fontes encontradas, conhecer sua estrutura, seu funcionamento e aspectos de seu cotidiano.

Hospedaria de Imigrantes do Cristal

Estrutura

Criada a partir de 8 dezembro de 1890, através da solicitação do Presidente da Junta de Higiene Pública à Delegacia da Inspetoria Geral de Terras e Colonização,⁶ a Hospedaria do Cristal passou a funcionar quase de imediato em barracões construídos provisoriamente.⁷ A urgência se dava pelas más condições da hospedaria anterior, fato que se mostrou comum ao longo da segunda metade do século XIX no Rio Grande do Sul.⁸

Assim confirma João Stawinski, imigrante polonês chegado em Porto Alegre no final do ano de 1890. Com 17 anos e acompanhado de seu pai, João lembra sua chegada:

Chegamos a Porto Alegre a 17 dezembro. Do cais do rio Guaíba até aos barracões do Cristal as mulheres e as crianças foram levadas em carroças. Os homens e os rapazes fizeram o trajeto a pé. Desfilamos em fila indiana sob os olhares de curiosos postados ao longo do caminho.⁹

Percebe-se, então, que o novo cenário para alojar os imigrantes já funcionava no final de 1890. Efetuada a compra do terreno, iniciaram-se os trabalhos para a construção dos alojamentos, do refeitório, da farmácia e das demais dependências necessárias para recepcionar os imigrantes e alojar os empregados, que deveriam permanecer ali constantemente.

A obra, orçada em 74:428\$366, foi iniciada em janeiro de 1891, mas suspensa em novembro do mesmo ano pela falta de verbas. Em 1893, a obra não fora concluída e tornava-se imprescindível o seu término, pois se receava pela deterioração do “esqueleto” da construção. Segundo o ministro Antonio Francisco de Paula Souza, a obra vinha recebendo aplausos daqueles que a visitavam pela boa disposição de seus compartimentos; ademais, o projeto da construção prometia ser um dos “primeiros deste gênero na América do Sul”.¹⁰

Não se tem notícias sobre o término efetivo da construção, mas alguns relatos de viajantes e imigrantes permitem inferir que a obra foi finalizada de acordo com o

pretendido. Segundo o ofício do Ministro da Agricultura, o edifício seria capaz de alojar 1.500 imigrantes.¹¹

Conforme o relato de Pietro Antonelli, que em dezembro de 1898 cumpriu missão de fiscalizar a condição de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, a Hospedaria de Imigrantes do Cristal foi um “imenso edifício”, grande suficiente para alojar cerca de 3.000 imigrantes.¹²

Já para Vittorio Buccelli, viajante italiano, que escreveu a obra “Un Viaggio a Rio Grande Del Sud”, feita sob encomenda para propagandear o Rio Grande do Sul na Exposição Internacional de Milão, em 1906, o edifício da hospedaria “era grandioso e dotado dos elementos necessários para oferecer hospitalidade a várias centenas de pessoas.”¹³

Por último, Fr. Westphal, imigrante alemão que desembarcou em Porto Alegre no final do século XIX, permanecendo por alguns dias, comentou que a hospedaria podia ser comparada a grande Hospedaria da Ilhas das Flores, no Rio de Janeiro.¹⁴ Esta, com capacidade para 3.000 imigrantes.¹⁵

Nos boletins diários, as entradas de imigrantes na hospedaria não permitem identificar a real capacidade de alojamento da hospedaria. Diante da falta de informações sobre seu tamanho, um cálculo da média de imigrantes que estiveram presentes no período estudado mostrou-se uma importante fonte de informação. Nesse sentido, considerando as entradas e saídas por dia na hospedaria, verificou-se que a instituição chegou a alojar, em apenas um dia, 2.330 imigrantes.¹⁶

Funcionamento

As fontes documentais utilizadas nesta pesquisa, ainda que possibilitem um conhecimento amplo sobre a organização da Hospedaria do Cristal, não permitem a reconstituição integral dos seus serviços. Em tempo análogo ao seu funcionamento, tinha-se, em São Paulo, a Hospedaria de Imigrantes do Brás, e no Rio de Janeiro, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. A organização e estrutura de ambas são conhecidas, o que permitiu a realização de comparações entre os dados encontrados sobre a Hospedaria de Imigrantes do Cristal e os dados fornecidos pelos estudos sobre as hospedarias citadas.¹⁷

Nesse sentido, sabe-se que ao chegar à Hospedaria do Cristal, os imigrantes tinham seus dados coletados e registrados em grandes livros; por estes, fazia-se o controle de todos aqueles que chegavam e que deixavam a hospedaria.

Dos documentos preservados têm-se os boletins diários, que controlavam todos aqueles que chegavam e deixavam a hospedaria, assim como quantificavam os imigrantes que já se faziam presentes e os que se encontravam na enfermaria.¹⁸ Entretanto, os dados presentes nesses boletins eram limitados, pois traziam apenas

a faixa etária dos imigrantes, dividindo-os em maiores, menores ou infantes, além da sua nacionalidade. Informações como nome, sexo e profissão não eram coletados nestes livros.

Sabe-se, todavia, da existência de outros registros responsáveis pelo controle de chegada e saída dos imigrantes, ainda que não tenham sido preservados. É o caso do livro de óbitos, livro de bagagens e o livro com os dados pessoais dos recém-chegados, em que constavam seus nomes. Sua existência é conhecida pela menção nos ofícios enviados pelo administrador da hospedaria ao delegado da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, mediante solicitação de informações sobre imigrantes e seus pertencentes. Após a checagem nesses documentos, era enviada a resposta ao delegado. Portanto, no momento da chegada dos imigrantes no Cristal, o registro dos dados pessoais de cada um foi mais criterioso do que apenas as informações que constam nos boletins diários.¹⁹

Após os registros iniciais, costumava-se proceder com os serviços de alimentação. Sabe-se que os alimentos oferecidos pelas hospedarias eram fornecidos por particulares através de concorrência pública. Além disso, o fornecedor deveria manter por sua conta os cozinheiros e os serventes. Editais para a proposta de fornecimento das dietas foram abertos desde o primeiro ano de funcionamento da hospedaria do Cristal, como ocorreu em 12 de janeiro de 1891, quando foi publicada no jornal “A Federação” a chamada para a apresentação das propostas.²⁰ Houve momentos, entretanto, em que a alimentação teve que ser mantida pela própria Delegacia da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, conforme ficou notificado nos pedidos das rações, possivelmente pela falta de fornecedores naquele momento.²¹

Não se tem referências quanto aos procedimentos de higienização e controle médico na Hospedaria do Cristal, mas assim como no Brás e na Ilha das Flores, ela contou com uma enfermaria e uma farmácia, bem como profissionais da saúde. Inicialmente a hospedaria possuía um médico, um farmacêutico e um enfermeiro, mas nos anos finais de seu funcionamento passou a constar nos vencimentos dos funcionários apenas um enfermeiro.²² A enfermaria contava com dieta especial, e tal como elas eram adquiridas – mediante concorrência pública –, fazia-se a aquisição dos medicamentos.²³

Findado todos esses procedimentos iniciais, os imigrantes deveriam aguardar até que o trajeto final fosse definido. No Cristal, o tempo de permanência não é esclarecido, mas segundo Decreto de 1899, a hospedagem era assegurada pelo estado por, no máximo, dez dias. Dessa forma, entende-se que o tempo de permanência na Hospedaria do Cristal tenha variado de uma a duas semanas.

Realizadas as formalidades e definidos os caminhos finais, os imigrantes deixavam a hospedaria. Do modo como se fazia o controle de chegada, fazia-se o de saída.

Após alguns dias, os imigrantes rumavam para as colônias que lhes foram destinadas. Para tanto, o transporte era realizado por particulares, novamente convocados através de concorrência pública.²⁴

Cotidiano

Durante os dias de estadia na hospedaria, uma vida cotidiana marcou a trajetória de todos que transitaram por ali. Mais do que um espaço para aguardar o transporte até a rota final desta longa jornada, as hospedarias de imigrantes foram instituições que “presenciaram” parte importante da história dos imigrantes e da imigração para o Brasil. Como bem afirmaram Paiva e Moura,²⁵ além de “lugar de passagem” elas foram “palco e testemunha da grande e pequena história”. Lá:

/.../ entrecruzaram-se sonhos, angústias, e expectativas /.../. Em seus pátios, corredores, dormitórios, refeitórios e acervo documental está inscrita a memória da imigração /.../. Nela, aromas, cores, sabores, credos e costumes mesclaram-se, transformando a terra que encontraram.²⁶

Nesse sentido, as muitas histórias de vida trazidas pelos imigrantes fizeram-se presentes e transformaram-se em novas, tendo, ali, o seu novo início. Infelizmente, é impossível conhecer integralmente o cotidiano vivido na Hospedaria do Cristal, mas através dos ofícios enviados pelo administrador à Delegacia da Inspetoria Geral de Terras e Colonização é possível conhecer alguns de seus principais fatos.

Situação comum, retratada inúmeras vezes, e que afetava diretamente a vida dos imigrantes envolvidos eram os problemas com as suas bagagens. Recorrente não só na Hospedaria do Cristal, mas em diversas hospedarias do Brasil, os problemas com as bagagens levaram o governo central a destinar um artigo, no Decreto 528 de 28 de junho de 1890, para regularizar os procedimentos que deveriam ser realizados concernentes à questão. Neste, ficou estabelecido que todas as reclamações relativas às bagagens deveriam ser dirigidas à Inspetoria Geral, que realizaria as providências necessárias para que as mesmas chegassem aos seus respectivos donos.²⁷

Além dos problemas com as bagagens, a hospedaria enfrentou problemas com seus funcionários. Em diversos documentos relataram-se dificuldades com os empregados, das mais diversas espécies. Além das ausências sem justificativa, das reclamações do administrador em relação às funções prestadas pelos funcionários, foram frequentes os casos de demissão.

Em casos extremos, os próprios imigrantes foram solicitados a auxiliar em algumas tarefas, como em abril de 1894, quando o coveiro responsável por realizar os sepultamentos não se encontrava presente e, desde março, esperava-se o sepultamento de um imigrante falecido na hospedaria. Pelo serviço realizado foi paga uma importância ao imigrante e solicitado desconto no pagamento do

referido empregado, além de um desconto pela inchada entregue ao mesmo que não fora devolvida à hospedaria.²⁸

Outro episódio ocorreu com o servente Giovanni Piolanti, que, segundo o administrador, vinha apresentando comportamento irregular e “vexatório”. Acusou-se o funcionário de não cumprir suas funções e de atrapalhar o andamento dos serviços, pois o empregado informava aos imigrantes que a viagem até a colônia era longa e penosa. Além do mais, o comportamento deste funcionário não se restringiu apenas ao fato descrito. No mesmo ofício, o administrador relatou que o empregado era, ainda, “useiro e vezeiro” em “seduzir moças”, geralmente as filhas dos imigrantes que aqui chegavam. Conforme o administrador, o servente sofria de sífilis e tal enfermidade não o impedia de praticar o assédio contra mulheres e moças. Terminou as acusações, alertando que Giovanni Piolanti tinha o hábito de se embriagar, como já havia constatado pessoalmente.²⁹

Obviamente, muitos episódios foram protagonizados pelos imigrantes hospedados. Suas atitudes, suas vontades e seus sentimentos ficaram registrados durante a passagem pela Hospedaria do Cristal.

Diferente do que se possa pensar, os imigrantes não se silenciaram diante de situações com as quais não concordaram, reclamando diante de tarefas não cumpridas e da postura de alguns funcionários. Segundo o administrador, em abril de 1894, estavam descontentes com os serviços prestados pela hospedaria e com a alimentação fornecida. Seus desejos também foram expressos, como ocorreu em julho de 1893, quando nove imigrantes optaram por voltar à Europa. No entanto, durante o período em que aguardaram a resposta do Governo Federal, duas imigrantes acabaram casando e preferiram ficar e dirigir-se para Santo Antônio.³⁰

Independente do tempo da estadia, as atitudes dos imigrantes podiam resultar em sérios problemas a eles mesmos. Isabel Rosa Gritti,³¹ ao trabalhar com o preconceito em relação aos imigrantes poloneses, traz um episódio ocorrido dentro da hospedaria.

Em fevereiro de 1891, a Delegacia da Inspetoria Geral de Terras e Colonização comunicou ao governador do estado um incidente ocorrido na instituição. Tratou-se de um conflito causado por um imigrante polonês, resultando em uma pessoa ferida; todavia, os motivos da confusão e a identidade do agredido não constam no relato do caso. Por este acontecimento pediu-se uma força policial para evitar que novos episódios voltassem a acontecer, visto que não houve prisões, pois os demais imigrantes não permitiram. Em resposta ao delegado da Inspetoria Geral, o Inspetor Geral informou que estava autorizada a retirada, mesmo que a força, dos imigrantes poloneses que estavam causando incômodos.

Consoante Gritti, havia também resistência de alguns imigrantes em deixar a hospedaria, pois se tratavam de trabalhadores urbanos que não estavam acostumados com a vida agrícola e, portanto, desejavam permanecer em Porto Alegre. Em outros casos, havia imigrantes que, por não se adaptar a vida na colônia, voltavam à hospedaria.

Esses problemas com os imigrantes, assim como outros motivos não especificados, poderiam resultar em casos de repatriação.³² Sabe-se que esta atitude não era desejada e só chegou a acontecer em situações mais graves. Segundo Gritti:

/.../ a repatriação não era bem-vista pelo governo brasileiro. Este fato propagaria uma imagem negativa do Brasil no exterior, e isto não interessava, uma vez que os imigrantes europeus eram, além de desejados, necessários para o povoamento do sul do país e como trabalhadores nas lavouras de café do sudeste.³³

Além desses casos, outros mais graves e complicados foram registrados na hospedaria. Em agosto de 1894, o então administrador relatou uma difícil situação a ser resolvida: uma criança recém-nascida abandonada nas dependências da instituição há quatro anos, e cuja mãe reapareceu reclamando a guarda da criança.

Na época, a criança foi encontrada sob uma árvore, “em miserável estado de imundices e saúde” após ter permanecido ali por quase 48 horas. O administrador a deixou sob os cuidados do senhor Antioli Guiseppe, até que pudesse dar-lhe um caminho; entretanto, não encontrando ninguém que pudesse cuidar da criança e tendo Antioli criado grande afeição a ela, decidiu cuidar da menina, fazendo dela sua herdeira.

Passado este período de tempo, a mãe da menina reapareceu exigindo ter a criança de volta. O administrador duvidou dos reais sentimentos da mãe, chegando a cogitar que esta fosse lhe dar um rumo incerto. Para resolver a situação, colocou a Delegacia a par do caso e a disposição os vizinhos e empregados da hospedaria, que presenciaram e conheciam a história, para que pudesse tomar as providências necessárias e justas. Segundo ele, ainda, ao saber os motivos de sua visita a casa de Antioli, a criança desabou em prantos, pois criou verdadeira afeição ao senhor que reconhecia como pai.³⁴

Recorrentes, também, na hospedaria, e relatado nas correspondências, eram os óbitos. As doenças e as mortes permearam o cotidiano da instituição e dos imigrantes que desembarcaram no Brasil. As enfermarias das hospedarias nem sempre conseguiram tratar os males dos recém-chegados, fazendo da morte algo comum. Há casos de famílias inteiras que perderam a vida, outros em que apenas os pais faleceram, deixando órfãos seus filhos.³⁵

Quando algum imigrante falecia, seus pertences ficavam com seus familiares ou outros a quem o imigrante nomeasse. No entanto, quando o imigrante não possuía ninguém que pudesse ficar com seus pertences, estes eram enviados à Delegacia da Inspetoria Geral.

Não só os falecimentos, contudo, fizeram parte do cotidiano na hospedaria; os nascimentos, não tão comuns, também aconteceram. Os registros destes eram colocados nos boletins diários, e os recém-nascidos constavam como imigrantes entrados. No período estudado, registraram-se 11 nascimentos.³⁶

A data em que a Hospedaria de Imigrantes do Cristal deixou de funcionar é incerta. Entretanto, os vencimentos relativos a ela, aparecem até o ano de 1904 pelo Decreto 769 de 30 de dezembro, que fixou a despesa para 1905. Porém, após esta data, não há mais menções quanto a ela, nem por seus documentos, nem por outros relatos, supondo que tenha deixado de funcionar nesse período.

Sabe-se, ainda, que em 1912, na mensagem dirigida a Assembleia Legislativa, mencionou-se a aquisição, em dezembro de 1911, de um prédio – no valor de 65:000\$000 réis – para bem acomodar os imigrantes que chegavam a capital. Localizado na Rua Voluntários da Pátria, número 483, o edifício passou por várias modificações com o objetivo de melhorar as condições higiênicas e oferecer o máximo de conforto possível.³⁷

Uma das possíveis causas do curto funcionamento do Cristal está na queda de presenças a partir de 1893, quando chegou a não ter imigrantes utilizando suas dependências. Pela legislação, os vencimentos relativos à hospedaria aparecem fixados até 1905, não existindo mais menções quanto a ela após esta data. Supõe-se, portanto, que funcionou até este ano, mas apenas com parte de suas instalações disponíveis aos imigrantes. Segundo Franco,³⁸ em 1899, o 3º Batalhão de Infantaria da Brigada Militar, por enfrentar dificuldades de alojamento, usou algumas dependências da hospedaria para se acomodar.

Tal informação é partilhada pelos viajantes que percorreram a área nos tempos da sua existência, como Pietro Antonelli que, em 1898, afirmou que o local estava “provisoriamente ocupado por um batalhão da milícia federal, pois com o término da imigração subsidiada, o governo rio-grandense achou desnecessário manter aberto um edifício tão grande”.³⁹ Da mesma forma, Vittorio Buccelli comenta que, assim que a corrente imigratória diminuiu, a “famosa hospedaria foi transformada num alojamento militar”.⁴⁰

Pode-se concluir, portanto, que a Hospedaria de Imigrantes do Cristal constituiu-se em uma das mais significativas estruturas de recepção estabelecidas em Porto Alegre. A maior eficiência da Hospedaria do Cristal, entretanto, não significou a inexistência de inúmeros problemas. Primeiramente, a demora na sua construção

fez com que os imigrantes tivessem que acomodar-se em galpões que não ofereciam o suporte necessário para a sua recepção. Soma-se a isto a presença de funcionários mal preparados para exercerem as atividades que lhes eram designadas, colocando em risco o andamento do processo migratório. Ausências, comportamentos inadequados e serviços mal realizados foram os principais fatores observados que contribuíram para atrapalhar a organização da hospedaria. Gerando atrasos nas saídas, indisposições com os imigrantes, entre outros problemas, a má preparação dos empregados acabou por prejudicar os objetivos do governo.

Os imigrantes, por sua vez, foram protagonistas de difíceis situações, dados os frequentes conflitos, ou casos mais graves, como o abandono de um recém-nascido. Somam-se a isto os incômodos com o extravio de suas bagagens, uma das principais causas de problemas na instituição.

Constatou-se, então, que a Hospedaria de Imigrantes do Cristal, assim como as demais existentes no Brasil, não foi mero local de passagem e espera, mas parte importante de um projeto migratório que influenciou direta – e até mesmo profundamente – a vida dos recém-chegados.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a Hospedaria do Cristal está entre as grandes hospedarias do Brasil; isto porque foi uma ampla estrutura construída especificamente para acomodar os recém-chegados, diferente das demais construídas no Rio Grande do Sul. Apesar de não se ter certeza do seu real tamanho, sabe-se que chegou a contar com mais de 2.000 pessoas em um só dia. Sua diferença em relação às grandes hospedarias do Brás e da Ilha das Flores consiste no tempo de seu funcionamento: não mais que 15 anos, a contar pelo início de seus serviços até as suas últimas menções, em 1905.

Notas e referências

- ¹ Loraine GIRON. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: Aldair M. LANDO et al. *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 47.
- ² Núncia Santoro de CONSTANTINO. *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 1991, p.53.
- ³ Hugo SEGAWA. “Arquiteturas de hospedarias de imigrantes”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 30: 23-42, 1989, p. 24.
- ⁴ SEGAWA, 1989.
- ⁵ Luíza Horn IOTTI (org). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS. – Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 615.
- ⁶ Responsável pela recepção e acomodação dos imigrantes recém-chegados no Rio Grande do Sul.
- ⁷ BRASIL. Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas,

- engenheiro Antonio Francisco da Paula Souza, no ano de 1893 (anexos ao relatório). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>.
- ⁸ “Improvisação” foi a palavra que regeu o estabelecimento desses espaços no estado. Reformas, aluguéis e galpões provisórios foram soluções encontradas frente à falta de orçamento para a construção de um espaço adequado, com amplas instalações e departamentos especializados.
- ⁹ Alberto Victor STAWINSKI. *Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul: 1875-1975*. Porto Alegre: EST, 1999, pp. 86-87.
- ¹⁰ BRASIL. Relatório apresentado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, no ano de 1893, pp. 96-97.
- ¹¹ BRASIL. *A Federação*, Porto Alegre, 05 março 1892, p. 2.
- ¹² Valter Antonio Noal FILHO; Sérgio da Costa FRANCO. *Os viajantes olham Porto Alegre: 1890-1941*. Santa Maria: Anatterra, 2004.
- ¹³ Vittorio BUCCELLI. *Un Viaggio a Rio Grande Del Sud*. Milano: Officine Cromo-Tipografiche L. F. Pallestrini & C., 1906, p. 112.
- ¹⁴ FILHO; FRANCO, 2004.
- ¹⁵ FOLHETO. *Museu a Céu Aberto*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, 2013.
- ¹⁶ BRASIL. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (doravante AHRS). Boletins diários da entrada de imigrantes - Hospedaria do Cristal. Catálogo de Imigração e Colonização (C186; C010; C189). Porto Alegre, 1891-1895.
- ¹⁷ As hospedarias, no Brasil, assemelharam-se no que tange ao seu funcionamento, sua estrutura e sua organização, visto que eram controladas pelo mesmo órgão, a Inspetoria Geral de Terras e Colonização.
- ¹⁸ BRASIL. AHRS. Boletins diários da entrada de imigrantes - Hospedaria do Cristal. Catálogo de Imigração e Colonização (C186; C010; C189). Porto Alegre, 1891-1895.
- ¹⁹ BRASIL. AHRS. Discriminação de despesas com a Hospedaria do Cristal. Catálogo de Imigração e Colonização (C178). Porto Alegre, 1895-1896.
- ²⁰ BRASIL. *A Federação*, Porto Alegre, 12 jan. 1891. Em <http://hemerotecadigital.bn.br/>
- ²¹ BRASIL. AHRS. Mapa das rações pedidas – Hospedaria do Cristal. Catálogo de Imigração e Colonização (C188; C011; C190). Porto Alegre, 1892-1895.
- ²² IOTTI, 2001.
- ²³ BRASIL. *A Federação*, Porto Alegre, dez. 1891.
- ²⁴ Arlinda Rocha NOGUEIRA. *Como São Paulo hospedava seus imigrantes no início da República*. São Paulo: Revista Instituto de Estudos Brasileiros. 1981. <http://www.ieb.usp.br/revista/revista023/rev023/arlandanogueira3.pdf>.
- ²⁵ Odair da Cruz PAIVA; Soraya MOURA. *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 11.
- ²⁶ PAIVA; MOURA, 2008, p. 11.
- ²⁷ IOTTI, 2001.
- ²⁸ BRASIL. AHRS. Ofícios da administração para a delegacia da Inspetoria Geral de terras e Colonização – Hospedaria do Cristal. Catálogo de Imigração e Colonização (C142). Porto Alegre, 1893-1898.

-
- ²⁹ BRASIL. AHRS. Ofícios da administração para a delegacia da Inspeção Geral de terras e Colonização, 1893-1898.
- ³⁰ BRASIL. AHRS. Ofícios da administração para a delegacia da Inspeção Geral de terras e Colonização, 1893-1898.
- ³¹ Isabel Rosa GRITTI. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2001.
- ³² BRASIL. AHRS. Ofícios da administração para a delegacia da Inspeção Geral de terras e Colonização 1893-1898.
- ³³ GRITTI, 2001, p. 93.
- ³⁴ BRASIL. AHRS. Ofícios da administração para a delegacia da Inspeção Geral de terras e Colonização 1893-1898.
- ³⁵ BRASIL. AHRS. Ofícios da administração para a delegacia da Inspeção Geral de terras e Colonização 1893-1898.
- ³⁶ BRASIL. AHRS. Boletins diários da entrada de imigrantes, 1891-1895.
- ³⁷ BRASIL/RS. Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Dr. Carlos Barbosa Gonçalves na 4ª sessão ordinária da 6ª legislatura em 20 de setembro de 1912. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1912. http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul.
- ³⁸ Sérgio da Costa FRANCO. *Porto Alegre: Guia Histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade - UFRGS, 1998.
- ³⁹ FILHO; FRANCO, 2004, p.62.
- ⁴⁰ BUCCELLI, 1906, p. 112.

Texto recebido em 01 de junho de 2016/
Aprovado em 22 de setembro de 2016

*Artistas portugueses do humor gráfico
na imprensa carioca.
Finais do séc. XIX e início do XX*

Ana Maria Rebello

Laboratório de Estudos da Imigração -UERJ

Resumo: Desde o século XIX os caricaturistas participaram ativamente de embates políticos e culturais na imprensa. Logo que os periódicos incorporaram os processos da gravura, em especial, da litografia, o campo de ação para desenhistas da sátira política e de costumes foi ampliado. As caricaturas despontavam como nova possibilidade de inserção da arte na vida social e instrumentalizavam inovações nas tecnologias, na linguagem, forma e ideias, que os veículos impressos de comunicação faziam chegar a públicos diversificados e mais amplos. Em Portugal, desde a década de 1870, a confluência de olhares, atitudes e ações dos artistas, escritores e jornalistas, aproximava diferentes formas de percepção. Novas concepções nos campos da técnica e estética integravam-se a pensamentos políticos e valores modernos. Entre estes intelectuais estavam os artistas: Bordallo Pinheiro e Julião Machado. Este trabalho incide sobre suas obras gráficas e participações ativas na imprensa ilustrada do Rio de Janeiro, quando intermediaram ideias e ideais, que ecoaram entre intelectuais brasileiros, favorecendo o diálogo entre as duas pátrias.

PALAVRAS-CHAVE: Caricatura – Sátira – Imprensa – Bordallo Pinheiro – Julião Machado.

Abstract: Since the nineteenth century caricaturists actively participated in political and cultural debates in the press. Once the periodic media incorporated the engraving processes, especially lithography, has widened the scope for designers of political satire and customs. The cartoons emerged as new possibility of insertion of art in society. They innovated in technology, language, form and ideas, in printed communication vehicles, reaching diverse and broader audiences. In Portugal, since the 1870s, there was a confluence of looks, attitudes and actions of artists, writers and journalists. That approached different forms of perception. New concepts in technical fields and aesthetics integrated political thought and modern values. Among these intellectuals were artists: Raphael Bordallo Pinheiro and Julian Felix Machado. This work focuses on their graphic works and participation in the illustrated press in Rio de Janeiro. Their ideas and ideals, echoed among Brazilian intellectuals, encouraging dialogue between the two homelands.

KEYWORDS: Caricature - Satire - Press - Bordallo Pinheiro-Julião Machado.

Quando, no século XIX, os periódicos incorporaram os processos da gravura, em especial, da litografia, ampliou-se o campo de ação para desenhistas da sátira política e de costumes. A caricatura despontava como nova possibilidade da inserção da arte na vida social, incorporando novas tecnologias, inovando na técnica, forma, ideias, utilizando o veículo impresso de comunicação para chegar a

Artigos

Portugueses do humor gráfico na imprensa carioca. Finais do século XIX e inícios do XX

Ana Maria Rebello

públicos diversificados e mais amplos. Charles Baudelaire, em *Sobre a modernidade*, refletiu acerca da relevância da litografia e do litógrafo, na vida moderna¹ focalizando as contribuições de Honoré Daumier² e Gavarni.³ Considerando a opção de ambos pelo desenho humorístico, como afirmação de sua modernidade, Baudelaire definiu o perfil desses artistas: eram gênios de “natureza mista” com “uma boa dose de espírito literário” e entre os múltiplos talentos desses profissionais incluiu os de “observador, *flâneur*, filósofo”. Reconhecia, assim, os contornos difusos, fronteirços, que os inseria entre poetas e historiadores, aproximando-os “do romancista ou do moralista”.⁴

Empregando imagem e legenda, os caricaturistas registraram espiritualmente a crônica da “banalidade cotidiana”. Sua posição liminar favoreceu o convívio com as rodas intelectuais, artísticas e literárias. Dedicar-se à arte gráfica, ainda considerada “menor” em relação às “belas artes”, configurava um projeto profissional em que desenho e palavra assumiam uma dimensão ética, além de revelar abertura às mudanças, em oposição ao imobilismo da tradição estética e ao gosto burguês.

Em Portugal, desde a década de 70 dos oitocentos aproximavam-se percepções de artistas, escritores, jornalistas nos campos da técnica e estética, incorporavam-se e propagavam-se novas visões de mundo, pensamento político e valores modernos.

As colaborações na imprensa do Rio de Janeiro dos artistas gráficos portugueses Raphael Bordallo Pinheiro (entre 1875 e 1879) e Julião Félix Machado (de 1899 a 1920) foram veículos de ideias e de ideais que encontraram eco entre os intelectuais brasileiros, favorecendo o diálogo entre as duas pátrias.

As revistas ilustradas da imprensa carioca apresentavam-se, então, como espaços de sociabilidade, pontos de reunião de intelectuais, assim como, fora dos ambientes de trabalho, eram os cafés, as confeitarias, os salões e até os cordões carnavalescos.

Os caricaturistas, liminares entre as culturas erudita e popular, por opção, gozavam os privilégios de não estarem presos às regras dos círculos acadêmicos, por força de sua atividade na imprensa. Realizavam escolhas políticas ou estéticas livremente, incorporando gestos e falas das ruas que não seriam aceitas nos círculos letrados ou em salões de arte tradicionais. Por esse motivo, pensar a modernidade no Rio de Janeiro a partir do humor pode revelar outra possibilidade de compreensão do modernismo.

“Distrair corrigindo e ilustrar distraindo”: Bordalo, Julião e a caricatura como missão

Raquel Henriques da Silva aponta as últimas décadas do século XIX como propícias ao intercâmbio cultural entre Portugal e Brasil e ressalta que “as principais cidades brasileiras foram lugares estimulantes de consumo da cultura portuguesa, da literatura às artes plásticas, do jornalismo à produção monumental.” Em contrapartida, lembra o mecenato das “poderosas comunidades portuguesas no Brasil”, apoiando “atividades culturais e assistenciais no Portugal de então, desde a edição de jornais e revistas, à construção de escolas ou à edificação do monumento a Camões, no Chiado em Lisboa.”⁵

Considerem-se, nesse contexto, as contribuições de Bordallo Pinheiro e de Julião Machado na imprensa ilustrada do Rio de Janeiro, como veículos de ideias entre os dois países. No Brasil, eles divulgaram o pensamento da geração portuguesa de 70, que compreendiam, como responsabilidade dos intelectuais, o interferir no processo de modernização, o intervir no espaço público, por meio da imprensa e o educar as camadas populares.

A presença dos dois caricaturistas portugueses ampliava, por meio do desenho de humor, o espaço do diálogo entre escritores e artistas, que efetivamente já existia entre intelectuais das gerações de 70, portuguesa e brasileira.⁶

No acirramento das campanhas abolicionista e republicana, foi exemplar, por exemplo, o desempenho de Bordallo no hebdomadário *O Besouro*, em 1878, com edição e participação ativa do jornalista José do Patrocínio (1854-1905), conhecido como *Tigre da Abolição*. Contavam com o apoio financeiro do Visconde São Salvador de Matosinhos, abastado empresário português residente na Capital.⁷ No primeiro número da publicação, a ilustração da capa marcava as posições do periódico.

Artigos

Portugueses do humor gráfico na imprensa carioca. Finais do século XIX e inícios do XX

Ana Maria Rebello

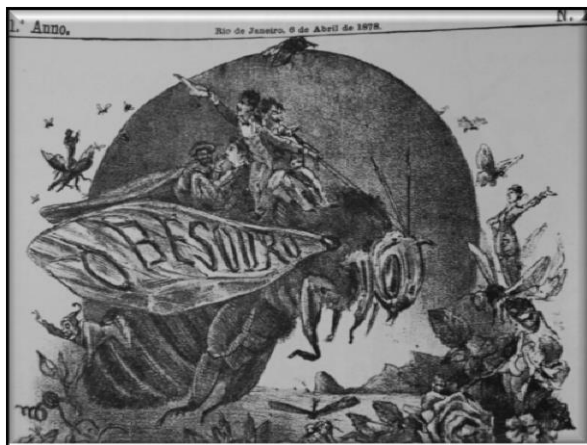


Figura 1. Bordallo Pinheiro. *O Besouro* (Capa).
Rio de Janeiro, 06 jan. 1878. Litografia.

Patrocínio e Bordallo, sobre enorme besouro, sobrevoavam a Baía de Guanabara (Fig. 01),⁸ sugerindo que pretendiam ter uma perspectiva panorâmica das questões que preencheriam as páginas do *Hebdomadário*.⁹ Texto e imagens prenunciavam a disposição política e revolucionária: “O Besouro tem uma legião de inimigos: os vícios. E uma só arma: a gargalhada /.../ ‘A gargalhada é a Revolução.’”¹⁰

Bordallo e Patrocínio compreendiam as implicações éticas e possibilidades da militância na imprensa. Sabiam que o poder temia as caricaturas, tanto ou mais do que o texto, enquanto o público as apreciava e compreendia com facilidade. Semanalmente debatiam-se n’*O Besouro* as questões ligadas à escravidão, às fragilidades da Monarquia, à situação dos imigrantes, à pobreza cultural do povo. Nesse sentido, as ações de Bordallo e Patrocínio podem ser interpretadas como uma das formas de atualizar o debate ibérico, recriando-o na imprensa da Corte.

Dentre outras mobilizações, é possível acompanhar n’*O Besouro*, a agitada recepção ao *Primo Basílio* de Eça de Queiroz, lançado em Portugal em 28 de fevereiro de 1878. Conhecido no Brasil por um pequeno círculo de intelectuais, o escritor passaria a ocupar o centro das discussões literárias quando a repercussão ruidosa do *Primo Basílio* na imprensa do Rio de Janeiro lhe garantiu a popularidade, inclusive em outras cidades brasileiras.¹¹ O alvoroço provocado por essa visibilidade, ampliado pelo debate na imprensa, devia-se à reação da sociedade, conservadora e preconceituosa, em relação a valores morais expostos na trama.

No dia 13 de abril, *O Besouro* publicou, em página inteira: “Depois da leitura do *Primo Basílio* de Eça de Queiroz” (Fig. 02).

Artigos

Portugueses do humor gráfico na imprensa carioca. Finais do século XIX e inícios do XX

Ana Maria Rebello



Figura 2 - Bordallo Pinheiro. “Depois da leitura do *Primo Basílio* de Eça de Queirós”. *O Besouro*. Rio de Janeiro, 13 abr.1878. Litografia.

Na imagem, vemos um *Comendador* aparentemente desconfortável com a visita de um primo da jovem esposa, recentemente chegado de Paris. O constrangimento remetia à ameaça que pairava no ar após a leitura o livro de Eça.

O fato desencadeou uma série de artigos em jornais, como *A Gazeta de Notícias* e o *Cruzeiro*, no qual se publicaram análises de Machado de Assis, sob o pseudônimo de Eleazar. *O Besouro* participou do falatório, e nos permite avaliar a dimensão dos debates na cidade. Comentava que o *Primo Basílio* “aqui apareceu como pomo da discórdia”, dividindo opiniões de jornalistas: “isto não é um romance, isto é uma epidemia; parece mesmo uma ‘sensação nova!’”¹² Exclamava: “qual Eça nem meio Eça! Não é com *essas...* que se vai à feira.”¹³

Os trocadilhos com o nome do autor apimentavam os comentários que ganhavam as ruas e “sensação nova” referia-se à vivência amorosa da protagonista Luísa no romance. Sublinhava-se o lado indiscreto da obra e o viés escandaloso ecoou na imprensa satírica. Bordallo, amigo de Eça de Queiroz, veiculava o debate. Aguçava a curiosidade do público estimulando o consumo do livro e, ao mesmo tempo, dos exemplares de seu hebdomadário. Assim, Eça de Queiroz tornou-se moda literária¹⁴ no Rio de Janeiro, enquanto a recepção polêmica do *Primo Basílio* apresentava o naturalismo literário ao público brasileiro.

Artigos

Portugueses do humor gráfico na imprensa carioca. Finais do século XIX e inícios do XX

Ana Maria Rebello

Deixando o Brasil antes da abolição e da proclamação da República, sabe-se que Bordallo acompanhou, com alegria e à distância, as conquistas brasileiras. Expressou-se a respeito, como liberal e republicano, n' *O Antonio Maria*. Em 06 de janeiro de 1881, homenageou Joaquim Nabuco (Fig. 03) que visitava Lisboa.



Figura 3 - Bordallo Pinheiro. Homenagem a Joaquim Nabuco. *O Antônio Maria*. Lisboa, 06 jan. 1881. Litografia

Com seu traço, Bordallo registrou a “interessante fisionomia do ilustre deputado brasileiro”, o “chefe do partido abolicionista do império, o fundador da grande sociedade brasileira para abolição da escravatura”. Saudou-o como “benfeitor da humanidade que, consagrando a sua inteligência e a sua vida à liberdade dos negros, merecerá que se lhe chame um dia o Lincoln da América do Sul.”¹⁵

Em *Pontos nos ii*, Bordallo comemorou o aniversário de um ano da Proclamação da República, demonstrando simpatia pela causa republicana na alegoria *Salve a República* (Fig. 04).

Artigos

Portugueses do humor gráfico na imprensa carioca. Finais do século XIX e inícios do XX

Ana Maria Rebello



Figura 4 - Bordallo Pinheiro. Salve a República!
Pontos nos ii. Lisboa, nov. 1890. Litografia.

/.../ 15 de novembro não é um dia de festa somente para a florescente república sul-americana; ficará consagrado para sempre como rememorando uma conquista lucilantíssima da Democracia Universal. É para nós todos que aspiramos a felicidade de Portugal um exemplo e um incitamento. Exemplo de generosa abnegação e inabalável patriotismo, incitamento a que cumpramos um dever impreterível.¹⁶

A representação feminina da República, com a túnica à moda romana e barrete frígio predomina na composição pela grande dimensão, sinal de sua importância.¹⁷ Conduz o povo, representado como indígena, que agita a nova bandeira. Pairando sobre as águas do oceano entre as duas pátrias, eles são saudados, de um lado pelo povo brasileiro, de outro pelos portugueses, dentre os quais, se inclui o desenhista, o filho Manuel Gustavo e os tipos famosos: Zé Povinho, Maria e o gato Pires. Assim, o caricaturista aproveitava o ensejo para apontar a *conquista* do Brasil como exemplo e incitar à mobilização da sociedade portuguesa.

Como parte das comemorações do 1º aniversário da proclamação, realizou-se um jantar festivo.¹⁸ O projeto gráfico do *menu* foi de autoria de Bordallo (Fig.05).

Artigos

Portugueses do humor gráfico na imprensa carioca. Finais do século XIX e inícios do XX

Ana Maria Rebello



Figura 5 - Bordallo Pinheiro. *Menu*.
Lisboa, 15 nov. 1890. Litografia.

O cardápio indicava a sofisticação do jantar à francesa, que a litografia colorida acentuava. Um brasão da República, em destaque, assinalava formalmente a natureza oficial do evento. Como elemento decorativo, repetia-se a alegoria feminina acompanhada do índio, que segura a espada e a balança da justiça. Formas, postura e movimento dessa figura nos remetem, iconograficamente, à escultura *Mercúrio*,¹⁹ do artista italiano Giovanni de Bologna (1529-1608). Tal analogia era, em si, uma alusão ao comércio, artes e comunicação, reforçados por cornucópias identificadas como: Indústria, Artes e Comércio a derramar riquezas sobre a Bahia da Guanabara. O artista gráfico manifestava, dessa forma, expectativas otimistas acerca do futuro econômico, das artes e do progresso da sociedade brasileira sob o novo regime.

Arte à francesa com sotaque português

Português de nascimento, Julião Félix Machado chegou ao Brasil em 1894 e iniciou uma trajetória de sucesso na imprensa do Rio de Janeiro. Raul Pederneiras,²⁰ ao referir-se à *maneira europeia*, introduzida por Julião, creditou-lhe a responsabilidade pela “grande reforma e progresso gráfico” da imprensa brasileira. Quanto ao

“novo estilo da sua arte apurada em Paris”, Raul afirmava que “revivia, no velho Rio de antes do prefeito Pereira Passos, a graça *montmartroise* das páginas de *Le Rire* e do *Figaro* do começo do século”, sendo “essencialmente um desenhista parisiense da melhor classe”.²¹

Sabe-se muito pouco, na verdade, a respeito da passagem de Julião Machado por Paris. Há indicações de que procurou a orientação de Fernand Cormon (1845-1824),²² pintor brilhante, jovem, em cujo atelier havia uma atmosfera diferente da tradicional. Dedicado ao trabalho, profundo conhecedor das técnicas artísticas, Cormon era, entretanto, receptivo às novas propostas, debatidas em acalorados encontros de jovens artistas. O atelier transformara-se em lugar propício às reuniões dos modernistas.²³ Ficava em Montmartre que, nas últimas décadas do século XIX, conservava um encanto campestre, distante das transformações urbanas e adquirira *status* de refúgio. Pintores e escritores buscavam ali um clima mais adequado à expressão criativa, uma fuga às regras e pressões da vida burguesa.

Sob a orientação de Cormon, haviam trabalhado, entre 1883 e 1886, Toulouse-Lautrec, Emile Bernard e Van Gogh, conhecidos participantes de experiências técnicas e estéticas ligadas ao impressionismo e pós-impressionismo. Poucos anos depois, Julião buscou o mesmo atelier e o mesmo mestre para atualizar-se.

Embora os dados esparsos não permitam precisar o período exato,²⁴ infere-se que deixando Portugal após o encerramento d'*A Comédia Portuguesa*, no final de 1889, Julião tenha permanecido em Paris até 1894, quando embarcou para a América do Sul. É possível que, ao longo desses anos, tenha se aproximado de ex-alunos de Cormon ou, pelo menos, conhecido suas obras, acessíveis nos espaços da cidade, considerada, então, grande centro de produção artística. Cartazes publicitários, novo motivo de admiração, espalhados pelos muros da cidade, transformavam o espaço parisiense numa galeria popular a céu aberto.

Tal proliferação de cartazes nas ruelas de Montmartre aparece em uma imagem criada por Steinlen²⁵ para a capa de *Le Mirliton*, em 09 de junho de 1893. Essa ilustração capturava, ironicamente, um dândi apreciando um cartaz de Lautrec para divulgar Aristide Bruant e seu cabaré. Tal observador burguês mostra-se deslocado nesse espaço, mais familiar aos artistas.²⁶ Como estes Julião transitava por Montmartre em seus dias parisienses. Podia apreciar os cartazes litográficos de Toulouse-Lautrec e, talvez, tenha visitado o atelier do artista,²⁷ onde se produziam litografias em grande formato. O fato é que a inspiração técnica e estética em Lautrec emerge quando se faz uma análise comparativa entre suas obras gráficas e as de Julião Machado.

Artigos

Portugueses do humor gráfico na imprensa carioca. Finais do século XIX e inícios do XX

Ana Maria Rebello



Figura 6 - Julião Machado. *O Mercúrio* (Capa).
Rio de Janeiro, 02/09/1898. Zincografia.

Tanto Toulouse quanto Julião romperam com as formas de representação tradicional, expressando um novo modo de pensar e sentir, que refletia mudanças nas relações com o ambiente urbano e o tempo, valorizando o sensorial e o sensual. Testemunharam - e deixaram entrever - uma nova visão de mundo. Como Lautrec, Julião (Fig. 06) substituiu jogos de luz e sombra da imagem tridimensional por linhas modernas e chapadas bidimensionais em cor. Delineava contornos firmes e fluidos - elegância à francesa -, perceptível nas figuras femininas, no apurmo da moda europeia. Seu traço realçava a sensualidade e distinção características da *Belle Époque*.

Era um novo tempo. A industrialização e seus desdobramentos tecnológicos afetavam experiências de vida. Artistas do grupo rotulado *impressionista*²⁸ expuseram suas pinturas no atelier do fotógrafo Nadar, em 1874, propondo uma técnica mais ágil para captação pictórica da luz e fixação de sensações visuais autênticas.

Toulouse-Lautrec quis ir além, para captar o movimento. Voltou-se para a fotografia, “instrumento necessário à arte”,²⁹ buscando acessar campos da experiência visual condizentes com a mentalidade dinâmica e essencialmente moderna. O acesso a imagens instantâneas propiciava o surgimento de nova cultura visual, favorecida pela produção industrial dos aparelhos. Os artistas adequavam-se às expectativas do público, envolvido nos progressos técnicos, da fotografia ao advento do cinema.

Artigos

Portugueses do humor gráfico na imprensa carioca. Finais do século XIX e inícios do XX

Ana Maria Rebello

Outra fonte estimulante para Lautrec, Julião e contemporâneos foram as xilogravuras japonesas, em voga na França desde sua divulgação no I Salão Japonês de 1883.³⁰ Despertaram interesse pelo modo singular, bidimensional, de representar espaço e formas, em áreas planas de cor, delimitadas por um contorno linear em preto.

Lautrec empregava seu novo estilo para divulgar e documentar a efervescente vida noturna da *Belle Époque* parisiense.³¹ Inspirou-se, assim, como Forain,³² no cartazismo de Jules Chéret.³³ A publicidade mais do que o emprego da arte para fins utilitários possuía apelo psicológico para sugerir novas atitudes, comportamentos e construir nova percepção do mundo.

Creditadas a Chéret, as inovações técnicas permitiram o desenvolvimento do cartazismo. Os artistas que o seguiram, na década de 1890, desenhavam diretamente sobre a pedra de impressão, usando tinta, giz; pintavam ou borrifavam a superfície, conferindo uma textura compacta ou aberta às marcas feitas com giz, determinando uma variedade fotográfica de tons. Esse processo de reprodução permitia acesso direto ao artista, evitando as limitações gráficas das gravuras em metal ou madeira.³⁴

Apontado pelo escritor Edmond Goncourt como “o primeiro pintor mural parisiense”,³⁵ Chéret chegou a produzir mil desenhos em 1886.³⁶ Seus cartazes coloriam os muros com a representação da *chérètte*, predominante em seus desenhos: imagem feminina, iluminada cenograficamente, etérea, a executar seu bailado. O sorriso cativante remetia ao mundo do entretenimento, transmitia alegria antecipando o prazer de consumir.

É provável que, à maneira do *flaneur*,³⁷ Julião Machado se deixasse seduzir pelos cartazes de Chéret, porque na obra de Julião encontram-se representações semelhantes às do artista. (Fig. 07)

Artigos

Portugueses do humor gráfico na imprensa carioca. Finais do século XIX e inícios do XX

Ana Maria Rebello

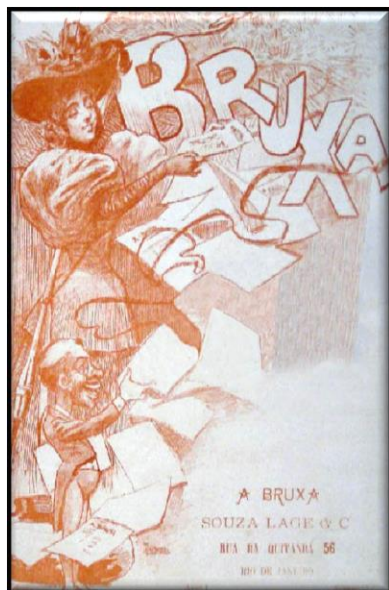


Figura 7 - Julião Machado. *A Bruxa* (Capa). Rio de Janeiro, 07 fev. 1896.

À medida que evoluía o mundo do entretenimento, ampliavam-se oportunidades para projetar cartazes. Alguns, entretanto, percebiam no cartaz uma presença perversa, cuja efemeridade espelhava o ritmo da vida urbana. Acusavam-no de invadir a privacidade, de criar desejos, estimular a ambição e contribuir para a corrupção dos costumes. A *chêrette* pecava por incitar ao caos com sua falta de recato.³⁸ Tais cartazes contrastavam com lembranças dos velhos tempos, de relações de poder fundadas na propriedade, incomodavam por aludir à volatilidade da economia moderna.

Na caricatura política, como nos cartazes, a função de representação dava lugar à comunicação. Palavra e imagem configuravam um projeto integrado nesses veículos de comunicação visual, potencializando informação e emoção para induzir os destinatários das mensagens a certos comportamentos ou a *um estilo de vida*.³⁹

A imprensa ilustrada na *Belle Époque* parisiense já contava inúmeros títulos e as publicações satíricas exibiam projetos de excelente qualidade, apresentação luxuosa voltada à clientela de crescente poder aquisitivo. O espaço para a publicidade de produtos ampliara-se nas revistas, novo suporte de vendas e ofertas de investimentos.⁴⁰

Artigos

Portugueses do humor gráfico na imprensa carioca. Finais do século XIX e inícios do XX

Ana Maria Rebello

Julião teve, certamente, acesso às revistas *L'Aube*, *La Revue Blanche* e, possivelmente, à *La Plume* que, sob a aparência artística, ocultava simpatias anarquistas.⁴¹ Deve ter apreciado, no *Le Courrier*, os desenhos clássicos de Willette,⁴² citados em depoimento no qual revela seu interesse pelos trabalhos deste desenhista, de Forain e de Hermann Paul,⁴³ porque aspiravam “a mais alguma coisa do que a provocar o riso fácil dos que podem rir de tudo”, especialmente, Forain, “o que maior influência teve na orientação do meu critério”.⁴⁴

No interior do processo deflagrado pelo desenvolvimento industrial, mudanças culturais e de costumes, o *Art Nouveau*,⁴⁵ expressava, esteticamente, o espírito modernista. Influuiu na *urbe* por meio de projetos que alteravam a visualidade do ambiente. Despontou como estilo de vida moderno, nas artes plásticas, decorativas, nos espetáculos e formas de vestir. Na sociedade industrial europeia exerceu influência econômica, determinou necessidades, usos e obsolescência de produtos. Tomou forma segundo o gosto da elite burguesa, afeita ao progresso industrial, no qual estava envolvida intelectualmente e, pelo qual, se considerava socialmente responsável.

Julião Machado guardou fortes lembranças de Paris, do *Art Nouveau*, dos temas iconográficos ligados ao florescimento primaveril, juventude e beleza, sinais da expectativa existente com relação ao progresso e ao “alvorecer de uma nova era”.⁴⁶ Esses elementos emergiram em sua obra gráfica, acrescidos do toque pessoal, do sotaque português do aprendizado em Lisboa nas aulas de José Malhoa e das sugestões absorvidas da obra de Raphael Bordallo.

Vivenciar mudanças profundas em Paris permitiu a Julião amadurecer, avivou a consciência dos conflitos e contradições da modernidade, da nova estética, do alcance das possibilidades que se ofereciam aos artistas, a partir das inovações tecnológicas, industrialização e intensificação do comércio. Vislumbrando a importância dos artistas nos processos industrial e publicitário, como consultores ou autores de projetos, pôde avaliar a distância entre o modelo parisiense e as condições precárias da modernização em Lisboa e no Rio de Janeiro, onde participou intensamente, na imprensa ilustrada, do impactante processo de transformação da cidade.⁴⁷

O artista e a cidade: Julião Machado no Rio de Janeiro

Partindo de Paris em 1894,⁴⁸ com destino a Buenos Aires, Julião acabou ficando no Rio de Janeiro, onde amigos da imprensa lhe abriram as portas das redações de jornais e o acolheram nos encontros da intelectualidade artística e literária. Por essa época, a Capital da recém-proclamada República vivia um período de grandes

Artigos

Portugueses do humor gráfico na imprensa carioca. Finais do século XIX e inícios do XX

Ana Maria Rebello

transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, há muito necessárias, deflagradas a partir da mudança de regime político.⁴⁹

A composição populacional da cidade, desde a abolição, alterara-se quantitativamente quanto à constituição étnica e ocupacional dos habitantes. Entrara no mercado de trabalho a mão de obra de ex-escravos, ao lado de imigrantes, especialmente portugueses, agravando as condições de subemprego e ampliando o número de desempregados.⁵⁰

No imaginário carioca, a República e os progressos tecnológicos estimulavam a ideia de superar e negar o passado colonial e escravista, a *rotina* ou *carrancismo*,⁵¹ na contramão do progresso almejado pelas elites. Buscava-se impor um ritmo compatível com a forma republicana de governo, alterava-se a percepção temporal dos habitantes.

O Rio de Janeiro, nos anos 90 do século XIX, já assumia ares de uma cidade de negócios, embora as ruas estreitas, sinuosas e lamacentas do centro guardassem antigos aspectos da cidade imperial. Apesar do crescimento demográfico não haviam sido adotadas medidas de saneamento compatíveis. Nas moradias, algumas coletivas e precárias, faltavam instalações sanitárias adequadas.⁵²

Nesse ambiente de mudanças, a intelectualidade literária e artística frequentava livrarias, edições de revistas, cafés e confeitarias. Segundo Brito Broca,⁵³ dentre os pontos preferidos figuravam o *Café do Rio*, o *Java*, o *Paris*, o *Papagaio* e o *Globo*. As confeitarias eram a *Colombo* e, menos frequentadas, a *Cailteau* e a *Castelões*.

Medidas punitivas do marechal Floriano Peixoto⁵⁴ haviam dispersado os integrantes da boemia tradicional que ousaram se manifestar contra seu governo. Não obstante, despontava uma nova boemia, com ideias e valores mais próximos aos padrões burgueses e utilitários, proporcionados pela democratização frágil da vida coletiva introduzida pela República.⁵⁵ Nas reuniões desse grupo, Julião Machado encontrou Olavo Bilac, parceiro ideal para seus empreendimentos na cidade. No primeiro, *A Cigarra*,⁵⁶ de 1895, colaborava uma “plêiade de boêmios”.⁵⁷ Em 1896, Julião e Bilac lançaram *A Bruxa*.

Vinte anos após a passagem do *mestre*⁵⁸ Bordallo pela capital brasileira, Julião trilhava caminhos semelhantes, dividindo com Bilac a responsabilidade pelo emprego do humor e da sátira para lidar com as questões cotidianas. O escritor Arthur Azevedo definiu o *espírito* d’ *A Cigarra* como a reunião entre o “verdadeiro espírito gaulês que o Julião trouxe consigo” e “encontrou já aqui, encarnado no seu companheiro, redator Olavo Bilac”.⁵⁹

Artigos

Portugueses do humor gráfico na imprensa carioca. Finais do século XIX e inícios do XX

Ana Maria Rebello

Luiz Edmundo assinalou a presença de Julião Machado na roda de Bilac, que se transferira para a confeitaria Colombo,⁶⁰ afirmando que “grande irmão, em meio, até, aos mais rubros e extremados nacionalistas, por eles querido e admirado” e, ao criticar pessoas, política e costumes, empregava “chiste e graça”, mas “sem ofender ninguém”.⁶¹

Numa época de nacionalismos acirrados, Bilac chamava Julião de “amansa jacobinos”, por sua diplomacia quanto às questões que envolviam portugueses e brasileiros.⁶²

Entre artistas, escritores e jornalistas das rodas intelectuais, fluía a comunicação entre as belas artes, a literatura e o jornalismo. Nesse contexto, como ator político e cultural, Julião demonstrou a intenção de formar opiniões, despertar consciências críticas e orientar as ações dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro no espaço público. No percurso jornalístico, “a serviço da verdade”, cumpriu “o papel do caricaturista” na imprensa da Capital.

Como sugere Mônica Pimenta Velloso,⁶³ no imaginário dos desenhistas a função da caricatura assumia sentido de missão ou de forma pedagógica de militância. O potencial subversivo do riso revelava-se uma arma de combate no enfrentamento de imposições do poder do estado e estratégia para lidar com as mudanças de valores. Velloso aponta os “turunas e quixotes”⁶⁴ como sínteses das representações do próprio desenhista em ação: destemidos, defensores, guias, capazes de sacrifício, combatentes da vanguarda, dispostos a instaurar outra ordem, real ou imaginária.

As primeiras capas (Figuras nº 8 e 9) d’ *A Cigarra* confirmam a intenção de atingir o público leitor causando impacto e convidando à reflexão por meio do desenho humorístico.

Artigos

Portugueses do humor gráfico na imprensa carioca. Finais do século XIX e inícios do XX
Ana Maria Rebello



Figuras 8 e 9 - Julião Machado. *A Cigarra* (Capas).
Rio de Janeiro, 09 e 16 maio 1895. Litografias.

No segundo número, em 16 de maio 1895, *A Cigarra* admitia ter causado *rebolicho* na cidade, sem esconder, no entanto, ser esse o objetivo: estar em toda parte, incomodar se necessário, atordoar, com seu canto, ouvidos que se faziam de surdos às críticas, não sendo poupados políticos e capitalistas. Embora Bilac e Julião houvessem declarado, no primeiro número, que não seguiriam um programa, texto e imagem das capas definiam as diretrizes em que se apoiaria a revista.

Desenhista atuante na imprensa do Rio de Janeiro, entre 1895 e 1920, por sua participação ativa, Julião pode ser incluído entre os artífices da modernidade, por fixar o cotidiano da cidade em imagens provocantes e crítica afiada. Sua arte gráfica estabeleceu uma relação dialética com o processo de modernização, convivendo, paralelamente, com a intelectualidade e a cultura popular e elegendo o humor como canal de comunicação. Sua atuação no Brasil repercutiu na imprensa portuguesa n’O *Antonio Maria*, no qual Manuel Gustavo Bordallo Pinheiro colaborava com o pai.⁶⁵ Depois de recordar a reputação de Julião Machado em Lisboa, “gravada nas páginas da *Comédia Portuguesa*”, publicada com Marcelino Mesquita, Manuel Gustavo falava da receptividade ao amigo caricaturista entre brasileiros: “No Brasil foi acolhido com a simpatia que seu nome alcançara já naquele país, onde o amor pela nossa arte, e pelas nossas letras é tal, que se dá o curioso caso de haver lá quem melhor as conheça do que nós próprios”.⁶⁶

Artigos

Portugueses do humor gráfico na imprensa carioca. Finais do século XIX e inícios do XX

Ana Maria Rebello

O acolhimento ao “excelente rapaz” no Brasil, assim como a boa receptividade para a arte e literatura portuguesas, talvez fossem resultados do trabalho iniciado por “mestre” Bordallo na imprensa do Rio de Janeiro, preparando o terreno, sem o saber, para que o “discípulo” pudesse dar, satisfatoriamente, continuidade a sua obra.

Rafael Bordallo Pinheiro e Julião Felix Machado destacaram-se no processo renovador da caricatura brasileira ao trazer sopros de modernidade ao traço e humor. Suas obras, porém, excederam os campos técnico e estético, pois ampliaram possibilidades de compreendermos o ambiente, fatos políticos, culturais e estreitaram laços entre intelectuais portugueses e brasileiros.

Notas e referências

- ¹ Baudelaire considerava que os dois litógrafos produziram o complemento visual da Comédia Humana, de Balzac. Cf. Charles BAUDELAIRE. *Sobre a modernidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 13.
- ² Honoré DAUMIER (1808-1879): caricaturista, pintor, ilustrador, mestre da litografia. Um dos pioneiros do Naturalismo francês. Colaborou em *Le Charivari*, com Balzac, que o chamava *Michelângelo* da caricatura.
- ³ Gavarni: pseudônimo de Sulpice-Guillaume Chevalier (1804-1866), caricaturista francês autor de desenhos humorísticos e sátira política mordaz, dos costumes e vida burguesa na França.
- ⁴ BAUDELAIRE, 1996, p. 13.
- ⁵ Raquel Henriques da SILVA, “Desenhar para rir: A sociedade burguesa ao espelho”. In: Ana Cristina LEITE (coord.). *Guia do Museu Rafael Bordalo Pinheiro*. Lisboa: Maiadouro, 2005, p. 32.
- ⁶ Ana Lúcia Lana NEMI. Brasil e Portugal: a história nacional entre tradição e renovação. In: *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 4, nov. 2006, pp. 49-64. A autora indica pesquisa de Beatriz Berrini que, com base em estudos epistolográficos, sugere a existência de diálogo entre nomes da literatura portuguesa e brasileira.
- ⁷ Cf. Gilberto MARINGONI. *Angelo Agostini: a imprensa ilustrada da Corte à Capital Federal, 1864-1910*. São Paulo: Devir Livraria, 2011, p. 90.
- ⁸ Esta litografia de Bordallo estampou-se n’O *Besouro*, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1878.
- ⁹ Em outra ocasião, no número d’O *Besouro* de 20 de abril de 1878, em caricatura intitulada *A política a vol d’oiseau... (fantasia aérea)*, Bordallo, na companhia de seu gato, acomodados sobre o grande besouro, sobrevoam a cena política.
- ¹⁰ Prefácio da edição em que os números desse ano d’O *Besouro* foram reunidos. Rio de Janeiro: Typ. De Leuzinger e Filhos, 31 de dezembro de 1878.
- ¹¹ Ver Beatriz BERRINI e Sílvia Maria AZEVEDO. “A polêmica recepção de Eça de Queiroz no Brasil-considerações em torno da acolhida feita por Machado de Assis e outros”. In: Ana Salles MARIANO e Maria Rosa de OLIVEIRA, (org.). *Recortes Machadianos*, 2ª ed.. São Paulo, Nankin: EDUSP/ EDUC, 2008, pp. 209-222.

Artigos

Portugueses do humor gráfico na imprensa carioca. Finais do século XIX e inícios do XX

Ana Maria Rebello

-
- ¹² Comentários publicados na seção “Zumbidos”. *O Besouro*, Rio de Janeiro, 04 maio 1878.
- ¹³ *O Besouro*, Rio de Janeiro, 04 maio 1878. Grifo do autor.
- ¹⁴ Brito BROCA, *A vida literária no Brasil* – 1900. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004, p. 174.
- ¹⁵ Rafael Bordalo PINHEIRO. *O Antonio Maria*. Lisboa, 06 maio 1881.
- ¹⁶ PINHEIRO. *Pontos nos ii*, Lisboa, novembro 1890.
- ¹⁷ Assemelha-se às imagens que apareceram no Brasil, mesmo antes da proclamação. Cf. José Murilo de CARVALHO. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 79-80.
- ¹⁸ Jantar oferecido pelo cônsul geral do Brasil em Lisboa, João Vieira dos Santos, em 1890. Cf. Emanuel ARAUJO (org.), “Rafael Bordalo Pinheiro: o português tal e qual”. *O caricaturista*. São Paulo, Pinacoteca, 1996, p.125.
- ¹⁹ Mercúrio: nome romano do deus grego Hermes, ao qual se atribuem o desenvolvimento do comércio, artes, a invenção da língua e primeiros caracteres da escrita. Cf. P. COMMELIN. *Mitologia grega e romana*, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 51.
- ²⁰ Raul PEDERNEIRAS *apud* Herman LIMA. *História da Caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, v. 3, 1963, p. 963.
- ²¹ PEDERNEIRAS *apud* LIMA, 1963, p. 972.
- ²² Pseudônimo de Fernand-Anne Piestre (1845-1924). Cf. Yan CHILVERS. *Dicionário Oxford de Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ²³ Philippe HUISMAN. *Lautrec par Lautrec*. Paris : Edita, 1963, pp. 40-45.
- ²⁴ Sobre as datas de ida para Paris e chegada ao Brasil, ver LIMA, 1963, p. 968. Ver, ainda, José Simões COELHO. “Caricaturistas portugueses no estrangeiro”. *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, n. 393, 01 set. 1913, pp. 270-4.
- ²⁵ Theophile-Alexandre STEINLEN (1859-1923) era caricaturista e ilustrador. Trocou os estudos de Teologia pelos de arte industrial em Mulhouse. Em Paris atuou na imprensa ilustrada, especialmente no *Chat Noir*.
- ²⁶ Marcus VERHAGEN. “O cartaz na Paris fim-de-século: ‘aquela arte volúvel e degenerada’”. Leo CHARNEY; Vanessa R. SCWARTZ. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac e Naify, 2004, p. 137.
- ²⁷ Cf. HUISMAN, 1963.
- ²⁸ A recusa das pinturas no Salon de 1873 levou um grupo de artistas, dentre os quais Monet, Renoir, Cézanne, a organizar exposições independentes.
- ²⁹ Giulio Carlo ARGAN. *Arte e crítica da arte*. 2ª ed. Lisboa: Estampa, 1995. Vd. capítulo VI, sobre a relação da arte com a ciência, a literatura, o teatro e o cinema, pp. 55-78.
- ³⁰ Em 1883, organizou-se o I Salão Japonês. Em 1889, o *Salon des XX*, em Bruxelas, dedicou uma seção à arte japonesa. Em 1890, em Londres, o artista japonês Hokusai expôs xilogravuras. Sobre a popularidade da arte japonesa na Europa, no século XIX, ver Bernard CHAMPIGNEULLE. *A Art Nouveau*. São Paulo: Verbo/EDUSP, 1976, pp. 54-65.
- ³¹ Vd. Philip MEGGS. *A history of graphic design*. New York: John Wiley & Sons, 1998, pp. 190-193.

Artigos

Portugueses do humor gráfico na imprensa carioca. Finais do século XIX e inícios do XX

Ana Maria Rebello

-
- ³² Forain (1852-1931) Considerado um dos mestres da caricatura francesa, iniciou sua participação na imprensa em 1876. Virtuoso no desenho, na técnica e na legenda. Também pintou, expondo com os impressionistas em 1879. Ver: Michel MELLOTT; Jean Pierre BÉCHU. *Quand la caricature écrit l'histoire*. La Belle Époque et son envers, Monte Carlo : André Sauret, 1980, p. 179.
- ³³ Jules Chéret (1836-1933), iniciador do cartazismo moderno, teria inspirado Lautrec no final da década de 1890. Filho de tipógrafo aperfeiçoou conhecimentos do processo litográfico em Londres, atingindo a maturidade da obra em Paris. Vd. MEGGS, 1998, pp. 184-187.
- ³⁴ Richard HOLLIS. *Design Gráfico: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes. 2000, p. 5.
- ³⁵ Edmond GONCOURT *apud* Marcus VERHAGEN. O cartaz na Paris fim-de-século: “aquela arte volúvel e degenerada”. In: CHARNEY; SCWARTZ, 2004, p. 127.
- ³⁶ CHARNEY; SCWARTZ, 2004, p. 131.
- ³⁷ BAUDELAIRE, 1996, p. 20.
- ³⁸ VERHAGEN in CHARNEY; SCWARTZ, 2004, pp. 134-149.
- ³⁹ ARGAN, 1995, p. 58.
- ⁴⁰ Michel MELLOTT; Jean Pierre BÉCHU. *Quand la caricature écrit l'histoire*. La Belle Époque et son envers. Monte Carlo: André Sauret, 1980, pp. 9-10.
- ⁴¹ MELLOTT; BÉCHU, 1980, pp. 11-12.
- ⁴² Willette (1857-1926), caricaturista francês, formado na *École des Beaux-Arts de Paris*, aluno de Cabanel. Colaborou no *Figaro* desde 1880, fundou *Le Pierrot* em 1888. Foi pintor e cartazista. Ver: MÉLOT; BÉCHU, 1980, p.180.
- ⁴³ Herman Paul (1874-1940) foi litógrafo, executando os primeiros trabalhos por volta de 1890. Ilustrador e caricaturista, despontou na imprensa satírica ilustrada em 1892.
- ⁴⁴ Julião MACHADO *apud* José Simões COELHO. Caricaturistas portugueses no estrangeiro. In: *Ilustração Portuguesa*. Lisboa. n. 393, 01 set. 1913.
- ⁴⁵ *Art Nouveau*: floresceu na Europa por volta do final do século XIX e 1ª década do século XX. Partiu, a princípio, das proposições de William Morris. Artistas e arquitetos do *Art Nouveau* foram além, reagiram ao historicismo acadêmico, adotaram atitude positiva quanto à industrialização, integrando arte e lógica industrial. Introduziram novo estilo, repertório formal inspirado na natureza. Colaboraram na produção industrial, empregando novos materiais e tecnologias. Ver: ARGAN, *Arte Moderna*, pp. 199-207.
- ⁴⁶ ARGAN, 1995, p. 202.
- ⁴⁷ Sobre as transformações ditadas pelo progresso no Rio de Janeiro e seu impacto social, ver Lená M. de MENEZES. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- ⁴⁸ Não há registro exato da data de chegada de Julião ao Rio de Janeiro.
- ⁴⁹ CARVALHO. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ⁵⁰ CARVALHO, 1997, pp. 16-17. Ver sobre dados estatísticos do crescimento populacional e tabela do crescimento anual entre 1872-1906.

-
- ⁵¹ As expressões “rotina” e “carrancismo” aparecem em caricaturas da época, sugerindo seu emprego frequente na linguagem coloquial. Empregam-se no texto no sentido atribuído por: Cândido de Figueiredo, 1949. *Rotina*: hábito de proceder segundo uso, sem atender a melhoramentos ou progresso; índole conservadora, oposta ao progresso. “Carrancismo”: aversão ao novo, às inovações; o mesmo que rotina.
- ⁵² Ver André Nunes AZEVEDO. *Da Monarquia à República*: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2003, pp. 127-128.
- ⁵³ Brito BROCA. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004, p. 71.
- ⁵⁴ Presidente do Brasil entre 1891-1894.
- ⁵⁵ Cf. Machado NETO, s/d. Vd. Mônica Pimenta VELLOSO. *Modernismo no Rio de Janeiro*: turunas e quixotes. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 35-85.
- ⁵⁶ Julião já havia desenhado na *Notícia Ilustrada*, suplemento da *Gazeta de Notícias*, em que também colaboravam os escritores Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão. Cf. Herman LIMA, 1993, p. 964.
- ⁵⁷ Dentre outros, formada pelos escritores Coelho Neto, Guimarães Passos, Emílio de Meneses. Cf. Nelson Werneck SODRÉ. *História da Imprensa no Brasil*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 267.
- ⁵⁸ Julião Machado emprega a designação *mestre*, dirigindo-se a Bordallo, na capa que lhe dedica em *A Bruxa*, Rio de Janeiro, II (56), 05 mar. 1897.
- ⁵⁹ Arthur AZEVEDO, *apud* LIMA, 1993, p. 964.
- ⁶⁰ Cf. SODRÉ, 1999, pp. 247-248. Vd., também, Luís EDMUNDO. *O Rio de Janeiro do meu tempo*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1957, pp. 596-598.
- ⁶¹ EDMUNDO, 1957, p. 646.
- ⁶² EDMUNDO, 1957, p. 648.
- ⁶³ VELLOSO, 1996, pp. 11-13.
- ⁶⁴ Para a autora seriam heróis, *outsiders*. “Turuna” do tupi: tur’una ou ‘negro poderoso’. Raul Pederneiras define, no dicionário de gírias: *Geringonça Carioca*: chefe, destemido, valente. “Quixote”, lembra o personagem de Miguel de Cervantes: idealista, sonhador, justiceiro. Essas classificações se aplicariam aos humoristas boêmios, que ora se identificavam com um, ora com outro.
- ⁶⁵ Manuel Gustavo respondia pelo periódico enquanto Raphael Bordallo Pinheiro dedicava-se à fábrica de faianças, em Caldas da Rainha.
- ⁶⁶ PINHEIRO. *O Antonio Maria*, Lisboa, Ano XI, n. 436, 30 abr. 1896.

Texto recebido em 06 de maio de 2016/

Aprovado em 07 de julho de 2016

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)

María Jara Rodríguez-Fariñas

Juan Manuel Romero-Valiente

Antonio Luis Hidalgo-Capitán

Universidad de Huelva/ Centro de Investigación en Migraciones

Resumen: En este artículo se analiza la migración española a Brasil entre 2008 y 2015, con los objetivos de definir el perfil del nuevo emigrante español a Brasil, conocer las causas de su emigración, detectar los problemas iniciales de su proceso migratorio, identificar su situación posterior y conocer sus expectativas de futuro. Para ello se ha utilizado una estrategia metodológica mixta, cuantitativa y cualitativa (investigación de primer y segundo orden). Se concluye que estos emigrantes son en su mayoría personas jóvenes y de mediana edad, altamente cualificados y con experiencia profesional. Expulsados de España por la crisis y atraídos a Brasil por sus oportunidades laborales. Las dificultades para conseguir el visado de residencia son su principal problema, lo que obliga a muchos a trabajar en precario; la mayoría se encuentran satisfechos con su experiencia y predomina la idea de quedarse en Brasil.

PALABRAS CLAVES: España – Brasil – Migración – Profesionales – Crisis.

Resumo: Neste artigo é analisada a emigração espanhola para o Brasil entre 2008 e 2015, com os objetivos de definir o perfil do novo emigrante espanhol para o Brasil, conhecer as causas da sua emigração, detectar problemas iniciais de processo de imigração, identificar a situação posterior e satisfazer as suas expectativas futuras. Para isso, usaram uma estratégia metodológica quantitativa e qualitativa mista (investigação de primeira e segunda ordem). Conclui-se que estes migrantes são na sua maioria jovens e de meia-idade, altamente qualificado e experiente profissionais. Expulsos da Espanha pela crise e atraídos para o Brasil

por suas oportunidades de emprego. As dificuldades na obtenção de um visto de residência são o principal problema, forçando muitos a trabalhar em situação precária; a maioria está satisfeito com a sua experiência e predomina a ideia de ficar no Brasil.

PALAVRAS CHAVES: Espanha – Brasil – Migração – Profissionais – Crise.

Abstract: The article analyzes the Spanish emigration to Brazil between 2008 and 2015, with the prospect of understanding the demographic profile of the new Spanish emigrants to Brazil, the causes of their migration, the initial problems of migration process, the conditions of their current situation and their expectations of the future. We use a mixed quantitative and qualitative methodological strategy, combining first and second order research. Findings include that these migrants are mostly young and middle-aged workers, highly qualified and with work experience. Pushed from Spain by the economic crisis and attracted to Brazil for its labor opportunities, they have found a migratory network of support (other Spanish migrants, Brazilian family re-unification policies for mixed-nationality couples). The difficulties of obtaining residency visas are identified as migrants' main problem, which forces many to work in precarious and undocumented conditions. For the most part, they are satisfied with their migratory experience and most desire to remain in Brazil.

KEY WORDS: Spain; Brazil; migration; professionals; economic crisis.

Quando vim da minha terra,
se é que vim da minha terra
(não estou morto por lá?),
a correnteza do rio
me sussurrou vagamente
que eu havia de quedar
lá donde me despedia.

Quando vim da minha terra,
não vim, perdi-me no espaço,
na ilusão de ter saído.
Ai de mim, nunca saí.

Drummond de Andrade.
(*A ilusão do migrante*)²

Introducción

La llegada de los españoles a América marcó el inicio de una migración española prácticamente constante hasta mediados de los años setenta del siglo XX. Sin embargo, tras el fin de la dictadura española, que coincidió con la crisis económica internacional, muchos exiliados políticos y emigrantes económicos españoles retornaron a su país. A partir de los años ochenta la economía española comenzó a crecer y España se convirtió en un país de inmigrantes; así entre 1985 y 2007 los inmigrantes ocuparon unos nichos laborales abandonados por una parte de la población española, que prefería formarse para ocupar puestos más cualificados. Tras el estallido de la crisis económica global en 2008, estos españoles con amplia formación (especialmente universitarios) no han encontrado en España las oportunidades laborales con las que habían soñado (o han perdido el empleo obtenido) y ello ha generado la emigración al exterior de miles de ellos entre 2008 y 2015, sobre todo personas con edades comprendidas entre los veinte y los cuarenta años.³ De hecho, la población española con mayor nivel educativo ha mostrado una mayor propensión a emigrar durante estos años de crisis.⁴

La nueva emigración española es, por tanto, un fenómeno relativamente reciente, aunque no por ello poco estudiado, tanto en su dimensión cuantitativa,⁵ como de manera global en relación con la crisis económica española y la situación de los nuevos emigrantes,⁶ y de manera parcial, bien por países de destino, bien por colectivos de emigrantes.⁷

El Instituto Nacional de Estadística de España (INE), por medio de la Estadística de Variaciones Residenciales (EVR),⁸ estima que entre 2008 y 2015 se produjeron 463.383 emigraciones de españoles al extranjero, aunque de éstas sólo 311.603 corresponden a españoles nacidos en España. De los españoles emigrados al extranjero, 155.078 fueron al continente americano donde los títulos académicos

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente / Antonio Luis Hidalgo-Capitán

europeos mantienen un gran prestigio y existen oportunidades en el mercado de la educación superior;⁹ y entre los países americanos de destino, Brasil ocupa el séptimo puesto, tras Chile, Colombia, Argentina, Venezuela, Ecuador y Estados Unidos, con 7.778 emigraciones de españoles, según la EVR del INE. Y esta importante entrada de emigrantes españoles en Brasil desde 2008 ha contribuido a que la colonia española en Brasil, según el Censo Demográfico de Brasil de 2010 del *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, sea la sexta comunidad extranjera por nacionalidad del país, tras Bolivia, Portugal, Paraguay, Japón y Estados Unidos.

Aunque hay interesantes investigaciones sobre la primera y la segunda oleada de emigrantes españoles a Brasil,¹⁰ la bibliografía sobre esta nueva emigración de españoles a Brasil es, como poco, escasa; de ahí el interés de este estudio.

El propósito de esta investigación es estudiar las características de la nueva emigración española a Brasil derivada de la crisis económica entre 2008 y 2015. Para ello nos plantearemos las siguientes preguntas: ¿cuál es el perfil sociodemográfico de los españoles emigrados a Brasil desde 2008 hasta 2015?; ¿cuáles son las causas de esta nueva emigración?; ¿cuáles fueron las dificultades iniciales?; ¿cuál es su situación posterior?; y ¿cuáles son sus expectativas de futuro?

Los objetivos de esta investigación serán definir el perfil del nuevo emigrante español a Brasil, conocer las causas de su emigración, detectar sus problemas iniciales, identificar las condiciones de su situación posterior y conocer sus expectativas de futuro.

Para abordar este análisis utilizaremos una estrategia metodológica mixta, empleando técnicas cuantitativas y cualitativas, combinando la investigación de primer orden (con la utilización de datos objetivos) y de segundo orden (con la captación de percepciones de los sujetos). En el análisis de los resultados se considerarán variables de muy diversa naturaleza (históricas, demográficas, geográficas, económicas, sociológicas, políticas, culturales, jurídicas...) y marcos teóricos procedentes de diferentes disciplinas.

Métodos y fuentes

El estudio se basa en un análisis mixto a partir de datos estadísticos elaborados por organismos oficiales internacionales, españoles y brasileños, de entrevistas extensas y de entrevistas online autoadministradas realizadas a españoles nacidos en España y residentes en Brasil.

Los datos estadísticos españoles proceden del Instituto Nacional de Estadística de España (INE); en especial de la Estadística de Variaciones Residenciales (EVR), Estadísticas de Migraciones, Padrón de Españoles Residentes en el Extranjero (PERE), Padrón Municipal, Encuesta Anual de Estructura Salarial y de la Encuesta de Población Activa (EPA); también se han utilizado datos del Instituto de

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente / Antonio Luis Hidalgo-Capitán

Comercio Exterior (ICEX). Mientras que los datos estadísticos brasileños lo hacen del *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE) en especial del *Censo Demográfico del 2010*. Los datos estadísticos de organismos internacionales proceden de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) y de la Comisión Europea.

En referencia a las entrevistas extensas, se mantuvieron dos videoconferencias, con informantes claves residentes en Brasil: un emigrante español en situación irregular y un emigrante español fundador de diversos grupos de *Facebook* sobre españoles en Brasil. Estas entrevistas se mantuvieron en agosto de 2015.

Respecto de las entrevistas online autoadministradas se realizaron 66,¹¹ siguiendo un muestreo no probabilístico de bola de nieve virtual, ante la imposibilidad de realizar un muestreo probabilístico por encontrarnos ante una población oculta; entendiendo aquella cuyo tamaño es relativamente bajo, sus miembros son difíciles de identificar, el marco muestral es inexistente o incompleto y se desconoce la distribución geográfica de la misma.¹² En nuestro caso se desconoce el número de españoles nacidos en España, mayores de edad, residentes en Brasil y emigrados entre 2008 y 2015, aunque no parece que la población objeto de estudio pudiera llegar a la cantidad de 8.000 personas; por lo que nos encontramos ante una población relativamente pequeña, frente a algo más de 200 millones de habitantes de Brasil, dispersa por los 8.514.877 km² del país, y parte de ella no registrada. Los datos procedentes de estas entrevistas no poseen representatividad estadística, aunque sí un buen nivel de validez externa,¹³ y pueden ser considerados como aproximaciones válidas a las diferentes dimensiones del fenómeno migratorio.¹⁴

Se elaboró un cuestionario con 50 preguntas abiertas, semiabiertas y cerradas, utilizando la aplicación *Google Docs*, que sirvió para alojar dicho cuestionario, gestionar su cumplimentación y recopilar los datos. Los entrevistados fueron reclutados a partir de un enlace, remitido por correo electrónico a algunas personas localizadas previamente y colocado en diferentes espacios de Internet relacionados con las comunidades de españoles residentes en Brasil (grupos de la red social *Facebook* y *websites* como *Spaniards.es*, *Vivirenbrasil.com* o *Nonosvamosnosechan.net*). La difusión de las entrevistas online autoadministradas se llevó a cabo desde principios de 2014 hasta finales de 2015.

Las preguntas del cuestionario se clasifican en cinco bloques: datos personales para el estudio sociodemográfico; causas de la emigración a Brasil; dificultades relacionadas con el proceso migratorio; situación laboral y social en Brasil y nivel de satisfacción; y expectativas de futuro y retorno.

La información empírica ha sido relacionada con diferentes informes y estudios procedentes de organismos públicos y privados internacionales (Mercer Consulting; Banco Mundial; Naciones Unidas; Trading Economic), brasileños

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente / Antonio Luis Hidalgo-Capitán

(IBGE; *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*, CNPq; *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*, CAPES; *Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social*, CDES; *Fundação Getúlio Vargas*) y españoles (INE; Instituto de Comercio Exterior, ICEX; Cámara Oficial Española de Comercio en Brasil; Ministerio de Empleo y Seguridad Social, MESS; Fundación Alternativas), así como trabajos académicos y noticias de prensa.

Los flujos migratorios de España a Brasil en perspectiva histórica

Brasil no comenzó a recibir emigrantes españoles hasta finales de siglo XIX, cuando el gobierno brasileño impulsó la emigración en masa ante la necesidad de poblar parte de su territorio y contar con mano de obra barata tras la abolición de la esclavitud en 1888.¹⁵ La primera oleada de españoles se produjo entre 1880 y 1930, período en el que entraron en el país más de 500.000 españoles,¹⁶ convirtiéndose en la tercera colonia extranjera por detrás de portugueses e italianos.¹⁷ Estos emigrantes procedían principalmente de Andalucía, Murcia, Extremadura, Galicia y Castilla y León, y se dedicaron a trabajar el campo (en el cultivo del café) y a actividades comerciales urbanas;¹⁸ no obstante, las crisis cíclicas de la economía cafetera alejaron a muchos emigrantes españoles del objetivo de poseer una parcela propia de tierra y provocaron un importante éxodo rural, contribuyendo así al sobrepoblamiento de las ciudades brasileñas (entre ellas São Paulo).¹⁹ Sin embargo, a partir de la crisis económica internacional de los años treinta, la política migratoria brasileña cambió de signo y Brasil cerró sus fronteras a la emigración extranjera, produciéndose el retorno de muchos emigrantes españoles.²⁰

La segunda oleada de españoles no se produjo hasta el periodo de 1946 a 1962, coincidiendo con la recuperación económica que experimentó Brasil y con la crítica situación socioeconómica de la España de la posguerra y las medidas de fomento de la emigración del gobierno español. El proceso de industrialización tardía emprendido por Brasil demandaba más mano de obra cualificada (sobre todo técnicos y obreros especializados) para trabajar en las fábricas, mientras que los intentos por colonizar el interior del país demandaban más agricultores;²¹ y ello fomentó la reactivación de la inmigración española. Entre 1946 y 1962, entraron más de 100.000 españoles, llegando a representar el 11% de la población extranjera residente en Brasil en 1960.²² A principios de los años sesenta las emigraciones de españoles a Brasil descendieron, produciéndose desde entonces una inversión de flujos.

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente/ Antonio Luis Hidalgo-Capitán

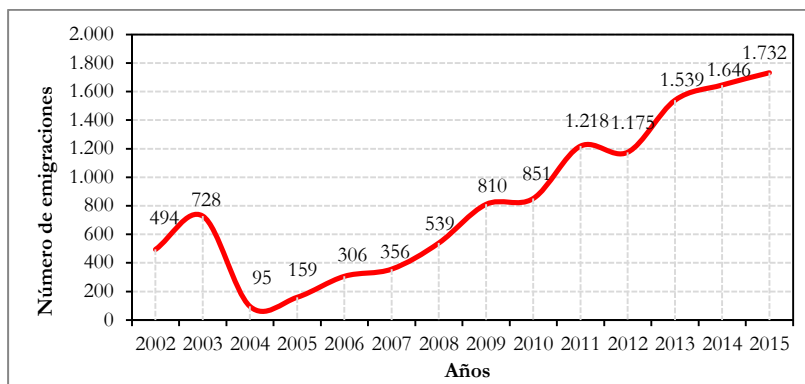


Figura 1. Emigración española a Brasil (2002-2015). Datos absolutos.

Fuente: elaboración propia a partir de datos de la EVR del INE de 2016.

A partir del 2008, Brasil vive una nueva e importante entrada de españoles, aunque por el momento difícil de cuantificar porque se encuentra en curso (Figura 1); El perfil de estos españoles parece ser el de jóvenes y no tan jóvenes con muy alta cualificación académica o especializados en diferentes oficios relacionados con la construcción y el sector servicios, que buscan en Brasil las oportunidades que su país no les ofrece. Aunque esta nueva emigración de españoles llega también abriendo negocios (a pesar de los costes, la duración y los elevados trámites necesarios para ello), de tal manera que la presencia de las empresas españolas en Brasil ha crecido de manera significativa en los últimos años.²³

Así, según el INE, entre 2008 y 2015 han llegado a Brasil 7.778 españoles, alentados por el buen ritmo económico del país brasileño, y las ofertas de empleo generadas por la celebración de grandes eventos deportivos; aunque la crisis económica y política que Brasil vive desde 2014, junto con los últimos acontecimientos políticos, amenazan con detener la entrada de españoles en el país.

Si tomamos los datos de la Estadística de Migraciones del INE para el mismo período 2008-2015 (cuyos resultados varían ligeramente respecto de los procedentes de la EVR), podemos apreciar como una parte importante de dicha emigración (2.196 emigraciones) la realizan españoles nacidos en Brasil, por lo que la emigración de españoles nacidos en España se movería entorno a las 6.989 emigraciones entre 2008 y 2015 (Figura N° 2).²⁴

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente/ Antonio Luis Hidalgo-Capitán

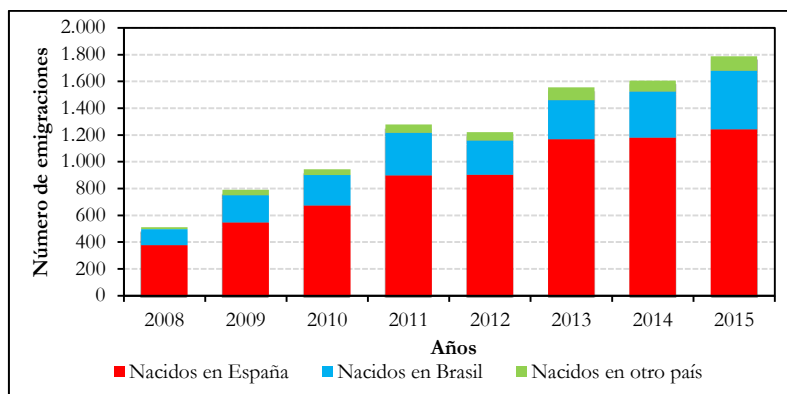


Figura 2. Emigración española a Brasil por país de nacimiento (2008-2015). Datos absolutos. Fuente: Elaboración propia a partir de datos de la Estadística de Migraciones del INE de 2016.

El perfil sociodemográfico de los españoles emigrados a Brasil en la actualidad

Según los datos de 2016 de la Estadística de Migraciones del INE, lo primero que constatamos es una masculinización de la nueva emigración española a Brasil entre 2008 y 2015, con un 59% de hombres frente a un 41% de mujeres. Si tenemos en cuenta solamente los emigrantes españoles en edad de trabajar en Brasil²⁵ la masculinización se acentúa, pasando las proporciones a ser del 61% y del 39%, respectivamente.²⁶ Dicha masculinización es mayor que la presente en el mercado laboral español durante el periodo 2008-2015, donde, según los datos de la Encuesta de Población Activa del INE, los hombres activos representan entre el 57% de 2008 y el 54% en el segundo trimestre de 2016 y las mujeres entre el 43% y el 46% en el mismo periodo.

Respecto a las edades de los emigrantes españoles (Figura 3), si solo observamos las personas en edad de trabajar (mayores de 15 años²⁷ y menores de 64 años²⁸) encontramos que más del 40% lo componen personas con edades comprendidas entre 25 y 44 años, siendo los inmigrantes entre 35 a 44 años el mayor grupo etario con un 21%. En esta nueva oleada de emigrantes españoles a Brasil las personas entre 45 y 54 años representan un 19%, mientras que los mayores de 64 años (a los que en general no se puede considerar como población activa) son el 14%; ello pone de manifiesto que los jóvenes aquí no constituyen el grupo etario más numeroso, a diferencia de la caracterización general de la nueva emigración española.

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente/ Antonio Luis Hidalgo-Capitán

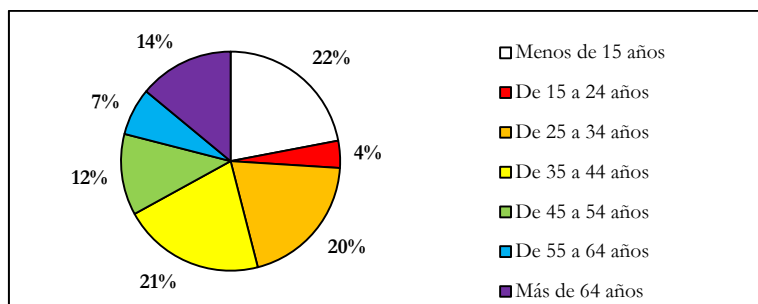


Figura 3. Emigración española a Brasil (2008-2015) por grupos de edad. Datos relativos.

Fuente: elaboración propia a partir de datos de la EVR del INE de 2016.

Estos emigrantes proceden de todas las comunidades autónomas españolas, destacando Andalucía, Madrid y Cataluña, que son las comunidades más pobladas de España;²⁹ y en particular de Andalucía es la que posee una mayor tasa de desempleo.³⁰ Según se desprende de nuestras entrevistas más del 20% de los emigrantes proceden de Andalucía y entre el 10% y el 20% de Madrid y Cataluña.

En referencia al destino de los nuevos emigrantes, según se desprende de nuestras entrevistas, éstos se han dispersado por casi toda la geografía brasileña, encontrándose importantes comunidades en el sureste y el este del país, como en anteriores oleadas migratorias, contribuyendo a aumentar la comunidad española en Brasil. La mayoría vive en Río de Janeiro (casi el 14% de los entrevistados) y São Paulo (poco más del 12%), aunque también nos encontramos con españoles en Río Grande Do Norte, Río Grande Do Sur y Santa Catarina (pero no llegan al 10%) y, por último, en Estado Federal y Goiás (algo más del 7%).

Según los datos del PERE del INE, a 1 de enero de 2016 residían en Brasil 125.150 españoles, aunque tan sólo 29.129 habían nacido en España, lo cual se explica, fundamentalmente, por la doble nacionalidad brasileña y española de la que disfrutaban los descendientes de las dos primeras oleadas de españoles.

En cuanto al estado civil, más de la mitad de los emigrantes españoles están casados legalmente (poco más del 57% de los entrevistados), y junto con los que viven en pareja (casi un 18% de los entrevistados), conforman las tres cuartas partes (casi 75% de los entrevistados) de los nuevos emigrantes españoles, mientras que solteros, divorciados y separados suponen poco más de la cuarta parte (poco más del 25% de los entrevistados). La mayoría de las parejas son parejas mixtas, en las que uno de sus miembros es de origen brasileño que han retornado a su país con su pareja española, o bien parejas formadas en Brasil.

Elegimos Brasil porque mi mujer es brasileña y el país tiene un gran desarrollo económico (hombre, 45 años).

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente / Antonio Luis Hidalgo-Capitán

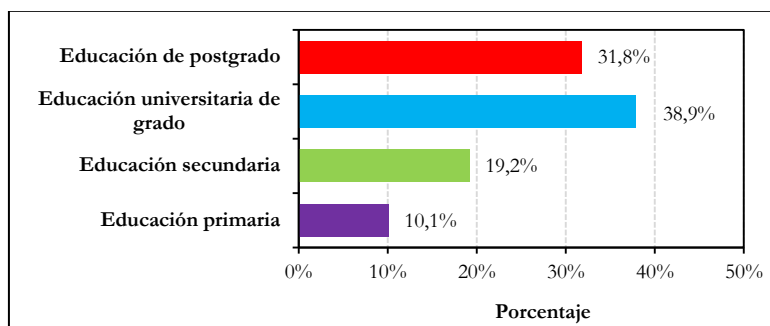


Figura 4. Nivel de estudios de los nuevos emigrantes españoles entrevistados (2008-2015).

Fuente: elaboración propia a partir de datos de las entrevistas realizadas.

Son trabajadores altamente cualificados (Figura 4). La mayoría posee estudios universitarios (algo más de 70% de nuestros entrevistados), casi la mitad de ellos con estudios de posgrado (casi el 32% de nuestros entrevistados), e incluso dentro de estos últimos hay un pequeño grupo con estudios de doctorado (el 3% de los entrevistados). El resto de los trabajadores (más del 30%) posee estudios de educación secundaria (casi el 20% de los entrevistados) o primaria (más del 10% de los entrevistados). Todo ello indica que a Brasil está llegando un valioso capital humano; personas que, en su mayoría, no sólo cuentan con una alta preparación académica, sino que, por su edad, cuentan con experiencia en sus respectivos campos de formación. En estos profesionales la sociedad brasileña no ha tenido que invertir, por cuanto se han formado en España, con recursos públicos y privados de la sociedad española; se trataría por tanto de una fuga de talento o *brain drain*.³¹

Las causas de la nueva emigración española a Brasil

Una de las explicaciones tradicionales de los flujos migratorios se basa en la teoría de la brecha salarial³² que, combinada con la teoría de la segmentación de los mercados de trabajo,³³ debería explicar la movilidad de los trabajadores del subsegmento superior del segmento primario del mercado laboral, que se encuentra globalizado y está formado por profesionales altamente cualificados y bien retribuidos y, a veces, muy disputados por las empresas transnacionales.³⁴

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente/ Antonio Luis Hidalgo-Capitán

GRUPO DE TITULACIONES MEJOR PAGADAS			GRUPO DE TITULACIONES PEOR PAGADAS		
Grupos de titulaciones	Salario mensual en reales	Salario mensual en \$ PPA	Grupos de titulaciones	Salario mensual en reales	Salario mensual en \$ PPA
Medicina (Posgrado)	8.966	4.294	Ciencias (Grado)	1.719	823
Administración (Posgrado)	8.012	3.837	Teología (Grado)	1.779	852
Derecho (Posgrado)	7.541	3.611	Pedagogía (Grado)	1.794	859
Economía y contabilidad (Posgrado)	7.085	3.393	Geografía (Grado)	1.805	864
Ingeniería (Posgrado)	6.938	3.323	Historia (Grado)	1.832	877
Medicina (Grado)	6.706	3.212	Letras (Grado)	1.931	925
Ingeniería (Grado)	6.141	2.941	Servicio Social (Grado)	2.077	995

Cuadro 1. Remuneración total por sector de actividad para el año 2010. Fuente: elaboración propia a partir de datos tomados de Marcelo Cortes NERI. *O Retorno da Educação no Mercado de Trabalho*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

En 2012 el salario promedio de los profesionales en Brasil se estimó en 898 \$ PPA³⁵ (3.030 reales ó 931 €)³⁶ frente a 4.280 \$ PPA (1.842.470 reales ó 2.915 €)³⁷ que percibían en promedio los profesionales en España³⁸. No obstante, la disparidad salarial es muy grande en función no sólo del nivel educativo, sino también de la especialidad en la titulación (Cuadro 1) y del tipo de contrato (ordinario o como expatriado). De hecho, la crisis económica global, con mayor impacto en Europa y Estados Unidos, ha hecho que algunos profesionales que trabajan en Brasil (gerentes, responsables de marketing, ingenieros, abogados...) obtengan un salario superior al que recibirían en países desarrollados;³⁹ aunque no es fácil para los extranjeros conseguir un contrato laboral en ciertas áreas, debido a que las leyes brasileñas restringen los derechos laborales de los foráneos.

Aunque hay otras explicaciones más plausibles que la de la brecha salarial. Así, por ejemplo, cuando en una sociedad relativamente equitativa se produce un brusco aumento de la desigualdad, las expectativas de progreso de una gran parte de la población se ven frustradas, se dispara la tasa de emigración y los nuevos

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente / Antonio Luis Hidalgo-Capitán

emigrantes se dirigen a aquellos países donde perciben un mayor grado de certidumbre.⁴⁰

Esto es lo que ha ocurrido en España como consecuencia de la crisis económica. Según datos de la EPA del INE, la tasa de desempleo de la economía española pasó del 11,3% en 2008 al 23,7% en 2014, mientras que según datos de IBGE la tasa de desocupación de la economía brasileña pasó del 7,9% al 4,9% en el mismo período, alcanzando en el 2014 la tasa de desempleo más baja en los últimos once años. Sin embargo, la desocupación brasileña aumentó hasta un 8,2% en el segundo trimestre de 2016 y la tasa de desocupación española ha pasado a ser de un 20% en el mismo periodo. Aun así, no parece que este atisbo de recuperación económica en España sea aún lo suficientemente importante para modificar la tendencia en alza de la llegada de españoles a Brasil.

Las desigualdades económicas entre Brasil y España (Figura 5), y en particular la crisis económica, está considerada como la principal causa de esta nueva emigración española (así lo afirman casi el 80% de los entrevistados); e igual que ocurriera durante la “segunda oleada de españoles”, se caracterizan por su alto nivel de cualificación y su experiencia en diferentes áreas económicas y buscan en Brasil mayores oportunidades de promoción social y económica.

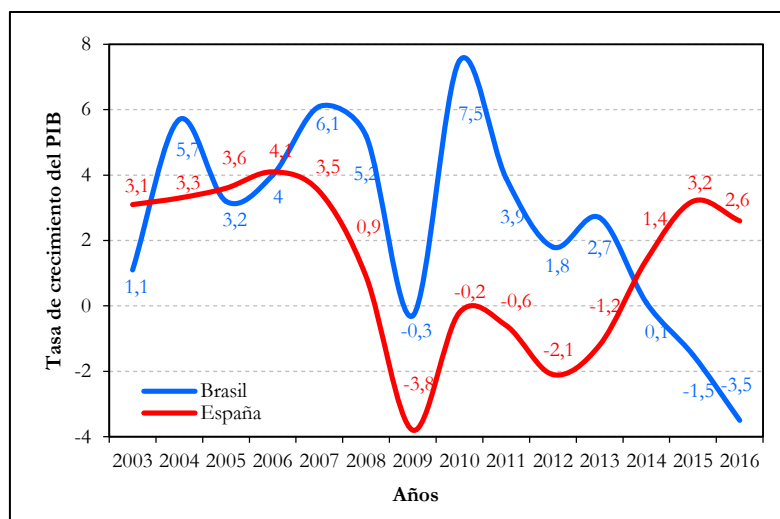


Figura 5. Crecimiento económico de Brasil y España (2003-2016). Nota: los datos de 2015 y 2016 son estimaciones de la CEPAL y la Comisión Europea. Fuente: elaboración propia a partir de datos de la CEPAL (*Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2015*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2016) y de la Comisión Europea (*European Economic Forecast Winter 2016*. Bruselas: Comisión Europea, 2016).

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente / Antonio Luis Hidalgo-Capitán

Brasil ha experimentado en los últimos años un importante crecimiento económico, al que han contribuido las expectativas y las obras en infraestructura generadas por la celebración de la Copa del Mundo de Fútbol en 2014 y de los Juegos Olímpicos en 2016. Y dicho crecimiento ha necesitado de una mano de obra cualificada de la que carecía Brasil, dando lugar a la puesta en marcha por parte del CNPq y del CAPES de programas específicos de atracción de profesionales extranjeros (*Mais Médicos para Brasil, Ciência Sem, Inova Talento*, etc.), a los que se les facilita el acceso a servicios públicos y se les concede con rapidez un visado permanente de trabajadores especializados.

Llegue a Brasil con una beca del gobierno brasileño. Aquí si es posible trabajar en investigación; en España ya es impensable (mujer, 33 años)

La crisis económica que está viviendo España hace que el mercado laboral no ofrezca oportunidades a las personas recién tituladas, no pudiendo desarrollar su carrera profesional en el ámbito deseado y esto lleva a muchos jóvenes a buscar otras oportunidades de fuera de su país.

No encontraba un trabajo decente en España; solo como recepcionista o camarero. En cuanto puse un pie en Brasil me pusieron de Director de Alimentos y Bebidas (hombre, 30 años).

Aunque dentro de los nuevos emigrantes españoles a Brasil nos encontramos con un importante grupo de personas de mediana edad; por lo que no son sólo los jóvenes los que están emprendiendo este proceso migratorio. La situación de crisis económica prolongada que vive España ha afectado también a profesionales cualificados y experimentados, que gozaban de una situación económica acomodada y que han visto en Brasil la oportunidad de continuar desarrollando sus carreras profesionales y de mantener un nivel de vida similar al que habían perdido.

Me fui a Brasil por la total imposibilidad de conseguir empleo en mi área en España. No tenía interés en pelearme por subempleos después de 14 años de experiencia como arquitecta (mujer, 36 años).

La existencia de redes migratorias entre los dos países, entendidas como el conjunto de relaciones interpersonales que vinculan a los emigrantes reales o potenciales con parientes y amigos del país de destino, incluso aunque residan en el país de origen,⁴¹ aumenta la posibilidad de que se produzca una emigración entre ellos, reducen los costes y riesgos e incrementan los beneficios netos previsibles.⁴² Dichas redes forman parte del capital social o relacional que facilita el proceso migratorio, ayuda a perpetuarlo y condicionan el retorno. En este sentido Brasil y España conforman desde hace siglos un sistema migratorio que facilita el proceso migratorio.

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente / Antonio Luis Hidalgo-Capitán

La mayoría de los nuevos emigrantes españoles (el 68,2% de los entrevistados) contaban con vínculos sociales en Brasil. En los años de bonanza económica española muchos brasileños emigraron a España, pero con la crisis económica un gran número de ellos retornaron a Brasil; algunos lo hicieron por sus propios medios y otros acogidos al Programa de Retorno Voluntario del gobierno español⁴³; algunos regresaron con sus familias, muchas de ellas familias mixtas hispano-brasileñas, dando lugar a migraciones de retorno de los brasileños junto con nuevas migraciones de españoles.

Nos vinimos a Brasil porque mi pareja es de aquí y no tuvimos más opción que recurrir a su familia (hombre, 44 años).

La distancia entre ambos países no ha impedido la conformación de este sistema migratorio interregional, ya que en la actualidad los mismos medios de transporte que utilizan los turistas españoles para viajar a Brasil son los utilizados por los nuevos emigrantes españoles;⁴⁴ de hecho, bastantes de los nuevos emigrantes habían estado antes en Brasil como turistas o llegaron como turistas y decidieron quedarse como emigrantes. La fuerte competencia entre aerolíneas americanas y europeas que conectan ciudades españolas y brasileñas ha hecho que puedan obtenerse pasajes aéreos con un coste cercano a los 300 € por trayecto, precio muy asumible para los niveles medios de renta de las familias españolas. Muchos emigrantes españoles (más del 65% de los entrevistados) habían estado antes en Brasil, la mayoría de ellos por turismo (55%) y el resto por estudios o por haber estado trabajando con anterioridad en el país. El conocimiento que tienen los españoles sobre Brasil, fruto de haber sido uno de los destinos del turismo español durante los años de bonanza económica, y el acceso que éstos tienen a la información sobre el país por medio de las nuevas tecnologías de las telecomunicaciones (sobre todo redes sociales), también han contribuido a dicha emigración.

La [información sobre Brasil la] adquirí a través de diferentes viajes por vacaciones y a través de medios de comunicación (hombre, 32 años).

Las nuevas tecnologías contribuyen a reforzar este sistema migratorio, optimizan y amplían la información y el acceso a redes sociales de españoles que se encuentran en Brasil. De hecho, existen grupos por *Facebook* que ofrecen ayuda y la mayoría de los nuevos emigrantes (algo más del 80% de los entrevistados) han contactado con otros españoles que se encontraban en Brasil (el 60% por medio de *Facebook*); y desde estos grupos se organizan “quedadas” con la intención de afianzar lazos entre los españoles emigrados.

Otra causa importante para explicar los flujos migratorios es la frustración social de aquellos individuos que perdieron la lealtad hacia las instituciones y que desconfían de poder articular una voz colectiva que promueva un cambio social;⁴⁵ la

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente / Antonio Luis Hidalgo-Capitán

emigración se convierte en una válvula de escape de las crisis sociales y en una denuncia silenciosa de la falta de una respuesta colectiva.⁴⁶ Muchos de los nuevos emigrantes españoles están implicados de forma activa en diferentes movimientos sociales, como el 15M, Marea Granate o Podemos Brasil, y participan en actos políticos de protesta. Miran hacia España con desesperanza, ante unas políticas económicas que no parecen dar resultado, y dudan de que la economía española vuelva a medio plazo a la senda del crecimiento. Esta desesperanza les induce a considerarse a sí mismos como “exiliados económicos”, afirmando que han sido expulsados de España por culpa de la falta de oportunidades.

Me gustaría poder decirle a la cara a algún corrupto, que las personas que nos vimos forzadas a emigrar no lo hacemos por instinto aventurero, cómo piensan ellos; lo hacemos por necesidad, porque la otra opción es pasar necesidad o incluso hambre (hombre, 44 años).

La expansión internacional del capital en forma de empresas transnacionales contribuye a que muchos países relajen sus políticas migratorias respecto de las demandas de profesionales cualificados de dichas compañías.⁴⁷ Desde hace unos años, el gobierno brasileño ha puesto en marcha políticas públicas de incentivo a la inversión en determinadas actividades económicas o regiones del país,⁴⁸ mientras que el gobierno español considera Brasil como país prioritario para la inversión en el exterior y tiene en ejecución desde 2005 Plan Integral de Desarrollo de Mercados.⁴⁹ Todo ello ha hecho que la inversión extranjera directa española en Brasil ascendiera en el 2013 a 6.000 millones de reales (algo más de 1.900 millones de euros),⁵⁰ y que las empresas españolas tengan presencia en casi todos los sectores productivos brasileños;⁵¹ aunque con la crisis económica y política que atraviesa el país desde 2014, junto con el incremento de la inflación, dicha inversión se ha resentido.⁵²

La situación económica de España ha espoleado también el traslado al extranjero de todo o parte del negocio de muchas empresas españolas con el consiguiente traslado de parte de sus empleados. Las condiciones laborales de éstos, como “expatriados”, son notablemente mejores que las que tenían en España.

Me vine a Brasil porque se trasladó mi empresa. Las condiciones de expatriado son mejores, equivalentes al puesto ocupado en España (hombre, 38 años).

Sin embargo, los expatriados también viven las dificultades de la movilidad internacional. Así, en España se han puesto en marcha grupos de presión y *think tanks* como el Foro Español de Expatriados, que tienen como objetivo reunir a las principales empresas operativas en el ámbito internacional para afrontar las dificultades de la movilidad internacional, difundir la idea de movilidad y presionar

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente / Antonio Luis Hidalgo-Capitán

a las administraciones públicas para facilitar los procesos e implantar prácticas y estilos de interpretación de la movilidad.⁵³

Las dificultades iniciales en el proceso migratorio desde España a Brasil

Una de las primeras dificultades para un emigrante en la actualidad es la necesidad de obtener un visado para poder residir y trabajar en un país extranjero, e incluso para viajar a él.⁵⁴ La pertenencia de España al Espacio de Schengen, con el que Brasil tiene un acuerdo de reciprocidad, exime a los españoles de la necesidad de disponer de una visa brasileña para permanecer en el país como turista hasta 180 días; esto ha facilitado que un importante número de españoles llegasen a Brasil con la intención de encontrar primero un empleo y solicitar el permiso de trabajo después, durante los seis meses de estancia máxima posible sin visado.

La mayoría de los nuevos emigrantes españoles que han llegado a Brasil como turistas entre 2007 y 2012 han padecido las consecuencias de la llamada “crisis de las repatriaciones” entre España y Brasil.⁵⁵

He intentado entrar en Brasil con anterioridad, pero no me lo permitieron porque decían que no tenía un dinero mínimo para poder permanecer en el país como turista (mujer, 45 años).

Solventado el problema de la entrada en el país, deben enfrentarse a un largo y costoso proceso para adquirir el visado que les permita trabajar. Para ejercer legalmente una actividad remunerada en Brasil es necesario estar en posesión de un visado de residencia, ya sea temporal o permanente; y para solicitarlo, entre otras exigencias, es necesario contar con un contrato de trabajo que debe ser aprobado por la Secretaría de Inmigración del Ministerio de Trabajo. Y a pesar de que Brasil practica una política “inmigración selectiva”, para responder a la demanda de mano de obra que requiere su economía, la ley migratoria de Brasil es tan restrictiva, cerrada y rebuscada que muchos de los inmigrantes españoles se ven obligados a contratar empresas de gestión para sus visados.

El problema no es encontrar trabajo, sino enfrentar todo un mundo burocrático inmenso; y esto que se lleva mucho tiempo y dinero (mujer, 28 años).

La mayoría de los españoles que han llegado como turistas encuentran problemas para regularizar su situación y poder trabajar legalmente; por ello muchos se ven obligados a trabajar sin contrato laboral, o a contraer matrimonio con brasileños, a veces fraudulentos, con la intención de agilizar los trámites del visado y conseguir la visa permanente que les posibilite acceder a un puesto de trabajo regular. Las peticiones de visado permanente basadas en matrimonios con brasileños han aumentado un 90% desde 2009, y es fácil encontrar anuncios de brasileños y brasileñas que por 1.200 euros están dispuestos a contraer matrimonio.

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente / Antonio Luis Hidalgo-Capitán

Las trabas que los gobiernos ponen para conseguir una visa de trabajo son bastante grandes. La forma más rápida para todo es hacer una unión legal y conseguir los mismos derechos que los brasileños (hombre, 24 años).

Además, si un extranjero permanece en Brasil más tiempo de lo permitido por su visado, debe abonar una multa; y esto hace que algunos no puedan salir del país por encontrarse en situación ilegal.

No puedo salir de Brasil todavía, debido a mi situación irregular. Si salgo, tengo una multa de dinero y de tiempo, con lo que por ahora... me quedo aquí (mujer, 41 años).

Al margen de los problemas legales, el proceso migratorio tiene un importante coste económico hasta encontrar empleo, por lo que se requiere de un capital mínimo.⁵⁶ Muchos de los nuevos emigrantes españoles (en torno al 33% de los entrevistados) han necesitado ayuda de familiares y amigos, lo que pone de manifiesto que las familias son, en muchos casos, la unidad de referencia de la decisión migratoria.⁵⁷

Me ayudó mi tía; la única de la familia que aún puede ayudar. Mis padres no pueden: la crisis acabó con el negocio de mi madre [y] mi padre tiene una [pensión de] jubilación no contributiva después de 45 años de trabajo (mujer, 28 años).

Aunque para aquellos que han llegado con un contrato de trabajo desde el origen (algo más del 6% de los entrevistados), ha sido la propia empresa la que se ha hecho cargo del billete y de la estancia.

Tengo condiciones de expatriado, con mejoras por traslado a Brasil; me han proporcionado un coche y una casa (hombre, 38 años).

La situación posterior de los nuevos emigrantes españoles en Brasil

Los españoles que han emigrado a Brasil se concentran en las grandes ciudades del este, en las que existe una mayor oferta de empleo, fundamentalmente en Río de Janeiro (casi el 14% de nuestros entrevistados) y en São Paulo (más del 12% de nuestros entrevistados). Y São Paulo se encuentra en el número 128 y Río de Janeiro en el 156 de las ciudades más caras del mundo, tras caer 88 y 89 puestos respectivamente en 2015, debido a la devaluación del real frente al dólar y a pesar del aumento de los precios de los bienes y servicios.⁵⁸

Brasil no es un país para emigrar; y menos si no vienes como expatriado. Es carísimo. Con el sueldo que tengo aquí soy pobre; en España con el mismo sueldo sería clase media (mujer, 29 años).

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente / Antonio Luis Hidalgo-Capitán

Las diferencias entre el alto coste de la vida y el bajo nivel de ingresos de una gran parte de la población, explican, en parte, el alto índice de pobreza y la conformación de guetos (las favelas). Hasta el 2014 el salario mínimo brasileño ha sido de 540 reales (unos 166 € o 183\$ PPA) y a partir de esta fecha ha aumentado a 788 reales.

La mayoría de nuestros entrevistados (más del 40%) tiene ingresos superiores al salario medio del país (626 \$ PPA, 650 € o 2.026 reales en 2014), un grupo importante de ellos (un 28%) tiene ingresos próximos a dicho salario medio y un grupo menor (casi el 17%) tiene ingresos equivalentes al salario mínimo; mientras que sólo un pequeño grupo (poco más del 15%) no percibe ningún ingreso. Por otro lado, un importante grupo (más del 36%) no trabaja, la mayoría de ellos por no contar con la documentación apropiada. De hecho un importante grupo de emigrantes españoles (más del 20% de los entrevistados) no dispone de la documentación adecuada para trabajar, por lo que muchos de ellos trabajan en condiciones irregulares (algo más del 12% de los entrevistados).

No obstante, a pesar de estas dificultades, la mayoría de los emigrantes españoles (casi el 70% de los entrevistados) se encuentran satisfechos con su proceso migratorio a Brasil. Aunque no evita que sigan padeciendo algunos problemas importantes por su condición de inmigrantes; así los mayores problemas que perciben, por orden de importancia son (Figura N° 6): los problemas burocráticos; la inseguridad; la calidad de la asistencia sanitaria; las diferencias culturales; y el acceso a la vivienda.

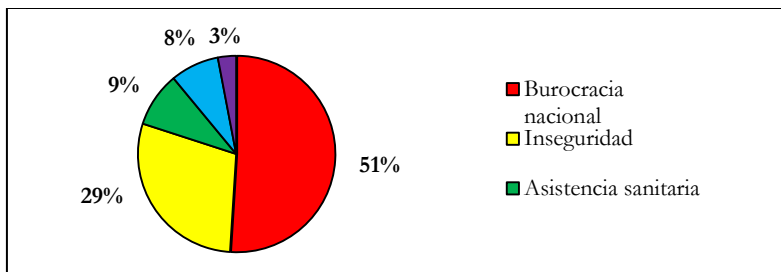


Figura 6. Principales problemas percibidos por los nuevos emigrantes españoles entrevistados (2008-2015). Fuente: elaboración propia a partir de datos de las entrevistas realizadas.

La burocracia nacional se considera lenta y compleja. Conseguir el visado es muy dificultoso, perciben cierto rechazo por parte de los organismos oficiales y consideran que el Gobierno español tampoco hace nada por evitarlo.

Los trámites burocráticos con la administración son tremendamente lentos, y más aún cuando se trata de ciudadanos españoles (hombre, 44 años).

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente / Antonio Luis Hidalgo-Capitán

No poseer visa de residencia en el país conlleva serios problemas, más allá de la imposibilidad de acceder a un puesto de trabajo en condiciones regulares. Sin el permiso de residencia no se puede solicitar el RNE (Registro Nacional de Estrangeiros) y tampoco la *carteira de trabalho* (permiso de trabajo), y ello impide tener un empleo regular, una cuenta bancaria, un contrato de telefonía móvil, la homologación de los títulos académicos, etc.

Es imposible para un español obtener el RNE y la ‘carteira’ de trabajo, y estás abocado a trabajar en negro, en malos trabajos y peor pagados (mujer, 38 años).

El segundo problema es la inseguridad. Entre 1980 y 2012 se cometieron en el país más de 1.200.000 homicidios,⁵⁹ debido, en parte, a que el crecimiento económico del país no ha venido acompañado una reducción de la desigualdad.⁶⁰ En muchas ciudades de Brasil existe una violencia generalizada, por lo que la mayoría de los emigrantes españoles conviven con el miedo a ser atracados.

La vida de España es imposible tenerla aquí. Nada de salir a dar un paseo, ir de bar en bar caminando /.../ Hay que tomar muchas precauciones, [como] no parar en determinados lugares, a partir de las 10 de la noche saltarte todos los semáforos, evitar zonas concretas /.../ (hombre, 32 años).

Otro problema es la calidad de la sanidad pública (y de los servicios públicos, en general). En Brasil existe en *Sistema Único de Saúde* (SUS), pero los servicios que ofrece la sanidad pública brasileña no son de la misma calidad que los que ofrece el sistema sanitario español y muchos españoles se ven obligados a contratar un seguro médico privado. Este problema de calidad también se extiende a la educación pública, por lo que igualmente suelen acudir a la educación privada.

La asistencia sanitaria es precaria si no tienes un plan de salud privado y en comparación es mucho más cara que en España (hombre, 44 años).

Las diferencias culturales representan otro de los problemas. Las perciben más en sus relaciones familiares aquellos que están casados o que viven en pareja con brasileños. El papel de los clanes familiares en la vida social brasileña es percibido como falta de intimidad para la pareja.

[Hay] muchas diferencias culturales a nivel familiar, de intimidad con la pareja y en la manera de pensar (mujer, 22 años).

Algunos inmigrantes españoles detectan cierta discriminación o han vivido episodios de xenofobia. Esto ha sido fomentado, en parte, por los medios de comunicación, al publicar las malas relaciones mantenidas entre ambos gobiernos en relación a “la crisis de las repatriaciones”.

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente / Antonio Luís Hidalgo-Capitán

Me han llegado a decir que no me contrataban por ser español (evidentemente en negro), porque nosotros no dejábamos entrar a los brasileños cuando las cosas iban bien en España (hombre, 33 años).

Dentro de las diferencias culturales nos encontramos con el idioma. La falta de dominio del portugués impide acceder a algunos puestos de trabajo, a pesar de que la inmensa mayoría habla y lee el portugués con facilidad (casi el 90% de los entrevistados); pero en la práctica esto no es suficiente y resulta imprescindible un buen nivel de portugués para conseguir trabajo – “Hablar más o menos portugués es fácil; pero para trabajar aquí hay que hablar y escribir bien; y eso es difícil (hombre, 33 años)”.

La vivienda es otro de los problemas. Los emigrantes que llegan con un contrato de trabajo no suelen tener grandes problemas, pues la misma empresa sirve de avalista. Pero cuando no es así, la tarea de alquilar se complica, pues el arrendador exige al inmigrante un aval bancario donde aparezcan los ingresos que constatan su solvencia, siempre y cuando se posea una visa de residencia (en el caso de que no se diera esta circunstancia, no se podría abrir una cuenta bancaria); y además de todo ello, necesita un avalista con residencia en el país y el arrendador puede exigir como garantía el abono por adelantado de varias mensualidades.

Elegir los barrios de residencia es imprescindible, ya que el nivel de seguridad y el coste del alquiler varían significativamente. El centro de São Paulo se considera una de las zonas más inseguras de la ciudad, mientras que los mejores barrios para vivir son Tatuapé, Moema, Morumbi, Vila Madalena y Santana. En São Paulo los alquileres, en general, son elevados en comparación con España; un alquiler en el barrio de Vila Madalena puede oscilar entre los 2.000 y 2.500 €, y aunque se encuentran alquileres más baratos en barrios relativamente buenos, como Pinheiros, éstos oscilan entre los 1.000 y 1.500 €. Además, el barrio debe estar cercano al lugar de trabajo, pues el transporte público es escaso y costoso – “Los alquileres son muy caros y se ponen demasiados problemas para alquilar a extranjeros (hombre, 37 años)”.

Las expectativas de futuro de los nuevos emigrantes españoles en Brasil

La migración de retorno es una experiencia diferente según las distintas condiciones de salida del lugar de origen y del lugar de destino, y además las causas y los efectos de las migraciones de retorno vienen determinados por el cruce de las variables que definen la trayectoria migratoria⁶¹. Entre las causas que frenan las migraciones de retorno estarían la consolidación de las redes migratorias y la aparición de instituciones y agentes de apoyo a los movimientos transnacionales; gracias a ellos las migraciones internacionales se perpetúan en el tiempo y en el espacio⁶². La consolidación de las redes sociales facilita especialmente el desarrollo personal y social del emigrante en cualquier país en que se encuentre, al estar en

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente / Antonio Luis Hidalgo-Capitán

contacto con otras personas en su misma situación, mientras sigue manteniendo los lazos familiares y de amistad con su país de origen. Con las redes sociales consolidadas y unas oportunidades para desarrollarse profesionalmente, la perspectiva de regreso se ve cada vez más lejana. El retorno también depende del capital social relacional que el emigrante haya adquirido en la sociedad de acogida y el que conserve en su país⁶³, así como de la posibilidad de obtención de permisos de residencia, de adquisición de la nacionalidad del país de destino y de reagrupación familiar.

Los nuevos emigrantes españoles, debido al aún corto período de residencia en Brasil, siguen conservando gran parte de su capital social relacional en España (algo a lo que contribuyen las nuevas tecnologías de las telecomunicaciones), conformando nuevas familias transnacionales⁶⁴; y ello favorece la opción del retorno. Además la inestabilidad política, económica y social que padece Brasil desde 2014, junto con otros problemas como el alto coste de vida en las grandes ciudades de Brasil, o la dificultad para conseguir un visado para aquellas personas que se encuentran como turistas o en situación ilegal, provoca que en torno a la tercera parte de los emigrantes españoles (casi el 35% de nuestros entrevistados) estén decididos a retornar a España.

Brasil no es un país para vivir; es demasiado inseguro y caro para vivir en familia. Mi idea es estar unos cuantos años, hasta que termine la crisis en España (hombre, 47 años).

Aunque estos emigrantes también mantienen importantes lazos familiares en Brasil, en virtud de la conformación de parejas mixtas (que además facilita la reagrupación familiar, la adquisición de visados y la obtención de la nacionalidad argentina), por lo que poseen un importante capital social relacional; y ello lleva a la mayoría de ellos (más del 40% de los entrevistados) a aplazar el retorno, al menos mientras persista la inestabilidad laboral y económica de España, e incluso a renunciar a él por completo. – “Tengo un trabajo que me encanta y he podido crear una familia. No me planteo la idea de volver (hombre, 37 años)”.

Sin embargo, para otro importante grupo (poco más del 25% de los entrevistados) la migración se consolida como un modelo de vida, conscientes de que su proceso de migración no termina retornando España, sino que están sujetos a la demanda del mercado laboral global, que los moverá por diferentes partes del mundo, contribuyendo con ello a la reemigración global y permanente de trabajadores cualificados que no terminan de encontrar su “lugar en el mundo”.

Brasil no es un país para vivir y España no parece una posibilidad. En cuanto pueda me iré a otro sitio a trabajar; posiblemente me quede en Latinoamérica (mujer, 35 años).

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente / Antonio Luis Hidalgo-Capitán

Conclusiones

Desde 2008, debido a la crisis económica, miles de trabajadores españoles altamente cualificados salen cada año del país en busca de mejores oportunidades. Brasil se ha convertido en el séptimo país iberoamericano receptor de la nueva emigración española, en virtud de la rápida expansión económica de los primeros años y de las ofertas de empleo generadas directa e indirectamente por la celebración del Mundial de Fútbol y las Olimpiadas; y aunque en los últimos años la economía brasileña se encuentra en recesión y la economía española parece que está viviendo un pequeño crecimiento, la entrada de españoles a Brasil sigue siendo constante.

El perfil del nuevo emigrante español en Brasil es el de una persona joven o de mediana edad, de 25 a 44 años, procede de Andalucía, Cataluña y Madrid, y reside principalmente en Río de Janeiro y en São Paulo, casado legalmente con un conyugue brasileño, al que en muchos casos ha acompañado en su migración de retorno desde España. Estos españoles se encuentran altamente cualificados y con un gran bagaje profesional.

Los nuevos emigrantes españoles llegan a Brasil expulsados por la situación de crisis económica prolongada que padece España desde 2008 y atraídos por las oportunidades de empleo y los mayores salarios que se cobran dentro de ciertas áreas profesionales específicas. La mayoría de ellos llega buscando empleo con una visa de turista y solo un grupo minoritario lo hacen con un contrato desde el origen, mientras que un grupo importante los hace acompañando a su pareja brasileña. Una de las principales causas por la que se dirigen a Brasil es por la existencia de un sistema migratorio entre ambos países, basado en lazos con otros españoles residentes en Brasil o con las familias políticas generadas por sus matrimonios; además el conocimiento sobre el país, fruto de haber sido uno de los destinos del turismo español durante los años de bonanza económica y del acceso que los españoles tienen a la información por medio de las nuevas tecnologías de las telecomunicaciones, han contribuido a dicha emigración.

Entre las dificultades iniciales se encuentran la entrada al país (“crisis de las repatriaciones”) y las trabas burocráticas para conseguir el visado que les permita trabajar. Algunos de ellos han necesitado recurrir a las familias y amigos para poder financiar el viaje y los primeros meses de estancia. En general, están satisfechos con su proceso migratorio a Brasil, aunque sus niveles de vida son diversos, en función de sus condiciones laborales, de su nivel salarial y de su lugar de residencia. Aun así, las dificultades para obtener el visado que les permita trabajar complican el proceso migratorio e identifican como los principales problemas que padecen: la burocracia nacional; la inseguridad; la calidad de la sanidad pública y de los servicios públicos en general; las diferencias culturales; y el acceso a la vivienda.

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente / Antonio Luis Hidalgo-Capitán

Respecto de su perspectiva de futuro, son más los que desean permanecer en Brasil, que los que se plantean volver a España o los que piensan en reemigrar a otro país. O, en palabras del poeta brasileño Carlos Drummond de Andrade, son más los que tienen “na ilusão de ter saído”, que aquellos que creen que “a correnteza do rio me susurrou vagamente que eu havia de quedar lá donde me despedia” o los que sienten “não vim, perdi-me no espaço”.

Notas y referencias

- ¹ Esta investigación forma parte del proyecto de investigación "Movilidad Humana", que se enmarca dentro del Proyecto de Cooperación Interuniversitaria entre la Universidad de Huelva (España) y la Universidad de Cuenca (Ecuador) para el “Fortalecimiento institucional de la Universidad de Cuenca en materia de buen vivir y movilidad humana” (Proyecto FIUCUHU) financiado por la Agencia Andaluza de Cooperación Internacional para el Desarrollo.
- ² Carlos Drummond de ANDRADE. *Farewell*. Río de Janeiro: Record, 1996.
- ³ Ramón DÍAZ-HERNÁNDEZ, Josefina DOMÍNGUEZ-MUJICA y Juan Manuel PARREÑO-CASTELLANO. “Una aproximación a la emigración española durante la crisis económica: herramientas de estudio. *Aracne*, 198, 2015.
- ⁴ Mario IZQUIERDO, Juan Francisco JIMENO y Aitor LACUESTA. “La emigración de españoles durante la Gran Recesión (2008-2013)”. *Cuadernos Económicos de ICE*, 87: 223-240, 2014.
- ⁵ Carmen GONZÁLEZ ENRIQUEZ. “La emigración desde España, una migración de retorno”. *ARI*, 4, 17/01/2012. Carmen GONZÁLEZ ENRIQUEZ. “¿Emigran los españoles?”. *ARI*, 39, 18/09/2013. Amparo GONZÁLEZ FERRER. “La nueva migración española”. *Zoom Político*, 18, 2013. IZQUIERDO, JIMENO y LACUESTA, 2014. Lorenzo NAVARRETE. *La emigración de los jóvenes españoles en el contexto de la crisis. Análisis y datos de un fenómeno difícil de cuantificar*. Madrid: Observatorio de la Juventud en España, 2014.
- ⁶ Rosa APARICIO. *Aproximación a la Situación de los Españoles Emigrados: Realidad, Proyecto, Dificultades y Retos*. Madrid: OIM España, 2014. Andreu DOMINGO, Albert SABATER y Enrique ORTEGA. “¿Migración neohispánica? El impacto de la crisis económica en la emigración española”. *Empiria*, 29: 39-66, 2014. Susana ALBA, Ana FERNÁNDEZ y Ubaldo MARTÍNEZ. *Crisis económica y nuevo panorama migratorio en España*. Madrid: Fundación 1 de Mayo, 2013.
- ⁷ Erica MASANET. “La migración cualificada de los profesionales de la salud en Portugal y España”. *Obets*, 5(2): 243-267, 2010. Antonio ALAMINOS, M^a Carmen ALBERT y Óscar SANTACREU. “La movilidad social de los emigrantes españoles en Europa”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 129(1): 13-35, 2010. Antonio ALAMINOS y Óscar SANTACREU. “La emigración cualificada española en Francia y Alemania”, *Papers*, 95(1): 201-211, 2010. Rosalina ALCALDE, Alisa PETROFF, Amado ALARCÓN y Leonardo CAVALCANTI. *Una propuesta de estudio de las migraciones cualificadas contemporáneas desde España hacia los EE.UU.* Madrid: Instituto Franklin, 2013. Juan Manuel ROMERO-VALIENTE. *La migración española a Brasil (fines siglo XIX – actualidad)*. En: Juan

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente / Antonio Luis Hidalgo-Capitán

-
- Manuel ROMERO-VALIENTE, Antonio Luis HIDALGO-CAPITÁN, Lena Medeiros de MENEZES, Erica Sarmiento da SILVA y María Izilda Santos de MATOS. *Migraciones Iberoamericanas*. Huelva, España: Centro de Investigación en Migraciones – Universidad de Huelva, 2013, pp. 33-58. Antonio SANTOS. “Fuga de cerebros y crisis en España: los jóvenes en el punto de mira de los discursos empresariales”. *Areas*, 32: 125-137, 2013. M^a Jesús HERRERA. “Migración cualificada de profesionales de España al extranjero”. En: CIDOB. *Anuario de la Inmigración en España 2013. Inmigración y emigración: mitos y realidades*. Barcelona: Fundación CIDOB, pp. 90-109, 2014. DÍAZ HERNÁNDEZ, DOMÍNGUEZ MUJICA y PARREÑO, 2015. Almudena CORTÉS, Beatriz MONCÓ y Débora BETRISEY. *Movilidad transnacional de jóvenes españoles y latinoamericanos: una comparación en contextos de crisis*. Madrid: Centro Reina Sofía sobre Adolescencia y Juventud, 2015. M^a Jara RODRÍGUEZ-FARIÑAS, Juan Manuel ROMERO-VALIENTE y Antonio Luis HIDALGO-CAPITÁN. “Los exiliados económicos. La nueva emigración española a Ecuador (2008-2015)”. *Obets*, 10(2): 397-435, 2015a. M^a Jara RODRÍGUEZ-FARIÑAS, Juan Manuel ROMERO-VALIENTE y Antonio Luis HIDALGO-CAPITÁN. “Los exiliados económicos. La tercera oleada de emigración española a Chile (2008-2015)”. *Revista de Geografía Norte Grande*, 61: 107-134, 2015b. M^a Jara RODRÍGUEZ-FARIÑAS, Juan Manuel ROMERO-VALIENTE y Antonio Luis HIDALGO-CAPITÁN. “Los exiliados económicos. La nueva emigración española a México (2008-2014)”. *Scripta Nova*, 20, 2016. Rocío MOLDES y Fátima GÓMEZ SOTA. “¿Por qué te vas? Jóvenes españoles en Alemania”. *REIS*. (155): 151-166, 2016. Cristina VEGA, Carmen GÓMEZ MARTÍN y Ahmed CORREA. “Circularidad migratoria entre Ecuador y España. Transformación educativa y estrategias de movilidad”. *Migraciones*, 39: 183-210, 2016.
- ⁸ Se ha descartado la utilización de los datos del Padrón de Españoles Residentes en el Extranjero del INE por tratarse de datos de stock que, aunque tienen carácter anual, incluyen también a los españoles emigrados a Brasil en anteriores oleadas. En su lugar se ha optado por los datos de la Estadística de Variaciones Residenciales del INE, que como datos de flujos de carácter anual se ajustan mejor al estudio de dicho fenómeno.
- ⁹ VEGA, GÓMEZ MARTÍN y CORREA, 2016.
- ¹⁰ Salvador PALAZÓN. *Los españoles en América Latina (1850-1990)*. Madrid: CEDEAL, 1995. Ricardo Evaristo DOS SANTOS. *Política migratoria española a Iberoamérica. Aporte Brasil a través de los informes consulares en el período 1890-1950*. A Coruña: Edicions do Castro, 1996. Consuelo NARANJO. *Las migraciones de España a Iberoamérica desde la Independencia*. Madrid: CSIC y La Catarata, 2010. Esther GAMBI. *La emigración castellano-leonesa a Brasil, 1946-1962*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2012. Marília Dalva Klaumann CÁNOVAS. “Inmigrantes españoles en Paulicéia (Brasil)”. En: María Dolores PÉREZ MURILLO. *Las migraciones contemporáneas. Andalucía y América Latina*. Sevilla: Padilla Libros, 2012, pp. 159-172. María Dolores PÉREZ MURILLO. *Testimonios de un siglo de migraciones a Brasil*. Sevilla: Padilla, 2012. ROMERO-VALIENTE, 2013.
- ¹¹ Fueron 70 entrevistas, pero se excluyeron del análisis cuantitativo y cualitativo las realizadas a dos españoles residentes en Brasil antes de 2008 y a dos españoles nacidos en el extranjero; aunque la información procedente de las mismas se ha utilizado para contextualizar el fenómeno objeto de estudio.

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

Maria Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente / Antonio Luis Hidalgo-Capitán

-
- ¹² Marise MARPSATA y Nicolas RAZAFINDRATSIMAB. "Survey Methods for Hard-to-Reach Populations". *Methodological Innovations Online*, 5(2): 3-16, 2010.
- ¹³ Fabiola BALTAR y María Tatiana GORJUP. "Muestreo mixto online". *Intangible Capital*, 8(1): 123-149, 2012. Christine BRICKMAN-BHUTTA. "Not by the book". *Sociological Methods & Research*, 41(1): 57-88, 2012.
- ¹⁴ Somos conscientes de que este método de muestreo da como resultado una sobrerrepresentación de la población más joven, que es la que utiliza mayoritariamente las nuevas tecnologías de la información y las telecomunicaciones. De hecho la mitad de nuestros encuestados tienen entre 15 y 34 años.
- ¹⁵ NARANJO, 2010.
- ¹⁶ ROMERO-VALIENTE, 2013.
- ¹⁷ NARANJO, 2010.
- ¹⁸ NARANJO, 2010.
- ¹⁹ CÁNOVAS, 2012.
- ²⁰ ROMERO-VALIENTE, 2013.
- ²¹ PALAZÓN, 1995. PÉREZ-MURILLO, 2012.
- ²² ROMERO-VALIENTE, 2013.
- ²³ Javier MONTALVO. "Las empresas españolas votan por Brasil". *Expansión*, 27/10/2014.
- ²⁴ Nos centramos en estudiar la nueva emigración española a Brasil de españoles nacidos en España mayores de edad, característica común de todos los entrevistados, dado que la emigración de españoles nacidos en Brasil (en su mayoría brasileños nacionalizados españoles, mayoritariamente mujeres) y de españoles nacidos en otros países (en su mayoría extranjeros de otros países nacionalizados españoles), además de ser minoritaria, presenta unas características muy específicas y diferentes.
- ²⁵ Por aproximación, mayores de 15 años y menores de 64 años.
- ²⁶ La distribución por sexos de nuestros entrevistados es del 59% de hombres frente al 41% de mujeres.
- ²⁷ Llama la atención el gran peso relativo de los emigrantes españoles de menos de 15 años (22% del total); ello podría deberse a la migración de menores hispano-brasileños nacidos en España, hijos de brasileños residentes en España, que acompañan a éstos en su migración de retorno.
- ²⁸ Llama igualmente la atención el gran peso relativo de los emigrantes españoles de más de 64 años (14% del total); ello podría deberse a la existencia de migraciones de ida y vuelta (emigrantes españoles que residieron en Brasil durante algún tiempo, que posteriormente regresaron a España y que, una vez jubilados, se retiran a Brasil donde cuentan con un importante capital relacional generado durante sus "años brasileños") o bien a la emigración de cónyuges españoles de emigrantes brasileños que acompañan a éstos en su migración de retorno, una vez jubilados.
- ²⁹ Según el Padrón Municipal del INE, Andalucía tenía en enero de 2015 alrededor de 8,3 millones de habitantes, Cataluña 7,5 y Madrid 6,4 frente a los cerca de los 47 millones de toda España.
- ³⁰ Según datos de la EPA del INE, la tasa de desempleo en Andalucía es la mayor de España y ha pasado del 17,8% de 2008 al 25,4% en el segundo trimestre de 2016.

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente / Antonio Luis Hidalgo-Capitán

-
- ³¹ Richard ADAMS. *International Migration, Remittances and the Brain Drain*. Nueva York: World Bank Policy Research Working Papers, n°3069, Banco Mundial, 2003.
- ³² John R. HARRIS y Michael TODARO. "Migration, Unemployment and Development". *American Economy Review*, 60(1): 126-142, 1970.
- ³³ Michael PIORE. *Birds of Passage. Migrant labor and industrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- ³⁴ Antonio Luis HIDALGO-CAPITÁN y Jesús IGLESIAS. "La dimensión laboral del sistema económico mundial". En: Antonio Luis HIDALGO-CAPITÁN. *Economía Política Global*. Saarbrücken: Editorial Académica Española, Alemania, pp. 221-237, 2011.
- ³⁵ Dólares de internacionales o en paridad de poder adquisitivo. El uso de dólares PPA permite comparaciones internacionales que evitan el efecto que tienen los diferenciales del coste de la vida en diferentes países; en los casos de Brasil y España los factores de conversión en 2012 eran 0,8 y 0,9, respectivamente.
- ³⁶ Estimación a partir de información de datos del Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *As desigualdades na escolarização no Brasil*. Brasília: CDES, 2014.
- ³⁷ Se ha tomado como referencia la ganancia media anual por trabajador de "Otros técnicos profesionales científicos e intelectuales" de la Encuesta Anual de Estructura Salarial del INE.
- ³⁸ El salario medio en Brasil se estimó en 778 \$ PPA en 2009 frente a los 2.352 \$ PPA del salario medio en España, según datos de la Organización Internacional del Trabajo, recogidos en por la BBC. "Compare su salario con el promedio mundial". *BBC Mundo*, 11/04/2012.
- ³⁹ Juan ARIAS. "En Brasil se gana más que en Europa". *El País*, 5/12/2011.
- ⁴⁰ José Antonio ALONSO. *Migración internacional y desarrollo: una revisión a la luz de la crisis*. Nueva York: Naciones Unidas, 2011.
- ⁴¹ Joaquín ARANGO. "La explicación teórica de las migraciones". *Migración y Desarrollo*, 1:1-30, 2003.
- ⁴² Douglas S. MASSEY, Joaquín ARANGO, Graeme HUGO, Ali KOUAOUCL, Adela PELLEGRINO y J. Edwards TAYLOR. "An Evaluation of International Migration". *Population and Development Review*, 75(4): 699-751, 1994.
- ⁴³ MESS. *Retorno voluntario*. Madrid: Ministerio de Empleo y Seguridad Social, 2016.
- ⁴⁴ Antonio Luis HIDALGO-CAPITÁN. "Las migraciones internacionales en el contexto de la globalización". En: Juan Manuel ROMERO-VALIENTE, Antonio Luis HIDALGO-CAPITÁN, Lena Medeiros de MENEZES, Erica Sarmiento da SILVA y Maria Izilda Santos de MATOS. *Migraciones Iberoamericanas*. Huelva, España: Centro de Investigación en Migraciones – Universidad de Huelva, 2013, pp. 235-258.
- ⁴⁵ Albert O. HIRSCHMAN. *Salida, voz y lealtad*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1977. ALONSO, 2011.
- ⁴⁶ David ELLERMAN. *Policy Research on Migration and Development*. Washington, DC: World Bank Policy Research Papers, Banco Mundial, 2003. Xiaoyang LI y John McHALE. *Emigrants and Institutions*. Galway, Irlanda: National University of Ireland, 2009.
- ⁴⁷ Saskia SASSEN. *Globalization and its Discontents*. Nueva York: New Press, 1998.
- ⁴⁸ CÁMARA OFICIAL ESPAÑOLA DE COMERCIO EN BRASIL. *Cómo hacer negocios en Brasil*. São Paulo: Cámara Oficial Española del Comercio en Brasil, 2014.

Artigos

Los exilados económicos. La nueva emigración española a Brasil (2008-2015)¹

María Jara Rodríguez-Fariñas / Juan Manuel Romero-Valiente / Antonio Luis Hidalgo-Capitán

⁴⁹ ICEX. *Relaciones bilaterales*. Madrid: Instituto de Comercio Exterior, 2014.

⁵⁰ EL PAÍS. “Inversión directa española en Brasil casi se triplica en 2013 respecto a 2012”. *El País*, 13/03/2014.

⁵¹ ICEX. *Empresas españolas establecidas en Brasil*. Madrid: Instituto de Comercio Exterior, 2016.

⁵² SANTANDER TRADE. *Brasil. Inversión Extranjera*. Madrid: Santander Trade, 2016.

⁵³ SANTOS, 2013.

⁵⁴ ALONSO, 2011.

⁵⁵ Conflicto diplomático surgido a raíz de las quejas manifestadas por diversos ciudadanos brasileños por el trato recibido al entrar en España como turistas, que generó un trato recíproco por parte de Brasil, con una escalada de deportaciones por parte de ambos. A finales del 2012 se relajaron las tensiones diplomáticas y ambos países han flexibilizado recíprocamente las condiciones de entrada en su territorio.

⁵⁶ Bradford BARHAM y Stephen BOUCHER. “Migration, Remittances, and Inequality”. *Journal of Development Economics*, 55: 307-331, 1998.

⁵⁷ BARHAM y BOUCHER, 1998.

⁵⁸ MERCER. *Mercer's 2016 Cost of Living Rankings*. Warsaw, Polonia: MERCER, 2016.

⁵⁹ Julio Jacobo WAISELFISZ. *Mapa da violência 2014*. Brasília: FLACSO – Brasil, 2014.

⁶⁰ Tulio KAHN. “Crescimento econômico e criminalidade”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 7(1): 152-164, 2013.

⁶¹ Jorge DURAND. “Ensayo teórico sobre la migración de retorno”. *Cuadernos GeoFiguras*, 35: 103-116, 2004.

⁶² Douglas S. MASSEY, Joaquin ARANGO, Graeme HUGO, Ali KOUAOUCI, Adela PELLEGRINO y J. Edwards TAYLOR. *Worlds in Motion*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

⁶³ Maurice SCHIFF. *Trade, Migration and Welfare*. Washington, DC: Banco Mundial, 1998.

⁶⁴ Deborah BRYCESON y Ulla VUORELA. *The Transnational Family*. Oxford: Berg, 2002.

Texto recebido em 02 de novembro de 2016/

Aprovado em 30 de novembro de 2016

Os Mercenários do Império (1851): Os Brummer

Maria Medianeira Padoin

Carlos Eduardo Piassini

Universidade Federal de Santa Maria

Resumo: O governo imperial brasileiro empreendeu dois significativos recrutamentos de mercenários europeus, o primeiro na década de 1820, e o segundo em 1850. A experiência inicial respondia a necessidade de forças militares para proteger o projeto de independência do Brasil, enquanto a contratação de tropas germânicas na metade do século XIX dizia respeito a preparação para enfrentar a ameaça platina expressa no projeto expansionista do Governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas. Houve grandes diferenças entre essas experiências, mas o traço comum foi a passagem desses mercenários pela cidade do Rio de Janeiro. Propomos aqui um paralelo entre esses dois grupos de estrangeiros, e sua especificidade dentro do processo de imigração e colonização germânica ocorrido no Brasil, sobretudo no Rio Grande do Sul, ao longo do século XIX, destacando o caso dos *Brummer*. Essa pesquisa conta com auxílio CAPES.

PALAVRAS-CHAVE: *Brummer* – Imigração Germânica – Mercenários.

Abstract: The Brazilian imperial government undertook two significant recruitments of European mercenaries, the first in the 1820s and the second in 1850. The initial experience answered the need for military forces to protect the independence project in Brazil, while the hiring of German troops in half of the nineteenth century was about preparing to face the threat platinum expressed in the expansionist project of Buenos Aires Governor, Juan Manuel de Rosas. There were major differences between these experiences, but the common thread was the passage of these mercenaries by the city of Rio de Janeiro. We propose here a parallel between these two groups of foreigners, and its specificity within the German immigration and colonization process occurred in Brazil, particularly in Rio Grande do Sul, during the nineteenth century, highlighting the case of *Brummer*. This research has aid CAPES

KEYWORDS: *Brummer* – German Immigration – Mercenaries.

Introdução

A política de estabelecimento de colônias agrícolas no Brasil teve início com a chegada da família real portuguesa, em 1808, e esteve atrelada ao projeto de independência brasileira.¹ Até então, não existia uma política intencional do governo para a colonização. Por sua vez, a imigração era expressa na vinda espontânea de colonos brancos (em grande parte, portugueses), do cruel sistema escravocrata, e na vinda de elementos europeus através da ação do governo português. O objetivo dessas experiências iniciais, desenvolvidas no séc. XVIII, foi povoar regiões estratégicas do território colonial brasileiro desinteressantes a produção de gêneros voltados à grande exportação, como o açúcar e o café. A escolha de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para receber levas de imigrantes açorianos, além disso, visou assegurar a posse de zonas fronteiriças disputadas entre Portugal e Espanha. Como incentivo ao deslocamento desse grupo, foram

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*
Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

concedidas grandes vantagens: o pagamento do transporte, a demarcação prévia das terras, o fornecimento gratuito de instrumentos agrícolas, sementes e animais, e incentivos monetários.²

O empreendimento migratório desenvolvido pelo governo imperial (1822-1889)³ ao longo do século XIX apresentou objetivos diferentes para a região Sul em relação a região Sudeste. O investimento em estrangeiros, quanto ao Sudeste, teve relação com as pressões inglesas para a extinção do uso de trabalho escravo no Brasil. A estratégia foi substituir a mão-de-obra cativa das lavouras por assalariados europeus. Embora, em um primeiro momento tenha sido onerosa tal finalidade, a médio e longo prazo mostrou ser uma alternativa vantajosa ao problema da mão-de-obra que ganhava corpo. A maior fração numérica de imigrantes instalados no Brasil ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX deu-se, justamente, nas regiões produtoras de bens agrícolas destinados ao mercado externo, exigentes em mão-de-obra.⁴

Para o Sul, sobretudo Santa Catarina e Rio Grande do Sul, as políticas imperiais voltadas à colonização pretendiam povoar as terras devolutas da Província e garantir sua hegemonia nas regiões de fronteira. Para tanto, incentivaram a instalação do trabalho livre, o regime da pequena propriedade, a agricultura subsidiária e a mão-de-obra branca.⁵ Além disso, a colonização no Sul foi defendida sob o argumento da necessidade do adensamento populacional e diversificação da produção para o crescimento econômico da região. O primeiro aspecto ia de encontro ao lento crescimento populacional natural. Frente a isso, sob a ótica de políticos que rejeitavam a população local por eles considerada inconveniente e inferior, o braço europeu foi considerado mais apto ao trabalho agrícola. O segundo aspecto respondia ao enfraquecimento da produção de gado rio-grandense, ao papel secundário dado a agricultura e à necessidade de modificar práticas locais, engessadas.⁶

O desejo de ampliar o abastecimento do mercado interno brasileiro com gêneros primários, entre outras questões, era fruto das consequências das pressões inglesas, a partir de 1810, para o fim do tráfico de escravos. Com isso, grandes fazendeiros, mais capitalizados, passaram a comprar dos pequenos proprietários produtores de alimentos o máximo de escravos que podiam. Assim, os gêneros de primeira necessidade se tornam escassos e seu preço subiu de forma alarmante. Esta situação pesou na decisão do governo em estabelecer colônias de estrangeiros fundamentadas na pequena propriedade e no uso da própria força de trabalho nas regiões não ligadas diretamente à produção de produtos para o mercado externo. Dessa forma, atenuaram-se os efeitos da falta de gêneros primários e permitiu-se a migração dos braços escravos destas regiões para as regiões monocultoras.⁷

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*
Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

A Imigração de elementos germânicos para o Rio Grande do Sul conheceu seu auge ao longo do século XIX, quando foram constituídas colônias de caráter oficial - empreendidas pelos governos Imperial e Provincial, e particulares - empreendidas pela iniciativa privada. As motivações principais desse projeto colonizador foram várias: respondeu a uma política de branqueamento; serviu como estratégia para o combate aos povos indígenas; constituiu um esforço de segurança nacional através da ocupação das terras meridionais, e da produção de alimentos para o abastecimento dos militares aquartelados na região; respondeu a uma necessidade de valorização fundiária, transformando a terra de áreas consideradas marginais em relação ao latifúndio em mercadoria rentável; e, sobretudo, possibilitou a ampliação de um estrato médio da sociedade, com capacidade maior de gerar e consumir produtos.⁸

A política de colonização germânica no Rio Grande do Sul teve início em 1824, com a chegada e instalação de 38 imigrantes nas terras da Real Feitoria do Linho Cãnhamo,⁹ posteriormente denominada Colônia de São Leopoldo. Os colonos ali estabelecidos receberam as vantagens dadas aos colonos estabelecidos em Nova Friburgo,¹⁰ no Rio de Janeiro. Além de São Leopoldo, foram fundadas no Rio Grande do Sul, em 1826, mais duas colônias, sob a responsabilidade do governo imperial: Três Forquilhas, no nordeste do território rio-grandense, e São Pedro de Alcântara das Torres, mais ao norte. Estas duas colônias objetivavam a construção de um porto em Torres e a abertura de canais de navegação nas lagoas que margeiam seus territórios. Assim como Nova Friburgo e São Leopoldo, os colonos direcionados para lá receberam concessão gratuita de terras, ferramentas e outros subsídios.¹¹ A partir daí e ao longo de todo o século XIX, mais de 80 colônias, tanto particulares como de cunho oficial, foram fundadas no Rio Grande do Sul e receberam imigrantes germânicos.¹²

Houve duas experiências destoantes do modelo geral do processo imigratório e colonizador desenvolvido no Brasil durante o período imperial (1822-1889). Outra grande pretensão do empreendimento imigratório foi o recrutamento de soldados para engrossar as fileiras das forças imperiais. Enquanto grandes contingentes de imigrantes foram direcionados para o trabalho em pequenas propriedades e para a substituição da mão-de-obra escrava nas grandes lavouras de exportação, dois grupos vieram contratados como mercenários. A seguir, trataremos deles, pois é nosso objetivo apresentar um paralelo entre esses dois grupos de estrangeiros militares, destacando o caso dos *Brummer*.¹³

O recrutamento de mercenários: de D. Pedro I a D. Pedro II

No Brasil, o século XIX caracterizou-se, sobretudo em sua primeira metade, pela instabilidade política, tanto interna quanto externa. Ao mesmo tempo havia grande resistência de algumas Províncias a aceitarem a hegemonia do Sudeste, e a construção e consolidação dos Estados Nacionais sul americanos geravam situações de extrema volatilidade nas relações de poder e nas fronteiras dos mesmos. Os líderes locais precisavam contar com capacidade acurada para acompanhar as constantes mudanças do cenário político a fim de se manterem expressivos naquele contexto frente uns aos outros.¹⁴ Estar preparado militarmente era uma necessidade.

Antes mesmo de 1822, quando o Brasil foi declarado politicamente independente de Portugal, D. Pedro I procurou constituir uma força militar para enfrentar possíveis represálias da antiga Metrópole, e para isso buscou contratar mercenários¹⁵. Coube ao Major Jorge Antonio Aloisio von Schaeffer, Ajudante de Ordens da Princesa Leopoldina, o trabalho de recrutar soldados sob o disfarce de colonos, e também colonos propriamente ditos. A estratégia do disfarce se fazia necessária frente às determinações do Congresso de Viena (1814-1815) que proibiam a formação de novos exércitos de mercenários sob a alegação de evitar o surgimento de “novo” Napoleão Bonaparte. As instruções a Schaeffer determinavam que os soldados tornar-se-iam colonos após seis anos de serviço, e os colonos seriam soldados em caso de necessidade. Para a missão de recrutar colonos e “colonos”, Schaeffer montou uma agência em Hamburgo e nomeou por conta própria *cônsules* em Bremen, Frankfurt e outros lugares de menor importância para auxiliá-lo. Além de recrutar soldados sob o disfarce de colonos e colonos de fato, Schaeffer deveria, segundo as instruções de José Bonifácio, relacionar-se secretamente com agentes brasileiros no exterior, bem como com Diplomatas, a fim de fazer propaganda positiva do Brasil, fomentar a emigração para o Brasil e propagandear aos Europeus a recente Independência brasileira.¹⁶

As instruções¹⁷ falavam em emigração espontânea; isto é, os emigrantes deveriam pagar as despesas do próprio bolso. O governo imperial brasileiro, naquela situação, não tinha o menor interesse em financiar imigrantes. O objetivo era o recrutamento de soldados. Nesse sentido, a verba com que Schaeffer foi contemplado deveria ser empregada apenas no pagamento da viagem dos germânicos destinados ao serviço militar do Império. Quanto aos colonos, eram tolerados apenas para disfarçar o recrutamento militar, e deveriam custear eles próprios os seus gastos de transporte. Entretanto, Schaeffer decidiu não obedecer essa recomendação, e permitiu que imigrantes sem pretensões ao engajamento no exército viajassem por conta do Tesouro Imperial. A desorganização e falta de

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*
Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

método que caracterizaram o trabalho de Schaeffer, agravadas pela desonestidade de seus auxiliares em mascarar o recrutamento e burlar a vigilância da polícia germânica, impediram qualquer controle rigoroso sobre os recrutados. A confusão entre colonos e soldados gerou consequências na chegada ao Brasil. Para o Governo Imperial, a forma de diferenciar as duas categorias residia na questão do pagamento da passagem: aqueles cuja viagem tivesse sido financiada pelo governo teriam de assentar praça no Exército. A determinação afetou diversos colonos, obrigados a ingressar na dura vida militar por terem viajado gratuitamente em consequência da desautorizada benevolência de Schaeffer, ou enganados por falsas promessas e garantias dadas pelos auxiliares. Apesar dos protestos, foram para os quartéis e suas famílias para a mendicância.¹⁸

As cidades germânicas, pouco a pouco, passaram a dificultar as atividades de Schaeffer e seus auxiliares.¹⁹ Com essa atitude, esperavam evitar uma espécie de escravidão branca para o Brasil. A nova postura era consequência das reclamações daqueles que se haviam sentido enganados pelas promessas não cumpridas, e de notícias da situação pouco amistosa encontrada no Brasil. As tarefas a cargo do major von Schaeffer, isto é, visitar governos europeus na busca do reconhecimento da independência do Brasil e organizar e contratar colonos soldados para povoarem as regiões de fronteira do Sul do Império e formarem um regimento de estrangeiros, não foram exitosas, pelo contrário, resultaram em completo descrédito da imigração para o Brasil entre os opositores de Dom Pedro I e entre a maioria dos governos europeus, especialmente no território germânico.²⁰

Frente às dificuldades, cada vez maiores, de Schaeffer em conseguir novos imigrantes, não só pelos obstáculos das cidades avessas ao seu trabalho de recrutamento, mas, sobretudo, por conta do desgaste de sua imagem, o governo imperial, envolvido com a Guerra da Cisplatina (1825-1828), investiu na imigração de irlandeses. As primeiras levas chegaram ao Brasil em 1827.²¹

As condições de serviço militar impostas a essa massa de imigrantes, tanto germânicos quanto irlandeses, fomentou insubordinações e descontentamentos. Parcela considerável negou-se a servir no exército sob o argumento de terem migrado com a finalidade de serem colonos. O ápice do descontentamento aconteceu com a grande rebelião de junho de 1828, iniciada a partir da indignação frente ao injusto castigo aplicado a um soldado germânico. Oficiais foram vítimas de violência física, ocorreram assaltos a vendas e bares atrás de vinho e cachaça, assaltaram os depósitos de armas dos quartéis onde estavam alocados, e aconteceram confrontos com escravos. As notícias das rebeliões mercenárias alarmaram os moradores do Rio de Janeiro. Houve quem fugiu e quem se armou. Inúmeros escravos receberam porretes, armas, pistolas e facões para perseguir e

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*
Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

matar qualquer soldado estrangeiro, e foi o que fizeram. Os escravos não só mataram como mutilaram algumas de suas vítimas. A situação foi controlada por tropas do Conde de Rio Pardo e pelo auxílio de forças navais inglesas e francesas que desembarcaram no Rio de Janeiro.²²

Houve uma crise ministerial com a rebelião dos Mercenários. O Ministro da Guerra, por sua atuação vexaminosa, perdeu o cargo, e vários outros ministros pediram demissão em solidariedade. Tais acontecimentos deram fôlego para as críticas dos Deputados, que voltaram a atacar D. Pedro I com vigor. Assim que tiveram fim as operações militares contra os sublevados estrangeiros, a embaixada inglesa no Rio de Janeiro deixou bem claro ao governo brasileiro que os irlandeses deveriam ser licenciados do Exército Imperial e os que desejassem voltar para a Irlanda deveriam ser atendidos nessa pretensão. Não seriam admitidos quaisquer processos criminais contra os irlandeses, considerados cidadãos britânicos, ainda que de comprovada participação na rebelião. Assim, quase a totalidade dos irlandeses, então aquartelados na Praia Vermelha, escolheu voltar para a Irlanda. Foi uma tarefa difícil e demorada, repleta de reclamações diplomáticas e sabotagens burocráticas.²³

Quanto aos germânicos, a ideia foi identificar e punir “os cabeças do motim”, enquanto os demais seriam reorganizados e enviados para longe da Corte, ou seja, para o Sul, onde a guerra continuava e onde soldados eram necessários. Grande parte deles foi para o Rio Grande do Sul, sobretudo para São Leopoldo, onde há, por exemplo, o registro da entrada de 565 solteiros em São Leopoldo em 1829. Alguns ficaram no Rio de Janeiro, outros foram para Santa Catarina, e alguns embarcaram para o norte do país, se estabelecendo na Bahia e em Pernambuco. Em 1831, já não havia praticamente nenhum germânico no exército imperial brasileiro.²⁴

A primeira experiência de recrutamento de mercenários germânicos, portanto, passou longe dos objetivos iniciais de D. Pedro I de substituir as tropas portuguesas e, ao mesmo tempo, proporcionar uma tropa modelo ao exército brasileiro. Nas cidades germânicas ficou o receio quanto ao Brasil como destino para imigrantes. No Rio de Janeiro ficou o trauma resultante da descontrolada rebelião dos mercenários bebedores e desordeiros, que posteriormente, em 1851, serviu como argumento de oposição ao novo projeto de recrutamento de mercenários proposto pelo governo imperial.

As falas de alguns Conselheiros de Estado do Imperador expressam bem essa questão. Em reunião do Conselho de Estado do Império²⁵ de 1º de agosto de 1850, o Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Manuel Felizardo

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*
Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

de Sousa e Melo, buscou convencer o referido Conselho da importância do recrutamento de estrangeiros para engrossar as forças imperiais necessárias na defesa do território brasileiro contra a ameaça da Confederação Argentina.²⁶ Após a exposição de seus argumentos, os conselheiros apresentaram seus votos e considerações. O Conselheiro Paula e Sousa considerou a proposta do Ministro repleta de problemas, tanto pelo lado financeiro, como pelo político. Para ele, seriam altos os custos com o engajamento, e com a posterior doação de terras aos estrangeiros interessados em permanecer no Império brasileiro, mas não só isso, também as passagens e o pagamento do soldo seriam deveras onerosos. Problematicou a origem desses estrangeiros: deveria ser descartada a hipótese de buscar soldados em Portugal, pois isso iria desafiar a suscetibilidade nacional, entretanto, ainda assim deveriam vir da Europa, com uma ressalva: o engajamento em Estados classificados como absolutistas poderia chocar a opinião brasileira, pois representaria uma ameaça imperialista. Descartava a Inglaterra, já que mantinha tratados com Buenos Aires. Outro ponto destacado foi a possível incompatibilidade das tropas estrangeiras com as nacionais, capaz de produzir rivalidades. Para enfatizar sua posição contrária ao recrutamento, ele lembrou aos seus colegas a desastrosa ocasião de 1828, quando tropas estrangeiras insubordinadas causaram problemas ao Governo e deixaram o Rio de Janeiro em estado de caos.²⁷

Da mesma forma, o Conselheiro Alves Branco mostrou pouca simpatia com a proposta de contratar mercenários. Ele lastimou julgarem inevitável a guerra contra Buenos Aires, e principalmente o entendimento de ser necessário trazer dez mil estrangeiros armados para o Brasil. Recomendava ao governo continuar trabalhando para evitar o iminente conflito, mas na situação de não haver mais como fugir, considerava ser responsabilidade do povo brasileiro cumprir a defesa do Império, e não de soldados estrangeiros provindos das cadeias, e das classes mais degradadas, e anárquicas da Europa. O menosprezo às tropas que seriam recrutadas no exterior provinha do mau exemplo deixado pelos elementos estrangeiros introduzidos no Brasil durante o primeiro reinado, logo depois da independência.²⁸

O jornal *Grito Nacional*, quando da chegada dos primeiros legionários de 1850 ao Brasil, publicou artigo, em 12 de junho de 1851, atacando de forma irredutível o governo imperial. Depois de lembrar os acontecimentos de 1828, ou seja, os excessos dos legionários germânicos e irlandeses e as consequências para o Imperador D. Pedro I, a reportagem usou da visão de “mercenário” como indivíduo espúrio.

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*

Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

Nos primeiros dias de junho de 1851 foram desembarcados dos navios ‘Hamburg’ e ‘Danzig’ 532 máquinas mortíferas humanas, contratadas para o serviço do Brasil. Mercenários não merecem confiança. No ano de 1525 abandonaram mercenários suíços /.../ o exército francês, e Francisco I foi preso na batalha de Pavia. Foram mercenários do imperador Honório, que entregaram as bandeiras ao inimigo e junto com elas os desfiladeiros dos Pirineus. Foram eles que provocara mau saque povos bárbaros, com os quais estavam de conluio. Além disso fornecer a história antiga muitos exemplos semelhantes. Sob o governo de Napoleão desertou um regimento de suíços e fez causa comum com os espanhóis[sic].²⁹

A reportagem acreditava assim estar fornecendo provas suficientes de que mercenários estrangeiros eram instrumentos de um governo despótico, e não defensores da pátria, já que se vendiam a quem lhes pagasse mais. Apesar disso, acusava o Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, apoiado pela maioria da Câmara dos Deputados, de conseguir enganar o Imperador e extorquir-lhe a lei que permitiu recrutar mercenários estrangeiros,³⁰ uma vergonha e humilhação para a nação. Não fosse suficiente isso, reclamava que os mercenários, já Brasil, recebiam rancho e equipagem melhor do que a dos soldados brasileiros, sem contar que a eles não se aplicava o chicote para correções disciplinares, pois crimes cometidos por eles eram julgados pelas leis militares do Reino da Prússia. Pareciam mais um exército de conquistadores com todos aqueles privilégios “/.../ainda que não passam de mercenários, Lazaronis miseráveis, que vendem por pura miséria o seu corpo a preço de sangue”.³¹

Enquanto os conservadores, no poder, mostravam-se favoráveis a ideia de contar com mercenários, os liberais fizeram oposição, combatendo o projeto desde o começo sob o argumento de que o governo não tinha a intenção de empregar os estrangeiros na defesa do país, mas sim usá-los como instrumento de despotismo. Além disso, reclamavam que os mercenários estavam recebendo melhor tratamento do que os soldados brasileiros, pois estavam subordinados às normas militares do Reino da Prússia, e não aos duros artigos de guerra do Conde Lipe, usados no exército brasileiro.³²

A imprensa expressou essa oposição. O jornal “Radical”, do Rio de Janeiro, edição de 12 de outubro de 1850, meses antes da chegada dos primeiros mercenários, protestou:

Não queremos recrutamentos no estrangeiro. Infeliz a nação obrigada a apoiar sua posição, honra e dignidade em baionetas de mercenários estrangeiros e por um exército, movido somente pela cupidez do dinheiro O amor da glória, o pensamento da defesa de parentes e amigos, os

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*

Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

sentimentos nacionais, a convicção de salvar a honra da pátria, são os impulsos poderosos, que instigam os soldados nacionais a grandes empresas, a arrojarem-se decididamente a todos os perigos, a arriscar a própria vida. Que finalidade pode ter o mercenário estrangeiro? Quais os seus ideais? Quais os seus imperativos no dia da batalha? O dinheiro!...³³

O Ministério da Guerra expôs os motivos do recrutamento ao público leitor em artigo do jornal *Riograndense*, de 30 de abril de 1851. De acordo com a nota, o governo tinha opinião destoante daqueles que censuravam o recrutamento da legião estrangeira, e apontava quatro motivos da importância daquela medida para o Brasil: poupariam as vidas de 3.000 brasileiros; poderiam adquirir, através daquelas tropas uma divisão disciplinada, um modelo para as tropas brasileiras; haveria a dupla vantagem em ter, durante certo período, ótimos soldados e, quando encerrado o tempo de serviço, iriam dispor de no mínimo 2.000 bons colonos; por fim, o recrutamento dos estrangeiros deixaria em paz 3.000 brasileiros ocupados na agricultura ou na indústria. Além disso, seriam adquiridos cerca de 3.000 novos consumidores com a vinda desses soldados. Portanto, o governo reafirmava ser o recrutamento um negócio proveitoso para o país.³⁴

Apesar da forte oposição política, das críticas na imprensa e da sombra deixada pela fracassada primeira experiência com o recrutamento de mercenários europeus na década de 1820, o governo imperial brasileiro realizou a contratação de mercenários em território germânico.

A *Legião Alemã* foi formada por soldados provenientes da dissolução do exército dos ducados de Schleswig-Holstein,³⁵ por pessoas sem ofício, e, finalmente, por “elementos envolvidos na delinquência e afundados na bebedeira”.³⁶ A diversidade dos recrutados é exemplificada em uma fala de Karl Von Koseritz proferida na palestra “Cenas da vida militar brasileira”:

Figuravam velhos lanscenetes que aviam militado na ÀFRICA, na ÍNDIA, na POLÔNIA, até na ESPANHA, de par com temros cadetes, bem como educandos forajidos das Reaes Escolas Militares, etc. Lejionários ce aviam sido ofisiaes, davam grasas a Deus se consegiam emgajarse como sargentos; outros resebiam por superiores ierarcicos omens ce aviam sido seus subordinados; já outros possuíam cultura e instrução superiores à de muintos dos ofisiaes /.../. [sic].³⁷

A missão de constituir a força germânica foi dada ao Tenente-Coronel Sebastião do Rego Barros, Conselheiro de Sua Majestade o Imperador, Comendador da Ordem de São Bento de Aviz e Veador de Sua Majestade, A Imperatriz, enviado à Europa em fins de 1850. Também recebeu a tarefa de adquirir o correspondente armamento e equipamento para os recrutados, isto é, armas e uniformes.³⁸ Ao

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*
Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

contrário da experiência de Schaeffer com a primeira leva de mercenários contratados pelo governo brasileiro, Barros agiu na legalidade, autorizado oficialmente pelo Senado da cidade de Hamburgo. O trabalho de recrutamento foi realizado por uma ampla rede de agenciadores, que cobriu diversas cidades da Confederação Germânica. Difundiram o convite ao engajamento através da imprensa germânica, de panfletagem, e mesmo através do clássico rufar de tambores nas praças e ruas.³⁹

O trabalho em Hamburgo e em cidades vizinhas deveria ocorrer com cuidado e atenção, para engajar apenas os melhores e mais competentes elementos, no intuito de evitar episódios similares àqueles protagonizados pelos mercenários do Imperador D. Pedro I. Além disso, deveriam constituir uma força exemplar, e posteriormente, quando concluído o serviço militar, tornarem-se bons colonos. Entretanto, por mais que Rego Barros procurasse atender os interesses do governo imperial, ele não podia controlar todas as circunstâncias envolvendo o trabalho de recrutamento, ao mesmo tempo, não dominava a língua alemã, por isso atribuiu o recrutamento a vários agentes que, com poucas exceções, encaravam sua incumbência como oportunidade para tirar proveito próprio, ignorando os interesses do governo e da legião a ser constituída.⁴⁰

Apesar da liberdade para agir em Hamburgo, Barros encontrou obstáculos em seu trabalho. O modo mais efetivo de ataque foi realizado através de propaganda difamatória nos jornais germânicos. A imprensa desestimulava os engajamentos e amedrontava os eventuais contratados alertando, muitas vezes, para os perigos que os aguardavam no Brasil, desde “índios antropófagos, cobras venenosas, feras selvagens, negros bandidos, vida miserável até doenças horrorosas”.⁴¹

Na edição de 6 de fevereiro de 1851 do jornal *St. Pauli Reform*, o major-general von Gerhard chamava os recrutadores de “infames traficantes, empenhados em adquirir a sua mercadoria barato aqui, para venderem caro lá”. A visão dos auxiliares de Rego Barros como aliciadores mal-intencionados repete-se em artigo do jornal *Freischuetz* de 8 de julho de 1851, intitulado “Castigada a audácia de um traficante de almas”. Nem todas as cidades próximas a Hamburgo admitiam a atividade de recrutamento, como no caso de Berlim, onde um dos recrutadores de Barros, antigo oficial prussiano, foi preso tentando engajar oficiais da reserva, sujeitos ao serviço militar na Prússia.⁴²

O jornal *Hamburger Nachrichten* de 04 de abril de 1851 destacava o elevado número de alistados na Legião Estrangeira desiludidos antes mesmo de partirem para o Brasil. Cerca de 70 recrutados haviam deixado o navio Hamburg após receberem o prêmio pela assinatura do contrato, de 25 táleres, e o sustento enquanto não

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*

Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

partiam. A intenção, parece, era estimular mais desertores. Houve quem, por experiência própria ou em vista da má fama deixada pelos acontecimentos de 1828, guardasse recordações pouco agradáveis do Brasil e se empenhasse em evitar o recrutamento.⁴³ Acreditando prestar bons serviços aos seus conterrâneos, jogaram água fria nas ilusões de muitos jovens interessados no engajamento. Exemplo disso foi a ação de Samuel Gottfried Kerst, mercenário no Exército Imperial brasileiro entre 1824 e 1830, preso por conta da revolta dos mercenários em 1828, licenciado e enviado de volta a Europa. Ele atacou o Brasil através da publicação de livros e artigos.⁴⁴ O legionário Júlio Jorge Schnack relata,

Era a contragosto da população e à revelia dos princípios dos democratas que nós, soldados das guerras de libertação, embarcávamos para lutar em um país monárquico e escravocrata, contra uma República. Eles não sabiam que o cidadão brasileiro, onde o povo criava suas leis através de seus representantes eleitos, vivia em maior liberdade que os argentinos sob a tirania do ditador Rosas. Nós jovens e inexperientes pouco sabíamos sobre este estado das coisas e assim aconteceu que, através de informes falsos que não tínhamos como avaliar, cresceu entre nós uma certa aversão contra o lugar de nossas futuras atividades.⁴⁵

Havia, portanto, grande oposição de parte da imprensa e da população local ao recrutamento dos mercenários, sobretudo em relação as tentativas de aliciar os mais jovens. Por outro lado, o recrutamento também encontrou defensores. O jornal *Hamburger Nachrichten*, de 31 de março de 1851, defendia o engajamento considerando a atividade militar nele imbricada tão digna como tantas outras. O redator do jornal *Wiener Zeitung*, Dr. Leopold Schweitzer, foi agraciado pelo governo brasileiro com a Comenda da Ordem da Rosa, por ter publicado artigos benéficos sobre a imigração no Brasil e as condições peculiares do mesmo.⁴⁶

Como apontou o jornal *Zeitung fuer Norddeutschland*, em março de 1851, para muitos dentre os engajados só havia a perspectiva da perseguição, miséria e prisão na permanência em Hamburgo, portanto, o recrutamento de mercenários para o exército brasileiro surgiu como uma saída desesperada.⁴⁷ Ciente disso, em parte, o governo de Hamburgo não reprimiu a atividade brasileira, vista como uma forma de se desembaraçar de tantos agitadores e desocupados. Além disso, o armamento comprado aos soldados por Rego Barros representava bons negócios aos comerciantes locais.⁴⁸

Muitos dos engajados estavam convencidos de que, além-mar, poderiam deixar de lado os compromissos assumidos em contrato quando lhes aprobelesse. Essa era uma perspectiva que considerava o alistamento brasileiro apenas como um meio de chegar à América. Aliás, muitos dos recrutados, até o último momento, duvidavam

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*
Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

que se pretendesse seriamente fazê-los soldados no Brasil. À vista destas circunstâncias, mais da metade de todos os engajados se constituiu de artífices, que tinham ouvido falar dos elevados salários nas grandes cidades da América do Sul. O restante era de velhos soldados, e de desocupados “vagabundos e bebedos [sic] inimigos do trabalho”⁴⁹, que provavelmente tencionavam buscar no Brasil ouro e diamantes. Essa variedade na constituição da legião já apontava o seu insucesso militar. Parte considerável da força mercenária adveio da dissolução do exército de Schleswig-Holstein, empregado na luta contra a Dinamarca durante a década de 1840 por questões históricas relacionados à Fronteira, acirradas após o Congresso de Viena. Era uma massa de voluntários caracterizada como “Gente urbana, artistas, intelectuais, boêmios”; ou seja, pessoas sem o devido preparo militar.

/.../esses voluntários desmobilizados, em sua gritante maioria, eram moços alemães ideologicamente frustrados devido ao arrasador fracasso das revoluções de 1848; politicamente indignados com o esvanecimento do acalentado sonho de uma unificação alemã, com a retirada prussiana da Dinamarca; espiritualmente desiludidos de seus líderes e causas europeias, sentindo-se mesmo traídos e abandonados em seus ideais. Em suma, almas desorientadas em busca de novos valores. Pior de tudo, com o sustento pessoal comprometido.⁵⁰

Rego Barros encontrou aí os oficiais da tropa legionária que, ao lado de outros soldados de Schleswig-Holstein, eram indivíduos bem situados socialmente, de elevado padrão cultural e moral e muitos deles membros da nobreza germânica.⁵¹ Esses combatentes eram bem diferentes daquele contingente de mercenários enviado ao Brasil por Schaeffer em 1824. Entretanto, é lúcido apontar que nem todos os recrutados das fileiras dos exércitos dos ducados derrotados pela Dinamarca respondem às características antes apontadas. Certamente havia soldados experientes, mas ao mesmo tempo o oposto também existia.

Após seis meses de trabalho, Rego Barros e seus auxiliares terminaram com êxito a contratação de aproximadamente 1.800 mercenários para a formação da *Legião Alemã* (*Deutsche Legion*). Chegava o momento de embarcá-los para o Brasil.⁵² Seguindo as ordens do governo brasileiro, foram organizados um batalhão de infantaria, composto por seis companhias, um batalhão de artilharia, composto de quatro companhias, e um batalhão de sapadores, ou pontoneiros, com duas companhias, na respectiva proporção de 50%, 30% e 20% do efetivo total.⁵³

Dessa vez, a contratação de forças estrangeiras respondia à necessidade do governo imperial estar preparado para enfrentar a ameaça do governo de Buenos Aires, expressa nas pretensões do autoritário líder Juan Manoel de Rosas e no conflito denominado Guerra Grande (1839-1852), ou Guerra contra Oribe e Rosas

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*
Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

(1851-1852). Ao envolver outros Estados que não apenas aqueles localizados na região do rio da Prata, este conflito adquiriu caráter internacional. Foram protagonistas: Buenos Aires, Corrientes, Santa Fé, Montevideu, Entre Rios, Paraguai, Brasil, França e Inglaterra. De modo geral, dentre as motivações dos envolvidos, podemos citar os fortes interesses econômicos franceses e ingleses no rio da Prata, a existência de planos expansionistas por parte de Buenos Aires, bem como sua hegemonia econômica sobre os demais Estados da Confederação Argentina, a defesa da autonomia e independência do Paraguai e do Uruguai, e a intervenção brasileira com o intuito de combater a ameaça de Buenos Aires.⁵⁴

Juan Manuel de Rosas governou Buenos Aires com poderes ditatoriais e praticou um federalismo peculiar, pois apesar de permitir a autonomia política das províncias pertencentes à Confederação Argentina, guardou para si o domínio econômico da região ao negar abrir os portos do litoral ao comércio direto com a Europa e ao nacionalizar as rendas da aduana portenha.⁵⁵ Rosas construiu seu governo explorando a terra como mercadoria ao torna-la instrumento de cooptação política, perseguindo os Unitários, e todos seus demais adversários políticos, formando um exército regular, enfrentando as pretensões estrangeiras e fazendo uso de eficaz propaganda pessoal entre a população. O autoritário líder portenho almejava expandir o poder de Buenos Aires anexando à Confederação Argentina os Estados do Paraguai e Uruguai, a fim de constituir outra vez o Vice-reino do Rio da Prata.⁵⁶

Nesse cenário, o Uruguai passava por turbulências ocasionadas pelo conflito gerado pela oposição entre dois grupos: os *blancos* (enraizados no meio rural, combateram a intervenção franco-inglesa e permaneceram fiéis à tradição hispânica de ordem autoritária) e os *colorados* (ligados ao meio urbano, compartilhavam das ideias das correntes liberais europeias e contavam com o apoio dos imigrantes da Europa revolucionária e refugiados perseguidos pelo governo autoritário de Buenos Aires). Em 1839, Fructuoso Rivera - integrante do grupo dos *colorados* - chegou à presidência do Estado Oriental, após a vacância do cargo, deixado através de renúncia por Manuel Oribe, ligado aos *blancos*. A mudança no poder havia sido consequência da intensa campanha de Rivera contra Oribe. A tal ponto comprometido com as forças que o haviam auxiliado (os farrapos rio-grandenses, os emigrados unitários argentinos e a esquadra francesa), foi forçado a declarar guerra à Rosas.⁵⁷

A possibilidade de concretizar o projeto de anexação do Uruguai à Confederação Argentina ganhou fôlego a partir da aliança entre Rosas e Oribe. A maior expressão disso foi o longo cerco a Montevideu, iniciado em 1843 e mantido por mais de oito anos pelas forças de Oribe. O apoio de Rosas deu-se na oferta de

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*

Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

soldados e recursos financeiros. A resistência de Montevideu durante tanto tempo foi possível, sobretudo, graças ao auxílio franco-inglês e sua saída para o mar, por onde recebia víveres, mercadorias, dinheiro e rendas para sua aduana. O apoio estrangeiro refletia o receio frente à possibilidade de Oribe tomar o poder no Uruguai, pois isso significava o êxito do plano rosista de sua anexação à Confederação Argentina. Consequentemente, o Rio da Prata perderia seu caráter de rio internacional, livremente navegável. Os europeus desejavam a negociação direta com o litor, o Paraguai e o Uruguai, e não estavam dispostos a suportar a intermediação de Buenos Aires e os elevados impostos aduaneiros que teriam de pagar.⁵⁸

Quanto ao Brasil, passou a envolver-se efetivamente no conflito contra Oribe e Rosas ao deparar-se com as mudanças do final da década de 1840, quando rompeu relações com Buenos Aires após longo desgaste diplomático. A consolidação do Estado Nacional brasileiro estava praticamente completa, portanto já não precisava mais dedicar tantos recursos e energias para solucionar problemas internos, ou seja, seria mais fácil olhar para os Estados vizinhos. Ao mesmo tempo, os Conservadores chegaram ao poder, instalando uma política externa mais agressiva em relação àquela praticada pelo governo Liberal. A pressão anglo-francesa sobre Buenos Aires caiu por terra, quando Rosas firmou acordos com a Inglaterra e a França, deixando Montevideu vulnerável. Para o governo imperial, Rosas passou a ter grandes chances de obter a vitória na guerra civil no Uruguai e, sem dúvida, a próxima vítima seria o Paraguai. Nessa perspectiva, logo chegaria a vez do Brasil enfrentar os interesses expansionistas do autoritário líder portenho. Ainda, interessava ao governo brasileiro garantir a livre navegação nos rios afluentes do Prata, estancada por Buenos Aires, pois a única maneira de chegar à Província do Mato Grosso, enclausurada por terra, era através dos rios Paraná e Paraguai. Essas questões levaram o Brasil, em 1851, a auxiliar os *colorados* sitiados em Montevideu, ocasião na qual foram assinados cinco tratados que favoreceram o Brasil e debilitaram a autonomia do Uruguai.⁵⁹

O contexto bélico da metade do século XIX na região do rio da Prata, portanto, levou o governo imperial brasileiro a empreender nova contratação de mercenários. Segundo o Ministro da Guerra, aquela era a estratégia mais viável para engrossar as fileiras do exército imperial,

O único recurso, que resta para defender nosso território e obtermos de nossos vizinhos aquela consideração, de que nenhuma nação independente pode prescindir, é o de braços estrangeiros. Uma divisão de dois mil homens, um pouco habilitados para o serviço militar (Infantes, Artilheiros) munidos de armas melhoradas pelas novas invenções, dariam um poderoso

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*

Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

auxílio de oito mil bons combatentes elevando o nosso efetivo no teatro da guerra a vinte duas mil praças, que pela sua tática, disciplina e força de armas, lutariam com vantagem contra o exército pouco regular de nossos vizinhos, e lhes tirariam mesmo todo o desejo de insultar-nos, agredir-nos, e de praticar as ofensas, e injustiças, a que são avezados. A despesa pois que se houver de fazer com o engajamento da divisão estrangeira, nos poupará gastos muito superiores, provocados pela guerra estrangeira e evitará ultrajes à honra, e dignidade brasileira.⁶⁰

Os integrantes da *Legião Alemã* receberam a alcunha de *Brummer*. Não se tratou de uma denominação oficial dada dentro do exército, mas sim de um apelido extraoficial conferido a eles pelos brasileiros. O legionário Cristóvão Lenz, em suas memórias, explica que:

Nós obtivemos este nome porque trocávamos por um copo de cachaça as desmesuradamente grandes moedas de cobre de 40 rs, que ainda existiram há poucos anos, conhecidos por ‘Brummer’. Quando chegamos ao Rio Grande do Sul e as pessoas nos ouviam calcular em ‘Brummer’ passaram eles o apelido a nós próprios.⁶¹

Os legionários teriam chamado as moedas brasileiras de 40 réis de *Brummer* em alusão às moedas polonesas da região germânica da Alta Silésia, feitas de cobre, apelidadas de *Brummer*, ou seja, “zumbidoras”, pois quando eram atiradas nas mesas das tavernas produziam zunido grave e surdo.⁶² O primeiro contato com as referidas moedas é descrito por um dos legionários transportados no veleiro Hamburg, Benne Keydel, posteriormente professor no Brasil. Assim como ele, vários outros legionários viram, pela primeira vez, as moedas de 40 réis durante a viagem por mar em direção ao Brasil, nas mãos de um homem negro que retornava de viagem, e acharam elas parecidas com a moeda polonesa de 6 Pfenning que circulava na Alta Silésia, região de origem de Keydel. Outro significado para o termo diz respeito ao uso de *Brummer* enquanto sinônimo de rezingão, ranzinza, característica atribuída aos legionários.⁶³

Essa alcunha, independentemente de sua origem, foi utilizada para identificar os soldados germânicos que compuseram as tropas de legionários contratados para atuarem na Guerra Grande (1839-1852) a serviço do Império brasileiro, tendo eles participado efetivamente da campanha contra Rosas ou não. Fica claro que, seja qual for o significado utilizado para empregar o termo *Brummer*, tanto rezingão, quanto atrelado às moedas de 40 réis, a nova atribuição ao termo, isto é, designar os soldados recrutados por Rego Barros, surgiu do contato com os moradores do país onde acabavam de chegar. Os *Brummer*, portanto, assim entendidos nasceram no Brasil.

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*
Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

As tropas mercenárias foram ao Rio Grande do Sul e, posteriormente, acompanharam o exército imperial brasileiro em sua marcha pelo Uruguai rumo ao cenário de guerra. Antes desses episódios, entretanto, os *Brummer* desembarcaram no Rio de Janeiro e passaram lá seus primeiros dias na nova pátria. As impressões iniciais foram as melhores. Viveram dias felizes no Rio de Janeiro e externaram isso em cartas. De modo geral, as recordações dos legionários concordam com o fato de terem sido bem acolhidos na Capital do Império e passarem ali dias tranquilos, com bom alojamento e boa comida. Era um começo promissor, bem diferente daquele vivenciado pelos mercenários de D. Pedro I.

Em carta escrita em 07 de junho de 1851, por um oficial da legião não identificado, publicada no jornal *Hamburger Nachrichten* em 16 de julho, há interessantes apontamentos. Após viagem de 52 dias, chegaram a um cenário memorável: “Esse porto é tão lindo, como no mundo provavelmente não existirá outro. A entrada é protegida por dois fortes, colocados um em frente ao outro, sendo que o da direita, Santa Cruz, é sobremodo erigido de canhões”. Foram acomodados no Forte da Praia Vermelha, “É assaz fortificado pela natureza do sítio cercado dos dois lados por altos rochedos: Urca, Babilônia e Pão d’Assucar – mas a pesar [sic] destas fortificações seria fácil o assalto por parte de soldados europeus”.⁶⁴

Os alojamentos excederam as expectativas do oficial: para cada dois oficiais havia um quarto, ornamentado com plantas nativas, e as praças haviam sido instaladas em uma sala ampla, limpa, e bem arejada, com camas e bons colchões. A alimentação era satisfatória, “/.../ diariamente se fornece carne fresca, pão branco, manteiga, arroz, feijão, laranjas, bananas, etc., e, a pedido nosso, acrescentar-se-á sem dúvida uma outra variação”.⁶⁵ Quanto aos soldados brasileiros, o oficial os considerou, na maioria, mestiços e sem instrução militar. Os oficiais, por outro lado, mostraram-se homens cultos, afáveis e muito camaradas, além disso, grande parte deles falava francês. Por fim, cita um passeio que realizou a uma venda chamada “Botafoço”, de nome idêntico ao da praia onde se localizava. Lá encontrou cerveja muito boa por 24 *schilings* a garrafa em moeda do país.

Outra carta, publicada a 26 de agosto de 1851, no *Hamburger Nachrichten*, também por um oficial não identificado, traz o relato da chegada e estadia no Rio de Janeiro. A natureza chamou a atenção do oficial, “O panorama é delicioso e não podemos faltar a vista na contemplação dos belos rochedos, dos muitos fortes e das casas de campo, que se avistam em derredor”.⁶⁶ Ao desembarcarem, foram recebidos por um Tenente que havia chegado em um dos barcos anteriores, que pediu para o acompanharem em um animado “Hurrah!”, a fim de comemorarem o cumprimento além do esperado das promessas feitas pelos agentes brasileiros em Hamburgo. Dois dias após sua chegada, o Imperador D. Pedro II foi pessoalmente

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*
Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

inspecionar os legionários. Na ocasião, o oficial achou curioso o costume do beijamão, ao qual os legionários não aderiram, mantendo a continência militar regulamentar. A impressão que teve foi a de que o poder político do Imperador era quase nulo, devido à Constituição, mas ele e a família imperial eram muito estimados e venerados. Apenas elogios foram pronunciados à recepção dada pelos colegas brasileiros.

Da mesma data, o jornal *Boersenhalle* publicou uma carta datada do Rio de Janeiro de 09 de julho de 1851 com avaliações do Subsecretário de Estado do Brasil, Sr. Libânio. O primeiro apontamento elogia o estado sanitário dos três primeiros veleiros que haviam chegado trazendo legionários. As tropas, alojadas no Forte da Praia Vermelha, receberam por ordem do Governo Imperial para cuidar de todas as coisas atinentes à acomodação e rancho das tropas, o Major Figerstein, no território germânico, mas sem serviço no exército brasileiro, trazido do Rio Grande do Sul. Já haviam sido enviados em vapores 600 legionários para o Rio Grande do Sul, que se declararam muito contentes com o soldo recebido, superior ao que estava combinado pelo contrato. Segundo o Sr. Libânio, o comportamento das tropas foi regular e refutou as profecias malévolas daqueles que esperavam um comportamento desordeiro semelhante ao dos mercenários de 1828, ainda que, tenha havido entre eles alguns “borrachos incorrigíveis”. Na Praia Vermelha, até então, onde também havia recrutas nacionais alojados, não houvera briga entre as tropas, apesar das diferenças de origem e cultura. Por fim, aponta o pequeno número de doentes, entre os quais houvera dois falecimentos de soldados, já gravemente atacados no momento do desembarque.⁶⁷

Desembarcados no Rio de Janeiro, portanto, as companhias eram alojadas temporariamente na fortaleza da Praia Vermelha. De modo geral, oficiais e praças eram bem recebidos, com alojamento e subsistência satisfatórios. O governo cumpriu de forma exemplar seus encargos contratuais nesse primeiro momento, inclusive o pagamento exato dos vencimentos. Com esse dinheiro, puderam aproveitar os prazeres da cidade e arredores. Os oficiais da guarnição brasileira foram muito corteses para com os legionários, além disso, os oficiais legionários foram recebidos pelo Imperador em audiência especial. Houve até mesmo canções de louvor ao Brasil. Mas essa situação foi breve. Após algumas poucas semanas, os grupos foram transportados para o Rio Grande do Sul em navios a vapor, e lá os preparativos para a guerra trouxeram a dura realidade à tona.⁶⁸

Conclusão

Os *Brummer* constituíram um grupo com grande especificidade no conjunto da imigração e colonização germânica no Rio Grande do Sul, uma vez que foram

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*
Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

trazidos abertamente como mercenários e não lhes foi exigido a obrigatoriedade da vida como colonos, ainda que por determinado tempo, sendo antes apenas uma opção. Além disso, parte dos recrutados já possuía experiência militar, ainda que não fossem profissionais de carreira nessa área. Outro diferencial residiu na boa instrução educacional de alguns deles, assim como a origem, ligada a famílias abastadas. Certamente houve indivíduos com características similares às atribuídas aos *Brummer* entre os imigrantes que vieram para o Rio Grande do Sul ao longo do século XIX, porém migraram de maneira isolada ou em grupos inexpressivos quando considerados os legionários em sua totalidade. O contingente mais próximo dos *Brummer* quanto às suas especificidades, conforme pudemos aferir, foram os mercenários da década de 1820, mas ainda assim distanciaram-se deles em diversos aspectos. Dessa forma, em relação ao modelo mais comum de imigração e colonização germânica, desenvolvido no Rio Grande do Sul, voltado para a pequena propriedade e para o colono, o grupo dos *Brummer* representou uma exceção.

Os mercenários de D. Pedro I, por sua vez, foram trazidos, em sua maioria, sob o disfarce de colonos, inexperientes na prática militar, escolhidos muito mais de acordo com os interesses dos recrutadores do que com os objetivos do governo imperial, descritos nas instruções secretas de José Bonifácio ao Major von Schaeffer. Segundo estas, o pagamento da viagem deveria ser revertido em serviço militar, mas muitos não foram informados disso, ou não levaram a sério tal condição. Assim, o governo imperial viu-se recebendo uma massa de imigrantes em desconexão com os anseios de formar forças militares. Alguns estrangeiros, claro, agiram de acordo com as expectativas de D. Pedro I, cuja segurança foi garantida por soldados germânicos durante a rebelião mercenária na cidade do Rio de Janeiro. O governo, porém, fez pouco caso desses estrangeiros, tanto do grupo germânico quanto dos irlandeses, deixando-os passar fome, obrigando-os a servir às forças militares, atrasando o pagamento dos soldos, oferecendo-lhes precários locais para residir, e usando da prática dos castigos corporais, motivo esse responsável pelo início da rebelião de 1828.

Assim, enquanto a passagem dos mercenários de D. Pedro I pelo Rio de Janeiro foi dolorosa e traumática, deixando sombras durante vários anos e servindo de argumento aos opositores de qualquer projeto que visasse o recrutamento de estrangeiros como mercenários, os *Brummer* viveram seus melhores dias na capital do Império, onde foram bem recepcionados, receberam os soldos em dia, ficaram em instalações além do esperado, tiveram alimentação elogiosa e puderam desfrutar das belezas e das diversões locais. Por fim, grande parte dos imigrantes germânicos de ambos os grupos, após o tempo de serviço militar, instalaram-se

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*
Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

definitivamente no Rio Grande do Sul, misturando-se aos contingentes já lá estabelecidos.

Notas e Referências

- ¹ A política de estabelecimento de colônias agrícolas no Brasil iniciou em 1808 com a promulgação de dois decretos, realizada por D. João VI. O primeiro deles, de 1º de setembro de 1808, determinava a vinda de 1.500 famílias (ou homens e mulheres em idade de casar e formar famílias), trazidas dos Açores, preferencialmente de forma voluntária, com destino ao Rio Grande do Sul, a serem estabelecidas em pequenas sesmarias com o objetivo de povoar a região, protegê-la em tempos de guerra e perseguir o crescimento e a prosperidade. O outro, de 25 de novembro de 1808, permitia a concessão de sesmarias a estrangeiros com o objetivo de aumentar a população e a lavoura (Jorge Luiz da CUNHA. *Os colonos alemães e a fumiicultura: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881*. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991, p. 54).
- ² Eliane Cruxên BARROS; Aldair Marli LANDO. Capitalismo e Colonização – Os Alemães no Rio Grande do Sul. In: José H. DACANAL; Sergius GONZAGA (org.). RJ: *imigração e colonização*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 33. (Série Documenta, 4).
- ³ Entre 1818 e 1850 o Brasil recebeu cerca de vinte mil europeus, um número relativamente pequeno, e desses, aproximadamente seis mil germânicos foram encaminhados para a colonização no Sul do Brasil. Aliás, a imigração germânica se deu por influência de D. Leopoldina, filha do imperador Francisco I, da Áustria, e esposa de D. Pedro I. Corroborou para tanto o fato de não interessar a Portugal trazer imigrantes de países imperialistas, como era o caso da França, Inglaterra, Holanda e Espanha, pois isso poderia significar um risco à soberania brasileira, daí a preferência por imigrantes dos territórios germânicos e itálicos (João KLUG. *Imigração no Sul do Brasil*. In: Keila GRINBERG; Ricardo SALLES (org.). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 203).
- ⁴ BARROS; LANDO, 1992, pp. 16-18.
- ⁵ Vania HERÉDIA. “A Imigração Europeia no Século Passado: O Programa de Colonização no Rio Grande do Sul”. *Scripta Nova*, 94 (10): 1, 1 de agosto de 2001.
- ⁶ Arlinda Rocha NOGUEIRA; Lucy Maffei HUTTER. *A Colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul Durante o Império (1824-1889)*. Porto Alegre: Gratuita/Instituto Estadual do Livro, 1975, pp. 17-18. (Série Biênio da Colonização e Imigração, v. 4).
- ⁷ CUNHA, 1991, pp. 62-63.
- ⁸ KLUG, 2009, pp. 206-207.
- ⁹ “A primeira Real Feitoria do Linho Cânhamo é fundada na ilha do Canguçu, Lagoa dos Patos, em 1783, devendo dedicar-se à produção de linho para fabricação de cordoalha náutica, para a Coroa. Em 1803, a Real Feitoria do Linho Cânhamo é transferida para o ‘Fachinal da Courita’, junto ao Rio dos Sinos, e finalmente extinta em 1824, com a fundação da colônia de São Leopoldo” (CUNHA, 1991, p. 56).

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*
Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

¹⁰ Em 1819 foi estabelecida uma colônia de suíços no Rio de Janeiro, a colônia Nova Friburgo, que inaugurou uma tradição de ajuda oficial para o estabelecimento de estrangeiros no Brasil. Os colonos suíços que para lá foram, todos católicos, conforme determinava o decreto de fundação da colônia, receberam passagem paga da Suíça ao Rio de Janeiro e daí até a colônia, terra com plena propriedade por concessão gratuita, além de bois, cavalos, vacas, ovelhas, cabras, porcos e diversas variedades de sementes. Também receberam 160 réis por cabeça no primeiro ano de estabelecimento e 80 réis no segundo ano, e foram naturalizados portugueses, gozando de todos os direitos dos demais vassalos do reino (CUNHA, 1991, p. 55).

¹¹ CUNHA, 1991, p. 60.

¹² NOGUEIRA; HUTTER, 1975, pp. 49-50.

¹³ A respeito de alguns *Brummer* de destaque na vida política do Rio Grande do Sul, ver a Biografia de Karl von Kahlden: Carlos Eduardo PIASSINI. “A Biografia de um Barão: Karl von Kahlden, o Diretor da Colônia Santo Ângelo, 1857-1882”. Monografia (Curso de História)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

¹⁴ Mario ETCHECHURY. “Una guerra en busca de sus autores. Algunas notas metodológicas sobre la conflictividad regional en el río de la plata (1835-1845)”. *Illes Imperis*. Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, (15): 75-100, 2013.

¹⁵ Quanto ao uso do termo mercenário: “No sentido estrito, o termo latino *mercenarius* designa um ‘soldado contratado mediante dinheiro’ ou um ‘doméstico que se paga’”. Logo adquiriu o sentido de militar que serve a uma organização ou a um governo estrangeiro mediante remuneração. Poderíamos definir o mercenário como um prestador de serviços que, independentemente das causas, motivações, acontecimentos, meios de recrutamento e de retribuição, coloca uma força armada à disposição de um empregador (público ou privado). Esses combatentes não nacionais foram-se espalhando pelo mundo juntamente com a globalização do comércio e dos conflitos. Por essa razão, adotaram o lema *Orbs patria nostra* (“O mundo é nossa pátria”). Walter BRUYÈRE-OSTELLS. *História dos Mercenários: de 1789 aos nossos dias*. Tradução de Patrícia Reuillard. São Paulo: Contexto, 2012, pp. 10-11.

¹⁶ Martín Norberto DREHER. Imigração e Política. In: Enildo de M. CARVALHO; Miguel Ângelo S. da COSTA; Martín N. DREHER (orgs). *Explorando possibilidades: experiências e interdependências sociais entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, pp. 17-45.

¹⁷ De modo geral, as instruções recebidas por Schaeffer eram pouco precisas e deixavam uma série de questões a seu critério. A única passagem mais contundente dizia respeito a concessão de terras e aos estabelecimentos, que deveriam seguir o modelo das colonizações inglesas em Nova Holanda e Cabo da Boa Esperança. O decreto real de 16 de março de 1820 foi a base para todas as formulações dele, pois não podia fazer referência às instruções de José Bonifácio, que eram secretas. Nesse decreto está a base para as promessas de Schaeffer de que os imigrantes seriam súditos do império, teriam os mesmos direitos dos demais súditos e estariam isentos do pagamento do dízimo por dez

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*
Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

anos. Por causa dessas promessas, Von Schaeffer foi declarado *mercador de almas*. DREHER, 2009, p. 23.

¹⁸ Juvêncio Saldanha LEMOS. *Os Mercenários do Imperador: A primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1830)*. Porto Alegre: Letra&Vida, 2. ed., 2013, p. 63.

¹⁹ A posição de Schaeffer não era nada fácil. Desprovido de qualquer experiência diplomática, ele deveria explicar aos homens da Restauração a independência brasileira. A postura da Santa Aliança foi de oposição ferrenha a Schaeffer e a suas iniciativas, o que acabou com sua expulsão do território austríaco. Mesmo assim, ele foi recebido em Munique pelo primeiro ministro e pelo próprio rei bávaro, recebendo, ainda, autorização para recrutar colonos na Baviera Renana. O governo bávaro deu-lhe recomendações para os demais governos germânicos. Houve, contudo, resistências na recepção de Schaeffer. O clima em relação à emigração era bastante adverso nos territórios germânicos. Nas primeiras levas de emigrantes dos navios fretados por Schaeffer havia pessoas tiradas do presídio de Hamburgo. DREHER, 2009, pp. 27-28.

²⁰ Jorge Luiz da CUNHA. Imigração e Colonização Alemã. In: Helga Iracema Landgraf PICCOLO; Maria Medianeira PADOIN (org.). *Império*. Passo Fundo: Méritos, v. 2, 2006, pp. 281-282. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

²¹ LEMOS, 2013, p. 287.

²² LEMOS, 2013, pp. 312-360.

²³ LEMOS, 2013, pp. 367-368.

²⁴ LEMOS, 2013, pp. 369-380.

²⁵ O Conselho de Estado, em suas atribuições, era um órgão consultivo do Império, portanto, os votos dos conselheiros apontavam caminhos a seguir quanto às questões discutidas, sem impor decisões ou dar a elas força de lei. Cabia ao Imperador e seus Ministros ouvir os conselhos e decidir modificar, ou não, posturas e projetos em discussão (Gabriela Nunes FERREIRA. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 135).

²⁶ BRASIL. Atas do Conselho de Estado 1842-1850, p. 121. http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS3-Terceiro_Conselho_de_Estado_1842-1850.pdf. Acesso em 06 de abril de 2016.

²⁷ BRASIL. Atas do Conselho de Estado 1842-1850, p. 123.

²⁸ BRASIL. Atas do Conselho de Estado 1842-1850, pp. 123-124.

²⁹ P. Alberto FUGER. A Legião dos Estrangeiros. In: *Relatório do Ginásio Anchieta*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1938, p. 27.

³⁰ A Lei nº 586 de 06 de setembro de 1850, referente ao Orçamento para o ano de 1851, em cujo artigo 17, inciso 4º, autorizava o governo, “Para em circunstancias [sic] extraordinárias fazer as despesas necessárias a fim de elevar a vinte seis mil homens a Força de primeira Linha, podendo contractar [sic] nacionais ou estrangeiros, e distribuir-lhes terras, segundo o contracto. Os estrangeiros só poderão ser empregados nas fronteiras. As disposições deste paragrapho terão vigor desde já” [sic] (BRASIL Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, Tomo XI, Parte

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*

Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

I. p. 279. <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao4.html>>. Acesso em 14 de abril de 2016).

³¹ FUGER, 1938, p. 28

³² Albert SCHMID. “Os Rezingões”. *A Nação*. Porto Alegre, nº 15683-15690. Trad. General Klinger, 1951, p. 103.

³³ FUGER, 1938, pp. 26-27.

³⁴ FUGER, 1938, p. 28.

³⁵ Schleswig e Holstein foram ducados feudais até o ano de 1459, quando passaram ao domínio da coroa dinamarquesa. Ainda assim, mantiveram sua autonomia local. Essas regiões ligavam os territórios germânicos à Dinamarca. Em vista de sua localização, grande parte da população desses ducados era de origem germânica. Na década de 1840, o reino da Dinamarca passou a adotar uma política oficial de integração dos dois ducados. A população não aceitou e sublevou-se. Após diversas derrotas, a Dinamarca pediu à Inglaterra, Rússia e Áustria a intervenção no conflito. As potências acionadas exigiram da Prússia o fim da intervenção militar na Dinamarca, e assim foi feito. Com isso, os ducados realizaram campanha em toda Confederação Germânica pedindo voluntários para combateram os dinamarqueses. A convocação teve êxito, mas foram derrotados (LEMOS, 2015, pp. 56-62).

³⁶ Juvenio Saldanha LEMOS. *Brummers: A Legião Alemã contratada pelo Império Brasileiro em 1851*. Porto Alegre: Edigal, 2015.

³⁷ SCHMID, 1951, p. 104.

³⁸ Rego Barros esteve em Kiel, onde comprou armas e apetrechos bélicos para dois batalhões, cada um de 800 homens e mandou adaptar estas peças ao modelo brasileiro. O uniforme escolhido para vestir os soldados recrutados era praticamente idêntico ao do exército de Schleswig-Holstein, com a única diferença de serem brancos os botões e as divisas daqueles, enquanto os dos brasileiros eram amarelos (FUGER, 1938, p. 16). As encomendas de diferentes artigos foram realizadas com pressa e por preços elevados. Não houve o cuidado de exigir exemplares de amostra ou modelo para artigos existentes. Os contratos mencionavam apenas os nomes e a descrição sumária do produto a fornecer, portanto se depreende que, em detrimento da qualidade e feitura do equipamento da legião, houve grande margem de manobra para os comerciantes tirarem vantagens (Major Fedor von LEMMERS-DANFORTH. “Índole da Legião Alemã de 1851 a serviço do Império do Brasil”. *Boletim do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos*. Tradução do General Bertholdo Klinger. Rio Grande. 1941, p. 26.).

³⁹ SCHMID, 1951, p. 103.

⁴⁰ LEMMERS-DANFORTH, 1941, p. 34.

⁴¹ SCHMID, 1951, p. 104.

⁴² FUGER, 1938, pp. 14, 15 e 13.

⁴³ FUGER, 1938, p. 12.

⁴⁴ LEMOS, 2015, p. 94.

⁴⁵ Cristóvão LENZ; Henrique SCHÄFER; Jorge Julio SCHNACK. *Memórias de Brummer*. Trad. Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: Est, 1997, p. 84.

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*

Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

⁴⁶ FUGER, 1938, p. 15.

⁴⁷ O contrato assinado era explícito em suas determinações. De modo geral, o contratado comprometia-se a servir ao exército imperial brasileiro por quatro anos, podendo o governo imperial dispensá-lo depois de dois anos de serviço. Ao término do contrato, ou no caso de dispensa após dois anos, o contratado poderia optar entre retornar para a Europa com transporte pago e um prêmio de 15 táleres em dinheiro, ou permanecer no Brasil como colono imigrante, recebendo um lote de terras de cerca de 10,9 hectares em terras férteis de qualquer das Províncias do Império. Já no embarque para o Brasil, os contratados receberiam 25 táleres como adiantamento de soldo. Por fim, os soldos e emolumentos devidos seriam iguais aos vencidos pelo Exército Imperial brasileiro, enquanto o regime jurídico-disciplinar dos contratados seria o do exército prussiano (LEMMERS-DANFORTH, 1941, p. 81).

⁴⁸ FUGER, 1938, p. 15.

⁴⁹ Capitão Carl Eduard SIBER. “Retrospecto da Guerra contra Rosas e as vicissitudes das tropas alemãs ao serviço do Brasil por uma testemunha ocular”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo LXXVIII, Parte I, Traduzido por Alfredo de Carvalho, 1915, p. 453.

⁵⁰ LEMOS, 2015, pp. 61 e 90.

⁵¹ Claudio Moreira BENTO. *Os Brummer: A Legião Alemã a Serviço do Brasil na Guerra 1851-1852*. São Leopoldo: Oferta ao Museu Visconde de São Leopoldo, 1981, p. 29.

⁵² Segundo Lenz (apud Cristóvão LENZ; Henrique SCHÄFER; Jorge Julio SCHNACK. *Memórias de Brummer*. Trad. Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: Est, 1997, p. 16 . O transporte foi feito em grandes e cômodos veleiros, que transportavam em média 200 homens, em viagens que duravam de 8 a 10 semanas. A ordem de envio, diz Schmid (1951), correspondeu à ordem de recrutamento, ou seja, nos três primeiros veleiros foram transportadas as seis companhias de infantaria; os quatro seguintes levaram as quatro baterias de artilharia; e os três últimos as duas companhias de sapadores.

⁵³ BENTO, 1981, p. 31.

⁵⁴ Jose Pedro BARRAN. *Apogeo y Crisis del Uruguay Pastoril y Caudillesco - 1839-1875*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1979 (Historia Uruguaya; 4); Leslie BETHELL. *Historia de América Latina – América Latina Independiente, 1820-1870*. (Traducción de Ángels Solá). Barcelona: Editorial Crítica, 1991. Tomo 6.

⁵⁵ BARRAN, 1979.

⁵⁶ Raúl FRADKIN; Jorge GELMAN. *Juan Manuel de Rosas. La construcción de un liderazgo político*. Buenos Aires, Edhasa, 2015.

⁵⁷ BARRAN, 1979.

⁵⁸ FERREIRA, 2006.

⁵⁹ Francisco DORATIOTO. *O Brasil no Rio Prata (1822-1994)*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2014.

⁶⁰ BRASIL. Atas do Conselho de Estado 1842-1850, p. 121.

⁶¹ FLORES, 1997, p. 15.

⁶² LEMOS, 2015, p. 123.

Artigos

Os Mercenários do Império (1851): Os *Brummer*

Maria Medianeira Padoin / Carlos Eduardo Passoin

⁶³ FLORES, 1997, p. 15.

⁶⁴ FUGER, 1997, p. 20.

⁶⁵ FUGER, 1938, p. 20.

⁶⁶ FUGER, 1938, p. 21.

⁶⁷ FUGER, 1938, p. 25.

⁶⁸ BENTO, 1981, pp. 48-52.

Texto recebido em 1 de setembro de 2016/

Aprovado em 11 de outubro de 2016

Profundizando la feminización del trabajo en la agroindustria leridana. La Contratación en origen y los alojamientos para mujeres

Olga Achón Rodríguez
Universidade de Barcelona

Resumen: La presencia de trabajadoras extranjeras contratadas en origen que se seleccionan para la realización de trabajos relacionados con la confección y transformación de la fruta en almacenes frutícolas en la provincia de Lleida, ha llegado a ser una tónica desde finales de la década del 2000. Ha sido la normativización de las políticas migratorias centradas en la lucha contra la inmigración irregular y en el control de los flujos migratorios a través del trabajo lo que ha procurado el reemplazo en la agroindustria catalana de la mano de obra, pasando ésta de estar configurada por mujeres autóctonas a estar conformada por mujeres extranjeras contratadas en origen. En el presente trabajo tratamos el análisis del impacto que este particular sistema de suministro de mano de obra ha generado sobre la fruticultura leridana, sobre la gestión del trabajo y, en particular, sobre la profundización del fenómeno de la feminización del trabajo en los almacenes de confección y transformación de la fruta dulce en la provincia. Tratamos asimismo de dar cuenta de los procesos de reproducción de la feminización del trabajo que procura este singular modo de reclutar mano de obra en origen. Feminización que se mantiene en la agroindustria catalana dedicada a la selección y empaquetamiento de fruta dulce como lo hacen los argumentos culturalistas sobre las características del trabajo femenino.

PALABRAS CLAVE: Feminización del trabajo - Contratación en origen - Migración laboral circular y temporal.

Resumo: A presença de trabalhadores estrangeiros, contratados na sociedade de origem, e selecionados para a realização de trabalhos relacionados com a preparação e a transformação de frutas em armazéns

abastecedores de frutas na província de Lleida (Espanha), tornou-se uma prática habitual desde o fim da década de 2000. A normativização das políticas de migração centrada na luta contra a imigração ilegal e o controle dos fluxos migratórios tem sido a responsável pela substituição na agricultura catalã da mão de obra, que deixou de ser ocupada por mulheres indígenas e passou a receber estrangeiras recrutadas diretamente em suas sociedades de origem. Neste artigo, trataremos a análise do impacto que o chamado sistema de subministro de mão de obra tem provocado na fruticultura da região de Lérida, na gestão do trabalho, assim como no fenómeno da feminização do trabalho nas lojas de preparação e processamento de fruta na província. Tentamos, também, analisar como acontecem os processos de reprodução da feminização do trabalho, e como esta forma de recrutamento passa a ser prioritária na região.

PALAVRAS-CHAVE: Feminização do trabalho - Recrutamento na origem - Migração laboral circular e temporária.

Abstract: The presence of foreign female workers hired in their home-countries, selected to perform duties related to the agribusiness fruit manipulation at the storehouses in the province of Lleida, has become one of the mayor features of their productive during the first decade of the 21st century. It has been the regulation of the immigration policies –centred in avoiding irregular immigration and the control of the migratory fluxes through work-, which has made possible a replacement in Catalanian agribusiness. It passed, from being an activity mainly performed by autochthonous women, to being mainly done by female foreign population hired in the home countries. In this article we will analyse the impact that this system of supply of labour has generated in

Leridan fruit-culture, specifically in labour management, and we will explain the deepening of the phenomenon of feminization in the fruit transformation process. We will also explain the process of reproduction of the feminization in this area of labour, which are triggered by the system of contracting labour abroad, which has a

parallel in the culturalist arguments about the features of feminine work.

KEYWORDS: Feminization of labour - Hire in home countries - Circular and temporal labour migrations.

Introducción.

La presencia de trabajadoras extranjeras contratadas en origen que se seleccionan para la realización de trabajos relacionados con la confección y transformación de la fruta en almacenes frutícolas en la provincia de Lleida (Cataluña, España), ha llegado a ser una tónica desde finales de la década del 2000. Ha sido la normativización de las políticas migratorias centradas en la lucha contra la inmigración irregular y en el control de los flujos migratorios a través del trabajo lo que ha procurado el reemplazo en la agroindustria catalana de la mano de obra, pasando ésta de estar configurada por mujeres autóctonas a estar conformada por mujeres extranjeras contratadas en origen.

Este proceso de reemplazo que ha tenido lugar durante la primera década del siglo XXI, ha venido a ser promocionado por la patronal agrícola más representativa de Cataluña, Unió de Pagesos, por cuanto logró implementar un sistema propio de selección, importación, concentración y suministro de mano de obra en origen.² De igual modo que en los trabajos desarrollados en el campo en el tiempo de recolección de la fruta, en el almacén se ha conseguido reproducir la estructura de la población trabajadora caracterizada por su feminización. Así, la mano de obra contratada en origen, tanto para llevar a cabo labores de recolección en el campo o de selección, embalaje y/o transformación en los almacenes frutícolas, es un reflejo de la reproducción de las tendencias a la segregación por género en los puestos de trabajo, por las que se profundizan tanto dinámicas de feminización como de masculinización del trabajo.

La temporalidad de estos trabajos y su baja remuneración, sumado a la baja formalización de las relaciones laborales en el sector (con mayor incidencia en el campo), y la consecuente precarización que esto implica para la mano de obra, amén de la escasa consideración social que éstos poseen en el imaginario social, empujó a las trabajadoras autóctonas a abandonarlo, siendo éstos sustituidos inicialmente por trabajadoras extranjeras residentes en el país³ para, posteriormente, ser ocupados por mano de obra contratada en origen.⁴

El sistema de suministro de mano de obra de Unió de Pagesos ha resultado ser uno de los dispositivos más efectivos en tal sentido, al procurar el recambio en la

composición social del temporero agrícola. En el espacio destinado a su concentración la dinámica es visible por cuanto en los alojamientos, que se disponen a modo de habitación para esta particular mano de obra, se efectúa su segregación. Alojamientos por tanto para hombres en las cercanías de los campos o en los mismos pueblos frutícolas, y alojamientos para mujeres en escampados aledaños a los almacenes de cooperativas y empresas de transformación, son su resultado.

En el presente trabajo tratamos el análisis del impacto que este particular sistema de suministro de mano de obra ha generado sobre la fruticultura leridana, sobre la gestión del trabajo y, en particular, sobre la profundización del fenómeno de la feminización del trabajo en los almacenes de confección y transformación de la fruta dulce en la provincia. Para ello esbozaremos sucintamente el contexto económico social de los cultivos frutícolas leridanos, los que actualmente configuran un enclave agrícola globalizado,⁵ desde sus inicios a mediados de la década del '50 del siglo pasado hasta el presente. La extensión del regadío, la introducción de nuevas técnicas agrícolas y nueva tecnología, fueron los principales factores para el éxito de la transformación de la huerta leridana y la extensión de la fruticultura. En adelante la nueva empresa agrícola ha precisado un volumen de mano de obra temporera disponible durante todo el tiempo que dura la campaña de recolección. De tal modo tanto el Estado, a través de las políticas en materia de extranjería y su normativización; como el capital agrícola, gracias al establecimiento de nuevos sistemas de reclutamiento, suministro y concentración de trabajadores, han logrado hacerse con la fuerza de trabajo que requiere el sector a la vez que controlar la corriente de trabajadores extranjeros.

El modo en que este sistema de reclutamiento de mano de obra opera y los resortes que han permitido su establecimiento son objeto de atención en este trabajo. La extensión en la geografía leridana de una red de alojamientos que permiten la concentración y la posterior circulación de los hombres es uno de los más importantes. La obligación del trabajador de regresar a su país de origen una vez terminados los trabajos para los que fueron requeridos, resulta ser asimismo un factor de relevancia excepcional en tal sentido. De su análisis tratarán las páginas de este trabajo.

Para finalizar daremos cuenta de los procesos de reproducción de la feminización del trabajo que procura este singular modo de reclutar mano de obra en origen. Feminización que se mantiene en la agroindustria catalana dedicada a la selección y empaquetamiento de fruta dulce como lo hacen los argumentos culturalistas sobre las características del trabajo femenino.

Contexto de la investigación.

Hablar de agroindustria catalana dedicada a la exportación de fruta dulce supone concentrar la mirada sobre los regadíos leridanos⁶. Altamente transformada, esta tierra dedicada a forrajes para granjas lecheras a inicios del siglo XX⁷, ha terminado convirtiéndose en una de las áreas frutícolas más importantes a nivel nacional e internacional. Si su desarrollo incipiente suele establecerse en la plantación de unos pocos frutales en los lindes de los campos en la zona denominada “riegos antiguos de Lérida”⁸ –comarca de l’Urgell y la Litera- en las décadas de 1950 y 1960, su progreso se manifestó en su extensión geográfica y su consolidación económica,⁹ promovida fundamentalmente por la incorporación de innovaciones técnicas y tecnológicas (sistemas de riego,¹⁰ nuevas maquinarias, variedades de cultivo, entre otras). La fruticultura incipiente, por tanto, sufrió notables transformaciones relacionadas inicial y fundamentalmente con la extensión de los regadíos lo que provocó en consecuencia el fenómeno de la especialización agrícola, quedando concentrada la producción en pocas variedades de cada una de las especies de fruta (peral, melocotonero y manzano respectivamente) cultivadas desde sus inicios.¹¹ De tal modo podemos convenir que una de las características más representativas de estos cultivos, propios de los regadíos leridanos denominados comúnmente fruta dulce, es la especialización¹² en determinadas variedades en atención al mercado que los demanda ya desde 1956.¹³

Efecto de tales introducciones se produjo una reconversión profunda del sector, pasando a dedicarse los pequeños agricultores que abandonaron las huertas a la producción de fruta de alto rendimiento.¹⁴ Simultáneamente una elevación de los niveles de vida pudo consignarse en la región durante los cuatro últimos decenios del siglo XX producto, en parte, del alza de las ganancias debidas a la comercialización de la fruta en mercados internacionales.¹⁵ Se origina asimismo un hecho destacado: la transformación de lo que se acuerda en llamar campesinado en empresariado agrícola¹⁶.

Hoy la difusión de este cultivo alcanza dimensiones considerables presentándose en el grueso de los municipios de las comarcas del Segrià y el Plà d’Urgell; siendo numeroso en la Noguera y Les Garrigues; y en menor medida en el Pallars Jussà, l’Alt Urgell y el Pallars Sobirà.¹⁷ Efecto de tales transformaciones se produjo en el área señalada la disminución paulatina de la población agraria catalana debida, esencialmente, al abandono del sector de aquellas economías que no fueron capaces de resistirla. Por el contrario, la superficie agraria cultivada continuó conservando su volumen. Esto informa de un proceso paralelo de concentración parcelaria,¹⁸ que posibilitó el aumento del tamaño medio de las explotaciones generando un nuevo escenario compuesto por un menor número de ellas. La conjunción de ambas dinámicas, el abandono del sector por parte de agricultores

cuyo modelo de explotación era inadecuado a las exigencias de la competencia, y el aumento del tamaño medio de las explotaciones agrarias, propició la posibilidad de implementar un sistema de producción intensiva.

Con la introducción en 1985 de España a la Comunidad Económica Europea y el diseño de la Política Agraria Común (PAC), se inicia el fomento institucional de la industrialización de la agricultura. Sus principales objetivos son el incremento de la productividad del sector, la garantía de un nivel de vida equitativo a la población agrícola, la estabilización de los mercados, la garantía de seguridad de los abastecimientos y la seguridad alimentaria. Éstos tratarán de ser alcanzados a través de la gestión de ayudas para la producción eficiente de productos agroalimentarios, y su posterior comercialización en el mercado mundial, así como para la modernización de los distintos procesos productivos a través de desarrollos tecnológicos.

La expansión de la fruticultura leridana acontece en lo que se ha acordado en llamar como Tercer Régimen Alimentario,¹⁹ en el que (en consonancia con la política agraria europea) se incentiva la liberalización de los mercados agrícolas, a la vez que se promueven medidas proteccionistas de las agriculturas de los países miembros frente a otros mercados más competitivos. Una de las consecuencias importantes de esta reestructuración, siguiendo a Etxezarreta, fue la integración del sistema productivo de la agricultura moderna con el resto de los aspectos económicos, de modo que su funcionamiento y evolución pasarían a estar marcados por la dinámica de la economía general.²⁰ Del mismo modo sucede con el factor trabajo que, en adelante, se tratará de gestionar como una mercancía más, inserta en el proceso productivo, sujeta a las reglas propias de exacción de plusvalor. Efecto de la profundización del fenómeno modernizador del modo de producción agrícola es el aumento de la necesidad de mano de obra asalariada para llevar a cabo el trabajo en las explotaciones. Se percibe ésta sobre todo en aquellas comunidades en las que, en el mayor número de explotaciones, el trabajo familiar siempre fue predominante.²¹ De forma análoga en los almacenes destinados a la selección y embalaje de fruta se tornará ineludible la exploración de nuevos procedimientos para garantizar el acceso a la mano de obra adecuada a las exigencias del mercado de exportación. En este escenario se desarrollan a su vez otras dinámicas relacionadas, en primer lugar, con la obtención de mano de obra en condiciones de fijación convenientes al sector, y en segundo con su concentración.

Hacia la contratación en origen. Procesos de reemplazo de mano de obra en la agroindustria leridana.

Efecto de la profundización del fenómeno industrializador del modo de producción agrícola, como comentábamos, fue la necesidad de mano de obra

asalariada para llevar a cabo el trabajo en las explotaciones.²² La deserción del sector por parte de los miembros productivos de la familia es una de las razones que explica tal fenómeno.²³ Ésta, vino provocada, entre otras razones, por la caída de las rentas familiares agrarias,²⁴ el aumento de las diferencias de ingresos en relación con otros sectores productivos, el bajo nivel de vida y la reducción de las oportunidades económicas.²⁵ Especialmente sensible a la necesidad de mano de obra, es el sector frutícola debido, fundamentalmente, a la difícil mecanización del proceso de recolección de la fruta. En los inicios de esta reconversión productiva, los agricultores contrataban principalmente trabajadores escasamente cualificados dispuestos a realizar el trabajo de recolección por uno de los salarios más bajos del mercado, especialmente en épocas de inestabilidad laboral o pérdida de empleo. La baja cualificación, sumada a la alta temporalidad, produjo que determinados colectivos en situación de exclusión social encontrasen en el sector frutícola un nicho laboral.²⁶

En cualquier caso, podemos decir que la composición de la población temporera fue heterogénea llegándose a contratar desde trabajadores en paro, a estudiantes que aprovechaban el término de sus cursos escolares de bachillerato y universitario para efectuar este trabajo, pasando por la contratación de trabajadores llegados de comunidades autónomas más pobres. Es el caso de los andaluces, que organizados en cuadrillas, se movilizaban desarrollando un circuito de campañas agrícolas alrededor del país.

La contratación de este tipo de trabajadores, sin embargo, no estaba exenta de complicaciones para el agricultor, pues constituyeron una mano de obra inestable. Remuneración por hora trabajada por debajo de lo especificado en convenio colectivo, inobservancia de las normas que rigen la duración de la jornada laboral, así como aquellas relativas al pago de horas extraordinarias o filiación a la Seguridad Social, constituyen ejemplos de las condiciones de trabajo ofertadas, las que llegarían a caracterizar el trabajo agrícola como un trabajo de escasa consideración social. Bajo las mismas, la permanencia de los trabajadores en el sector se fue debilitando, a tal punto, que la única alternativa viable para la conclusión del período de recolección, consistió en la contratación de indigentes dedicados al vagabundeo²⁷ y extranjeros, en su mayoría llegados de África del norte y subsahariana.²⁸

Para el caso del trabajo de confección y transformación de la fruta dulce en los almacenes de la zona el dilema se presentaba de forma menos intensa pues el reemplazo vino representado por mano de obra extranjera femenina, en muchos casos, en situación jurídica regular. Estas contrataciones, inicialmente encarnadas por mujeres provenientes de Marruecos, fueron gradualmente sustituidas, a su vez, por mano de obra contratada en origen.

La evolución de estos procesos de sustitución de mano de obra en la fruticultura leridana —o en expresión de Giménez Romero “procesos de recomposición de la fuerza de trabajo agrícola”²⁹ da cuenta de la demanda de un tipo particular de fuerza de trabajo.³⁰ Los altos costos de la producción y comercialización de la fruta, sumados al hecho que el factor trabajo es el único elemento sobre el que el agricultor puede intervenir para rebajar su precio,³¹ provocaron el requerimiento de un trabajador empobrecido y/o mermado en derechos. Para ello generaron estrategias dirigidas, en un primer momento, a la movilización autónoma³² de los trabajadores.³³ Vienen estas a ser ejemplificadas por los llamamientos a la fuerza de trabajo autóctona a través de las diversas organizaciones de agricultores a lo largo del país. Es de tal modo que la organización Unió de Pagesos en Cataluña demandaba mano de obra en Extremadura o Andalucía, en un momento en el que las migraciones al interior del país no habían resuelto el problema de la disponibilidad de fuerza de trabajo.

El acceso a la mano de obra extranjera en situación jurídica irregular resultó, por tanto, interesante al agricultor. Sin embargo, fue su capacidad de deserción del trabajo lo que estimuló la búsqueda de un sujeto con menor capacidad de movimiento.³⁴ Nuevos flujos de mano de obra debían generarse con el objeto de embridar su fuerza de trabajo.³⁵ Los Convenios Marco de Colaboración para la Ordenación de las Migraciones Interiores en las Diversas Campañas Agrícolas de Empleo Temporal³⁶ jugarían en este contexto un rol importante en este sentido, pues sirvieron de dispositivo para el estímulo de la circulación ordenada de trabajadores, primero, y después de plataforma para el ensayo de la contratación en origen. Así, desde las primeras movilizaciones autogestionadas de cuadrillas de trabajadores autóctonos, pasando por los esfuerzos institucionales previstos para la circulación ordenada de mano de obra de autóctonos y extranjeros, se llega al establecimiento del sistema laboral migratorio³⁷ que se conoce en España como gestión colectiva de contrataciones en origen.

A través de este modelo los agricultores han podido realizar el sueño de la fijación de la mano de obra pues lo que se opera a través suyo no es sino el reclutamiento de una fuerza con menor posibilidad de abandonar el campo y los almacenes, de un lado, y con dificultades para sindicalizarse y realizar reivindicaciones colectivas para mejora de sus condiciones laborales asociadas a su estatuto jurídico.³⁸ Principalmente debido a su obligación de retorno al país de origen una vez finalizadas las campañas agrícolas para las que fue contratado, a la escasa posibilidad de establecimiento de cierta cohesión del grupo de trabajadores producto de la rotación entre empresarios a la que están sometidos —entre otros factores de gestión de la mano de obra— y a la pérdida de su estatuto jurídico de regularidad como consecuencia de su salida del alojamiento y su decisión de no volver a ser suministrado.

De tal modo, durante el intervalo de años que van de 1985 a 1992, se iniciaron los primeros intentos por establecer un flujo de mano de obra útil al propósito de minimizar los inconvenientes que suponía, por un lado, contar con un reducido número de trabajadores, y por el otro, de soslayar la regulación de sanciones a la contratación de trabajadores en situación irregular. Éstos condujeron a la proyección de una reducida red de alojamientos por los que se logró el propósito de hacer circular al número de trabajadores disponibles, a través de los distintos empresarios agrícolas que los demandaban. De tal modo en 1989 Unió de Pagesos propuso estudiar la construcción de albergues en colaboración con los ayuntamientos, lo que en la realidad se tradujo inicialmente en el acondicionamiento de construcciones en mal estado de conservación.

Por esta incipiente y precaria infraestructura se dio inicio a las primeras circulaciones de trabajadores entre los municipios de las principales comarcas frutícolas (Segrià, Urgell y el Plà d'Urgell), convenientes al objetivo de la contratación eficiente y rentable. Si bien esta razón práctica llevaría al desarrollo posterior de su exitoso sistema de suministro de trabajadores extranjeros en origen, el discurso público esgrimido por la organización no fue otro sino el de la mejora de las condiciones de alojamiento. De esta manera, y como si del otorgamiento de un beneficio gracioso que la organización entregase a los trabajadores se tratase, en contraposición a cómo históricamente los agricultores han alojado a sus peones agrícolas, Unió de Pagesos ofertaba su servicio de contratación de trabajadores bajo la consigna “alojamiento en condiciones”.³⁹

El discurso del sindicato al entorno del alojamiento sugería una motivación ética para su establecimiento. Sin embargo, éste, resultó ser una pieza indispensable para la gestión de un servicio al agricultor basado en tres ejes fundamentales: la vigilancia de la situación jurídica del extranjero cuando éstos se contrataban, la constitución de una bolsa de trabajadores que otorgaran seguridad a la contratación y la gestión de alojamientos establecidos a iniciativa de ayuntamientos, bajo el auspicio de las administraciones autonómica, estatal y europea.

Es así que durante la década de 1990 se alojó a los temporeros agrícolas: en establecimientos de titularidad pública reformados para albergue de trabajadores, gestionados por la agrupación de empresarios Unió de Pagesos y por el que se hacía pagar un canon del 10% sobre la remuneración percibida. Como si de una reacción en cadena se tratase, durante este intervalo de tiempo, cada vez más ayuntamientos de municipios frutícolas, preocupados tanto por la producción agrícola en sus términos, como por la repercusión política que suponían las noticias relativas a contrataciones ilegales de extranjeros, se interesaron por el servicio ofertado por Unió de Pagesos. Fue en este momento que se produjeron los primeros acuerdos de gestión de alojamientos entre Unió de Pagesos y

ayuntamientos, lográndose varios objetivos. De un lado, el ayuntamiento proporcionaba a los agricultores un lugar donde alojar a los trabajadores, logrando con ello suplir la responsabilidad que tiene el agricultor en materia de alojamiento⁴⁰ y minimizar el riesgo de obtener una publicidad adversa, resultado de las malas condiciones en que tradicionalmente solían alojarse. Por otro, el sindicato gestionaba el lugar distribuyendo entre los agricultores el volumen de mano de obra reclutado, obteniendo con ello la posibilidad de ser los precursores en la dotación de este tipo de servicios. Debido a su afianzamiento, Unió de Pagesos comienza a elaborar un discurso útil a la confección de una imagen pública que lo representa como un sindicato altruista y desinteresado.⁴¹

En 1993 se publica en el Boletín Oficial del Estado (BOE) la Resolución que dictaba las instrucciones generales para el establecimiento de la política de contingentes. A través de la misma, se formalizó el procedimiento por el que, en adelante, se regularía el flujo migratorio, permitiendo la entrada al país únicamente a aquellos trabajadores necesarios a la ocupación de demandas de trabajo no atendidas por el mercado laboral nacional. Quedaba, de este modo, verificada la intención del Estado de sostener la independencia de los empresarios agrícolas del mercado laboral interno (entiéndase la mano de obra disponible tanto autóctona como extranjera en situación regular e irregular), para la obtención de mano de obra que efectuase el trabajo sin reticencias.

Desde entonces, cada año se publicarían los contingentes de autorizaciones de empleo de trabajadores extranjeros no comunitarios. Con el desarrollo posterior de la normativa estatal en extranjería⁴² y los consecuentes constreñimientos cada vez mayores a que fueron sometidos los empresarios (tanto de cooperativas de almacenamiento, empaquetamiento y transformación de la fruta, como a los medianos y pequeños propietarios de tierra dedicados a la producción de fruta dulce) con el objeto de limitar la contratación de extranjeros sin regularizar en el país, el uso del espacio de los alojamientos fue variando. Es de este modo que lentamente comenzó a transformarse en un lugar destinado a un solo tipo de sujeto, el trabajador contratado en origen para desempeñarse en la agricultura catalana por temporadas, administrado merced diversos dispositivos (normativas de uso y condiciones de trabajo específicas) y gestionado por encargados de alojamiento. Como resultado van a imponerse nuevas condiciones laborales que transformarán tanto la manera de acceder al mercado de trabajo, como de limitar su acción reguladora con el propósito de asegurar el acceso a los empresarios a una fuerza de trabajo estable y fija. Su posición social dentro del contexto de la contratación en origen se manifiesta por tanto, al decir de Reigada, frágil en observación de las circunstancias de partida en sus países de origen, como en atención a las condiciones que establecen los contratos.⁴³

Alojamiento de cooperativas. Alojamientos para mujeres

Los cambios acontecidos en la fruticultura destinada a la exportación, merced la introducción de este modo de selección, suministro y gestión de la mano de obra, han llevado a la reconfiguración social del temporero de modo diverso, en atención al lugar de producción dónde se destina la fuerza de trabajo. Son diversas las razones que han motivado la incorporación de este sistema de reclutamiento en los distintos escenarios productivos, las que han propiciado un reemplazo también diverso. Han jugado un papel fundamental en esto las concepciones que el sector posee sobre el trabajo y sobre las características que debiera idealmente poseer el trabajador considerado como el más adecuado. De tal modo, esta reconfiguración social se ha dado de forma diferente en el campo y en los almacenes de confección y transformación del producto agrario. Si bien en el contexto de la recolección de la fruta han sido los atributos culturalistas sobre el trabajo masculino los que han movido a los agricultores a contratar exclusivamente hombres, en el caso de las cooperativas han sido las características atribuidas al trabajo femenino las que han promovido la contratación de mujeres para el trabajo de confección y transformación. Hay que observar, no obstante, que para ambos casos ha sido el abandono del sector agricultura por parte de los trabajadores autóctonos y extranjeros residentes –que dificultaba la concreción exitosa de la campaña agrícola- lo que explica un recambio tal de la mano de obra.

De tal suerte se ha establecido un discurso basado en la interpretación de las diferencias tanto de género como culturales útiles a la selección de determinados perfiles, supuestamente, idóneos para la realización de determinados trabajos. Merced esta interpretación el capital busca garantizar la explotación de la mano de obra en condiciones de precariedad, las que a su vez sirven a la exacción máxima de plusvalía. En consecuencia se produce el fenómeno pretendido de recreación de estereotipos, convenientes a la diferenciación de los trabajadores entre los más adecuados para la ejecución de una u otra tarea. Serán fundamentalmente criterios ligados al origen nacional y al género los más relevantes, convenientes, como señalara Wolf, a efectos de establecer una organización capitalista del trabajo.⁴⁴ Las atribuciones socialmente construidas asociadas al género han sido las que han contribuido al sostenimiento de la estructura feminizada del trabajo de almacén, contexto de nuestro análisis.⁴⁵ Éstas se vinculan principalmente con aquello que comúnmente se expresa con la locución “aptitudes femeninas”,⁴⁶ que se relacionan tanto con la presentación de habilidades psicomotrices (pulcritud, escrupulosidad, meticulosidad y esmero; por un lado, y por otro, ligereza, diligencia, prontitud y destreza), como con la manifestación de competencias psicosociales (responsabilidad, compromiso, juicio y seriedad).

De las primeras podemos decir que constituyen un reclamo para los empresarios por cuanto se consideran imprescindibles para la manipulación de la fruta, su selección y embalaje. Todas ellas son valoradas positivamente pues a juicio de los empresarios inciden en la óptima conservación y posterior presentación de su producto en los mercados. El buen criterio de selección y la delicadeza en la manipulación, junto a la rapidez del movimiento mecanizado, son las características que se solicitan de los trabajadores y que, se presume, suelen encontrarse en las mujeres. Estas competencias atribuidas al género femenino son las que terminan configurando a las mujeres como más trabajadoras y por ello más valoradas para la confección y transformación de la fruta.

De las segundas, denominadas por nosotros psicosociales, se puede establecer que conforman parte de la identidad femenina socialmente construida,⁴⁷ basada en la existencia de unos rasgos psicológicos atribuidos a las mujeres. De su naturalización depende la eficacia simbólica de esta representación que opera en provecho y según la conveniencia de las empresas. La extensión del estereotipo, arraigado en la sociedad española, ha permitido la reproducción de la estructura feminizada del trabajo de confección de la fruta, organizada según principios operativos industriales ligados a procedimientos productivos como el *just in time*. En el contexto de una agricultura globalizada la adaptación de la producción a las condiciones impuestas por el mercado y las fluctuaciones de la demanda, la empresa precisa poder contar con una plantilla capaz de asumir parte de los desafíos que plantea el mercado. En este sentido las características que se presumen propias de la personalidad del género femenino, tales como el compromiso, el juicio y la seriedad, suelen ser bien valoradas. En particular es la capacidad de mantener el compromiso con la empresa la competencia femenina psicosocial que más se requiere, pues por ella se presume en el trabajador una menor conflictividad laboral⁴⁸ y una mayor comprensión de las alteraciones en los ritmos productivos. La flexibilidad, por tanto, necesaria toda vez se reorganiza el trabajo luego de paros y reanudaciones en atención a tales variaciones, se configura como la más ineludible e imperativa condición del trabajo.⁴⁹ Un perfil de trabajador, por tanto, que pueda adaptarse a tales cambios parece ser el más conveniente, y ha sido la mujer la que tradicionalmente ha asumido este rol, “al permitir un ahorro sustancial en el coste de la mano de obra, tanto por los menores salarios percibidos como por las características organizativas a las que se ajusta bien este colectivo”.⁵⁰

La presencia, no obstante, de mujeres en los almacenes frutícolas se explica atendiendo a las condiciones socioeconómicas en las que se produjo la extensión del regadío y la proliferación posterior de los cultivos frutícolas. Es el orden de la casa, entendido como lugar de producción y reproducción social de la comunidad agrícola tradicional, el que se replica en la nueva explotación frutícola, quedando

vinculada la mujer al espacio socialmente construido para lo “femenino”, esto es: el almacén de manipulado.⁵¹ Organizado siguiendo los criterios de estacionalidad y flexibilidad, el trabajo industrial de confección y transformación de la fruta terminó siendo ocupado fundamentalmente por amas de casa, viniendo éste a ser interpretado como un complemento o una ayuda familiar⁵² que “exige gran capacidad de adaptación a jornadas discontinuas y de diferente intensidad horaria, según la marcha de la campaña”.⁵³ Siguiendo a Gadea et al., “de tal forma que la estacionalidad o flexibilidad de los tiempos de trabajo se regulaba por la movilidad de las mujeres en el cumplimiento de su doble rol de trabajadoras y de amas de casa”⁵⁴. Se genera en este contexto una ventaja relativa en la explotación del trabajo de las mujeres, ventajosa para la organización flexible de la producción, “que les obliga a conciliar tiempos y espacios de trabajo”.⁵⁵ En observación del estudio sobre el sistema citrícola valenciano desarrollado por Domingo Pérez, “la mujer debe responder a un horario muy flexible y dispar, cosa que, como en todas las situaciones convertidas en habituales no se percibe como algo especialmente negativo, simplemente se acomoda la organización doméstica a estos altibajos”.⁵⁶ Con la consolidación de la fruticultura destinada a la exportación se produce el recambio de la mano de obra femenina autóctona por inmigrante, y posteriormente por aquella contratada en origen. La posición subordinada de la mujer en el trabajo⁵⁷ viene de este modo a ser traspasada a aquélla, segmentándose nuevamente el mercado de trabajo en atención a la extranjería.⁵⁸

El recurso a la contratación en origen para la realización de trabajos en los almacenes flexibiliza aún más el tiempo de trabajo y permite a los empresarios disponer de una fuerza de trabajo cuyas responsabilidades ligadas con lo doméstico sean prácticamente inexistentes – atendida la separación física con sus hogares y familias. La mayor disponibilidad de su fuerza, ligada a la mayor capacidad para su explotación y a su menor disposición para la reivindicación de las condiciones de trabajo, hace de estas trabajadoras un recurso muy apreciado para el aumento de la productividad. Es, por tanto, en el contexto de la contratación en origen, el alojamiento el dispositivo clave que permite esta disposición permanente y esta oportunidad de explotación intensiva. Si en el pasado era la situación del almacén – de la explotación agrícola o de la cooperativa- cercana a los municipios de residencia de las trabajadoras, lo que permitía, según apunta Domingo Pérez, “incluso suspender el trabajo por ejemplo en caso de avería de la maquinaria, y reemprenderlo al cabo de unas horas”,⁵⁹ hoy con la contratación en origen –y más concretamente con el sistema de concentración de mano de obra gestionado por la organización empresarial Unió de Pagesos - es la absorción del domicilio y la anulación de la vida pública lo que faculta la disposición permanente de las trabajadoras. Este perfeccionamiento inhibe, por otro lado, el abandono del trabajo en el sector al estar sometida su permanencia en el país a la obligación de retornar

una vez finalizados los trabajos para los que fueron contratadas. Por tanto, es la contratación en origen, y el establecimiento de sistemas como el aquí comentado, dispositivos ideados para el control y la fijación de la mano de obra extranjera.

Otro factor por el que se trata de impedir el abandono es la selección de las trabajadoras en atención a un perfil considerado idóneo para garantizar su permanencia en el sector y que limite, a su vez, la probabilidad de que se establezcan en España de forma irregular.⁶⁰ Este perfil se nutre de determinadas interpretaciones sociales sobre cuestiones como la ruralidad, la maternidad y el estado civil, entre otras.⁶¹

Sin llegar a analizar minuciosamente las características exigidas a las mujeres para que encajen con el perfil de la “trabajadora idónea”,⁶² vamos a tratar sucintamente algunos de sus aspectos. Los requisitos demandados por la organización empresarial Unió de Pagesos y las opiniones de los empresarios agrícolas sobre las preferencias a la hora de contratar trabajadoras, recogidas durante el trabajo de campo, dan como resultado un perfil estándar: de origen rural, con estatus civil de casada y madres.

Sobre el primero podemos decir que el interés por la selección de mano de obra de entornos rurales empobrecidos, recibe fundamento en la concepción que los empresarios poseen del campo como lugar de producción en países en vías de desarrollo. Esto es, un lugar ligado a la subsistencia, atrasado desde el punto de vista de la tecnología que se destina a la producción, en el que la aplicación del trabajo se realiza bajo condiciones penosas. La mano de obra procedente de estos entornos se estima como más esforzada y con mayor capacidad de resistir condiciones de trabajo duras, penosas.

Asociada a estos contextos deprimidos se encuentra la representación de la mujer de origen rural sumisa, debido a la asimilación estereotipada del subdesarrollo con el machismo comprendido como la ideología que aglutina actitudes, prácticas sociales y creencias, entre otros, destinadas a la promoción de la dominación de la mujer. Las estructuras sociales resultantes en estos lugares, exitosas en la reproducción de la mujer como un sujeto de capacidades inferiores y con menor poder social, resultan interesantes para el capital agrícola que maneja una representación de las mujeres que de ahí provienen como un sujeto obediente, dócil y por ello fácilmente disciplinable.

El status civil de casada, segundo de los criterios escogidos para la selección, se emparenta con el origen rural por cuanto es la misma ideología machista —que se presume presente en órdenes sociales en el que las mujeres se encuentran en posiciones sociales subordinadas a los hombres— la que impregna las relaciones resultantes de vínculos como el matrimonio. Una mujer casada, por tanto, es un

sujeto bajo control jerárquico del hombre, destinada a la reproducción de tal orden gracias, entre otros mecanismos, a la exhibición de un patrón de comportamiento sumiso que resulta seductor a ojos de los empresarios. Sin embargo, de todos los criterios hasta aquí mencionados es la maternidad el aspecto que mayor pesa a la hora de definir el perfil de las trabajadoras. Como bien apunta Reigada para el caso del cultivo intensivo de la fresa en Huelva, extensible para el caso de la fruticultura leridana:

/.../ se considera que las mujeres jóvenes, solteras y sin hijos son menos responsables y trabajadoras que las mujeres un poco mayores, casadas (viudas o divorciadas) y con hijos, quienes al contar con una situación familiar más complicada se volcarían en el trabajo y causarían menos problemas al empresario. Al solicitar mujeres con cargas familiares no solo se busca cubrir el perfil demandado por los empresarios sino también garantizar uno de los objetivos perseguidos por las administraciones con ese tipo de programas: el retorno de las temporeras a sus países de origen una vez finalizada la temporada agrícola.⁶³

En efecto, la preferencia por las trabajadoras con cargas familiares se relaciona con su capacidad para mantener tanto el compromiso de permanencia en el trabajo, como el de regreso a sus países de origen pues de ellas depende el sostenimiento de sus familias, en fin, la reproducción de sus grupos domésticos. En el contexto del alojamiento la elección por esta mano de obra con cargas familiares se manifiesta en su composición social exclusivamente femenina, permanentemente disponible para capital agrícola.

Conclusiones.

El análisis de los cambios en la composición social de la mano de obra durante las campañas agrícolas en la fruticultura leridana nos brinda la oportunidad de conocer con mayor profundidad las necesidades del capital agrícola para su reproducción y las estrategias que ha desarrollado para ello. Desde las primeras movilizaciones autónomas de cuadrillas de trabajadores, pasando por las estrategias destinadas a la generación de corrientes de mano de obra, al establecimiento formal de la contratación en origen, es posible vislumbrar la escasez sentida por el empresario agrícola de un tipo particular de fuerza de trabajo. La demanda de un trabajador útil al abaratamiento de los costos de producción, permanentemente disponible, con dificultades para el ejercicio de la presión colectiva, ha conducido a la organización empresarial más importante de Cataluña a establecer un sistema basado en la importación de la fuerza de trabajo, su concentración en alojamientos gestionados por ellos, su circulación entre campañas agrícolas y el control del retorno a los países de origen.

El Estado interesado en la promoción de las agriculturas de exportación y en el control eficiente de los flujos migratorios a través del trabajo, desarrolló la normativa adecuada a la instauración de tal sistema laboral migratorio. Éstas han supuesto un retorno de las lógicas implícitas en los conocidos programas de contratación de trabajadores huéspedes adoptados por diversos países, como el *Gastarbeiter* alemán o el programa *bracero* estadounidense, por los que es posible develar la percepción utilitarista e interesada del trabajador extranjero. Los mayores logros alcanzados merced este sistema son la fijación de la mano de obra, destinada a ser devuelta a sus países de origen una vez finalizado el trabajo, y la obstaculización del desarrollo de la organización colectiva que sirva a la reivindicación de mejoras en las condiciones de trabajo.

En la fruticultura leridana este sistema ha sido útil, asimismo, para la reproducción de la estructura ocupacional, organizada según prejuicios ligados al género. Mano de obra femenina y masculina se localizan en lugares segregados: hombres en el campo, mujeres en el almacén. De tal modo, más allá de las ventajas que los empresarios obtienen al preferir la vía de contratación en origen a través del sistema de *Unió de Pagesos* –relativas a la posibilidad de fijar la fuerza de trabajo; la elección por estas mujeres se renueva y se torna vigente en atención a la reducción de los costos de producción que siempre ha implicado el empleo de la mano de obra femenina. Su bajo coste y su débil capacidad de reivindicación, sumado a las virtudes asociadas a su condición sexual son las principales ventajas que hallan los empresarios a su contratación. Los procesos de feminización, ya presentes en el sector desde las primeras etapas de formación de la fruticultura industrial globalizada, se profundizan y se entroncan con otras variables (como la procedencia nacional en este caso) motivando sucesivas segmentaciones del mercado de trabajo. En continuidad con el análisis no cabe sino caracterizar el modelo de la contratación en origen como resultado de una política destinada a la reproducción de una estructura de empleo ya feminizada con la que se promueve el mantenimiento de las economías ligadas al sector a través de su subvención, vía la precarización de las condiciones de trabajo que se realiza al interior de los almacenes frutícolas.

Notas y referencias

- ¹ El presente trabajo pretende dar cuenta de parte de los resultados de una investigación cuyo trabajo de campo se realizó entre el año 2003 y 2012 sobre el programa de contratación en origen y el sistema de selección, importación, concentración y suministro de trabajadores extranjeros surgido en Cataluña. Es la organización empresarial más representativa de Cataluña la encargada de gestionarlo. Sus principales resortes son la movilización de mano de obra entre empresarios y campañas agrícolas, operada merced el establecimiento de alojamientos por las principales comarcas frutícolas, y la gestión de los alojamientos mismos. Se procura de tal modo ofrecer a las empresas la fuerza de trabajo

-
- necesaria en estado de fijación y, por otro lado, garantizar al Estado el retorno efectivo de las poblaciones movilizadas. Con el objeto de indagar en el problema de la feminización de la estructura laboral al interior de los almacenes destinados a la confección y transformación de la fruta, se realizaron salidas a terreno durante el verano del 2013 y 2014. Los resultados que se presentan pretenden dar luz sobre la importancia de los programas de contratación en origen, y en particular del sistema objeto de estudio, para la reproducción de las estructuras feminizadas de esta agroindustria.
- ² A mayor abundamiento sobre el modo en que opera este sistema pueden consultarse las obras de la autora de este artículo referidas en la bibliografía disponible al final del mismo.
- ³ Sobre estos procesos de sustitución podemos decir que fueron diversos dependiendo de la actividad desarrollada en el sector, sea en el campo o en los almacenes de fruta. En el caso de las faenas de recolección fueron principalmente magrebíes y subsaharianos los que tomaron por los puestos de los autóctonos. Éstos, a su vez, fueron reemplazados masivamente por los trabajadores colombianos y rumanos durante la primera década del siglo XXI. En los almacenes de las cooperativas de la zona fueron las mujeres autóctonas las que de allí desertaron al lograr mejores condiciones de trabajo en otros sectores, principalmente servicios. Un análisis de los procesos de sustitución de mano de obra en el agro onubense (Huelva) y sus causas se encuentra en Estrella Gualda CABALLERO y Marta Ruíz GARCÍA. “Migración femenina de Europa del Este y mercado de trabajo agrícola en la provincia de Huelva, España”. *Revista de Migraciones Internacionales*. México, 4(2): 36-65, julio-diciembre, 2004.
- ⁴ En atención al trabajo de Díaz Diego, y por lo que observamos en el trabajo de campo en la fruticultura leridana, se emplean igualmente hombres y mujeres por este sistema, unos para trabajos de recolección, otras para confección y transformación del producto agrario. José Díaz DIEGO. “La Agricultura Posible. Inmigración Circular y Desarrollo Territorial en Espacios Agrícolas de Huelva y Lérida”. XI Congreso de Ciencia Regional de Andalucía. Huelva: Cooperación Transfronteriza Andalucía-Algarve-Alentejo, 2011, pp. 558-572. <http://www.aecr.org/web/congresosAACR/2009/pdfs/mesa4/5-4.pdf>
- ⁵ Siguiendo a Giménez Romero, es posible denominar como “área o enclave consolidado” a la periferia rural de la ciudad de Lérida, en la que es posible observar la presencia de trabajadores extranjeros de manera notable desde 1980. Carlos Giménez ROMERO. “Trabajadores extranjeros en la agricultura española: enclaves e implicaciones”. *Revista de Estudios Regionales*. Málaga, 31: 127-147, 1992, p.130.
- ⁶ Lérida, o Lleida, es la ciudad capital de la provincia homónima, situada en la comunidad autónoma de Cataluña, España. Tiene una población de 139 809 habitantes (Instituto Nacional de Estadística, 2013) y en su región urbana, engloba a 363 900 habitantes. Su término municipal tiene 211.7 km² y es uno de los más extensos de Cataluña. La economía de la ciudad se asienta de manera mayoritaria en el sector servicios, que emplea al 71.4 % de la población, seguido de la industria (13.1 %), la construcción y la agricultura (4,2%). La agroindustria que se asienta en la provincia ha llegado a ser exitosa gracias al desarrollo de los regadíos, cuya extensión se debe a la concreción de proyectos como el Canal de Urgell y el Canal de Aragón y Cataluña. Unidos a los riegos más antiguos

- datados en el siglo XII, han significado la evolución de los cultivos leridanos en la especialización de la fruta dulce para exportación.
- ⁷ Eusebio García MANRIQUE. “La evolución de los regadíos leridanos hacia los cultivos de frutales”. *Papeles de Geografía*. Murcia, 3: 9-133, 1971.
- ⁸ García MANRIQUE, 1971: 3, 27.
- ⁹ Díaz DIEGO, 2011y Díaz DIEGO et al, 2013.
- ¹⁰ Sobre aspectos históricos que detallan la introducción de sistemas de regadío en la comarca en estudio véase Víctor BRETÓN. “Algunos aspectos de la coyuntura agraria de Catalunya bajo el primer franquismo: intervencionismo y mecanismos de acumulación en los regadíos leridanos durante los años cuarenta”. *Agricultura y Sociedad*, 67: 9-45, abril-junio, 1993. Mayor información acerca de la configuración y expansión del regadío en Catalunya se encuentra en Emili Giralt i RAVENTÓS, (dir.), *Història Agrària dels Països Catalans. Segles XIX-XX*. Vol. IV. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006, p. 137-144.
- ¹¹ Sobre esta especialización apunta García Manrique: “En cuanto a las variedades que predominaban en cada una de las tres especies frutales observamos que ya se había iniciado en 1960 una selección y proporción entre ellas, que se acentuará más adelante concretándose en muy pocas variedades y abandonando algunas tradicionales. /.../ Y la antigua huerta leridana, la de la ribera del Noguera y Segre, la de los pequeños agricultores, se convirtió en un monocultivo del frutal.” García MANRIQUE, 1971: 39-41.
- ¹² Para el caso de la citricultura valenciana y su especialización véase Concepción Domingo PÉREZ. “El trabajo de las mujeres en el sistema citrícola valenciano”. *Cuadernos de Geografía*. Valencia, 53: 85-109, 1993.
- ¹³ García MANRIQUE, 1971: 37.
- ¹⁴ Un análisis extenso al respecto de las transformaciones de la agricultura se encuentra en Jorge RIECHMANN. *Cuidar la tierra. Políticas agrarias y alimentarias sostenibles para entrar en el siglo XXI*. Barcelona: Icaria, 2003, p. 41-74. Ahí se enumeran aquellas novedades tecnológicas que lo hacen posible entre las que se hallan: la expansión de los regadíos, el uso de abonos químicos sintéticos, la mecanización de las labores agrícolas y el descubrimiento de los principios básicos de la genética.
- ¹⁵ En atención a la escala histórico-social de reestructuración agraria y modernización de los procesos de producción de Philip MCMICHAEL. “Globalization: myths and realities”. *Rural Sociology*. Iowa, 1(61): 25-55, 1996; aplicado por Miguel Ángel Aragón en el análisis del sistema productivo fresero de Huelva, Alicia Reigada señala la década del '50 del siglo XX como el momento en el que se da inicio al Segundo Régimen Alimentario en el caso de la agricultura andaluza. Simultáneamente y para seguir con tal nomenclatura en la provincia de Lleida se registra un proceso similar “que se caracterizó por la intensificación de las relaciones capitalistas de producción y la industrialización de la agricultura bajo el proceso que se denominó Revolución Verde”, en Alicia REIGADA (2011). “Reestructuración agraria, migración laboral y feminización del trabajo en Andalucía (España)”. *Agricultura, Sociedad y Desarrollo*. México, 1(8): 19-43, enero-abril, 2011, p.23-24; Alicia REIGADA. “Más allá del discurso sobre la “inmigración ordenada”: contratación en origen y feminización del trabajo en el cultivo de la fresa en Andalucía”. *Política y Sociedad*. Madrid, 1(49): 103-122, 2012; Juan Antonio LACOMBA. La economía

- andaluza. Un enfoque desde la historia. En: VV.AA. *Ocho análisis de la economía andaluza*. Sevilla: Instituto de Desarrollo Regional, 1995, pp.137-156. Sobre la relación entre los procesos de intensificación agrícola y la introducción de regadíos desde mediados del siglo XX véase Giménez ROMERO, 1992: 134.
- ¹⁶ El modelo de la agricultura catalana tradicional basado en pequeñas unidades de explotación familiar de corte patriarcal, descrito por Ignasi Terrades en su estudio sobre el campesino catalán, comienza a manifestar rasgos de su desaparición progresiva desde mediados de los setenta del siglo XX. Las características propias de este modelo se desvanecen pues tal proceso industrializador “ha desplazado a la familia como unidad de producción agraria”, Ignasi TERRADES. *Antropología del campesino catalán. Del modo de producción feudal al capitalismo*. Barcelona: A. Redondo Editor, 1973, p.93. Rescatamos asimismo la apreciación de García Manrique sobre esta evolución del pequeño agricultor: “(la producción frutera leridana) les ha elevado también de nivel de vida y les ha transformado en agricultores de tipo moderno europeo atentos a los mercados, muy distintos del antiguo payés rutinario”. García MANRÍQUE, 1971: 41. Sobre esta transformación véase también Víctor Pérez DÍAZ. *Pueblos y clases sociales en el campo español*. Madrid: Siglo XXI, 1972; William A. DOUGLASS y Joseph B. ACEVES, (eds.), *Los aspectos cambiantes de la España rural*. Barcelona: Seix Barral, 1976; Eric R. WOLF. *Europa y la gente sin historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005; José Luis CALVA. *Los campesinos y su devenir en las economías de mercado*. México: Siglo XXI, 1988; Víctor BRETÓN y Josep Joan Mateu GONZÁLEZ. “Propietarios, aparceros y expedientes judiciales. La lucha por la tierra en Lleida durante el primer franquismo”. *Estudios Agrarios y Pesqueros*. Madrid, 186: 129-158, 2000; Ubaldo Martínez VEIGA. *Trabajadores invisibles. Precariedad, rotación y pobreza de la inmigración en España*. Madrid: Los libros de la Catarata, 2004.
- ¹⁷ Una revisión detallada acerca de las variedades de cultivo en los diversos municipios de la región frutícola leridana, denominadas comúnmente como fruta dulce se encuentra en el trabajo de José Díaz DIEGO; Juan Antonio Márquez DOMÍNGUEZ; José Manuel Jurado ALMONTE y Mercedes Gordo MÁRQUEZ. El principal destino agrícola de los inmigrantes extranjeros en Cataluña: la fruticultura leridana. En: José Antonio Camacho BALLESTA y Yolanda Jiménez Olivencia, (eds.), *Desarrollo regional sostenible en tiempos de crisis*. Granada: Editorial Universidad de Granada. 2013, pp.799-819.
- ¹⁸ No obstante la tendencia a la concentración de las fincas, J. Díaz Diego et al. informan sobre el peso fundamental en la producción leridana de aquellas explotaciones de tamaño pequeño (5 a 10 has) y mediano (10 a 20 ha.). Díaz DIEGO et al., 2013: 802.
- ¹⁹ En la fase denominada Tercer Régimen Alimentario, siguiendo la nomenclatura de McMichael, se asiste a un aumento del fenómeno de internacionalización y competitividad de los mercados creándose una tendencia mundial a la concentración de los centros de investigación, distribución y consumo en las economías centrales, a la vez que las unidades de producción especializadas en suministrar productos agrícolas fuera de temporada se aglutinan en las regiones periféricas. REIGADA, 2011. Mayor información en Alessandro BONANNO. Globalización del sector agrícola y alimentario: crisis de convergencia contradictoria. En: Alessandro BONANNO (ed.) *La globalización del sector agroalimentario*. Madrid: MAPA.1994, pp. 17-49.

-
- ²⁰ Miren ETXEZARRETA. “Trabajo y agricultura: los cambios del sistema de trabajo en una agricultura en transformación”. *Agricultura y Sociedad*. Madrid, 72: 121-166, julio-septiembre, 1994, p.122. Tal integración de la agricultura en la dinámica más vasta de las economías nacionales viene apuntada por Eric R. Wolf en su tratamiento de la inserción de la producción del campesino en un mercado-red, cuando alude cómo “el campesino implicado en sistemas cada vez mayores seguramente comprobará que los precios ya no son regulados por las exigencias locales, determinadas por las limitadas relaciones del mundo local, sino por fuerzas de poder creciente que ciertamente no podrá entender por completo ni menos todavía controlar”. Eric R. WOLF. *Los campesinos*. Barcelona: Labor, 1982, p. 61.
- ²¹ Giménez ROMERO, 1992: 133.
- ²² Déborah Betrisey NADALI. “Género y políticas migratorias “selectivas” en España: el reclutamiento de mujeres extranjeras para el trabajo agrícola en una zona rural de Andalucía”. *Anales Electrónicos del Seminario Internacional Fazendo Género 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. 23 al 26 agosto de 2010. Universidad Federal de Santa Catarina, Brasil. http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277115322_ARQUIVO_PONENCIABETRISEY.pdf
- ²³ José Luis Calva realiza un análisis extenso acerca de este fenómeno de reducción de los miembros productivos de la familia campesina. CALVA, 1988.
- ²⁴ Véase ETXEZARRETA, 1994 y Ana I. Santana AFONSO. “La importancia de la mano de obra extranjera en las campañas agrícolas”. *Cuadernos de Relaciones Laborales*. Madrid, 11: 247-267, 1997.
- ²⁵ Gualda CABALLERO, 2004.
- ²⁶ Tal es el caso de los trabajadores de etnia gitana, los que tradicionalmente se han empleado en la recolección de la aceituna situados principalmente en la comarca de Les Garrigues. Algo similar observa Martínez Veiga al respecto del empleo de estos trabajadores en El Ejido, Martínez VEIGA, 2004: 125. Por otra parte Ángel García, Miguel Laparra y Balbina Liberal confirman el uso de la mano de obra gitana en trabajos de recolección agrícola en Navarra dedicados esencialmente a la vendimia. Ángel GARCÍA, Miguel LAPARRA y Balbina LIBERAL. Los trabajadores temporeros agrícolas en Navarra. En: Miguel LAPARRA, (ed.), *Extranjeros en el purgatorio. Integración social de los inmigrantes en el espacio local*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2003, p.269-298, p. 273.
- ²⁷ Sobre el mismo aspecto véase Martínez VEIGA, 2004: 124-125.
- ²⁸ Se plantea en el agro una nueva “cuestión social” al decir de Giménez Romero, tanto por la “generación de una nueva pobreza y explotación, como por la aparición, también en el campo, de la batalla entre racismo y solidaridad /.../ un nuevo proletariado agrícola, étnicamente diferenciado, ilegal, marginado y, generalmente, con residencia en las ciudades”. Giménez ROMERO, 1992: 136,141. Más sobre la contratación de jornaleros extranjeros en áreas de viejos y nuevos regadíos leridanos véase Giménez ROMERO, 1992. Acerca del remplazo de trabajadores autóctonos por extranjeros señala José Díaz DIEGO lo siguiente: “Los trabajadores extranjeros ocupan hoy en los campos, la mayoría de forma temporal, el vacío que han generado las sinergias del abandono de la agricultura por parte de los trabajadores nacionales, redirigidos hacia otros sectores o

industrias auxiliares con mejores condiciones sociolaborales”. José Díaz DIEGO (2009). Los campos que otros trabajan. Las campañas agrícolas españolas con mayor porcentaje de extranjeros. En: Mercedes Gordo Márquez y Jesús Felicidades García, (eds.), *Explorando los contratos en origen en los campos españoles*. Huelva: Universidad de Huelva. 2009, pp. 25-67, p.28. Por otro lado, la situación en la que trabajan y viven los jornaleros extranjeros en el agro español es descrita por Jorge Riechmann del siguiente modo: “Ausencia de derechos básicos, incumplimiento de las normas laborales, bajos jornales y largas jornadas, indefensión, alojamiento y alimentación deficientes, exposición a agentes químicos peligrosos, hostilidad racista”. RIECHMANN, 2003: 448.

²⁹ Giménez ROMERO, 1992: 135.

³⁰ Para el caso de la agricultura andaluza Reigada apunta lo que sigue: “Es a finales de los años noventa donde los empresarios sitúan el punto de inflexión determinante que les lleva a buscar una solución definitiva a los problemas de mano de obra que afrontaba el sector fresero desde hacía ya varios años. Esta solución vendrá de la mano de las contrataciones en origen. /.../ La inestabilidad del sector y la necesidad de ajustarse a las exigencias de los mercados globalizados va a provocar, en mayor medida que antes, que la temporalidad pero a la vez la estabilidad y disponibilidad se conviertan en tres cualidades fundamentales que los empresarios buscan en la fuerza de trabajo asalariada”. REIGADA, 2011: 33 y REIGADA, 2012.

Sobre lo mismo Gadea, Pedreño y García señalan la constante búsqueda de los empresarios de empleados sumisos. María Elena GADEA, Andrés PEDREÑO y Antonio Agustín GARCÍA. “Trabajadoras inmigrantes en la agroindustria murciana: otra vuelta de tuerca a la segmentación sexual del mercado de trabajo agrícola”. X Congreso Español de Sociología. Treinta años de sociedad, treinta años de sociología, 2010, p. 3. <http://www.fes-sociologia.com/gt-7-sociologia-del-trabajo/pages/157/>

³¹ Díaz DIEGO, 2011: 564.

³² Tomamos el término del trabajo de Jean Paul de Gaudemar dedicado al estudio de la movilización de la mano de obra y los intentos por fijarla en espacios acotados. Más específicamente al análisis del cambio de la movilidad autónoma de los trabajadores a una heterónoma, dirigida por el capital a fin de garantizar la disponibilidad de mano de obra en los lugares de producción. Jean Paul de GAUDEMAR. *La movilización general*. Madrid: La Piqueta, 1981.

³³ Concordamos con Reigada que el estudio de las estrategias de obtención de mano de obra que genera el capital debe servir al propósito de la desnaturalización del establecimiento de flujos de trabajadores. Como ella misma apunta la construcción de la fuerza de trabajo, así como de los mercados donde esta se inserta, tiene relación con las necesidades específicas de las agriculturas globalizadas. REIGADA, 2011, 2012. La emergencia de las contrataciones en origen y el establecimiento de sistemas de reclutamiento de trabajadores extranjeros, como el aquí comentado, deben servir a modo de ejemplo. Por ellos podemos consignar como el capital se anticipa creando flujos nuevos, los que posteriormente se vienen a juridificarse a través de su normativización por el derecho administrativo.

³⁴ Un examen minucioso sobre el abandono del campo por parte de los extranjeros y las condiciones laborales poco competitivas véase Díaz DIEGO, 2011: 566-569.

-
- ³⁵ Sobre el problema de la fijación de la mano de obra o al decir de Sandro Mezzadra el “embridamiento” de la fuerza de trabajo véase, Sandro MEZZADRA. *Derecho de fuga. Migraciones, ciudadanía y globalización*. Madrid: Traficantes de sueños, 2005.
- ³⁶ El 17 de diciembre de 1997 el Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, la Federación Española de Municipios y Provincias (FEMP), la Asociación Agraria de Jóvenes Agricultores (ASAJA), la Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos (COAG), la Federación de Trabajadores de la Tierra del Sindicato Unión General de Trabajadores (UGT) y la Federación Estatal del Campo del sindicato Comisiones Obreras (CCOO), suscriben el Convenio Marco de Colaboración para la Ordenación de las Migraciones Interiores en las Diversas Campañas Agrícolas de Empleo Temporal. A través del mismo se pretendía satisfacer las necesidades de mano de obra temporal regularizada, a la vez que controlar los desplazamientos de extranjeros en situación irregular. El 21 de septiembre de 1999 se suscribe un Protocolo Adicional en el que se propone como objetivo el establecimiento de un procedimiento adicional para la contratación de trabajadores extranjeros no comunitarios en sus países de origen. Adoptamos aquí la terminología de Buraway al referirnos a sistemas laborales migratorios. Michael BURAWAY. “The functions and reproduction of migrant labor: comparative material from southern Africa and the United States”. *The American Journal of Sociology*. Chicago, 5(81): 1050-1087, 1976.
- ³⁷ Para el caso que nos ocupa parece adecuado interpretar estos sistemas de contratación en origen como un sistema laboral migratorio atendido el lugar diverso que ocupan el espacio destinado a la producción y a la reproducción social de la fuerza de trabajo. El sistema alcanza su mayor grado de eficacia toda vez permite al Estado desatender su responsabilidad en la reproducción de la fuerza de trabajo, quedando en mano de los países de origen el deber de procurar las condiciones sociales idóneas para que la misma se reproduzca adecuadamente. En el lugar de producción, por el contrario, se generan las condiciones necesarias para la explotación de la mano de obra y su reconstitución en los alojamientos destinados tanto a la concentración y circulación productiva de los hombres.
- ³⁸ Siguiendo el análisis de Reigada sobre las ventajas del modelo de contratación en origen transcribimos el siguiente fragmento: “Ésta es la disponibilidad y la flexibilidad que, sin embargo, van a encontrar tanto en el sistema de contratación en origen como en el perfil de mano de obra contratado a través de esta modalidad”. REIGADA, 2012: 109. Sobre el perfil requerido de la mano de obra, Giménez Romero ya adelantaba que el modo de capitalización de las explotaciones familiares pasaba por la contratación de trabajadores baratos y difícilmente reivindicativos. Giménez ROMERO, 1992: 137.
- ³⁹ Andreu Peix i MASSIP. *25 Anys de la Unió de Pagesos (1974-1999)*. Lleida: Pagès Editors, S.L., 1999, p. 219.
- ⁴⁰ RESOLUCIÓ EMO/1705/2013, de 26 de juliol, per la qual es disposa la inscripció i la publicació del Conveni col·lectiu de treball agropecuari de Catalunya, per als anys 2012-2014 (codi de conveni núm. 790011750011995) DOGC Núm. 6434 del 7.8.2013. Article. 41. (El texto que sigue es traducción de la autora): “Condiciones de alojamiento y manutención del personal interino, eventual y de temporada. El nacimiento de este ‘derecho’ es para aquellos trabajadores cuyo domicilio habitual esté a más de 75 kilómetros del trabajo”.

a) En cumplimiento de las condiciones de habitabilidad e higiene de las viviendas en los términos que prevé la orden de BEF/526/2006, de 9 de noviembre, publicada en el DOGC núm. 4761, del 15 de noviembre de 2006. /.../ Atendidas las especiales circunstancias que concurren en el personal llamado “mozo”, este se registrará por las mismas normas que el personal fijo, si bien su retribución será disminuida en un 15% en concepto de manutención y otro 10% por alojamiento, según proceda, en aquellos casos en que las empresas así lo faciliten. En estos casos se observarán las condiciones de habitabilidad y de higiene que deben reunir las viviendas, como agua, luz, ventilación directa, servicios de cocina e higiénicos, aislados de establos, cuadras o vertederos, sus paredes estarán cubiertas de azulejos, cal o cemento y el suelo con baldosas o material sólido, susceptible de limpieza. Iguales mínimos deberán reunir los dormitorios de los trabajadores eventuales y temporeros cuando se oferten por los empleadores como complemento o formando parte de su salario. En caso de haber trabajadores de diferente sexo, tendrá dormitorios y servicios separados absolutamente independientes los unos de los otros. Se respetarán los usos y costumbres aplicados con anterioridad a la firma de este Convenio en las diferentes comarcas y sus campañas.

⁴¹ Muestra de tal discurso se encuentra en el trabajo de Peix i Massip: “Es así como el trabajo sindical incorpora la solidaridad humana, social y progresista que diferencia a la Unió de otras organizaciones”, en Peix i MASSIP, 1999: 283.

⁴² Véase LO 7/1985, de 1 de julio, sobre derechos y libertades de los extranjeros en España; RD 155/1996, de 2 de febrero, por el que se aprueba el Reglamento de ejecución de la LO 7/1985; LO 4/2000 de 11 de enero, sobre derechos y libertades de los extranjeros en España y su integración social; LO 8/2000, de 22 de diciembre, de reforma de la LO 4/2000; RD 864/2001, de 20 de julio, por el que se aprueba el Reglamento de ejecución de la LO 4/2000, de 11 de enero, sobre derechos y libertades de los extranjeros en España y su integración social, reformada por la LO 8/2000, de 22 de diciembre; LO 14/2003, de 20 de noviembre, de Reforma de la LO4/2000, de 11 de enero, sobre derechos y libertades de los extranjeros en España y su integración social, modificada por la LO 8/2000, de 22 de diciembre; RD 2393/20004, de 30 de diciembre, por el que se aprueba el Reglamento de la LO 4/2000, de 11 de enero, sobre derechos y libertades de los extranjeros en España y su integración social; LO 2/2009, de 11 de diciembre, y RD 557/2011, de 20 de abril, por el que se aprueba el Reglamento de la LO 4/2000, sobre derechos y libertades de los extranjeros en España y su integración social, tras su reforma por LO 2/2009. Proposición no de Ley relativa a la situación de los extranjeros en España núm.162/000107. Convenio Marco de Colaboración para la Ordenación de las Migraciones Interiores en las Diversas Campañas Agrícolas de Empleo Temporal de 1997. Protocolo Adicional al Convenio Marco de Colaboración para la Ordenación de las Migraciones Interiores en las Diversas Campañas Agrícolas de Empleo Temporal de 1999.

⁴³ A mayor abundamiento véase REIGADA, 2011: 35 y los trabajos de Achón Rodríguez: Olga Achón RODRÍGUEZ. *Importando miseria. La alternativa a la provisión de mano de obra agrícola*. Madrid: Los libros de la Catarata, 2011; Olga Achón RODRÍGUEZ. *Alojamientos para trabajadores agrícolas extranjeros contratados en origen y privación de libertades. El caso del sistema de alojamiento propuesto por el sindicato agrícola Unió de*

Pagesos en la comarca del Segrià (Lleida). En: José Antonio Fernández Avilés y María Nieves Moreno Vida, (dirs.), *Inmigración y crisis económica: retos políticos y de ordenación jurídica*. Granada: Ed. Comares. 2011, pp. 533-546; Olga Achón RODRÍGUEZ. “Contratación de temporeros por la Unió de Pagesos: un sistema sorprendente y censurable”. *Revista Aranzadi Social, Publicación española sobre Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social. Estudios*. Madrid, 4: 201-231, julio, 2011.

⁴⁴ Véase WOLF, 2005.

⁴⁵ Para el caso de la agricultura industrial murciana Gadea, Pedreño y García señalan la tradicional feminización del trabajo en el contexto de los almacenes agrícolas que persiste más allá de la sustitución de la mano de obra autóctona por extranjera: “En estos procesos de sustitución de mujeres trabajadoras según su origen etno-nacional, sin embargo, persistieron las pautas tradicionales de la división sexual del trabajo”. GADEA, PEDREÑO, GARCÍA, 2010: 4. Para el caso de la citricultura valenciana y la incidencia del trabajo de las mujeres en los almacenes de manipulación y envasado de cítricos véase Domingo PÉREZ, 1993.

⁴⁶ Mayor información en REIGADA, 2011 Y 2012.

⁴⁷ Hacemos referencia aquí al concepto de Identidad Social concebido por Henri Tajfel y John Turner por el que los autores tratan la comprensión de los fundamentos psicológicos de la discriminación entre grupos. El proceso interviniente dirigido al objeto de estereotipar y discriminar que sirve de base a la generación de Identidades sociales que interesan a este estudio es el de categorización. Por el mismo se crean diferencias sociales basadas en preconcepciones sobre rasgos sociales específicos de determinadas culturas, etnias, religiones, género...etc. Tales distinciones unidas a los procesos sucesivos de identificación y comparación terminan estableciendo diversas Identidades Sociales vinculadas a grupos particulares. Henry TAJFEL y John TURNER. An integrative Theory of Intergroup Conflict. En: William G. Austin y Worchel, Stephen, *The Social Psychology of Intergroup Relations*. Monterrey, California: Brooks/Cole, 1979, pp.94-109.

⁴⁸ Para el caso del cultivo intensivo de la fresa en Huelva Reigada apunta a esta ventaja comparativa de la mano de obra femenina versus la masculina, a saber, su menor grado de conflictividad debido principalmente a su compromiso familiar. REIGADA, 2012: 114.

⁴⁹ Sobre la presencia tradicional de las mujeres en el trabajo de manipulación en los almacenes de manipulado de la fresa en Huelva véase REIGADA (2011, 2012). Para el caso de la producción hortofrutícola intensiva en mano de obra en el contexto mejicano, Macías señala las ventajas que los empresarios encuentran en la fuerza de trabajo compuesta por niños, mujeres e indígenas, quienes perciben muy bajos salarios y permiten el desarrollo flexible de la producción. Alejandro, Macías MACÍAS. “Enclaves agrícolas modernos: el caso del jitomate mexicano en los mercados internacionales”. *Revista Región y sociedad*. Sonora, 26(XV): 103-151, 2003, p.111-112. Para mayor abundamiento véase Alain DE JANVRY y Elisabeth SADOULET. El TLCAN y la agricultura: evaluación inicial. En: Rita SCHWENTESIUS y otros, (cords.), *TLC y agricultura, ¿funciona el experimento?* México: Juan Pablos Editor. 1998, pp. 3-52 y Sara M. LARA y Michelle CHAUVET. La inserción de la agricultura mexicana en la economía

-
- mundial. En: Sara M. Lara, S.M. y Michelle Chauvet, (coords.), *La inserción de la agricultura mexicana en la economía mundial*. México: Plaza y Valdés, 1996, pp.19-33.
- ⁵⁰ Domingo PÉREZ, 1993: 91. Un ejemplo sobre la adaptación del trabajo femenino a las condiciones de temporalidad y flexibilidad horaria en el sistema citrícola valenciano se encuentra en el artículo de Domingo PÉREZ, 1993.
- ⁵¹ Un análisis sobre la transformación del orden agrícola tradicional, producto del desarrollo de la agricultura industrial en Murcia durante los años 70 y 80 del siglo XX, y las transferencias de trabajo femenino desde lo doméstico hacia los almacenes de manipulado de productos agrícolas se encuentra en el trabajo de GADEA, PEDREÑO y GARCÍA, 2010.
- ⁵² Sobre la representación social del trabajo de la mujer como “ayuda” Gadea, Pedreño y García señalan su crisis definitiva observable en las prácticas laborales de la agricultura intensiva murciana, “en la medida que las mujeres inmigrantes ya no se representan como tal, por la centralidad que adquiere su salario en el sustento familiar” GADEA, PEDREÑO y GARCÍA, 2010: 11.
- ⁵³ En Domingo PÉREZ, 1993: 95. Véase también REIGADA, 2012.
- ⁵⁴ GADEA, PEDREÑO y GARCÍA, 2010.
- ⁵⁵ REIGADA, 2012: 118.
- ⁵⁶ Domingo PÉREZ, 1993: 17.
- ⁵⁷ Véase, GADEA, PEDREÑO y GARCÍA, 2010.
- ⁵⁸ Gualda Caballero señala para el caso de la agricultura onubense (Huelva) la existencia de procesos de segmentación laboral en el mercado de la mano de obra, denominados “etnoestratificación”, y que se sustentan en base a elementos culturales. Gualda CABALLERO y Ruíz GARCÍA, 2004: 43.
- ⁵⁹ Domingo PÉREZ, 1993: 17.
- ⁶⁰ Para evitar este problema Gualda CABALLERO y Ruíz GARCÍA hacen mención del recurso a la confección de “listas de fugadas”. Gualda CABALLERO y Ruíz GARCÍA, 2004: 55. Esto mismo ha sido constatado a través de la realización de nuestro trabajo de campo. Por este mecanismo se trata de inhibir el deseo o intención de los trabajadores de quedarse en España, así como de castigar a aquellos que no consienten en trabajar según las condiciones impuestas por la organización que los selecciona y suministra. Los “fugados” así denominados por la organización empresarial Unió de Pagesos, ven transformado su estatus jurídico de “en situación regular” a “en situación irregular”.
- ⁶¹ Alicia Reigada expone en sus trabajos sobre el cultivo intensivo de la fresa en Huelva en el establecimiento de criterios para la selección de trabajadoras reducibles a: la condición de “mujeres, que procedan de zonas rurales y que sean de mediana edad y con hijos”. REIGADA, 2011: 35 y 2012: 112.
- ⁶² Siguiendo con la terminología de la autora, REIGADA, 2012: 112.
- ⁶³ En REIGADA, 2011: 36 y 2012: 113.

Texto recebido em 01 de setembro de 2016/
Aprovado em 13 de outubro de 2016

Ellis Island and the Story of Immigration to the United States

Diana Pardue

Museum Programs at the Statue of
Liberty National Monument and Ellis Island

Ellis Island, an 27.5 acre island in the shadow of the Statue of Liberty, is located in upper New York Harbor. During its turbulent lifespan as one of the United States immigration stations (1892-1954), approximately 12 million immigrants were processed through its doors. While a 'Portal of Hope and Freedom' for many immigrants, it was also an 'Island of Tears' for the two per cent who were turned away when they failed to meet the requirements of the various United States immigration laws and regulations. Its staff processed an average of 5,000 people daily during the peak years of immigration and up to 11,747 on one record day in 1907. Approximately three quarters of the immigrants entering the United States during the first quarter of the 20th century were processed at Ellis Island, making it the principal immigration station in the United States.

The physical and social history of Ellis Island reflects important transitions in attitudes toward immigration in the United States during the 20th century. Mass immigration peaked in 1907; it declined sharply during the First World War, was revived after the war, and then altered dramatically with the passage of a series of restrictive immigration laws in the mid-1920s. These laws, which placed a ceiling on the number of immigrants who were allowed in the United States annually by establishing quotas for primarily northern and western European nations, also allowed the inspection of immigrants to the United States to be carried out by consular officials in the immigrant's country of origin. Thereafter, only immigrants whose legal papers were not in order or those who required medical treatment at the Public Health Service hospital were sent to Ellis Island. The island's facilities were increasingly used to assemble and deport former immigrants who entered the United States illegally, or who violated the terms of their admittance. The facilities were also used to detain German, Italian and Japanese immigrants during the Second World War and refugee groups after the war.

While the early history of Ellis Island reflected the liberal attitudes of the United States toward immigration, the latter half of its life was shaped by a more restrictionist policy that succeeded in narrowing the open door to the United States. These quota laws would remain in effect until President Lyndon Johnson signed a new immigration law in 1965. The new immigration law was a radical break with the previous policy that had become intolerable. The new immigration law opened the system equally to all countries, giving each country the same number of US visas annually, and established the family-based immigration system.

This new system allowed significantly larger immigration from non-European countries and is probably the biggest reason the United States population became so diverse and multicultural in the later half of the 20th century.

Ellis Island became part of the Statue of Liberty National Monument, National Park Service in 1965 by President Lyndon Johnson shortly after he signed the new immigration law. Ellis Island symbolized then (as it does today) the story of United States immigration, its cultural wealth, the contributions of the millions of immigrants that passed through its doors and the continuing debate about immigration policy.

Planning a museum

In December 1980, the National Park Service released a draft management plan for public review, exploring the range of possible actions for the management and development of the abandoned Ellis Island. Anticipated budget constraints forced the conclusion that only a few of the over 40 historic buildings could be preserved. The overwhelming public response of serious concern to these preliminary proposals implied that more financial support might be available through private fundraising.

A commission of corporate CEOs was appointed by President Ronald Reagan and the Secretary of the Interior to lead the private fundraising effort. The Commission's mandate was to oversee the fundraising and support the rehabilitation and development of Ellis Island. This mandate led to the creation of the Statue of Liberty-Ellis Island Foundation. In view of these new fundraising efforts, the General Management Plan for Ellis Island, approved in September 1982, stated that cooperation between the federal government and the newly created private foundation made possible a much more extensive and ambitious development plan than had been envisioned earlier.

The Ellis Island Interpretive Prospectus, developed in 1984, defined the main museum themes to be used in the development of the museum program. This plan outlined a complex blend of media, using exhibits, audiovisual program, and educational services. The challenge was to use the proper balance of creativity and innovation and preserve the character of the historic building and its unique spaces for former immigrants and their families. The ultimate goal was to tell the increasingly complex and diverse story of Ellis Island immigration, while maintaining the historic ambiance and association of the site.

Development and operations

The Main Building was developed as the museum and initially named the Ellis

Depoimento

Ellis Island and the Story of Immigration to the United States

Diana Pardue

Island Immigration Museum, capturing the impressions of the profound human drama that unfolded during the operation of the Ellis Island immigration station. In addition to this specific period of immigration, Ellis Island was beginning to be seen as a symbol of the United States, a nation of individuals with diverse ethnic and cultural identities, their communities based on common principles. The original permanent museum exhibits and film were developed by the National Park Service and the Statue of Liberty–Ellis Island History Committee with funding from the Statue of Liberty–Ellis Island Foundation. The History committee was created through the Statue of Liberty–Ellis Island Foundation and consisted of immigration historians, sociologists, and museum professionals from universities and museums throughout the United States, representing different fields of US immigration.

The original three main themes of the museum were:

1. *Through America's Gate*: The Ellis Island Story, focusing on immigration processing and key activities at the Ellis Island immigration station using a blend of historic photographs, oral histories, historic furnished settings and historic film clips.
2. *Peak Immigration Years*: The broad story of US immigration during the peak immigration years (1890 – 1924) of the Ellis Island immigration station as a historical and contemporary phenomenon, from primarily a United States perspective. The diverse forces that pushed and pulled immigrants to the United States during this time period are explored using large black and white photographs, oral histories, and historic film clips.
3. *The Peopling of America*. The common elements of United States culture and the persistence of diverse ethnicity; the exhibits cover the national transition from a labor-deficient nation in the 17th century, illustrated by the forced migration of slaves, indentured servants, and Native Americans, to a more balanced economy with the restrictive immigration policy passed in the 1920s.

From the beginning of the development of the museum, the intent was not to use the older nationalistic approach or melting pot theory of immigration that had been used in the former immigration exhibit located in the Statue of Liberty (the

Depoimento

Ellis Island and the Story of Immigration to the United States

Diana Pardue

American Museum of Immigration) but to take a broader, global perspective. The content of the exhibits have been organized thematically rather than by individual ethnic groups to present universal experiences and concepts of immigration history. Reasons for immigration are presented by illustrating the diverse factors that include famine, political instability, prejudice and industrialization. These themes draw on the experiences of many groups. In doing so, both the commonality of experiences and the unique circumstances of particular groups are presented.

The persistence of individual ethnic cultures despite the pressure of Americanization and assimilation is highlighted in the 'Treasures from Home' and 'Peak Immigration Years' exhibits. 'Treasures from Home' displays the cherished personal objects brought through Ellis Island by immigrants as memories of the old country. Clothing, religious objects, objects for work and home, musical instruments, family photos, personal papers, and individual family cases with oral histories make up this exhibit. Visitors are delighted to see some of the familiar objects they have seen in family homes and connect them with the personal immigration stories. The 'Peak Immigration Years' exhibit focuses on ordinary immigrants and the impact of immigration on family, work and community life. The section called 'The Closing Door' describes forces leading to immigration restriction. Anti-immigration cartoons, racist posters and placards, listing exclusionary policies and American racism are vividly portrayed.

During the development of this museum, the National Park Service took every reasonable step to make the museum fully accessible to as many audiences as possible from an architectural and programmatic perspective. The goal was to ensure that visitors with physical, sensory and intellectual disabilities have a comparable experience with the other visitors. A special task force on accessibility prepared a report that included detailed recommendations to improve visitor accessibility and similar reviews have been used as the museum has developed. Exhibit and wayfinding signage, exhibit components, information desks and bathrooms have been designed for use by ambulatory and wheelchair visitors and staff. All video programs are captioned and scripts of the oral history audio programs are available in the library. Tactile exhibits that include a scale model of the island landscape and buildings on Ellis Island and a floor map for sight-

Depoimento

Ellis Island and the Story of Immigration to the United States

Diana Pardue

impaired visitors are available beside the information desk.

The ‘Peopling of America’ project

After the opening of the Ellis Island Immigration Museum in September 1990, the National Park Service and the Statue of Liberty-Ellis Island Foundation began to question whether the earlier decision to focus primarily on the Ellis Island time period and story adequately spoke to the whole US immigration experience, given the growing iconic nature of the museum internationally. It was also apparent that a larger, more complete immigration story needed to be told to put the Ellis Island experience in perspective. A decision was made to create new permanent exhibits on US immigration history that included the early immigration story before the opening of Ellis Island in 1892 and after the closing of Ellis Island. Under the original theme, ‘Peopling of America’, the project was launched. It was developed by the National Park Service and the Statue of Liberty-Ellis Island History Committee, funded by the Statue of Liberty-Ellis Island Foundation and designed by ESI Design.

This project completed the story of United States immigration by adding the two exhibits: ‘Journeys: The Peopling of America, 1550-1890’ and ‘Journeys: New Eras of Immigration, 1945-Present’. Additional new exhibits in this project were ‘The Citizenship Gallery’ and ‘Global Migrations’. At the conclusion of this project and the opening of these new exhibits in May 2015, the Ellis Island Immigration Museum was renamed the Ellis Island National Museum of Immigration.

The two ‘Journeys’ exhibits use the same organizational sections: Introduction/Entry, Leaving, Making the Trip, Arrival, Struggle and Survival, and Building a Nation. Within each section, visitors encounter videos and graphics that set the scene of the journey and tell a wide range of personal stories. Graphic panels present an overview of the particular topic and look closely at diverse key issues, with a timeline that includes the major milestones in United States history. Prominent design elements in these two exhibits provide interesting comparisons; the outline of a giant wooden ship in the pre-Ellis Island exhibit and the airport motif in the post-Ellis Island exhibit.

The Citizenship Gallery examines what it takes to be a United States citizen, the

Depoimento

Ellis Island and the Story of Immigration to the United States

Diana Pardue

rights, privileges and responsibilities of citizenship. The exhibit includes a video of groups of new citizens taking the Citizenship Oath, a timeline of naturalization and citizenship, an interactive US Citizenship Test, videos of personal citizenship stories, and a population map of the United States showing the current distribution of people by ethnic background. The citizenship videos include stories from well-known individuals such as Emmanuel Ax and Martina Navratilova mixed with less-known immigrants from Russia and Mexico, explaining their individual immigration situation and different paths to United States citizenship.

The Global Migrations exhibit sets the United States immigration story within a larger, global context. It provides an introductory exhibit on immigration by portraying the different ways people have become part of the United States. To provide a visual larger, global context, a large radiant globe illustrates migration patterns from 60,000 years ago to the present. It demonstrates that this movement of people from one region of the world to another is not only an Ellis Island nor United States experience; it is a human phenomenon, driven by oppression, opportunity and hope. This exhibit is intended to provide a more thoughtful, larger perspective on all of the stories told in this museum.

As a member of the Immigration Sites of Conscience within the International Coalition of Sites of Conscience, the Ellis Island National Museum of Immigration works together with other museums in the United States to host public program that create and build dialogue across diverse constituencies on the most urgent local, national, and international questions about immigration. These dialogue programs on possibly contentious issues are developed intentionally to allow for multiple perspectives and opinions, drawing on the historical facts presented in the permanent exhibits at the museum. The museum has piloted several new dialogue programs on contemporary immigration with local university classes whose students come from diverse immigrant communities. These students are encouraged to formulate their own ideas, listen respectfully to other viewpoints, challenge existing prejudices and consider ways to take civic action within their own communities.

The intent of the museum is to tell the un-ending story of United States immigration through the people who experienced it, clearly showing the

Depoimento

Ellis Island and the Story of Immigration to the United States

Diana Pardue

differences and revealing the diverse reasons for immigration. Recurring themes and influences include the endless warfare and natural disasters that cause people to leave their homelands, discrimination by one immigrant nationality or race, and the persistence of ethnic communities. With the new exhibits and programs, the museum portrays United States immigration as part of a worldwide population movement, exploring the common immigrant experience rather than highlighting successful individuals. The museum challenges visitors to question their own assumptions on immigration, past and present, and explore these complex issues from a variety of perspectives. It actively encourages visitors to see themselves as part of the worldwide immigration movement.

References

Harlan D. UNRAU. "Historic Resource Study, Ellis Island, Statue of Liberty National Monument". *National Park Service*. New York/New Jersey), September 1984, 1984, vol. 1-3.

Denver Service Center. "General Management Plan, Statue of Liberty National Monument". *National Park Service*. New York/New Jersey), September 1982.

ESI Design. "Ellis Island: Peopling of America". *Revised Concept Design*. New York, New York, March 2008.

National Park Service. Ellis Island. URL: < <http://www.nps.gov/elis/index.htm>.

International Coalition of Sites of Conscience. URL: < <http://www.sitesofconscience.org/> >.

National Dialogues on Immigration. URL: < <http://www.dialoguesonimmigration.org/> >.

Texto recebido em 2 de junho de 2016/
Aprovado em 11 de outubro de 2016

Krystina Harasym: uma experiência de refúgio no Brasil

Guilherme dos S. Cavotti Marques/Julianna Carolina O. Costa (ed.)
Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores

Resumo: Krystina Harasym dos Santos é filha de Stefan e Helena Harasym e nasceu em junho de 1937 na cidade de Strei na Ucrânia. Em 1939, com a anexação da cidade pela Alemanha Nazista, foi transferida, com a família, para Lunenburg, em território alemão.¹ Com o fim da guerra, optando por não retornar à Ucrânia, obteve refúgio no Brasil. O texto compõe-se pela edição de duas entrevistas, realizadas, respectivamente em 13 de maio de 2010 e 20 de maio de 2016, pertencentes ao acervo do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, Rio de Janeiro, Brasil.²

PALAVRAS-CHAVE: Segunda Guerra Mundial – Deslocados de guerra – Ucrânicos – Refúgio - Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores.

Abstract: Krystina Harasym dos Santos is the daughter of Stefan and Helena Harasym and was born on June 26, 1937 in the city of Strei in Ukraine. In 1939, with the annexation of the city by Nazi Germany, was transferred, with the family, to Lunenburg, in German territory. With the end of the war, choosing not to return to Ukraine, he obtained refuge in Brazil. The text is composed by the edition of two interviews, held on May 13, 2010 and May 20, 2016, respectively, belonging to the collection of the Center for Memory of Immigration of Flores Island, Rio de Janeiro, Brazil.

KEYWORDS: World War II - War Displaced - Ukrainians – Refuge - Center for Memory of Immigration of Flores Island.

Krystina: Meu nome é Krystina. Eu nasci dia 26 de junho de 1937, na Ucrânia. Quando eu tinha dois anos e cinco meses, os alemães invadiram a cidade que eu morava, na época sob domínio polonês, e deram meia hora de prazo para todos saírem de suas casas. Levaram-nos como quem leva uma boiada. Minha mãe embrulhou eu³ e minha irmã em uma colcha, nos colocou em um carrinho de bebê, pegou uma sacola com um pouco de roupa e mantimentos e saímos para nunca mais voltar. Era inverno, nevou a noite inteira.

O sofrimento foi muito grande para aquele povo, muita gente morreu no caminho, de fome, de frio. Quem não conseguia mais andar ficava lá caído, nós não podíamos parar para socorrê-los, tínhamos que continuar em frente. Se a pessoa se revoltasse os soldados alemães atiravam. Fomos levados por muitos e muitos quilômetros até chegar à cidade de *Lódz*, onde nos colocaram em trens de carga, fechados, era difícil respirar. Quando chegamos em Varsóvia, capital da Polônia, foi feita uma baldeação para os trens que seguiriam para a Alemanha, onde houve a primeira separação das famílias.

Entrevista

Krystina Harasym: uma experiência de refúgio no Brasil

Guilherme dos Santos Cavotti/ Julianna Carolina Oliveira Costa (ed.)

O comboio seguiu para a Alemanha e, lá chegando, os homens foram separados das mulheres e crianças mais uma vez. Os homens eram levados em um trem e as mulheres em outro, sem saber para onde iam. Os homens eram obrigados a lutar na guerra e as mulheres eram obrigadas a trabalhar nos campos ou nas indústrias.

Meu pai foi levado para trabalhar na estrada de ferro. Minhas tias, irmãs do meu pai, foram levadas para trabalhar em fazendas. Por cursar medicina, minha mãe foi levada para a cidade, onde trabalhou como enfermeira. Tinha muita gente ferida, muita gente machucada, então, a mãe trabalhou muito tempo como enfermeira. Nós ficávamos com a avó, que era uma pessoa de idade.

Minha mãe, Lena, começou a procurar na Cruz Vermelha os familiares. Ela descobriu a fazenda onde estavam minha tia e minha avó. Em outra fazenda estavam duas tias, irmãs do pai. Ela arriscou a vida dela para tirá-las de lá, chegou a ser presa pelo Serviço Secreto Alemão. Ela conseguiu trazer minhas três tias, minha avó e um primo meu. Ela conseguiu reunir todos lá.

Entrevistador: Como era a vida na Alemanha durante a guerra?

Krystina: Eu passei todo o período da guerra na Alemanha. Nós vivíamos em *Lunenburg*, próximo de *Brunswick*.

Quando completei seis anos entrei no primeiro ano da escola alemã. Eu estudei durante um ano, até o professor ser chamado para a guerra e a escola fechar. Minhas duas irmãs não estudaram nada durante aquela época. As escolas, as igrejas, estavam todas fechadas.

Naquela época, o pai trabalhava na estrada de ferro e recebia um soldo, já as minhas tias, que trabalhavam na fazenda, recebiam apenas comida. Elas dormiam lá, no estábulo, junto com as vacas. Meu tio, irmão da minha mãe, foi levado como soldado, desertando no início de 1945, quando o cerco estava se fechando para os alemães. Graças a Deus, durante a guerra ninguém da nossa família faleceu. Para não dizer ninguém, o irmão do meu pai, que foi levado da Ucrânia para ser soldado, veio a falecer na guerra.

Nós não ficamos em campos de concentração, esses eram só para os judeus. Também não ficamos em campos de trabalho forçado. Os poloneses carregavam na lapela do paletó ou do vestido a letra “P”. Os ucranianos, a letra “U”. Era assim que identificavam a nacionalidade das pessoas.

Entrevista

Krystina Harasym: uma experiência de refúgio no Brasil
Guilherme dos Santos Cavotti/ Julianna Carolina Oliveira Costa (ed.)

Entrevistador: A senhora vivia junto com uma comunidade ucraniana na Alemanha?

Krystina: Só depois da guerra. Quando terminou a guerra nós ficamos sem pátria, porque não éramos alemães. A Alemanha estava totalmente destruída, não dava para ficar lá. Também não queríamos voltar para Ucrânia. Stálin tinha tomado conta de tudo por lá, não dava para voltar. Os Estados Unidos e a Inglaterra ficaram responsáveis por todos que não queriam voltar para os seus países de origem, organizando e orientando os deslocados. Os antigos campos de concentração foram limpos, tiraram os corpos, os fornos, tudo aquilo. Os campos de trabalho forçado também foram limpos, viraram albergues⁴ para pessoas que, assim como nós, não tinham para onde ir. Tinham Bielo-russos, iugoslavos, tchecoslovacos, ucranianos, belgas, tinham muitas origens.⁵ Eu e minha família ficamos no albergue número 52, em Falen Foster, por dois anos e pouco, mais tarde fomos transferidos para o número 25, em Wallendorf, onde ficamos por mais dois anos.

Nos campos tinham intelectuais, professores, médicos, todos que viveram naquela barbaridade. Os professores montaram salas e formaram uma escola ucraniana. Comecei a aprender a ler e escrever em ucraniano lá na Alemanha.

Além disso, recebíamos comida dos americanos. Eu me lembro que na terça-feira chegava um caminhão. Os pais faziam fila para ganhar uma cesta básica, suficiente para uma semana. Ganhamos roupas e calçados, era tudo igual. Os casacos de todos eram iguais, as calças também, era tipo um uniforme. Dependíamos das doações porque não tínhamos onde trabalhar, onde ganhar dinheiro. Depois da guerra os homens foram levados para desobstruir as ruas, limpar as demolições, acabar de demolir os edifícios atingidos pelas bombas.

Entrevistador: Quais os motivos que levaram a família da senhora a sair da Alemanha e vir para o Brasil?

Krystina: Depois que terminou a guerra ficamos sem rumo, sem destino. Estados Unidos e Inglaterra aceitavam moças e rapazes solteiros, depois casais sem filhos. Depois, o Canadá manifestou interesse nos casais que tivessem no máximo um filho. Não iam todos juntos, o chefe da família ganhava a passagem e estadia nos primeiros dias, até arrumar um emprego. Tinha que trabalhar para pagar a passagem da família; foi o que aconteceu com o meu tio, irmão da minha mãe. Ele foi para o Canadá, minha tia e a minha prima ficaram na Alemanha, mais ou menos, por um ano e meio. Minhas duas tias que eram solteiras foram para a

Entrevista

Krystina Harasym: uma experiência de refúgio no Brasil

Guilherme dos Santos Cavotti/ Julianna Carolina Oliveira Costa (ed.)

Inglaterra. A família não pôde ficar junta, tivemos que nos separar. Na Alemanha ficaram as famílias mais numerosas, com dois, três, quatro filhos, além das pessoas com pouco estudo ou analfabetos. Mas não dava para ficar na Alemanha, não tinha do que sobreviver.

Depois da guerra, meus pais já tinham seis filhos. Argentina, Austrália e Brasil aceitaram receber os deslocados. Nós íamos para a Argentina, já estava tudo pronto. Tínhamos tomado vacina, dezenas de injeções. Minha mãe já tinha feito as malas, quando estourou a revolução do Peron. Cancelaram a imigração para a Argentina. Como havíamos saído de Wallendorf para emigrar para a Argentina, com o cancelamento, acabamos ficando em Nápoles. Austrália fez o pedido, mas minha mãe ficou com medo de ir para lá. Lembro dela dizendo que a Austrália era muito quente. Tinha muita gente ainda nos campos, quando o Brasil fez o pedido. Depois que um país fazia o pedido, eles passavam um documentário com informações sobre o país, cultura, religião. No documentário eles mostraram a capital, Rio de Janeiro, mostraram a Bahia com as baianas e o sul do Brasil, que tinha muita terra e muitos locais para trabalhar, os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande. Como o clima era parecido com o europeu, a mãe resolveu ir para lá. Como estávamos de malas já prontas, porque ficamos aguardando uma definição, foi feita a inscrição e nós viemos para o Brasil, no último pedido para levar o povo que estava deslocado na Alemanha.

Entrevistador: Como foi o processo de inscrição para o Brasil?

Krystina: A inscrição foi no IRO,⁶ um escritório onde dávamos os nossos nomes para ganhar cesta básica, roupas, medicamentos. No IRO também eram feitos os fichários, tinham fichas de todas as famílias. Quando um país chamava os imigrantes, eles convocavam o chefe da família para ir ao IRO. Lá em casa era sempre a minha mãe que ia, porque meu pai era semianalfabeto. Ele tinha medo de fazer as coisas erradas. Minha mãe deu os nossos nomes para ir para a Argentina, depois para o Brasil. Eles marcavam o dia da vacina, o dia dos exames. Eles examinavam tudo, até uma unha inflamada. Se tivesse qualquer problema você era deixado de lado. Tínhamos que estar com a saúde perfeita para poder viajar.

Entrevistador: Como foi a viagem para o Brasil?

Krystina: Nós fomos de trem da Alemanha para a Itália, na cidade de Santo Antônio. De lá, fomos levados primeiro para Bagnole, depois para Nápoles. Em Nápoles ficamos alguns dias em um albergue, esperando a chegada do navio General Lanquifit. Saímos do porto de Nápoles pela manhã, não me lembro da

Entrevista

Krystina Harasym: uma experiência de refúgio no Brasil

Guilherme dos Santos Cavotti/ Julianna Carolina Oliveira Costa (ed.)

hora, mas era 25 de outubro de 1949. O navio estava cheio, eram 1950 passageiros. No navio ficamos separados mais uma vez, os meninos ficavam com o pai e as meninas ficavam com a mãe, que acabou ficando doente, com enjoo, durante a viagem. Saímos pelo mediterrâneo, uns dois dias depois, paramos perto da África. Sei que era a África porque nas canoas só tinham negros, nunca tinha visto assim, aos montes. Ficamos parados umas horas, enquanto o navio era abastecido de água doce. O capitão fez uma reunião com todos os passageiros para fazer uma proposta: se os homens concordassem em pintar o navio íamos ganhar uma comida melhor, se os homens não quisessem trabalhar íamos ganhar uma ração precária. Lógico que todos se prontificaram. Quinze dias depois, quando chegamos ao Brasil, o navio estava lindo, todo reformado. Nós ganhamos até sorvete de sobremesa. As mulheres que quisessem podiam ajudar na cozinha, descascando batatas, cortando legumes. Depois que paramos para abastecer, a viagem foi direta. Chegamos no Brasil no dia 9 de novembro de 1949, foram 14 dias de viagem, eram mais ou menos 9, 10 horas da manhã. O desembarque foi muito engraçado, porque o navio parou em alto mar. Íamos para a Ilha das Flores,⁷ mas lá não tinha porto, então fomos transferidos para lanchas que iriam nos levar para a Ilha. Na ilha tinha um cais, onde encostava as embarcações pequenas. Fomos levados para os alojamentos, homens em um pavilhão e mulheres no outro. As meninas ficavam com as mães e os meninos com o pai.

Entrevistador: Qual foi a sensação ao chegar aqui no Brasil?

Krystina: Estávamos gostando do calor, do sol, porque saímos da Alemanha na neve, mas os alojamentos não tinham ventilador, então o calor passou a ser insuportável. Quando abríamos as torneiras, a água saía quente. Foi difícil a adaptação, um sofrimento. A comida era feijão, arroz e ovo, não tinha carne. Nós não estávamos acostumados com o feijão e o arroz, porque na Europa comemos batata, repolho, macarrão, massa. Nos primeiros dias, passávamos fome, não comíamos o suficiente até nos acostumarmos à comida. O café da manhã era uma xícara de café e um pão cortado no meio.

A chegada à Ilha, eu me lembro como se fosse hoje. Tinham duas escrivatinhas no cais principal. Formavam duas filas e anotavam o nome, quantas pessoas na família e tiraram fotos. Pediram para pegar nossas bagagens que nos mostrariam onde íamos dormir. Foi aí que fomos ao alojamento e, como hoje, lembro que eu dormia na parte de cima do beliche e minha mãe em baixo, com a Lídia, na outra dormia a Maria e a Verônica. Depois chamaram a gente para ir ao refeitório.

Entrevista

Krystina Harasym: uma experiência de refúgio no Brasil

Guilherme dos Santos Cavotti/ Julianna Carolina Oliveira Costa (ed.)

A Ilha era bonita, dava para tomar banho, tinha lugares em que se podia entrar na água. Durante quinze dias tínhamos aulas de primeiros socorros, aprendíamos um pouco de português: “Bom dia!”, “Boa tarde!”, “Onde fica?”, “Onde vou?”, essas coisas. Aprendemos a rezar também, a Ave Maria, com as freiras que tomavam conta da gente. Passavam filmes educativos, mostrando os estados. Não podíamos ficar muito tempo na Ilha, eram quinze dias. Na Ilha das Flores era apresentado aos deslocados um curta metragem, mostrando todos os Estados, o que produzia, o que as pessoas faziam, o clima.

Muitos que vieram comigo e minha família foram para Minas Gerais, para trabalhar com criação de gado. Eram pessoas que trabalhavam em lavoura. Muitos foram para o Rio Grande, plantar trigo, milho. Meus pais não eram fazendeiros, não eram chacareiros, então minha mãe preferiu optar pela cidade. No filme mostraram o Paraná, com clima parecido com o europeu, colônia ucraniana em Prudentópolis. Minha mãe disse: “É para lá que eu vou, porque, se eu encontrar um ucraniano que me entenda, eu já estou no paraíso”. Nós saímos do Rio de Janeiro de trem. O trem era daqueles duros, sem conforto, a viagem foi muito difícil. Tinha passageiros com animais, galinhas. Estávamos assustados, cansados. Chegamos em São Paulo, não sei se nove ou dez horas. Eu sei que nos levaram como quem leva ganso, dois em dois, para ir para um albergue. Almoçamos e esperamos o horário do trem que iria para o Paraná. Chegamos em Curitiba já eram umas dez horas da noite. A viagem toda durou três dias.

Chegando a Curitiba fomos levados para o albergue, na Rua Augusto Stelfeld, onde se podia ficar por 15 dias, com a promessa de que tínhamos de procurar casa, trabalhar e ir embora de lá. Agora imagine se virar sem saber falar a língua, sem saber onde nasce o sol e com seis filhos na bagagem.

Minha mãe encontrou uma casa longe do centro para morarmos, mas não tinha luz, a água era de poço e o aluguel era de 300 mil réis. Mas a mãe falou, “bom, a gente vai trabalhar”, e o pai foi trabalhar em uma marcenaria, mas não recebia o salário porque só ganhava 300 mil réis, o suficiente para o aluguel. A mãe foi trabalhar em uma pensão, e lá explicou a nossa situação e a dona deixou a mãe levar as sobras do dia para casa para nos alimentar. Eu lembro que ela chegava da pensão 20:30, 21:00 e encontrava eu e meus irmãos dormindo com a mão na barriguinha, porque ficávamos o dia todo sem comer e eu falava para eles massagearem a barriga que a fome passava.

Entrevista

Krystina Harasym: uma experiência de refúgio no Brasil
Guilherme dos Santos Cavotti/ Julianna Carolina Oliveira Costa (ed.)

Nessa situação a mãe foi pedir ajuda na Igreja Ucraniana, onde o padre disse que o que ele poderia fazer por ela era mandar os filhos para a escola ucraniana, uma espécie de colônia. Para lá foram a Maria, a Verônica e o Jerry, ficando em casa eu, que era a mais velha, a Lídia, que tinha quatro anos e o Walter, que tinha seis. Mas logo fui trabalhar em uma casa de família, os senhores eram alemães e depois em uma fábrica de chocolates. Tempos depois a Lídia foi levada por um senhor que vendia verduras para a sua chácara, a mãe havia conversado com ele. Eu sei que a Lídia ficou na chácara por seis meses, até quando a mãe arrumou um trabalho melhor para o pai e ela começou a trabalhar de diarista. Quando trabalhou na casa de dona Isa Maria, que era descendente de alemães, a senhora falou com seu esposo se a mãe não poderia morar nos fundos da gráfica que o marido tinha na rua Dr. Muricy, que tinha um terreno grande, para sairmos do aluguel. E assim foi feito, aos sábados o pai construiu nossa casinha e a mãe reuniu todos os filhos novamente.

Entrevistador: Vocês moraram em alguma colônia ucraniana no Paraná?

Krystina: Sim, num domingo depois da missa, um compadre da mãe a avisou que estavam vendendo terra lá na parte do Pontão e que era bem barato. Queriam comprar as terras para fazer uma colônia. Os ucranianos foram comprando naquele bairro, com prestações de 24, 36 meses.

Assim, aos sábados, os homens se reuniam para fazer a meia água de um, depois de terminada se reuniam e faziam outra, e assim começou o bairro dos ucranianos. Só que foi em uma época em que o Brasil entrou numa crise, e o povo ficou decepcionado porque oito, nove anos trabalhando e não conseguiam sair daquela “meia aguinha”, sem progredir. Muitos acabaram voltando para a Ucrânia, mesmo com os comunistas; muitos foram para os Estados Unidos, já que tinham parentes, outros foram para a Argentina. Mas nós ficamos.

Entrevistador: Como a senhora conheceu seu marido?

Krystina: Eu fui estudar a noite, para aprender o português, porque eu trabalhava de dia. Era no grupo Xavier da Silva, na Marechal Floriano. Fomos eu, minhas duas irmãs e minha amiga Martha. Fizemos a matrícula e começamos a estudar. O meu futuro marido era aluno da turma de minha irmã, eu estava uma turma acima dele. Um dia estávamos chegando à escola, estava ele e um amigo encostado no muro, segurando uma lanterna. Com a lanterna ele me olhou de cima a baixo, e quando chegou no meu rosto, eu falei “ô seu burro” e saí correndo.

Entrevista

Krystina Harasym: uma experiência de refúgio no Brasil

Guilherme dos Santos Cavotti/ Julianna Carolina Oliveira Costa (ed.)

Depois fiquei pensando que ele iria me pegar na saída, me partir. E ele me mandou um recado, pela minha irmã, de que queria falar comigo na saída, eu pensei “mas jamais que eu vou esperar”, e fiquei me escondendo dele mais de um mês. E ele mandando recado de que queria falar comigo. Um dia eu tomei a decisão de enfrentar, e ele disse que achou muito interessante eu me defender daquele jeito e ele que tinha sido mal educado comigo.

A partir daquele dia, nós conversamos e começamos a namorar. Ele é brasileiro, eu fui estudar e também aprendi a namorar. Foi o primeiro e único, casei e fiquei 28 anos casada. Tivemos três filhos. Na época que meus pais foram para o Canadá, eles já eram nascidos.

Entrevistador: Quem da sua família veio para o Brasil?

Krystina: Meu pai, minha mãe e meus irmãos. O meu tio foi para o Canadá. Minha avó, mãe do meu pai, foi para o Canadá. As duas irmãs do meu pai foram para a Inglaterra. Só uma tia que voltou para a Ucrânia.

Mas, no período de grandes dificuldades que o Brasil passava, meu tio começou a escrever para a minha mãe, falando que o Canadá era o paraíso, que tinha tudo, mandava foto do prédio onde morava, do carro que tinha, e nós em uma “meia água de duas peças”. Acabou fazendo a cabeça da mãe, ela e o pai acabaram indo para o Canadá, eu já era casada e não fui; a Verônica era noiva e também não foi e a Maria, que era mãe solteira, também ficou. Chegando lá, eles passaram por todas as dificuldades de novo. Enfrentaram muita luta, porque primeiro não sabiam falar inglês, o pai era uma pessoa semianalfabeta, muita dificuldade mesmo. Quando juntaram um dinheirinho, logo compraram uma casa.

A partir daí a mãe começou a insistir para que a gente fosse para lá. Como meus irmãos foram se casando, nasceu um sobrinho meu, e meu marido, o Pedro, foi padrinho. Pagaram a passagem dele, ele foi e, quando voltou, colocou na cabeça que queria ir embora, porque “lá era o paraíso”. Mas eu não queria, falei para ele ir trabalhar e mandar o dinheiro para cá onde eu ficaria com a Elisabeth e Helena, minhas filhas. Não iria atrapalhar os estudos de minhas filhas, eu não tive chance de estudar, não sou nada nesse mundo, não porque não quis, mas não tive oportunidade. Falei para meu marido “você não sabe o que é ser um imigrante, você não sabe como é triste um chegar na sua cara e dizer que estamos comendo o seu pão. Você quer ir, vá, eu não vou”.

Entrevista

Krystina Harasym: uma experiência de refúgio no Brasil
Guilherme dos Santos Cavotti/ Julianna Carolina Oliveira Costa (ed.)

Graças a Deus tenho três filhos formados pela Universidade Federal do Paraná. Estão todos bem e trabalham naquilo que gostam, o que me faz sentir bem e muito feliz. Eu acredito que se a pessoa quer trabalhar ela vence em qualquer lugar do mundo, ela tendo a chance, oportunidade e vontade de vencer. Eu trabalhei muito, mas como sempre disse para minhas filhas, “enquanto a mãe trabalha vocês estudam”. Hoje em dia eu tenho a recompensa disso.

Notas

- ¹ Krystina Harasym dos Santos, filha de Stefan e Helena Harasym, nasceu em 26 de junho de 1937 na cidade de Strei na Ucrânia. Em 1939, a cidade foi anexada à Alemanha Nazista. A família foi conduzida para Lunenburg de trem. Sua mãe, que antes da guerra e da transferência, cursava medicina, passou a exercer a função de enfermeira na Alemanha, cuidando dos feridos de guerra enquanto seu pai trabalhava na estrada de ferro. Ao fim da II Guerra Mundial, não querendo voltar à Ucrânia, sob o domínio soviético, os Harasym preferem ser reassentados. A família viveu em um campo de refugiados na Alemanha até ser encaminhada para Nápoles, de onde partiram para o Brasil em 25 de outubro de 1949, chegando ao Rio de Janeiro em 9 de novembro do mesmo ano. Imediatamente após o desembarque foram encaminhados para a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, de onde saíram 15 dias depois em direção ao Paraná. Na cidade de Curitiba, Krystina casou-se e constituiu família.
- ² Edição de duas entrevistas concedidas por Krystina Harasym ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. A primeira entrevista foi realizada por Henrique Mendonça da Silva e Julianna Elianay de Abreu Pires. Curitiba, Paraná. 13 de maio de 2010. A segunda foi realizada por Henrique Mendonça da Silva e Guilherme dos Santos Cavotti Marques. Ilha das Flores, São Gonçalo, RJ. 20 de maio de 2016. Transcrição de Iasmine Moraes Amaral e Alex da Costa Silva.
- ³ Na transcrição da gravação, foram mantidas as marcas da ala da entrevistada.
- ⁴ Nesse caso, a senhora Krystina se referia aos Campos de Deslocados e Refugiados de guerra, conhecidos como *Displaced Camps*. Tais campos ficaram sob o controle da Organização Internacional para Refugiados (OIR), que tinha por missão nos campos prestar assistência, como o fornecimento de roupas, sapatos e comida.
- ⁵ O maior percentual de nacionalidades presentes nos *Displaced Camps* era originário do Leste Europeu, que no imediato pós-guerra encontrava-se sob influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).
- ⁶ *International Refugee Organization*. Em 1946, foi criada a Organização Internacional para Refugiados (OIR) com o objetivo de ser a agência especializada das Organizações das Nações Unidas (ONU) sobre o tema dos refugiados. Substituindo a Administração das Nações Unidas para Assistência e Reconstrução (ANUAR), a nova organização assumiu todo o processo de assistência, repatriamento e coordenou políticas de imigração dos refugiados e deslocados ao redor do mundo. Contava com centros de recepção aos

Entrevista

Krystina Harasym: uma experiência de refúgio no Brasil

Guilherme dos Santos Cavotti/ Julianna Carolina Oliveira Costa (ed.)

deslocados e refugiados espalhados pela Itália, Alemanha, Áustria e Grécia. Sob sua responsabilidade encontravam-se, segundo estimativas, cerca de 1.279.000 pessoas.

- ⁷ A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores no período pós-guerra mantinha suas atribuições de receber, alojar e encaminhar os imigrantes aos seus destinos finais. Após a guerra algumas instalações foram modernizadas, pois eram compreendidas como obsoletas, como a ligação entre a rede de esgoto e os tanques biológicos, ou mesmo insuficientes, como as condições de alguns alojamentos para a retomada do fluxo migratório. Houve a construção do segundo pavimento do alojamento da ala sul, próxima ao cais de desembarque, bem como a melhoria no gabinete sanitário. Todas essas iniciativas tinham por objetivo dotar o espaço de recepção oficial do governo da estrutura para receber os refugiados que vieram através do acordo entre o Brasil e a OIR.

ANGELO, Elis Regina Barbosa. *Trajetórias dos Imigrantes Açorianos em São Paulo: Processos de formação, transformação e as Ressignificações*.

Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

O Arquipélago dos Açores, ao longo de sua história, portou-se sempre como uma “placa giratória”, recebendo e distribuindo povoadores por várias partes do mundo. Algumas vezes, por carta régia, o que provocava o deslocamento de milhares de pessoas das ilhas para regiões de fronteira em Portugal; outras vezes pela “livre vontade” de emigrantes que enfrentavam um oceano em busca de uma vida melhor em outras terras.

Nesse contexto, o período que envolve meados do século XX, talvez tenha sido o de mais intenso movimento migratório dos Açores para as Américas, seja Canadá, EUA, Bermudas, América Central ou Brasil. Dezenas de milhares de açorianos seguiram, de forma individual, em um fluxo intenso de gentes, culturas, sonhos e esperança.

É justamente este o período do foco do trabalho da pesquisadora Elis Regina Barbosa Angelo. Professora da Universidade Rural do Rio de Janeiro, graduada em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, com mestrado em História, onde desenvolveu uma dissertação sobre Açorianos em Santa Catarina. Seu doutorado, mais intenso e profundo, disserta sobre os Açorianos em São Paulo, tema que irá lhe acompanhar por um bom tempo. Na obra *Trajetórias dos*

Imigrantes Açorianos em São Paulo: Processos de formação, transformação e as Ressignificações Culturais, a autora fundamenta-se em sua tese de doutorado, defendida na PUC, que aborda história de vida de imigrantes açorianos nos anos 1950 e 1960, na cidade de São Paulo, com base em entrevistas, documentação e uma intensa pesquisa sobre o período.

Seu enquadramento temporal e espacial é muito bem colocado, iniciando com uma abordagem sobre o contexto político de Portugal neste período, com a ascensão de Oliveira Salazar na política do país; os problemas com as colônias de África; a industrialização portuguesa e o emprego, até a segunda metade do século XX.

No entanto, sente-se falta de uma contextualização histórica no âmbito da emigração açoriana. A autora não enquadra o período estudado em um fenômeno mais amplo, iniciado no século XVI e que vai até atualidade, abordando, nesse mesmo período, de forma muito superficial, os fluxos para outros destinos como Canadá e EUA, tão importantes quanto o Brasil, que poderia dar ao leitor uma melhor visão sobre as motivações da saída de dezenas de milhares de açorianos das ilhas no século XX.

A autora, porém, compensa a lacuna, de forma exímia, com uma abordagem primordial dos aspectos mais pertinentes da imigração para

São Paulo, a partir de meados do século XX; dos principais dilemas dos imigrantes e suas possibilidades de saída dos Açores e perspectivas relativas ao país de destino; as redes formadas neste fluxo migratório; suas adaptações em São Paulo - em plena expansão urbana -, além da formação de uma identidade cultural própria, em um meio cultural distinto do da região de saída.

Nessa abordagem, a autora, com sensibilidade própria, desenvolve um estudo sobre as Festas do Divino Espírito Santo, como marco cultural da identidade dos açorianos. Abrange as origens da festa; seus significados e símbolos, tanto nos Açores quando no Brasil, remontando à era pré-cristã; ao sagrado e ao profano, quase que utilizando a imigração como pano de fundo para uma abordagem mais intensa sobre as Festas em louvor ao Divino Espírito Santo.

Após o desenvolvimento de análises sobre o significado e importância das festas religiosas - especialmente do Divino, nos Açores -, a autora a apresenta como símbolo, reconstruindo o território açoriano dentro da capital paulista. Aborda as dificuldades e os desafios que a adaptação à nova terra provocou, como o entendimento de um novo conceito de cidade: urbana, de dimensões paulistanas, analisando as saídas encontradas para facilitar o processo de adaptação, como o

associativismo e as festividades religiosas.

Por fim, a autora volta a abordar as festas do Divino Espírito Santo, dessa vez em São Paulo; sua importância no processo de reconstrução dos símbolos identitários açorianos, marco de diferenciação e de identidade cultural própria.

De forma geral, a obra é um trabalho indispensável para quem deseja conhecer o panorama da imigração em meados do século XX em São Paulo, principalmente, quando se trata de imigrantes açorianos do século XX e seu símbolos, rituais e identidades.

Luiz Nilton Corrêa
Universidade de Salamanca

Texto recebido em 01/11/2016/
Aprovado em 30/11/2016

Sobre os autores

Ana Maria Rebello Magalhães -Doutora em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, PPGH/UERJ (2011); Mestre em História da Arte pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, EBA/UFRJ (1990) e Bacharel em Comunicação Visual pela mesma Universidade. É pesquisadora associada do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI/UERJ). Atuou como professora visitante na disciplina Deontologia do Design do Mestrado Profissional em Design, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 2013 E 2014. Tem experiência docente e de pesquisa em Artes Visuais, com ênfase em História da Arte e História do Design e vem atuando como docente em cursos de Mestrado em Design, Pós-Graduação em Artes Visuais. Dentre os trabalhos que publicou, destacam-se, na interface com a temática da imigração: “Presença Portuguesa na Caricatura Brasileira: Sopros de Modernidade no Traço e no Humor” (In: *Comunicación Local: da pesquisa á producción - Actas do Congreso Internacional Lusocom 2006*, Santiago de Compostela. Lusocom, 2006 - Encontro Internacional de Comunicação Lusófona. Santiago de Compostela: Edição USC - Andiön, Margarita Lêdo, ed., 2006. v. 0. p. 3979-3990. <http://lattes.cnpq.br/7068707207196514>).

Antonio Luis Hidalgo-Capitán - Doutor em Ciências Econômicas e Empresariais pela Universidade de Huelva (Espanha).Professor Titular de Economia Aplicada do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Empresariais da Universidade de Huelva e Investigador do Centro de Investigação em Migrações da mesma universidade. Membro do Conselho Acadêmico da FLACSO – Espanha. Dentre suas publicações destaca-se: “Las migraciones internacionales em el contexto de la globalización. Uma explicación multicausal”, oriunda do projeto CAPES/DPGU, que envolveu a UERJ e a Universidade de Huelva. (In: Lená M. de MENEZES; Juan M. ROMERO-VALIENTE; Érica S. da SILVA; Antonio L. HIDALGO CAPITÁN); Maria Izilda S. de MATOS. *Migraciones Iberoamericanas/Migrações Ibero-americanas. Las migraciones España-Brasil/As migrações Espanha-Brasil*. Rio de Janeiro: LABIMI-UERJ/ Huelva: CIM, 2013, pp. 135-248). alhc@uhu.es

Carlos Eduardo Piassini – Doutorando e Mestre em História na/pela Universidade Federal de Santa Maria/RS. Dedicase, principalmente, a pesquisas sobre o tema da Imigração Alemã (séc. XIX). Desenvolveu investigações a respeito dos conceitos de República e Federalismo no

contexto da Revolução Farroupilha (1835-1845) e do Processo de Construção dos Estados Nacionais e da Nação na Região Fronteiriça Platina, a participação de italianos neste conflito e neste processo, a participação política de imigrantes alemães estabelecidos no Rio Grande do Sul no século XIX, e a trajetória de soldados mercenários *Brummer*. Dentre os artigos que publicou destacam-se: “Atuação de Italianos na Revolução Farroupilha (1835-1845) e seus Ideais Políticos: Uma Revisão Bibliográfica”. *Oficina do Historiador*, v. 1, p. 1851-1869, 2014; “A Economia do Brasil Colonial na Perspectiva de Livros Didáticos”. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, p. 845-862, 2013. <http://lattes.cnpq.br/5261763481115710>

Diana Pardue – Diretora dos programas de museus no Monumento Nacional da Estátua da Liberdade e Ellis Island, National Park Service, foi responsável pelos projetos de restauração da Estátua da Liberdade e Ellis Island no final da década de 1980, o que levou à criação do Museu de Imigração Ellis Island e contribuiu para o atual projeto *Peopling of America*. Suas funções atuais incluem a supervisão do programa do museu e a gestão de recursos culturais das estruturas históricas, arqueologia, paisagem cultural e etnografia das duas ilhas. Foi co-presidente anterior do ICOM-US e atual membro do Conselho Executivo do ICOM.

Gabriela Ucoski da Silva - Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Graduada em História pela mesma instituição, com diplomas de licenciatura e bacharelado. Tem experiência na área de História, com ênfase no estudo de Imigração, atuando principalmente nos temas sobre políticas migratórias e hospedagem de imigrantes a partir da segunda metade do século XIX. Dentre suas publicações destaca-se: “Hospedaria de Imigrantes da Praça da Harmonia: Por aqueles que viram e viveram” (In: Eloísa Helena Capovilla da L. RAMOS; Isabel Cristina ARENDT; Marcos Antônio WITT. (Org.). *A História da Imigração e suas Escritas*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 1215-1229). <http://lattes.cnpq.br/7735378474297546>

Juan Manuel Romero-Valiente - Doutor em Geografia pela Universidade de Sevilla (Espanha). Profesor Titular de Geografía Física no Departamento de História, Geografía e Antropología da Universidade de Huelva (España) e Investigador do Centro de Investigação em Migrações da mesma universidade. Membro da FLACSO-Espanha. Dentre suas publicações destaca-se: “La migración española a Brasil (fines siglo XIX-actualidad): magnitud e evolución”, oriunda do projeto CAPES/DPGU, que envolveu a UERJ e a Universidade de Huelva. (In: Lená M. de MENEZES; Juan M. ROMERO-VALIENTE; Érica S. da SILVA; Antonio L. HIDALGO

CAPITÁN); Maria Izilda S. de MATOS. Migraciones Iberoamericanas/Migrações Ibero-americanas. Las migraciones España-Brasil/As migrações Espanha-Brasil. Rio de Janeiro: LABIMI-UERJ/Huelva: CIM, 2013, pp. 33-58). valiente@uhu.es

Luiz Nilton Corrêa – Doutor (2012) e Mestre (2009) em Antropologia pela Universidade de Salamanca, Espanha. Possui Graduação (2005) e Mestrado (2008) em História pela Universidade dos Açores – Portugal. É professor convidado do programa de Master em Antropologia de Ibero-América da Universidade de Salamanca, do Programa de Doutorado em História Insular e Atlântica da Universidade dos Açores e professor de Metodologia Científica e Metodologia do Ensino Superior na Faculdade de Tecnologia em Saúde CIEPH. É conselheiro do Conselho Estadual de Cultura, membro fundador da Sociedade Ibero-Americana de Antropologia Aplicada e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Atua em pesquisa publicando artigos em revistas no Brasil, Espanha e Portugal além de promover e coordenar congressos por toda Ibero-América. Dentre suas destacam-se: “Identidade Coletiva no Espaço Cultural Açoriano: caso das Festas do Divino Espírito Santo” (In: XX Congresso Internacional de Antropologia de Ibero-América, 2015, Porto Alegre); *Corpo, Espaço e Cultura na Iberoamérica* (Salamanca: Sociedade Iberoamericana de Antropologia Aplicada, 2015. p. 323-365); “Emigração açoriana para Curaçau” (In: Conferência Internacional, Angra do Heroísmo. *Actas da Conferência Internacional - Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2010. p. 347-369). lattes.cnpq.br/1931679681230501

Luís Reznik - Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Pesquisador Produtividade CNPq e Cientista do Nosso Estado FAPERJ. Coordena o Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, onde desenvolve diversos projetos de pesquisa e extensão, especialmente relacionados ao Museu de Imigração da Ilha das Flores. Dentre suas publicações mais recentes, em co-autoria com Rui Fernandes, destacam-se: A organização do material didático sobre a Ilha das Flores – Imigração no Brasil e a hospedaria da Ilha das Flores (FFP-UERJ); “Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores” (História. São Paulo. *Online*, 33: 234-253, 2015); *Patrimônio cultural no leste fluminense: história e memória de Itaboraí, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Tanguá* (Rio de Janeiro: EdUERJ,

2013.

Luiza Horn Iotti - Doutora e Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É Docente da mesma Universidade e Assessora de Projetos no Instituto Memória Histórica e Cultural; Professora no Programa de Pós-Graduação em História da UCS e coordenadora de diversos projetos de pesquisa. Dentre suas publicações destacam-se artigos, livros, capítulos de livros e artigos, podendo ser citados: “A paixão como atenuante: crimes passionais em Caxias do Sul nos anos 30 – séc. XX (com Fabrício R. GOMES (In: Ana M. Paim CAMARDELO; Caroline FERRI; Mara de OLIVEIRA. (Org.). *Contornos de opressão: história passada e presente das mulheres*. Caxias do Sul: EDUCS, 2016, p. 53-69); “Imigração e escravidão: o europeu poderia civilizar a província?” (*Métis: História & Cultura*, v. 13, p. 61-70, 2015); *Imigração e poder: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)* (Caxias do Sul: EDUCS, 2010); *O Olhar do Poder: imigração italiana no Rio Grande do Sul de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares* (2ª. ed. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2001); *Imigração e colonização: legislação de 1747 -1915* (Caxias do Sul/ Porto Alegre: EDUCS/Assembléia Legislativa do RS, 2001).
<http://lattes.cnpq.br/7619460711982537>

Marcelo Carlos Huernos – Docente na Universidade de Buenos Aires, é Pesquisador do MUNTREF - Museu da Imigração (Universidade Nacional de Tres de Febrero) e do Instituto de História Argentina e Americana "Dr. Emilio Ravignani" (Universidade Nacional de Buenos Aires). Produziu conteúdos históricos para ciclos de TV dos educativos para TV educativa e para o CD interativo "Arte Argentina em quadros de história (1810-2010)", publicado pela Fundação Fórum do Sul, com distribuição gratuita em escolas públicas. Atualmente desenvolve o Arquivo Documental (fotográfico, fílmico, sonoro e de objetos) do MUNTREF – Museu da Imigração. Investiga o exílio antifascista italiano na Argentina. Apresentou trabalhos relacionados a esta temática em conferências e seminários, citando-se, dentre outros: "A Itália órgão Livre de anti-fascismo na Argentina", na Sexta Conferência de História Moderna na Universidade Nacional de Luján (no prelo para publicação).

María Jara Rodriguez-Fariñas - Doutoranda em Sociologia na Universidade de Huelva. Investigadora em Formação do Centro de Investigação em Migrações da Universidade de Huelva. Foi bolsista de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do Governo da

Espanha na Unidade de Investigação em População e Desenvolvimento Local (PYDLOS), do Departamento de População e Território da Universidade de Cuenca (Equador). mariajara.rodriguez@alu.uhu.es

Maria Medianeira Padoin – Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999), possui Mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1992) e graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (1985). É professora Associada desta última universidade e atual Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História. Possui pesquisas e publicações nacionais e internacionais, com ênfase em História Latino-Americana, nos seguintes temas: Espaço Fronteiriço Platino, História Política, Federalismo e a construção dos Estados Nacionais, Imigração e Patrimônio. Realiza atividades na área da gestão e avaliação em educação superior. Coordena o Grupo de Pesquisa CNPq “História Platina: sociedade, poder e instituições”; é Coordenadora geral como representante das Instituições brasileiras do Comitê História, Região e Fronteira da Associação das Universidades do Grupo Montevideu-AUGM. Possui experiência acadêmico-administrativa na gestão do ensino superior, tendo atuado em 2006 na coordenação do projeto de implantação do Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB. Dentre suas publicações destaca-se o livro *Gaspar Silveira Martins: perfil biográfico, discursos e atuação política na Assembleia Provincial* (Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2013).

<http://lattes.cnpq.br/7863155517478900>

Odair da Cruz Paiva – Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com Pós-doutorado em Demografia pelo Núcleo de Estudos de População da Universidade de Campinas (UNICAMP) Possui Bacharelado em História pela PUC-SP (2000) e Mestrado em Sociologia pela UNICAMP (1993). É Professor da Universidade Federal de São Paulo (Graduação e Pós-graduação) e pesquisador do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória das Universidades do Porto e do Minho (Portugal). Foi membro do Conselho de Administração do Museu do Imigrante (2006-2009). Dentre suas publicações destacam-se: “Imigração, patrimônio cultural e turismo no Brasil” (*Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 23, p. 211-237, 2015); “Territórios da Migração São Paulo. Afirmção, negação e ocultamentos” (*RiMe Rivista dell'Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea*, v. 6, p. 687-704, 2011); “Um Breve Olhar Sobre as Migrações Contemporâneas” (*História. Debates e Tendências* (Passo Fundo), v. 7, p. 75-92, 2008); *Histórias da (I) migração. Imigrantes e Migrantes em São Paulo Entre o Final do Século XIX e Início do Século*

XXI (São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013).
<http://lattes.cnpq.br/0579359295517355>.

Olga Achón Rodriguez – Doutora em Antropologia pela Universidade de Barcelona, com tese doutoral sobre recrutamento de trabalhadores em origem mediante o sistema de importação de mão de obra idealizado pelo sindicato agrícola *Unió de Pagesos* e as consequências do mesmo nos direitos dos trabalhadores. Desenvolve trabalhos no campo dos estudos migratórios e, atualmente, suas investigações têm relação com o estudo da Lei dos Estrangeiros chilena e o estatuto dos temporários agrícolas no Chile. Dentre suas publicações destacam-se: *Inmigración, Exclusión Residencial y Segregación Espacial*. Estudio sobre la vivienda inmigrante en un municipio de Lleida (Saarbrücken: Editorial Académica, 2011); “Alojamientos para trabajadores agrícolas extranjeros contratados en origen y privación de libertades. El caso del sistema de alojamiento propuesto por el sindicato agrícola Unió de Pagesos en la comarca del Segrià (Lleida)” (J. A. FERNANDEZ AVILÉS e M. N. MORENO VIDA (Dirs.). *Inmigración y crisis económica: retos políticos y de ordenación jurídica*. Colección: Trabajo y Seguridad Social. N° 58, pp. 533-546. Granada: Ed, 2011; Importando miseria. La alternativa a la provisión de mano de obra agrícola. (Madrid: Los Libros de la Catarata, 2011).

Rui Aniceto Nascimento Fernandes - Doutor em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador dos Grupos de Pesquisa: Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, História de São Gonçalo Memória e Identidade (vice-líder) e Oficinas da História. Coordenador Institucional do PIBID/UERJ/CAPES. Dentre suas publicações mais recentes, destacam-se: *Igreja Matriz de São Gonçalo: História e Ações de recuperação de um patrimônio coletivo* (São Gonçalo: FFP/UERJ, 2016); Organização do material didático sobre a Ilha das Flores - *Imigração no Brasil e a hospedaria da Ilha das Flores* (FFP/UERJ – co-autoria com Luís Reznik); “Hospedaria de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores” (*História*. São Paulo. Online, 33: 234-253, 2014); *Patrimônio cultural no leste fluminense: história e memória de Itaboraí, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Tanguá* (Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013 - co-autoria com Luís Reznik).

Steven Paul Schwinghamer - MA em História no St. Mary's University in Halifax (2007), com tese intitulada “Re-contextualizing King William's War (1688-1699)”. É historiador e pesquisador do *Canadian Museum of Immigration at Pier 21*, desenvolvendo pesquisa original, apoio a projetos internos,

incluindo desde grandes exposições até treinamento de pessoal, administração e supervisão de contratos, comentários de mídia e resposta a inquéritos históricos públicos e internos. Desde junho de 2001 é coordenador de pesquisa da instituição. De 1994 a 1999 foi *Honours B.A* no St. Michael's College, University of Toronto. Recebeu vários prêmios e distinções acadêmicas; foi responsável pela organização de várias exposições; é filiado a várias instituições internacionais e possui grande visibilidade na mídia canadense. É autor de inúmeros *papers* e proferiu inúmeras palestras e conferências.

Normas editoriais

A revista recebe artigos em português, espanhol, francês, inglês e italiano.

Formatação do texto

1. Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, encaminhados em *word* com a seguinte formatação: tamanho da página: 16,5 X 23,5 cm; fonte GARAMOND 11; espaço simples; sem recuo de parágrafo e espaçamento de 0.6 entre os parágrafos; margens de 3,0 (superior) e 2,0 (inferior, direita e esquerda).
2. As palavras e expressões escritas em outra língua que não a do texto, devem estar em *itálico*, bem como títulos (livros, revistas e jornais).
3. Os destaques a palavras ou expressões no corpo do texto devem ser feitos com aspas duplas. Recomenda-se que os destaques sejam aqueles de grande importância, evitando-se excessos.
4. As citações até três (3) linhas devem ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas e mesma fonte do texto. As citações de quatro (4) ou mais linhas devem ser transcritas com recuo de 1.0 cm das duas margens, sem aspas e em fonte Garamon 10, seguida da indicação numérica da nota (de fim). Os destaques feitos pelo autor nas citações devem ser sublinhados e as citações indicadas com aspas simples.
5. Os **artigos** (do dossiê e os livres) devem ser acompanhados de resumo na língua em que o texto estiver escrito e *abstract*. Quando for em língua que não o português, deverão conter, também o resumo nesta língua. Cada um deles deve ter, no máximo, 10 linhas e estar seguidos por três (3) palavras-chave (*keywords*) em cada uma das línguas.
6. As **resenhas** têm extensão mínima de 6.000 e máxima de 10.000 caracteres, devem seguir as mesmas normas dos artigos e se referir a livros publicados, no máximo, no ano anterior ao da edição da revista.
7. **Depoimentos e entrevistas** devem ser enviados com título e o/s nome/s do/s entrevistador/es e/ou dos responsáveis pela edição. Devem ser acompanhadas, igualmente, de resumo e abstract, com indicações básicas ao leitor.

Notas e referências

- a) Todas as notas e referências bibliográficas são listadas ao final do artigo (NOTAS DE FIM), em números arábicos que remetam à marcação no texto.

- b) Cada nota tem, no máximo, 10 linhas (caso contrário, a informação deve estar no corpo do texto).
- c) Indicações bibliográficas são somente as que forem necessárias, sujeitas ao máximo de 10 linhas.
- d) Cortes nas citações são indicados com travessão e três pontos /.../, evitando-se essa indicação ao início e no final da citação, quando começar ou terminar em início/fim de oração.
- e) As referências *ibid.* e *cit.* não são aceitas. Quando uma determinada obra já tiver sido citada, repete-se o SOBRENOME do autor (caixa alta), seguido do ano da obra e do número da/s página/s.
- f) As páginas são indicadas com p. (uma página) ou pp. (duas ou mais páginas).
- g) Considerando-se a circulação internacional da revista, a indicação das fontes deve ser, OBRIGATORIAMENTE, antecedidas pelo nome do país e do arquivo onde estão depositadas. Ex: BRASIL. Arquivo Histórico do Itamarati. Ofícios e Fichas Policiais, Lata 154, Maço 425.
- h) As referências bibliográficas (notas de fim) devem ser indicadas de forma completa, da seguinte forma:

LIVROS: Nome do autor (sem inversões e último sobrenome em CAIXA ALTA). Título da obra (em itálico). Local: Editora, ano, página (p.) ou páginas (pp.). Ex: Lená Medeiros de MENEZES. *Os Indesejáveis*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p. 6.

Quando a obra estiver repetida, indicar nome abreviado e SOBRENOME em caixa alta, seguido pelo ano da publicação e da página. EX: MENEZES, 1996, p. 5.

CAPÍTULO DE LIVRO: Nome do autor (sem inversões no nome e último sobrenome em CAIXA ALTA). Título do capítulo (sem aspas). Organizadores do livro (sem inversões no nome). Título do livro (em itálico). Local: editora, ano, páginas. Ex: Maria Izilda S. de MATOS. *Imigrantes portuguesas: cotidiano, trabalho e resistência*. São Paulo, 1920-1940. In: Maria de Nazaré Sarges e outros (org.). *Entre Mares. O Brasil dos portugueses*. Belém: Paka-Tatu, 2010, pp. 195- 206. Idem para as repetições.

ARTIGO DE REVISTA: Nome do autor em (sem inversões no nome e último sobrenome em CAIXA ALTA). Título do artigo (entre aspas). Título da revista (em itálico e sem “in” antes do título da revista). Local, volume (número): páginas do artigo, data, página da citação. Ex: Xosé M. Núñez SEIXAS. “O exílio galego na Europa (1939-1975): Um êxodo esquecido”. *Navegar*, 1 (1): 99-121, jul.-dez. 2006.

Envio, aceitação e publicação do trabalho

8. Os textos podem ser encaminhados por Internet (labimi.uerj@gmail.com), para o seguinte endereço: Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, bloco D, sala 9 (IFCH/LABIMI). CEP: 20 531-050 ou para o e-mail do organizador do número.
9. Todos os artigos encaminhados fora das normas serão reenviados ao autor antes do encaminhamento para parecer, para as adaptações necessárias.
10. Os artigos são submetidos a pareceristas. Após a aceitação ou rejeição do artigo, o autor será notificado. Qualquer problema observado pelo parecerista este será comunicado ao autor, que será solicitado a rever ou a modificar o texto. Após a diagramação, ele será reencaminhado ao autor para a revisão final, momento no qual será solicitada a permissão para a publicação do artigo.
11. Caso o artigo contenha imagens, é necessário seu encaminhamento em alta resolução, bem como a devida permissão para sua divulgação. Não basta indicar o *site* da Internet, pois algumas imagens têm direitos autorais.
12. Quando houver transcrição de entrevistas, com a citação do nome do entrevistado, é necessário o envio da permissão para divulgação, feita em formulário especial.
13. São automaticamente cedidos à Revista os direitos de publicação dos originais e das traduções.
14. As informações e conceitos veiculados nos artigos, resenhas, depoimentos e entrevistas são da exclusiva responsabilidade do autor.
15. Caso ocorra a disponibilização posterior de artigo publicado pela revista, por parte do pelo autor, os dados da publicação original na *NAVEGAR* devem estar indicados em pé-de-página na primeira folha. Ex: publicado originalmente em *Navegar*. Revista de e-imigração, vol. 2, nº 3, pp. 7-20.